

**REVISTA**

# **OLHAR CRIMINOLÓGICO**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA**



**ISNI**  
**0000 0004 9129 8577**

**VOLUME 1, ANO 4**  
**ISSN 2594-4223**

**RINGDOLD ID**  
**575339**

**REVISTA**

# **OLHAR CRIMINOLÓGICO**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA**



**ISNI**

**0000 0004 9129 8577**

**VOLUME 1, ANO 4**

**ISSN 2594-4223**

**RINGDOLD ID**

**575339**

Olhar criminológico /

Associação Brasileira de Criminologia. Vol, 1, ano 4 2020.

Quixadá (CE): ABC.

182 p. : il.

Semestral

Anual, até ano 1 (2017)

Vol. 1, ano 4 (2017-2020)

ISSN 2594-4223

1. Crime – Aspectos sociais. 2. Criminologia. 3. Segurança. I. Título.

CDD-364

**A B C**Associação Brasileira  
de Criminologia

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 4, 2020 ISSN 2594-4223

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	6
CORPO EDITORIAL.....	8
A VISÃO DA TEORIA CRIMINOLÓGICA DO <i>LABELLING APPROACH</i> SOBRE A REALIDADE SELETIVA DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO .....	9
ARMAS, MUNIÇÕES, ACESSÓRIOS E OS SEUS ACESSOS PROMOVIDOS PÓS-PACOTE ANTICRIME – LEI 13.964/2019.....	23
TEORIA DA ARMADILHA (NORTE-AMERICANA) E SEU REFLEXO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	33
A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO DIANTE DO DESAFIO DE REINTEGRAR O CONDENADO NA SOCIEDADE.....	41
APORTES PARA LA PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA Y LA DELINCUENCIA JUVENIL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA SALUD .....	55
LOS FACTORES DE RIESGO COMO CONDICIONANTES DE LA CONDUCTA FUTURA EN EL FEMINICIDIO ÍNTIMO (FI) Y EL FEMINICIDIO NO ÍNTIMO (FNI): LA NUEVA PERSPECTIVA CRIMINOLÓGICA.....	68
A AUTOCOLOCAÇÃO DA VÍTIMA EM PERIGO .....	104
LA ESCUELA CRIMINOLÓGICA ECOLÓGICA Y EL ANÁLISIS FACTORIAL MÚLTIPLE: UN ESTUDIO DE CASO EN LA CIUDAD DE JOÃO PESSOA (BRASIL) .....	111
TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL, UMA BARBÁRIE EM PLENO SÉCULO XXI.....	146
ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E A SUA PROTEÇÃO PELO BEM JURÍDICO DA FAMÍLIA COM NOVAS CONSEQUÊNCIAS PENAIS .....	156
AS VÍTIMAS CANÔNICAS DE JACK O ESTRIPADOR: A VITIMOLOGIA .....	170



**A B C**

Associação Brasileira  
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 4, 2020 ISSN 2594-4223

---

ANEXO A .....	179
ANEXO B.....	180
ANEXO C.....	181
ANEXO D .....	182
EDITAL.....	185





## EDITORIAL

Nascida para desvelar mistérios e promover inovações no estudo dos crimes, especialmente suas causas e os meios para combatê-los, a Revista Olhar Criminológico em seu quarto ano de existência se apresenta trazendo uma valiosa contribuição aos estudiosos e interessados em Criminologia, nos seus múltiplos enfoques, considerando-se a diversidade presente nas abordagens feitas pelos autores dos textos que compõem este exemplar.

Atualíssimo! Desarmar ou Armar? Eis a dolorosa questão que resta aclarado no artigo produzido por André Militão de Lima: Armas, Munições, Acessórios e os seus acessos promovidos pelo Pós-Pacote Anticrime, despertando novo olhar e instigando efusiva dialética sobre este divisor de águas na segurança pública brasileira. Ainda na vanguarda dos acontecimentos, André Militão de Lima no artigo: A Teoria da Armadilha (Norte-Americana) e seu Reflexo no Investigação Criminal, fulcrado no que dispõe o Pacote Anticrime, esclarece sobre a inovação trazida ao modelo investigativo criminal empregado no Brasil por este novo *modus operandi*.

Inovação e interatividade é o que aduz Graciela Iris Lozano no artigo: Aportes para la prevención da violencia y delincuencia juvenil desde la perspectiva de la salud, afinal em mundo globalizado onde artifícios informacionais rápidos e precisos vigem os dias, a inteligência é poderosa ferramenta para a prevenção das condutas delitivas infanto-juvenis a partir da labor interdependente das organizações de saúde e de segurança com o fito de diminuir a criminalidade.

O feminicídio, termo criado em 1976 pela autora sul-africana Diana Russell, que qualifica tanto o homicídio praticado por um parente próximo da vítima e que representa 38% dos casos, quanto àquele que é feito por um desconhecido, ganha novo enlevo criminológico no artigo produzido por Jaqueline Cybelle de Mello Araújo, Los factores de riesgo como condicionantes de la conducta futura en el feminicidio no íntimo (FNI): La nueva perspectiva criminológica.

Simbiose de saberes valiosos, que se auto completam e se auto estimulam na sedimentação do conhecimento a que se propõem apregoar, nos apresenta Amanda Gonçalves Ferreira de Assis e Bárbara de Souza Nazareth ao discorrerem sobre a Visão Teoria Criminológica do Labelling Approach sobre a realidade Seletiva do Sistema Penal Brasileiro, versando sobre a problemática carcerária brasileira e a busca da ressocialização dos tutelados pelo Estado no discurso Eder Antonio do Carmo Nunes sobre a Realidade do Sistema Penitenciário Brasileiro diante do Desafio de Reintegrar o Condenado na Sociedade.

Analisar elementos externos desvela fatos cruciais da conduta criminoso, o que possibilita maior proficuidade interpretativa, como instrui Siddharth Singh Bora e Geraldo Borges no artigo: La escuela criminológica ecológica y el análisis factorial multiple: un estudio de caso en la ciudad de João Pessoa (Brasil), possibilitando sobeja melhoria na produção de provas.



O tráfico internacional de pessoas amplamente aceito por nosso ordenamento jurídico, atualmente, é aquele que se encontra no Artigo 3º do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, motiva o explicitado por Robert Rocha Ferreira e Lidiane Maurício dos Reis no artigo Tráfico Internacional de Pessoas para fins de Exploração Sexual, uma barbárie em pleno Século XXI, apresentando o modus operandi deste dantesco crime contra a humanidade.

O que fazer com os animais de estimação deixa de ser uma questão de agir humano e passar a ser uma agenda de preservação da humanidade, afinal os animais fazem bem para a saúde mental, trazendo satisfação e felicidade na convivência com a família e até sendo apontados como agentes anti-depressão, neste toar, Anderson Burke e Gabriela Burke apontam efervescente aprimoramento in voga no Ordenamento Jurídico Brasileiro no artigo: Animais de Estimação e a sua Proteção pelo Bem Jurídico da Família com Novas Consequências.

A autocolocação em risco - se observados os seus requisitos - opera como excludente do nexos causal, e por consequência, da responsabilidade criminal, visão que não mais deve prosperar face a emergente pergunta: Quem de fato é a vítima? Resposta luminar a esta indagação nos concede Walter Lacerda de Aguiar no artigo: A autocolocação da vítima em perigo.

Figura cativa no imaginário criminológico mundial, o Assassino de Whitechapel e/ou Avental de Couro, permanece suscitando instigantes interpretações de sua grotesca atuação na sociedade londrina de 1888, despertando o olhar que se nos mostra o artigo: As Vítimas Canônicas de Jack, O Estripador: a Vitimologia, produzido por Francisco Geraldo Fernandes de Almeida

É importante destacar-se que, mesmo tratando de temática diferenciada, cada artigo presente nesta edição traduz a preocupação e o compromisso de seu autor, no sentido de ampliar, aprofundar e mesmo provocar questionamentos, à luz de tudo que se conhece de Criminologia e Políticas Públicas voltadas para prevenção e contenção da criminalidade. Os artigos, ora publicados, retratam os principais focos de interesses destes pesquisadores, contribuindo, sobremaneira, para o avanço nos conhecimentos e para a disseminação das informações de área tão importante, complexa e atual como a área da Criminologia.

Deste modo, reafirma-se que a diversidade presente na Criminologia, tema central de nossa revista, fica, mais uma vez, evidenciada, não só pelas formas como os diferentes articulistas e colaboradores a enfocam, mas também pela gama de conclusões e questionamentos, certamente instigados a partir de sua leitura.

**Bruno Bezerra de Macedo**



**A B C**

Associação Brasileira  
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 4, 2020 ISSN 2594-4223

## **CORPO EDITORIAL**

### **Editor responsável**

Francisco Geraldo Fernandes de Almeida

### **Comissão executiva e Revisão Editorial**

Gilmar Dias Rodrigues

Janderson Morais da Silva

Maria Isllingthia Dantas do Ó

Renata Karla Peres Rodrigues

Walter de Lacerda Aguiar

Maxson Luiz da Conceição Motta Souza

Bruno Noronha de Lima

Armstrong Braga Ferreira

### **Comissão Internacional**

Jose Luis Alba Robles

José Antonio Unzueta Floranes

Vitor Miguel Pereira Silva

Fabiel Augusto BückCuevas

Nathalia Carolina Coronel Espínola

Paula Inés Aramburu

### **Conselho Editorial**

Bruno Bezerra de Macedo

Francisco de Assis Roberto Santiago

Julio Cesar Ischiara

Nestor Manieri da Cunha Pinto

Rildo Tavares Silveira

Taciana de Lima Machado

Fabio Cândido de Souza

Mônica Chiodi Pinto

Michele Rocha Gomes

### **Capa e Diagramação**

Eduardo Tognon





## **A VISÃO DA TEORIA CRIMINOLÓGICA DO LABELLING APPROACH SOBRE A REALIDADE SELETIVA DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO**

Amanda Gonçalves Ribeiro de Assis<sup>1</sup>, Bárbara de Souza Nazareth<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduada em Direito pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN, São João del Rei/MG, Brasil. E-mail: amandagrdeassis@gmail.com;

<sup>2</sup>Mestre em Direito das Relações Sociais e Econômicas pela Faculdade Milton Campos, Nova Lima, Minas Gerais, Brasil. E-mail: barbara.nazareth@uniptan.edu.br

**Resumo** – Com base na teoria norte-americana do *Labelling Approach*, e no estudo das consequências dos rótulos sociais na seletividade do sistema penal brasileiro, foi analisado o caráter seletivo do Direito Penal, mediante a citada teoria criminológica, visando averiguar o tratamento diferenciado feito entre os indivíduos e suas consequências. Foram estabelecidas correlações voltadas a: (1) compreensão do caráter seletivo do Direito Penal ante tal teoria criminológica; e (2) a obtenção de uma visão ampla ao analisar a sociedade brasileira e o tratamento dado aos indivíduos nas condutas típicas do ordenamento jurídico brasileiro. Diante disso, foi possível concluir que a teoria norte-americana, alvo da presente análise, não conseguiu ter uma aplicação eficaz no país, tendo em vista que embora o sistema busque ser mais humano, não consegue combater mazelas sociais presentes no país. Ademais, verifica-se que a seletividade se inicia nas camadas superiores de poder, desde a criação da lei, aplicação, julgamento e ressocialização do indivíduo, sendo os rótulos sociais um reflexo desse esquema de poder.

**Palavras-chave** – Criminologia do Conflito, Rótulos Sociais, Seletividade Penal.

**Abstract** – Based on the north-american theory “Labelling Aproach”, and on study of consequences of social labels in the brazillian penal system selectivity, it analyzed the selective disposition of the Penal Law, upon cited criminological theory, it aimed checking the different treatment made between individuals and its consequences. It was established correlations focused on: (1) comprehension of the selective disposition of Penal Law in face of that criminological theory; and (2) gathering a broader view since it analyzed brazillian society and the treatment given to individuals in the typical behaving in brazillian court order. That said, it concluded that the north-american theory, focus of this analisys, it didn't get an efficient application in the country, because even through the system wants to become more humanized, it can't fight the social sores present in Brasil. In addition, it checked that the selectivity starts in the superior stances of power, since the creation of law, application, judging and resocialization of the individual, being the social labels a reflection of this power scheme.

**Key-Words** – Criminology of Conflict, Social Labels, Criminal Selectivity.

## I. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira padece de inúmeros problemas sociais, econômicos, culturais, e tantos outros que são frutos de uma democracia recente. De maneira semelhante, o Direito Penal brasileiro, com uma base jurídica democrática igualmente jovem, não pode ser, ainda, reconhecido como igualitário quando se tem uma população criminalizada estigmatizada e com uma identidade muito bem definida.

Assim, a seletividade do sistema penal brasileiro se apresenta como infortúnio jurídico social de um país com alicerce em uma Constituição democrática voltada à uma proteção humanitária de sua sociedade. Qualquer tipo de comparação envolvendo o Brasil e outro país com uma conjuntura democrática mais antiga, seria de extrema crueldade. Contudo, utilizar-se dos aprendizados dos outros ao seu favor, demonstra-se de uma inteligência necessária.

O Direito Penal é tido como *ultima ratio* no sistema jurídico brasileiro, o que, pelo menos na teoria, implica em dizer que é a última medida adotada para prevenir ou reprimir determinadas condutas. Em um mesmo plano teórico, o texto constitucional brasileiro traz inúmeras garantias de isonomias a todos, bem como objetivos e metas de igualdade social, econômica, de gênero dentre outras.

Entretanto, em que pese as esperanças palavras de cunho igualitário trazidas em todo o ordenamento jurídico brasileiro, a realidade dos fatos é alarmante. O direito penal brasileiro é de uma segmentação abismal de determinações e tratamentos entre seus indivíduos.

O caráter seletivo do Direito Penal é uma das

vertentes da teoria criminológica do *Labelling Approach*, uma teoria norte-americana que se enquadra nos sobreditos dilemas da criminalidade e da sociedade brasileira, tendo em vista que foi capaz de revolucionar o cenário da criminologia, influenciando novas teorias voltadas a um estudo diferente do criminoso.

O objetivo deste trabalho será analisar, com base na teoria norte-americana do *Labelling Approach*, as consequências dos rótulos sociais na seletividade do sistema penal brasileiro. Nesse sentido, este ensaio pretende levantar certos questionamentos, a fim de encontrar respostas para o problema do seletivismo penal do sistema, voltados para a realidade social brasileira.

Questionar-se-á, inicialmente, identificando o caráter seletivo do Direito Penal e compreendendo os preceitos da teoria criminológica do *Labelling Approach*, o motivo da criminalização de certos indivíduos e outros não, tendo eles cometido o mesmo crime. Ademais, buscará entender como quebrar o paradigma existente quanto a diferença no tratamento dos criminosos e das causas desse comportamento atingirem, preponderantemente, uma realidade social mais frágil.

Para alcançar os resultados almejados, será relatado o contexto histórico do surgimento da teoria do *Labelling Approach*, seu significado e sua aplicação na realidade criminal brasileira. No mais, será analisado a relação entre a seletividade do sistema penal com os rótulos sociais aplicados aos indivíduos criminalizados e a correlação entre a estrutura social, os rótulos criados e o seletivismo do sistema como papel fundamental na criminalidade, por meio da identificação do tratamento e da visão aos criminalizados com base na mencionada teoria.

De maneira preliminar, é possível destacar que o presente estudo conclui que a teoria não conseguiu ser de fato implantada da maneira eficaz no Brasil. Por mais que o sistema busque ser mais humano e reintegrador, não consegue combater as mazelas sociais tão presentes na sociedade brasileira. Ademais, os rótulos sociais se demonstram um mero reflexo de um sistema de poder que se inicia na criação dos tipos penais, aplicação das leis, julgamento e ressocialização do indivíduo, tudo voltado a permanência das camadas sociais como estão.

## II. MATERIAIS E MÉTODOS

Fora utilizado um método dedutivo de abordagem, partindo da premissa que o Direito Penal possui caráter seletivo, analisando-o mediante a teoria do *Labelling Approach*, para averiguar o tratamento diferenciado feito entre os indivíduos e suas consequências.

Assim, por meio de fontes secundárias, mediante consulta em doutrinas, artigos e notícias, almejar-se-á compreender a criminalização de determinadas condutas e indivíduos, o julgamento social realizado e as consequências deste.

## III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### III.I. CRIMINOLOGIA E TEORIAS DO CONSENSO E DO CONFLITO

A criminologia, academicamente, possui diferentes vertentes voltadas ao estudo do crime e

do criminoso. Dentro de suas abordagens, pode ser dividida no âmbito de estudos ligados a um pensamento de funcionalismo, sendo conhecida como criminologia do consenso, ou de mudança social, denominada criminologia do conflito. Essa bifurcação no estudo da criminologia foi capaz de levantar relevantes questionamentos quanto ao significado das normas e se, de fato, expõem todos os valores da sociedade. Igualmente, é capaz de indagar se estes valores expostos possuem representatividade social, e se essas normas exprimem somente a vontade das classes dominantes ou de toda a sociedade (BERRY, 1976). Ralf Gustav Dahrendorf, sucintamente, explica os princípios das teorias do consenso:

Toda sociedade é uma estrutura de elementos relativamente persistente e estável; toda sociedade é uma estrutura de elementos bem integrada; todo elemento em uma sociedade tem uma função, isto é, contribui para sua manutenção como sistema; toda estrutura social em funcionamento é baseada em um consenso entre seus membros sobre valores. Estes elementos são, naturalmente em geral, acompanhados de afirmações no sentido de que a estabilidade, integração, coordenação funcional e consenso são apenas relativamente generalizados. (DAHRENDORF, 1982, p.148).

Assim, em um monismo cultural, as teorias do consenso amparavam a visão de que a sociedade era una e coesa, buscando um bem comum, não havendo divergências axiológicas entre seus indivíduos, e definindo o crime como uma recusa aos valores desse meio social (DIAS E ANDRADE, 2011).

Em contraponto, Dahrendorf também explana as premissas das teorias do conflito:



Toda sociedade está, a cada momento, sujeita a processos de mudança; a mudança social é ubíqua; toda sociedade exhibe a cada momento dissensão e conflito e o conflito social é ubíquo; todo elemento em uma sociedade contribui de certa forma para sua desintegração e mudança; toda sociedade é baseada na coerção de alguns de seus membros por outros. (DAHRENDORF, 1982, p.148-149).

Em suma, tais teorias do conflito reforçam um ponto de vista de que a sociedade não é perfeita e igualitária, mas sim que as pessoas pertencentes a ela possuem valores e formas de vida distintos, não havendo um consenso de perfeição social (SHECAIRA, 2014).

É nesse sentido que Dias e Andrade (2011) explicam que as teorias do conflito enfatizam que o sistema penal detém problemas, devendo, portanto, ser estudado para compreensão da formação da lei e do processo de formação do criminoso. Assim, o estudo minucioso da lei penal e de como ela é aplicada é capaz de levar a compreensão do seletivismo penal perante a determinados indivíduos (ZAFFARONI, 2011).

Deste modo, diante dos novos pensamentos sociais, oriundos de uma nova realidade vivida em meados dos anos sessenta, a criminologia se depara com um crescimento das mencionadas teorias do conflito. Os valores anteriores a Segunda Grande Guerra, até então uníssonos e coesos, definidos nos Estados Unidos da América pelo American Way Of Life (FERREL; HAYWARD; YOUNG, 2008), um modo de vida perfeito do norte-americano, amparado pelas teorias do consenso, começam a ser amplamente contestados.

### III.II. HISTORICIDADE E PRECEITOS DA TEORIA DO LABELLING APPROACH

A criminologia do conflito, difundida por meio de reconhecidas teorias, chega em seu ápice com a teoria do *Labelling Approach*, também denominada como teoria do Etiquetamento Social, que surge como primeiro grande modelo amparador desse pensamento. Alessandro Baratta explica de maneira concisa a mudança de paradigma nos estudos da criminologia com os novos pensamentos desenvolvidos pelas teorias do conflito:

A criminologia ao longo dos séculos tenta estudar a criminalidade não como um dado ontológico pré-constituído, mas como realidade social construída pelo sistema de justiça criminal através de definições e da reação social, o criminoso então não seria um indivíduo ontologicamente diferente, mas um status social atribuído a certos sujeitos selecionados pelo sistema penal e pela sociedade que classifica a conduta de tal indivíduo como se devesse ser assistida por esse sistema. Os conceitos desse paradigma marcam a linguagem da criminologia contemporânea: o comportamento criminoso como comportamento rotulado como criminoso (BARATTA, 2002, p. 11).

O cenário não é desconhecido. Na década de sessenta, após a Segunda Grande Guerra, os norte-americanos viviam em grande crise nos axiomas de sua sociedade. Internamente, uma forte luta das minorias por igualdade, do movimento feminista e dos estudantes por direitos civis e liberdade. No cenário externo, passavam pela divisão mundial em dois grandes blocos: capitalistas contrapostos a comunistas, dando início a Guerra Fria





(SHECAIRA, 2014). Ou seja, a teoria do Etiquetamento Social surge em um momento de muitos conflitos e questionamentos nos Estados Unidos, tempo de grandes mudanças na forma de pensar e viver do americano.

Desta forma, Howard Becker (2008), indubitavelmente o maior exponenciador desse conhecimento, por intermédio de sua obra literária *Outsiders*, visa explicar movimentos até então não compreendidos pela criminologia tradicional. Com a mudança de comportamento de uma sociedade com um viés tão libertador, certas condutas não se encaixavam mais no padrão de resposta até então existente.

Basicamente, Becker traz a ideia de que, muito além do que robustamente se pensava, para análise dos comportamentos é necessário compreender a reação social que este gerava. Muito antes de qualquer análise jurídica sobre determinados fatos, o que há de concreto é um julgamento moral pré-definido quanto à adequação de determinadas condutas.

Por todo o conjunto que define o indivíduo como criminoso é que a criminologia do conflito, pautada na teoria do *Labelling Approach*, é altamente crítica quanto ao poder. Vera Regina Pereira de Andrade (1997) explica que a criminalidade se resume em um duplo processo de definição dos crimes e estigmatização dos criminosos, ressaltando a importância da compreensão dos fatores que levam a sociedade a reprovar certos comportamentos e reagir negativamente a eles.

Assim, esse novo modelo de criminologia amplia uma visão que antes somente olhava para o delito e para o delinquente, para agora também se

preocupar com a reação social perante a junção desses pontos. Conforme explicado, se faz necessário a percepção do processo de tipificação das condutas, da estigmatização dos criminosos e de como o meio social reage a esses fenômenos (ANDRADE, 1997).

### III.III. A COMPREENSÃO DO SISTEMA SELETIVO PENAL

O Direito Penal, antes de mais nada, é essencialmente uma defesa social para o indivíduo. Frago (2004) clarifica que a proteção social do Direito Penal é exposta por uma defesa penal igualmente válida para todos, zelando por bens jurídicos, bem como defendendo a aplicação das sanções a quem transgride essa norma.

Em um aspecto geral, as funções do direito penal podem ser compreendidas como uma dupla face existente em relação a proteção do indivíduo diante das arbitrariedades do poder punitivo do Estado em contraposição a uma forma controle social visando a manutenção de uma paz comum. Paulo Queiroz (2002) explica:

Por mais de uma vez se disse que o direito penal, atuando subsidiariamente às instâncias formais e informais de controle e prevenção de delitos, presta-se, essencialmente, a proteger bens jurídicos por meio dos instrumentos que lhe são próprios: a cominação e a execução de penas e medidas de segurança. Exerce, por conseguinte, uma função instrumental-subsidiária de prevenção de comportamentos socialmente danosos. Sua missão, portanto, é a de todo o direito: possibilitar a convivência social, assegurar níveis minimamente toleráveis de violência; compor conflitos de interesse





pacificamente, segundo regras e processos previamente conhecidos e instituídos. Esta é, em última instância, a missão mesma do próprio Estado. Porque as funções do Direito e as funções do Estado são, em última análise, uma só e mesma coisa (QUEIROZ, 2002, p. 101- 102).

Fato é que o viés igualitário do Direito Penal, na prática, resulta em uma série de desigualdades e desproporcionalidade entre os indivíduos. O resultado de muitas ações é somente o fortalecimento do julgamento social e uma visão cada vez mais distorcida do indivíduo (ZAFFARONI, 1991). Assim, Eugenio Raúl Zaffaroni explica que:

Os órgãos legislativos, inflacionando as tipificações, não fazem mais do que aumentar o arbítrio seletivo dos órgãos executivos do sistema penal e seus pretextos para o exercício de um maior poder controlador. A seletividade estrutural do sistema penal – que só pode exercer seu poder repressivo legal em um número insignificante das hipóteses de intervenção planejadas – é a mais elementar demonstração da falsidade da legalidade processual proclamada pelo discurso jurídico-penal. Os órgãos executivos têm "espaço legal" para exercer poder repressivo sobre qualquer habitante, mas operam quando e contra quem decidem (ZAFFARONI, 1991, p.27).

Nesta linha de raciocínio, Alessandro Baratta (1999) também elenca de maneira crítica o cenário da seletividade penal ao identificar que o direito penal não consegue amparar todas as pessoas e os bens jurídicos. De certo modo, eles ressaltam que a lei não é igual para todos e a etiqueta social de criminosos é distribuída de maneira seletiva entre os indivíduos:

As maiores “chances” de ser selecionado para fazer parte da “população criminosa” aparecem, de fato, concentradas nos níveis mais baixos de escala social (subproletariado e grupos marginais). A posição precária no mercado de trabalho (desocupação, subocupação, falta de qualificação profissional) e defeitos de socialização familiar e escolar, que são características dos indivíduos pertencentes aos níveis mais baixos, e que na criminologia positivista e em boa parte da criminologia liberal contemporânea são indicados como as causas da criminalidade, revelam ser, antes, conotações sobre a base das quais o status de criminoso é atribuído (BARATTA, 1999, p.165).

No mesmo sentido, esse tema é discutido por Vera Regina Pereira de Andrade:

E uma vez que os estereótipos de criminosos são tecidos por variáveis (status social, cor, condição familiar), majoritariamente associadas a atributos pertencentes a pessoas dos baixos estratos sociais, torna-os extremamente vulneráveis, além de outros fatores concorrentes, a uma maior criminalização (ANDRADE, 1997, p.269-270).

Zaffaroni e Pierangeli (2004) também se posicionam criticamente ao entender que muito mais do que proteger bens jurídicos e uma sociedade como um todo, o Direito Penal possui um outro caráter:

(...) quando os outros meios de controle social fracassam, o sistema não tem dúvida em criminalizar pessoas dos próprios setores hegemônicos, para que estes sejam mantidos e reafirmados no seu rol, e não desenvolvam condutas prejudiciais à hegemonia dos grupos a

que pertencem, ainda que tal fenômeno seja menos frequente (criminalização de pessoas ou de grupos contestadores pertencentes às classes média e alta). Também, em parte, pode-se chegar a casos em que a criminalização de marginalizados ou contestadores não atenda a nenhuma função em relação aos grupos a que pertencem, mas unicamente sirvam para levar uma sensação de tranquilidade aos mesmos setores hegemônicos, que podem sentir-se inseguros por qualquer razão (geralmente, por causa da manipulação dos meios massivos de comunicação) (ZAFFARONI, PIERANGELI, 2004, p.76).

Por fim, pode-se dizer que Andrade (2003) resume de maneira clara que, em que pese o brilhantismo idealizado pelo sistema penal, ele não funciona muito bem, tendo em vista que a igualdade fica distante no cotidiano dos mais desfavorecidos:

A clientela do sistema penal é composta, ‘regularmente’, em todos os lugares do mundo, por pessoas pertencentes aos mais baixos estratos sociais” e, conclui, que isso “é resultado de um processo de criminalização altamente e seletivo e desigual de ‘pessoas’ dentro da população total, às quais se qualifica como criminosos” (ANDRADE, 2003, p. 270).

### III.IV. O LABELLING APPROACH E O SELETIVISMO PENAL BRASILEIRO

Como dito anteriormente, Howard Becker é importante influenciador da teoria do *Labelling Approach*, denominando como “desviante” o indivíduo que contraria as regras sociais. Becker explica que a sociedade cria um estigma sobre o

desviante, gerando uma reação social negativa que, conseqüentemente, o levaria a se desviar novamente.

Tratar uma pessoa como se ela fosse em geral, e não em particular, desviante, produz uma profecia autorrealizadora. Ela põe em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar a pessoa segundo a imagem que os outros têm dela. Em primeiro lugar, após ser identificada como desviante, ela tende a ser impedida de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as conseqüências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar por si mesmas caso não houvesse o conhecimento público e a reação a ele (BECKER, 2008, p.44).

Assim, a teoria busca explicar que as instâncias de poder e controle definem quem e o que será criminalizado, dando início ao processo de seletivismo do sistema. Zaffaroni (1991) explica que esses estereótipos, definidos pelo *Labelling* como uma etiqueta social, permitem que seja feita uma verdadeira catalogação de indivíduos, rotulando-os como criminosos de maneira seletiva, tendo em vista que nem todos que cometem crimes são punidos por eles.

Para explicar a forma que a teoria visualiza o cenário social relacionado à criminalidade, Andrade explica:

Modelado pelo interacionismo simbólico e etnometodologia como esquema explicativo da conduta humana (o construtivismo social), o labelling parte dos conceitos de “conduta desviada” e “reação social”, como termos reciprocamente interdependentes, para formular



sua tese central: a de que o desvio e a criminalidade não são uma qualidade intrínseca da conduta ou uma entidade ontológica pré-constituída à reação social e penal, mas uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social, isto é, de processos formais e informais de definição e seleção (ANDRADE, 2003, p. 40-41)

Nesse sentido, a abordagem desenvolvida pela teoria, a qual entende que os rótulos e as reações sociais em muito favorecem a criminalidade, busca fazer novas perguntas visando entender o que é o crime, por quê certas condutas são crimes e outras não, quais os processos de identificação de um criminoso e quais as consequências da aplicação de uma pena. Ao tentar responder essas perguntas, uma nova perspectiva se instaura na criminologia.

O *labelling* desloca o interesse cognoscitivo e a investigação das “causas” do crime (e, pois da pessoa do criminoso e seu meio e mesmo do fato crime) para a reação social da conduta desviada, em especial para o sistema penal, como conjunto articulado de processos de definição (criminalização primária) e de seleção (criminalização secundária) e para o impacto que produz o etiquetamento na identidade do desviante (DIAS; ANDRADE, 1997, p.207).

Destarte, com base na teoria do *Labelling Approach*, é possível estabelecer os motivos de nem todos os criminosos serem criminalizados, tendo em vista que nem todos são punidos pela prática de um ilícito penal, muito menos perseguidos por ele. O que resta é um julgamento moral precipitado que rotula certos indivíduos

criminalizados, quase sempre fechando os olhos para os que cometem o mesmo ato, mas que, por outro lado, não são julgados por ele. É nesse sentido que Baratta explica:

[...] o status social de delinquente pressupõe, necessariamente, o efeito das atividades das instâncias oficiais de controle social da delinquência, enquanto não adquire esse status aquele que, apesar de ter realizado o mesmo comportamento punível, não é alcançado, todavia, pela ação daquelas instâncias (BARATTA, 2002, p. 86).

Em outras palavras, é possível visualizar contextos como o de uma subtração com dois indivíduos, um que furta uma mercadoria em um estabelecimento e outro que sonega seus impostos. O fato de um ser processado por seu ato e o outro não, não torna, em teoria, um menos criminoso do que o outro, mas, na prática, sim.

Do mesmo modo, o tratamento social perante uma situação de uso de drogas, crime presente em todas as classes sociais, mas que não possui o mesmo nível de reprovação entre elas. Os instrumentos midiáticos retratam o tratamento dado a jovens de classe média com grande quantidade de drogas, sendo chamados como “jovens” e, jovens pobres com quantidade menor de droga como “traficantes, criminosos”. Um simples exemplo que retrata a diferença na visão, no tratamento e no senso de justiça de um mesmo fato (ZAFFARONI, 1991, p. 130).

Andrade (2006 apud COLET; COUTINHO, 2008) explica a visão dos criminosos e criminalizados:



Em primeiro lugar, à incapacidade estrutural do sistema penal operacionalizar, através das agências policial e judicial, toda a programação da Lei penal, dada a magnitude da sua abrangência. Pois está integralmente dedicado “a administrar uma reduzidíssima porcentagem das infrações, seguramente inferior a 10%.” Por outro lado, se o sistema penal concretizasse o poder criminalizante programado “provocaria uma catástrofe social”. Se todos os furtos, todos os adultérios, todos os abortos, todas as defraudações, todas as falsidades, todos os subornos, todas as lesões, todas as ameaças, todas as contravenções penais etc. fossem concretamente criminalizados, praticamente não haveria habitante que não fosse criminalizado. Deste ponto de vista a impunidade e não a criminalização é a regra no funcionamento do sistema penal. Em segundo lugar, a seletividade do sistema penal se deve à especificidade da conduta praticada e das conotações sociais dos respectivos autores. Pois impunidade e criminalização são orientados pela seleção desigual de pessoas de acordo com seu status social e não pela incriminação igualitária de condutas. O sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas, mais que contra certas condutas legalmente definidas como crime e acende suas luzes sobre “quem” em detrimento do “que”. De modo que a gravidade da conduta criminal não é, por si só, condição suficiente deste processo. Pois os grupos poderosos na sociedade possuem a capacidade de impor ao sistema uma quase que total impunidade das próprias condutas criminosas (ANDRADE, 2006 apud COLET; COUTINHO, 2008, p. 7-8).

O que Zaffaroni e Baratta demonstram é que a forma como o sistema é operado gera inúmeras injustiças e discriminações. Para ver isso, basta

analisar os presídios brasileiros, lotados de pessoas oriundas de classes baixas, de pessoas que vivem em um ciclo constante de liberdade e prisão. Entretanto, não por todos os criminosos. Mas sim para indivíduos específicos, escolhidos a dedo por um sistema que pretende prender o problema. Para o sonegador de impostos, para o embriagado ao volante, para o corrupto, não. Para o ladrão, sim.

Essa visão do real tratamento diferenciado imposto aos indivíduos da sociedade é retratado pela cifra negra, um estudo produzido utilizado para amparar a teoria do *Labelling Approach*. A cifra negra é a representação de todas as infrações penais cometidas que não chegam as autoridades, os que não entram para as estatísticas nem são estigmatizados.

Na visão de Baratta (2002), a maioria das infrações, tanto as investigadas como as punidas, são de origem patrimonial. Sendo assim, fica nítido que a sociedade possui uma resposta muito ríspida aos crimes patrimoniais, cometidos em maioria pelos mais desfavorecidos. Veja:

Vimos como isto não quer dizer, de modo algum, que o desvio criminal se concentre, efetivamente, na classe proletária e nos delitos contra a propriedade. A mesma criminologia liberal, com as pesquisas sobre a cifra negra, sobre a criminalidade do colarinho branco e sobre a criminalidade política demonstra, ao contrário, que o comportamento criminoso se distribui por todos os grupos sociais, que a nocividade social das formas de criminalidade próprias das classes dominantes e, portanto, amplamente imunes, é muito mais grave do que a de toda a criminalidade realmente perseguida. Por outro lado, o sistema das imunidades e da criminalização seletiva incide em medida





correspondente sobre o estado das relações de poder entre as classes, de modo a oferecer um salvo-conduto mais ou menos amplo para as práticas ilegais de grupos dominantes, no ataque aos interesses e aos direitos das classes subalternas, ou de nações mais fracas; além disso incide, em razão inversamente proporcional à força e ao poder de controle político alcançado pelas classes subalternas, no interior das relações concretas de hegemonia, com uma mais ou menos rigorosa restrição de ações políticas dos movimentos de emancipação social (BARATTA, 2002, p. 198).

### **III.V. ESTRUTURA SOCIAL E CONSEQUÊNCIAS DOS RÓTULOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE**

Para a compreensão de determinados fatores sociais que nos levam a identificação dos “porquês” de um comportamento ilícito penal é necessário um panorama que visa não somente ressocializar os indivíduos criminalizados, mas, primordialmente, entender a raiz do problema.

Ao analisar o cenário social brasileiro, depara-se com uma base social viciada e desestruturada, em uma sociedade que só consegue tentar combater as consequências em contraposição às causas. O resultado é um ciclo vicioso no qual os criminosos são sempre frutos de uma mesma realidade.

Becker (2008) explica que a rotulação do indivíduo como criminoso se inicia com o cometimento de um único crime, sem levantamentos subjetivos. O problema se concentra justamente no peso das etiquetas impostas, tendo em vista as conotações que certos termos representam. Acredita, assim, que a detenção do indivíduo o expõe a uma maior chance de entrar no ciclo de

encarceramentos pela etiqueta que já carrega.

Carlos Alberto (2009), na linha de raciocínio desenvolvida, ressalta com clareza que as normas são produtos dos conflitos sociais e das relações de poder existentes. Dessa forma, os grupos sociais detentores de maior poder buscarão sempre estabelecer normas que os favoreçam em detrimento dos demais.

A punição feita de maneira sistemática tende sempre a favorecer os já mais favorecidos em contraposição aos mais simples. O crime, com sua criação já voltada em atingir os mais pobres, e as etiquetas sociais impostas a estes, continuam a cobrar do indivíduo, mesmo depois de cumprida sua pena na esfera penal. Assim, o sistema passa a ter um rosto definido, o dos marginalizados (DUARTE, 2017). Apesar de não se generalizar e falar para todos os crimes e todos os condenados, a população carcerária brasileira tem face. Não é algo criado do dia para noite, mas resultado de um longo processo de estigmatização dos criminalizados. Senão, vejamos:

A causa do preso, definitivamente, não angaria a simpatia dos governantes que, mesmo veladamente, no fundo, a aceitam como forma de punição para aquele que praticou a infração penal. Na verdade, o comportamento dos governantes é um reflexo daquilo que a sociedade pensa sobre o tratamento que deve ser dirigido aos presos (GRECO, 2015, p.226).

Shecaira (2014) consegue detalhar que o julgamento social é muito temerário. O julgamento não é igual para todos. Ele se resume em muitos filtros preconceituosos embutidos em cada um dos indivíduos e passíveis de falhas:





Para ser rotulado como criminoso basta que cometa uma única ofensa criminal e isto passará a ser tudo que se tem de referência estigmatizante dessa pessoa. (...) A pessoa que chega à corte criminal sendo tachado de “ladrão” ou “drogado” pode ter gasto não mais do que um momento nessas atividades. Mas a sociedade destaca alguns detalhes do comportamento de tal pessoa e declara que eles refletem o tipo de pessoa que realmente é. (...) As condutas desviantes parecem ser alimentadas pelas agências designadas de inibi-las. (...) Essas instituições acabam reunindo pessoas que estão à margem da sociedade em grupos segregados, o que dá a eles a oportunidade de ensinar uns aos outros as habilidades e comportamentos da carreira delinquente e, até mesmo, provocar o uso dessas habilidades para reforçar o senso de alienação do resto da sociedade. E por quê? Talvez seja porque as pessoas não esperam que os agentes de delitos mudem enquanto estão nas agências de controle. Talvez só queiram desincumbir-se da tarefa que lhes é atribuída de “recuperar” as pessoas. (SHECAIRA, 2014, p. 292-293)

Alessandro Baratta, por sua vez, expõe a correlação existente no seletivismo penal e na estigmatização criminal, ressaltando que as classes sociais mais baixas são o principal alvo dessa sistemática:

As maiores chances de ser selecionado para fazer parte da “população criminosa” aparecem, de fato, concentradas nos níveis mais baixo da escala social (subproletariado e grupos marginais). A posição precária no mercado de trabalho (desocupação, subocupação, falta de qualificação) e defeitos de socialização familiar e escolar, que são características dos indivíduos pertencentes aos níveis mais baixos, e que na criminologia positivista e em boa parte da criminologia liberal contemporânea são indicados como as causas da criminalidade,

revelam ser, antes, conotações sobre a base das quais o status de criminoso é atribuído. (BARATTA, 2002, p. 165)

Em que pese possa parecer e, em decorrência disso, receba muitas críticas, a abordagem do *Labelling* não deve ser analisada como um protecionismo ao infrator o colocando em posição de vítima. O que deve ser compreendido é a vinculação dos fatores sociais à prática do crime. Nesse sentido, os dizeres de Álvaro Mayrink da Costa:

Nem os fatores criminológicos individuais, nem as condições ambientais econômicas e sociais são adequadas para justificar qualquer ação individual. Podem existir algumas circunstâncias nas quais os fatores individuais possam desempenhar um papel relacionado a um meio social específico (v.g., nos psicopatas, o impulso é mais por fatores individuais do que sociais). São as desvantagens sociais e econômicas que devem ser objeto de maior atenção. A delinquência não é resultante só de fatores individuais, nem tampouco de um nocivo meio social, originando-se de uma resposta individual aos estímulos do ambiente socioeconômico que a circunda. A explicação para a ausência do sucesso de uma satisfatória explicação para a etiologia criminal ressalta da necessidade de incrementar a investigação interdisciplinar, os fatores constitucionais, psicológicos e sociais. Esta investigação multiparadigmática é necessária para explorar. (COSTA, 1976, p. 465-466)

### III.VI. O LABELLING APPROACH E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a aplicação do *Labelling* ainda se restringe a propostas voltadas a um direito penal mínimo. Como exemplo disso, a criação dos



Juizados Especiais Criminais, das Associações de Proteção e Assistência aos condenados – APACs e as alterações no tratamento dos presos em relação a pena aplicada e seu cumprimento, as quais visam a humanização do indivíduo e melhorias na progressão de regimes, são frutos da aplicação da teoria no país.

Contudo, apesar das tentativas de aplicação da abordagem trazida pela teoria norte-americana e o relevante avanço do pensamento de um direito penal mínimo e menos seletivo, não é possível afirmar que a abordagem do *Labelling* foi, de fato, introduzida no Brasil. Verifica-se que pouco se discute quanto às verdadeiras causas de um comportamento criminoso e da alta estigmatização presente na sociedade brasileira, questões que podem apresentar inúmeros benefícios.

Na realidade brasileira, a aplicação eficaz de uma teoria criminológica que busca uma mudança radical da visão do crime e do criminoso poderia ser capaz de reformular a base de pensamento dos que detém poder.

De acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), a população carcerária brasileira chegava, em 2010, a 496.251 (quatrocentos e noventa e seis mil e duzentos e cinquenta e um) presos. Como exposto até aqui, a pesquisa realizada demonstra números capazes de identificar o criminalizado no país, ressaltando que: 51,9% dos presos cometeram infrações tipificadas no rol dos delitos contra o patrimônio, 77% de todos os presos sequer terminaram o ensino fundamental, sendo que 60 % são negros. Além disso, somente 18% da população carcerária conseguiu algum nível de recuperação, não retomando ao sistema prisional.

Com a demonstração de números reais, se torna nítido que, até o presente momento, a ressocialização dos presos no Brasil e a inserção de propostas voltadas a redução da criminalidade e humanização do criminalizado, não tiveram eficácia.

O alto número de reincidência, relacionado a diversos outros que demonstram a face do indivíduo preso, podem demonstrar que o combate as consequências é infrutífero. Em contraposição, combater as causas, que obviamente estão entrelaçadas aos problemas da desigualdade social no país, talvez, possa ser um caminho mais sábio e capaz de obter melhores resultados em termos sociais.

Aplicação exemplar da abordagem trabalhada são as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs, as quais possuem como metodologia uma visão que busca a reinserção e ressocialização do condenado. Em especial, métodos aplicados de maneira diferente dos tradicionalmente inseridos no sistema prisional comum, como o tratamento humanitário dado aos que se encontram reclusos no local, com denominação específica pelo nome ou como “recuperando”, demonstram nobre e eficaz investida em quebrar o paradigma dos rótulos sociais negativos impostos, buscando uma reversão do processo de estigmatização (MACAULAY, 2007).

#### IV. CONCLUSÃO

O Brasil caminha a passo curtos, com toda sua juventude nacional e com muitos desafios a seu Estado Democrático de Direito, em busca de uma visão diferenciada por toda a sociedade, sejam



leigos ou não, do seu ordenamento jurídico penal.

O ponto de vista de que a tipificação de crimes é algo feito para “bandidos” é de extrema ignorância quanto aos problemas sociais do país.

Estigmatizar o criminoso é uma tarefa mais simples do que solucionar esse “mal”.

Para a quebra do paradigma no tratamento dos criminosos, o Direito Penal deve ser compreendido como algo feito para todos. E suas penas como algo simbólico para reprimir condutas típicas, não como uma maneira de tapar os olhos aos problemas existentes. Ao entender dessa maneira, podemos identificar o que leva alguém a praticar determinada conduta e, primordialmente, evitá-la.

Assim, o tratamento, a longo prazo, visando a recuperação dos indivíduos e a não inserção no mundo do crime, resume-se como solução aos estigmas sociais determinantes e seletivos tão presentes na sociedade brasileira quanto aos indivíduos criminalizados, principalmente em relação aos indivíduos oriundos de uma realidade social mais frágil.

O que diferencia o criminoso de qualquer outra pessoa é o rótulo social colocado sob ele. Não é visualizar o criminalizado como uma vítima da sociedade. Trata-se de compreender que o julgamento social é falho e seletivo, assim como o sistema que tipifica, investiga e julga. Ao mesmo tempo que se criminaliza um indivíduo de classe baixa, outro nasce naquele mesmo cenário deixado para trás por ele.

Os rótulos sociais são frutos de uma pirâmide de poder que se inicia na criação das normas penais, na aplicação dessas, no julgamento e na ressocialização do indivíduo, de maneira que os indivíduos rotulados iniciam seu julgamento condenados.

No mais, permanece o pensamento de que os crimes não são iguais. Os que são majoritariamente cometidos por pessoas de classes baixas, usuários de drogas e demais pessoas escanteadas em nossa sociedade, são mais reprováveis do que outros.

É uma manipulação do sistema penal voltada a trancafiar quem não é julgado merecedor de estar em sociedade.

Da mesma forma como a criminologia do conflito rompeu barreiras frente a uma visão consensual que dominava o estudo do crime, o Brasil precisa refletir sobre os motivos que determinam o cometimento de um crime e criar oportunidades para que, uma vez criminalizado, o indivíduo tenha chances reais de, não recebendo o rótulo social negativo, tenha oportunidades de ampliar sua visão de mundo e se reintegrar à sociedade.

## REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência a violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
2. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.
3. BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos editora, 1999.



4. BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 3.ed., Rio de Janeiro: Revan, 2002.
5. BECKER, Howard S. Outsiders: estudos da sociologia do desvio. Trad. Luiza X. de Borges. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
6. BERRY, D. Ideias centrais em sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
7. BRASIL. Ministério da Justiça. Fundo Penitenciário Nacional: Funpen em números. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2019.
8. CARMO, Paulo Sérgio do. Culturas da Rebeldia: a juventude em questão. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
9. COSTA, Alvaro Mayrink da. Criminologia. Ed. Rio. Rio de Janeiro. 1976.
10. DAHRENDORF, R. O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade. Tradução de Renato Aguiar e Marco Antônio Esteves da Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
11. DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena. 2ª. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
12. DUARTE, Marcos. Das penas sanguinárias à docilidade do corpo: crítica ao sistema carcerários e seus efeitos ao longo do tempo. São Paulo: Max Limonad, 2017.
13. ELBERT, Carlos Alberto. Novo manual básico de criminologia. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.
14. FERREL, Jeff; HAYWARD, Keith; YOUNG, Jock. Cultural criminology: an invitation. London: SAGE, 2008.
15. FRAGOSO, Heleno Glauco. Lições de direito penal: parte geral. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
16. GRECO, Rogério. Sistema Prisional: colapso atual e soluções alternativas. 2.ed., Niterói: Impetus, 2015.
17. MACAULAY, Fiona. Os Centros de Ressocialização no Estado de São Paulo: Estado e Sociedade Civil em um novo paradigma de administração prisional e de reintegração de ofensores. Revista de Estudos Criminais, São Paulo, n. 25, 2007.
18. SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 6.ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.
19. SHECAIRA, Sérgio Salomão. Controle social punitivo e a experiência brasileira. Uma visão crítica da Lei 9.099/95, sob a perspectiva criminológica. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. N. 29.
20. QUEIROZ, Paulo de Souza. Do Caráter Subsidiário do Direito Penal: Lineamentos para um Direito Penal Mínimo, Ed. Del Rey, 2. ed. revista e atualizada, 2002.
21. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
22. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Trad. Vania Romano Pedrosa e Amir Lopez Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
23. ZAFFARONI, E. R. et al. Direito penal brasileiro. 4.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.





## **ARMAS, MUNIÇÕES, ACESSÓRIOS E OS SEUS ACESSOS PROMOVIDOS PÓS-PACOTE ANTICRIME – LEI 13.964/2019**

André Militão de Lima<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestre, bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, Brasil. Graduado em Direito. Pós-graduado em Direito Penal (2018) e pós-graduado em Direito Processual Penal (2020) pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Pós-graduando em Direitos Humanos pelo Centro de Estudos pela Internet/Faculdade de Ciências e Tecnologia de Campos Gerais, São Paulo, Brasil.

*E-mail:* andre\_lima106@hotmail.com

**Resumo – O objetivo deste artigo é apresentar as mudanças legislativas trazidas pelo conhecido Pacote Anticrime, com o foco nas alterações do Estatuto do Desarmamento – Lei 10.826/03 (BRASIL, 2003) –, demonstrando quais são os reflexos desse estatuto no sistema de justiça, bem como as mudanças em relação à flexibilização do uso de armas pela população brasileira.**

**Palavras-chave – Pacote Anticrime, Estatuto do Desarmamento, Armas, Acessórios, Munições.**

**Abstract – The purpose of this article is to present the legislative changes brought about by the well-known AntiCrime Package, with a focus on the amendments to the Disarmament Statute (Law 10.826 / 03), demonstrating what will be the effects on the justice system, as well as the level of reach regarding flexibility the use of weapons to the Brazilian population.**

**Keywords – AntiCrime Package, Disarmament Statute, Weapons, Accessories, Ammunition.**

### **I. INTRODUÇÃO**

Para situar as mudanças legislativas, será destacado a eleição presidencial de 2018, marcada pela promessa de liberalização de armas à população civil.

Há tempos, argumentos pró-armamentistas não eram utilizados como uma disputa eleitoral, uma vez que, no ano de 2005, ocorreu um referendo popular<sup>1</sup> em que a população, por meio do voto, rechaçou o projeto de lei que aboliria o acesso a armas de fogo e munições. Nesse sentido, o artigo 35 do Estatuto de Desarmamento (BRASIL, 2003) traz: “É proibida a comercialização de arma de fogo e

<sup>1</sup> Referendo popular é uma das ferramentas do Estado Democrático de Direito em que o povo participa da decisão política de seu país, sendo a opinião pública vinculativa aos poderes constituídos. Trata-se de instrumento pouco utilizado, sendo a primeira e única pós-período ditatorial, e tem previsão

na Constituição (BRASIL, 1998, art. 14): “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular”.





munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei".

As armas são comercializadas até os dias atuais, porém, com um rigoroso procedimento de aquisição, tornando, de certa maneira, o processo de aquisição de uma arma excessivamente burocrático, o que pode ser visto como ponto tanto positivo quanto negativo.

Quanto aos rigores de aquisição das armas de fogo, surge mudanças consideráveis com o Pacote Anticrime – Lei 13.964/2019 (BRASIL, 2019e), que traz em seu bojo uma série de modificações no Estatuto do Desarmamento e em normatizações inferiores, como portarias e decretos, em relação ao controle e acesso a armas de fogo, acessórios e munições. Além disso, serão citados também os órgãos responsáveis pelo controle de armas, munições e acessórios.

Partindo dessas mudanças legislativas, a presente análise irá se restringir a leis, decretos e portarias referentes ao tema.

## II. MATERIAIS E MÉTODOS

O método de investigação do presente estudo consistiu na observação das mudanças legislativas advindas de uma nova política que defende a comercialização de armas de fogo e seus apetrechos a toda a população. Serão analisados o Pacote Anticrime (no ponto específico que altera o Estatuto do Desarmamento); o Regulamento de produtos controlados do Exército – Decreto 10.030/2019 (BRASIL, 2019d); a Convenção de Palermo – promulgada pelo Decreto 5.941/06 (BRASIL, 2006); e Decretos 9.845/19 (BRASIL, 2019a), 9.846/19 (BRASIL, 2019b) e 9.847/2019 (BRASIL, 2019c), que regulamentam o Estatuto do

Desarmamento. Serão apresentados também, ainda que brevemente, diversos tratados internacionais afetos a armas convencionais e de guerra aos quais o Brasil foi signatário ao ratificá-los.

## III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Regulamento de produtos controlados

Os conceitos de arma de fogo, acessórios e munições vêm positivados nos Decretos 10.030 (antigo R-105, que positiva em lei o conceito de arma de fogo e acessório) e 9.847/19 (que positiva em lei o conceito de munição).

Arma de fogo é definida como:

[...] arma que arremessa projéteis empregando a força expansiva dos gases, gerados pela combustão de um propelente confinado em uma câmara, normalmente solidária a um cano, que tem a função de dar continuidade à combustão do propelente, além de direção e estabilidade ao projétil. (BRASIL, 2019d, art. 3)



**Figura 1** - Vários exemplos de armas de fogo de uso permitido, restrito e proibido (GESTÃO DE SEGURANÇA..., [2020]).

Já acessório é definido como:

[...] artefato que, acoplado a uma arma, possibilita a melhoria do desempenho do atirador, a modificação de um efeito secundário do tiro ou a modificação do aspecto visual da arma. (BRASIL, 2019c, não paginado)

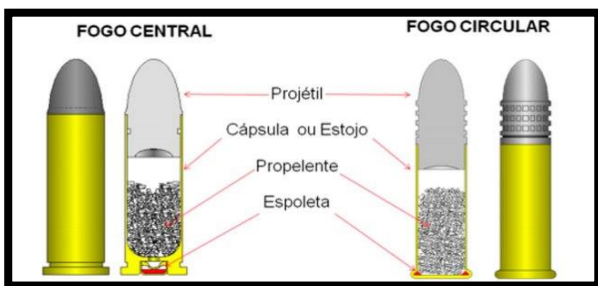


**Figura 2** - Fonte: ([ACESSÓRIOS...], 2019).

O Decreto 9.847/19 traz a seguinte definição de munição:

[...] cartucho completo ou seus componentes, incluídos o estojo, a espoleta, a carga propulsora, o projétil e a bucha utilizados em armas de fogo. (BRASIL, 2019c, art. 2, inciso X)

Veja a seguir fotos ilustrativas dos componentes internos de uma munição:



**Figura 3** - Fonte: (FOGO CENTRAL..., [2020]).



**Figura 4** - Fonte: (COMPARATIVO..., [2012]).

### Conceitos em tratado internacional

O Decreto 9.847/19 promulga o protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças, componentes e munições, complementando a convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional – Convenção de Palermo – (BRASIL, 2004), adotado em Nova York em 31 de maio de 2001.

O artigo 3 deste protocolo, além de trazer as definições de armas de fogo, acessório e munições, diz em sua alínea “d”: “fabricação ilícita significa a fabricação ou montagem de armas de fogo, suas peças e componentes ou munições”.<sup>2</sup>

### Produtos controlados pelo Exército

Os produtos controlados pelo Exército estão previstos no Decreto 10.030/19 e estão disciplinados a seguir:

Art. 15. Os PCE são classificados, quanto ao grau de restrição, da seguinte forma:

<sup>2</sup> No volume 1, ano 3, desta revista, foi apresentado um trabalho intitulado “Armas, tecnologia e crime organizado”,

que apresenta o funcionamento de uma organização criminosa encarregada de fabricar ilicitamente armas e acessórios.



I – de uso **proibido**;

II – de uso **restrito**; ou

III – de uso **permitido**.

§ 1º São produtos controlados de uso **proibido**:

I – os produtos químicos listados na **Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo**, promulgada pelo **Decreto nº 2.977, de 1º de março de 1999**, e na legislação correlata, quando utilizados para fins de desenvolvimento, de produção, estocagem e uso em armas químicas;

II – **as armas de fogo de uso proibido**; e

III – **as munições de uso proibido**. (BRASIL, 2019d, art. 15)

1942;

X – os equipamentos de visão noturna ou termal de emprego militar ou policial;

XI – os PCE que apresentem particularidades técnicas ou táticas direcionadas exclusivamente ao emprego militar ou policial; e

XII – os redutores de calibre de armas de fogo de emprego finalístico militar ou policial.

§ 3º São produtos controlados de uso permitido os PCE não relacionados nos § 1º e § 2º.

§ 4º A classificação de armas e munições de usos proibido, restrito e permitido é aquela prevista na regulamentação da Lei nº 10.826, de 2003. (BRASIL, 2019d, art. 15)

### **Breve resumo dos decretos que regulamentam o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03)**

#### **PRODUTOS CONTROLADOS PELO EXÉRCITO**

§ 2º São produtos controlados de **uso restrito**:

I – **armas de fogo de uso restrito**;

II – **os acessórios de arma de fogo que tenham por objetivo**:

a) suprimir ou abrandar o estampido; ou

b) modificar as condições de emprego, conforme regulamentação do Comando do Exército;

III – **as munições de uso restrito**;

IV – **os explosivos, os iniciadores e os acessórios**;

V – os veículos automotores com blindagem às munições de uso restrito, conforme estabelecido em norma editada pelo Comando do Exército;

VI – as proteções balísticas contra as munições de uso restrito, conforme estabelecido em norma editada pelo Comando do Exército;

VII – os agentes lacrimogêneos e os seus dispositivos de lançamento;

VIII – os produtos menos-letais;

IX – os fogos de artifício da classe D a que se refere o Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de

O Decreto 9.845/19 regula a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição.

O Decreto 9.846/19 regula o registro, o cadastro e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores.

O Decreto 9.847/19 regula a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição; o Sistema Nacional de Armas; e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. Esse instrumento normativo revogou os Decretos 9.785/19 e o 9.797, sendo que o Decreto 9.787/2019 já havia revogado a primeira regulamentação, que foi o Decreto 5.123/04 (BRASIL, 2004b), não mais em vigor.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I – arma de fogo de uso permitido – as armas de fogo semiautomáticas ou de repetição que sejam:

a) de porte, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules; (.22-250); .223 Remington; .243 Winchester; .270 Winchester; 7 Mauser; .30-06; .308 Winchester; 7,62x39; .357 Magnum; .375 Winchester; .44 Magnum; 9 Luger; .38 Super Auto; .40 S&W; .44 SPL; .44 Magnum; .45 Colt; e .45 Auto).

b) portáteis de alma lisa; ou (ex: espingardas)

c) portáteis de alma raiada, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules; (ex: carabinas .22 ou .38)

~~II – arma de fogo de uso restrito – as armas de fogo automáticas, semiautomáticas ou de repetição que sejam:~~

II – arma de fogo de uso restrito – as armas de fogo automáticas e as semiautomáticas ou de repetição que sejam: (Redação dada pelo Decreto nº 9.981, de 2019)

a) **não portáteis**; (carregadas por mais de uma pessoa ou veículo)

b) **de porte**, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, atinja, na saída do cano de prova, **energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules**; ou (ex: .50 Magnum Action Express e .454 Cassull)

c) **portáteis de alma raiada**, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, atinja, na saída do cano de prova, **energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules**; (ex: Fuzil)

III – arma de fogo de uso proibido:

a) as **armas** de fogo classificadas **de uso**

**proibido em acordos e tratados internacionais** dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária; ou

b) as armas de fogo **dissimuladas**, com **aparência de objetos inofensivos**. (BRASIL, 2004b, art. 2)

Veja a seguir imagens ilustrativas de armas antes permitidas e de armas antes proibidas, mas que agora passam a ser comercializadas de acordo com sua energia cinética; e do fuzil TR4 (semiautomático) da empresa brasileira Taurus<sup>3</sup>.



Figura 5 - Fonte: Marreiros (2019, p. 4).

<sup>3</sup>Tal disponibilização de fuzis semi-automáticos antes proibidos tem causado polêmica devido a seus preços e à

potência de tais armamentos de guerra.





**Figura 6** - Fonte: Taurus ([2020]).

### **Munições de uso proibido**

O Decreto 9.847/19 traz:

[...] munição de uso proibido – as munições que sejam assim definidas em acordo ou tratado internacional de que a República Federativa do Brasil seja signatária e as munições incendiárias ou químicas. (BRASIL, 2019c, art. 2, inciso V)

São exemplos de munições aquelas definidas em tratados de Direito Internacional Humanitário, como:

- Armas Químicas (1993)
- Armas Biológicas (1972)
- Convenção de Proibição de Minas, ratificada pelo Brasil em 30 de abril de 1999
- Convenção de Ottawa – Decreto 3.128, de 5 de agosto de 1999 – (BRASIL, 1999)
- Convenção sobre a Proibição ou Limitação do uso de certas armas convencionais (CCAC) – Decreto 2.739/98, de 20 de agosto de 1998 (BRASIL, 1998); e seus protocolos (I/1980 – fragmentos não detectáveis; II/emendado/1996

– minas e armadilhas; III/1980 – armas incendiárias; IV/1995 – cegantes e a laser; V/2003 – munições abandonadas.

É importante destacar o Tratado sobre Comércio de Armas, de 3 de junho de 2013 (BRASIL, 2018), que entrou em vigor em 24 de dezembro de 2014 (sofreu as ratificações 67, 154 e 193) e foi aprovado no Congresso Nacional brasileiro por meio do Decreto Legislativo n. 8, de 16/02/2018, e depositado em 14 de agosto de 2018 na Secretaria da Organização das Nações Unidas (ONU); porém, ainda não há decreto presidencial. Exemplo nesse caso é o artigo 6 desse tratado, que diz sobre a transferência de arma convencional de/para países com embargos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Temos como exemplo de convenções que busam controlar o fluxo de armas a Convenção sobre Munições de Cluster (Convenção de OSLO), da qual o Brasil não faz parte.

Destaca-se o Registro das Nações Unidas de Armas Convencionais (UM Register Of Conventional Arms – UNROCA), o qual exige aos estados-partes que forneçam informações a respeito de exportações e importações de armas convencionais, com a finalidade principal de determinar acúmulos excessivos ou desestabilizadores em determinadas regiões.

### **Do sistema de cadastro de armas de fogo no Brasil**

As armas de fogo de uso restrito e proibido serão registradas no SIGMA, cujo responsável é o Comando do Exército, por meio da Divisão de





Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) (art. 3 do Decreto 9.847/19 sobre o tema). Permanece proibido o uso de armamentos como submetralhadoras e fuzis automáticos. Nesse sentido, é importante destacar que estarão disponíveis à venda os fuzis semiautomáticos



Figura 7 - Fonte: Jaworski (2019).

Já as armas de fogo de uso permitido serão registradas no SINARM, cujo responsável é a Polícia Federal brasileira, e podem ser registradas tanto na Polícia Federal quanto no Comando do Exército Brasileiro.



Figura 8 - Fonte: Jaworski (2019).

É importante destacar que os funcionários da área de Segurança Pública ou ligados ao aparato estatal de força não possuíam restrições quanto ao acesso aos armamentos. O art. 3, incisos I a XI, do Estatuto do Desarmamento indicam as pessoas integrantes de carreiras que podem portar arma de fogo, mesmo fora de seu trabalho, e, por fim, o §5º traz a possibilidade de o residente em área rural portar arma de fogo, sendo necessário cumprir os seguintes requisitos: residir em área rural, ser maior que 25 anos de idade e comprovar dependência da arma para prover a subsistência – categoria caçador de subsistência.

Diante das evidentes mudanças legislativas, sem dúvidas o acesso a diversos tipos de armamentos mais potentes acontecerá.



#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema armas, sem dúvida, tornou-se uma das pautas política-ideológica suscitada por uma nova composição política mundial. O discurso da guerra frente ao inimigo permite cada vez mais a posse e porte de armas nas residências.

Assim como utensílios de necessidades básicas, talvez as armas possam também se tornar mais um item doméstico.

Se o acesso às armas já era possível, a questão é se essas regras para a posse serão ou não banalizadas. Até o momento, dispõe o Estatuto do Desarmamento que a permissão atende aqueles que possuem 25 anos de idade. As especificações quanto à energia cinética dos armamentos é que mudaram, mas, a meu ver, isso não aumentou a posse de armas por parte da população, pelo menos a princípio. Porém, com uma máquina estatal incentivando a aquisição de armas, poderá, isso sim, incentivar a busca por um item que muito possivelmente poderá ser considerado um novo utensílio doméstico: um fuzil de guerra.

#### V. AGRADECIMENTOS

Agradeço à Associação Brasileira de Criminologia (ABC) pela oportunidade de ter participado no I Simpósio Brasileiro de Criminologia Forense, realizado na Faculdade de Quixadá, *campus* Cisne, em Quixadá (Ceará), e na segunda edição do simpósio na Capital Vitória no Estado do Espírito Santo.

Agradeço ao Presidente da ABC, Francisco Geraldo Fernandes de Almeida, e a seus familiares pela receptividade e alegria com a qual fui recebido.

Parabéns aos membros da ABC pela sublime atitude

com o implemento da Criminologia no mundo acadêmico. Atitude maior não há.

Por fim, agradeço aos palestrantes e participantes do último simpósio pela possibilidade de compartilhar ideias com a comunidade acadêmica.

#### REFERÊNCIAS

1. [ACESSÓRIOS DE ARMA DE FOGO]. In: SCHAUN, Guilherme. Uso permitido, uso proibido, munição, acessório, arma de fogo: definições. **Jus**, Teresina, mar. 2019. 1 imagem de acessórios de armas de fogo. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73025/uso-permitido-uso-proibido-municao-acessorio-arma-de-fogo-definicoes/2>. Acesso em: 29 jun. 2020.
2. BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto legislativo nº 8, de 2018: Aprova o texto do Tratado sobre o Comércio de Armas, assinado pelo Brasil, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 16 fev. 2018, p. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2018/decretolegislativo-8-15-fevereiro-2018-786167-tratado-154861-pl.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.
3. BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 3.128, de 5 de agosto de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 6 ago. 1999, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3128-5-agosto-1999-344821-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.



4. BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 12.419, de 13 de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 15 maio 1943, p. 7476. Promulga o Tratado de Comércio entre o Brasil e o Canadá, firmado no Rio de Janeiro, a 17 de outubro de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12419-13-maio-1943-450968-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.
5. BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 2.739, de 20 de agosto de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1. 21 ago. 1998, p. 2. Promulga a Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais, que Podem Ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, conhecida como Convenção sobre Certas Armas Convencionais, adotada em Genebra, em 10 de outubro de 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2739-20-agosto-1998-343199-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.
6. BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jun. 2020.
7. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004a. Convenção de Palermo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5015.htm). Acesso em: 25 jun. 2020.
8. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5123.htm). Acesso em: 25 jun. 2020.
9. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.941, de 26 de outubro de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5941.htm). Acesso em: 12 jun. 2020.
10. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9845.htm). Acesso em: 12 jun. 2020.
11. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9846.htm). Acesso em: 12 jun. 2020.



12. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9847.htm). Acesso em: 12 jun. 2020.
13. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019d. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10030.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10030.htm). Acesso em: 12 jun. 2020.
14. BRASIL. Presidência da República. Lei 10.826/0. Brasil, de 22 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003. Estatuto do Desarmamento. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.826.htm). Acesso em: 12 jun. 2020.
15. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019e. Pacote Anticrime. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm). Acesso em: 12 jun. 2020.
16. COMPARATIVO técnico munições CBC. In: GBN NEWS. Qual a diferença entre os calibres 5,56x45 OTAN e o .223Rem? **GBN Defense**, [S. 1.], [2012].
17. FACCIOLLI, Ângelo Fernando. **Lei das armas de fogo**. 11. ed. Curitiba: Juruá, 2020.
18. FOGO central, fogo circular. In: GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA. **Arma de fogo: O que é? Definições e conceitos: origens e classificações**. [S. 1.], [2020]. Disponível em: <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/arma-de-fogo-o-que-e-definicoes/>. Acesso em: 12 jun. 2020.
19. GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA. **Arma de fogo**. [S. 1.], [2020]. Disponível em: <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/arma-de-fogo-o-que-e-definicoes/>. Acesso em: 12 jun. 2020.
20. JAWORSKI, Betta. Decreto facilita compra de armas. In: LEITÃO, Leslie; SOARES, Paulo Renato. Decreto de Bolsonaro que regulamenta uso e porte de armas no país libera compra de fuzil por qualquer cidadão. **G1**, [S. 1.], 20 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/20/decreto-de-bolsonaro-que-regulamenta-uso-e-porte-de-armas-no-pais-libera-compra-de-fuzil-por-qualquer-cidadao.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2020.
21. MARREIROS, Ruchester. **Pacote Anticrime Lei 13.964/2019**. Recife: CERS, 2019.
22. TAURUS. **Fuzil T4**. São Leopoldo, [2020]. 1 imagem de um fuzil. Disponível em: <https://www.taurusarmas.com.br/pt/produtos/armas-longas/fuzil-t4-full-auto>. Acesso em: 29 jun. 2020.





## TEORIA DA ARMADILHA (NORTE-AMERICANA) E SEU REFLEXO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

André Militão de Lima<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestre, bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, Brasil. Graduado em Direito, pós-graduado em Direito Penal (2018), pós-graduado em Direito Processual Penal (2020) pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus e pós-graduando em Direitos Humanos pelo CEI, São Paulo, Brasil.

*E-mail:* andre\_lima106@hotmail.com

**Resumo** – O objetivo deste artigo é apresentar as mudanças legislativas trazidas pelo conhecido Pacote Anticrime (Lei 13.964/19), com o foco nas alterações do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) e Lei de Drogas (Lei 11.343/06), ao trazer ao direito brasileiro a figura do agente policial disfarçado, presente na Teoria da Armadilha e muito utilizada no sistema de justiça norte-americano; antes rechaçado internamente, pois inexistia regulamentação nas legislações. Com tal positivação, certamente serão iniciadas discussões doutrinárias sobre os reflexos tanto na polícia judiciária quanto no sistema de justiça penal.

**Palavras-chave** – Teoria da Armadilha norte-americana, Agente disfarçado, Investigação criminal.

**Abstract** – The purpose of this article is to present the legislative changes brought about by the well-known AntiCrime Package, with a focus on changes to the Disarmament Statute (Law 10.826 / 03) and Drug Law (Law 11.343 / 06), by bringing the figure of “disguised agent”, called Trap Theory widely used in the North American justice system, previously rejected

internally, as there was no regulation in legislation. With such positivism, doctrinal discussions will certainly start on the consequences both in the judicial police and in the criminal justice system.

**Keywords** – North American Trap Theory, Disguised Agent, criminal investigation.

### I. INTRODUÇÃO

A aplicação da Teoria da Armadilha norte-americana, sem dúvidas, trará um novo modelo de investigação criminal as polícias judiciárias estaduais e federal.

A positivação de tal instituto no Estatuto do Desarmamento (BRASIL, 2003a) e na Lei de Drogas (BRASIL, 2006) traz um novo paradigma à investigação policial ao propiciar maior segurança ao trabalho investigativo, bem como ao trazer os agentes para o campo da legalidade. Para situar as mudanças legislativas, será necessário apresentar as espécies de flagrantes previstas no Código de Processo Penal e a mudança de



paradigma que essa teoria traz ao flagrante preparado, provocado ou crime de ensaio.

## II. MATERIAIS E MÉTODOS

O método de investigação do presente estudo utilizará um material doutrinário atual (CUNHA; PINTO, 2014), alterações promovidas pelo Pacote Anticrime – Lei 13.964/19 (BRASIL, 2019) – no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) e na Lei de Drogas (Lei 11.343/06) com a implementação da figura do agente disfarçado como uma complementação do sistema de investigação diante da figura do agente infiltrado, já previsto na Lei de Combate às Organizações Criminosas – artigos 10 a 14 da Lei 12.850/13 (BRASIL, 2013) –, na Lei de Drogas (art. 53, I) e no Estatuto da Criança e Adolescente – artigos 190A a 190E da Lei 8.069/90 – (BRASIL, 1990).

## III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Da prisão em flagrante

A respeito da prisão em flagrante – prevista nos arts. 301 a 310 do Código do Processo Penal (BRASIL, 1941) – a Constituição Federal traz:

[...] ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei. (BRASIL, 1998, art. 5º, LXI)

### Hipóteses excepcionais em que não se imporá a prisão em flagrante delito

Nos crimes considerados de menor potencial ofensivo:

Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima. (BRASIL, 1995, art. 69, parágrafo único)

Não se imporá a prisão em flagrante delito nos crimes de ação penal pública condicionada à representação ou de ação penal privada – art. 30 do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941).

Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela. (BRASIL, 1997, art. 301)

Por fim, ao crime de porte de entorpecentes para uso próprio:

[...] conduta prevista no art. 28 desta Lei 11.343/06, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários. (BRASIL, 2006, art. 48, § 2º)



### Das espécies de prisão em flagrante

<b>Espécies de flagrante</b>	Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
Facultativo	
Obrigatório/Compulsório	
Próprio/Perfeito/Real/ Verdadeiro	
Impróprio/Imperfeito /Ireal /Quase flagrante	
<u>Presumido/Ficto/Assimilado</u>	Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:
Esperado	I – está cometendo a infração penal;
Diferido/Postergado/ Prorrogado	II – acaba de cometê-la;
Forjado/Urdido	III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
Preparado/Provocado/Crime de ensaio	IV – é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
	Art. 303. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

**Tabela 1** - Fonte: (BRASIL, 1941).

No quadro estão representadas as espécies de prisão em flagrante delito pela doutrina; os dois últimos não aceitos pela doutrina se aplicam às prisões ilegais.

A Teoria da Armadilha norte-americana

certamente dá uma nova roupagem à investigação criminal que, com a utilização do agente disfarçado no esclarecimento, produz elementos de autoria e materialidade do delito, o que certamente trará uma mudança sobre a preparação do flagrante pela polícia.

### Teoria da Armadilha norte-americana – agente disfarçado X agente infiltrado X agente infiltrado virtual

O Pacote Anticrime traz em seu bojo um avanço nos mecanismos de investigação criminal. Inicialmente, a Lei de Combate às Organizações Criminosas e Lei de Drogas trazem a regulamentação da infiltração de agentes em tarefas investigativas. O chamado agente infiltrado tem previsão no art. 53, I, da Lei de Drogas, e nos arts. 10 a 14, da Lei de Combate às Organizações Criminosas.

Temos, *a posteriori*, o Estatuto da Criança e Adolescente positivando a figura do agente infiltrado virtual para investigar crimes relacionados à exploração sexual infantil. O agente infiltrado virtual tem previsão nos arts. 190A a 190E desse estatuto.

Os estudiosos introduzem no projeto de Pacote Anticrime, aprovado pelos legisladores brasileiros, a Teoria da Armadilha, utilizada há tempos nos Estados Unidos.

Tal lei busca fomentar de forma legítima a atuação policial em dois tipos penais específicos: o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Comércio Ilegal de Armas de Fogo; e Tráfico Internacional de Armas de Fogo, ambos do Estatuto do Desarmamento.

É importante destacar que, por vezes, a atuação de agentes da polícia judiciária, seja ela estadual ou



federal, causava nulidades em processos criminais, uma vez que, de certa maneira, uma negociata de armas ou drogas seria induzida por agentes estatais. Com essa nova regulamentação, ela trará mais segurança à atuação policial, pois positiva a ideia de que os agentes criminosos já possuíam uma predisposição para a prática do crime (*entrapment defense* ou *entrapment doctrine*).

Também é importante frisar que cabem às polícias judiciárias o exercício exclusivo das atividades investigatórias e sua não observância resultaria em violação do art. 144, §1º, IV, da Constituição e art. 157 e parágrafos do Código do Processo Penal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares. § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Art. 4º do CPP. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. (BRASIL, 1988, art. 144)

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função. Art. 157 do CPP. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as

obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

§ 1o São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

§ 2o Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

§ 3o Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente. (BRASIL, 1941)

A figura do agente policial disfarçado (da Teoria da Armadilha) é previsto da seguinte forma: no art. 33, §1o, IV da Lei 11.343/06 – Lei de Drogas.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

IV – vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a **agente policial disfarçado**, quando presentes elementos probatórios





razoáveis de conduta criminal preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

Seguem as alterações no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) tipificando a atuação do agente policial disfarçado tanto nas condutas do comércio ilegal de armas de fogo, quanto a conduta de tráfico internacional de armas de fogo:

Comércio ilegal de arma de fogo

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)  
§ 2º Incorre na mesma pena quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a **agente policial disfarçado**, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Tráfico internacional de arma de fogo

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 16 (dezesesseis) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, em operação de importação, sem autorização da autoridade competente, a **agente policial disfarçado**, quando presentes elementos

probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

**GRAVIDADE DAS CONDUTAS ACIMA TIPIFICADAS**

Art. 19. Nos crimes previstos nos arts. 17 e 18, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

Art. 20. Nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a pena é aumentada da metade se: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

I – forem praticados por integrante dos órgãos e empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º desta Lei; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

II – o agente for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Art. 21. Os crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 são insuscetíveis de liberdade provisória. (Vide Adin 3.112-1). (BRASIL, 2006, art. 33, grifos nossos)

Sem dúvidas estas relevantes mudanças legislativas trarão maior eficácia a atuação policial, colocando seus agentes sob o manto da legalidade e acarretará sem dúvidas um intenso debate doutrinário sobre o uso desse novo mecanismo investigativo somado aos demais institutos já existentes, como as demais infiltração de agentes, colaboração premiada, delação premiada, acordo de não persecução penal.

Certamente, as espécies de flagrante forjado/urrido e preparado/provocado/crime de ensaio (*entrapment doctrine*) serão colocadas à prova durante processos penais que tiverem como ferramenta investigativa essa nova modalidade de investigação que utilize o agente policial disfarçado.

Doutrinadores como Sanches, Renato



Brasileiro e Nucci certamente irão sopesar a distinção entre os tipos investigativos, colocando à prova a utilização da ideia de prova ilícita nos termos do artigo 17 do Código Penal:

Art. 17 – Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime. (BRASIL, 1940, art. 17)

Além disso, a tese do flagrante preparado já foi sumulada pelo Supremo Tribunal Federal com nº 145 que diz: "Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação" (BRASIL, 2003b).

Abre-se um clarão em relação às discussões doutrinárias acerca do tema e certamente chegará às cortes superiores casos específicos sobre a nova Teoria da Armadilha aplicada em investigações criminais realizadas pelas polícias judiciárias brasileiras.

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da Teoria da Armadilha sem dúvida trará uma maior segurança para a atuação estatal na reprimenda a crimes como tráfico de drogas e de armas, colocando seus agentes dentro de limites agora tipificados em lei.

A postura de advogados e defensores públicos certamente sofreu uma rearticulação, uma vez que a tese de flagrante preparado/provocado terá impacto na persecução penal.

Teses doutrinárias e jurisprudências certamente surgirão, pois trata-se de um tema novo, mas que, sem dúvidas, trará mudanças em todos os níveis

departamentais de polícia. A utilização do agente de polícia que integra a organização criminosa para desmantelá-la certamente ganha mais força.

#### V. AGRADECIMENTOS

Agradeço à Associação Brasileira de Criminologia (ABC), pela oportunidade de ter participado de seu último simpósio, na cidade de Vitória (ES).

Agradeço ao presidente da ABC, Francisco Geraldo Fernandes de Almeida, pela atenção proporcionada.

Agradeço a Walter Lacerda de Aguiar, pelo convite e por proporcionar a minha participação em diversos eventos acadêmicos de Criminologia.

Agradeço aos palestrantes e participantes do último simpósio, já mencionado, pela possibilidade de compartilhar ideias com a comunidade acadêmica.

Por fim, parablenzo os membros da ABC pela sublime atitude com o implemento da Criminologia ao mundo acadêmico. Atitude maior não há.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANNINI Neto. Francisco. Nova Lei das Organizações Criminosas e a polícia judiciária. **Jus**, Teresina, 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25314/nova-lei-das-organizacoes-criminosas-e-a-policia-judiciaria>. Acesso em: 26 jun. 2020.
2. BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 21201, 24 set. 1997. Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/>



- fed/lei/1997/lei-9503-23-setembro-1997-372348-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 26 jun. 2020.
3. BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jun. 2020.
  4. BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940: Código Penal. **Diário Oficial da União**, Salvador, 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 26 jun. 2020.
  5. BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**: Código do Processo Penal. Brasília, DF, 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm). Acesso em: 26 jun. 2020.
  6. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990. Estatuto da Criança e Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 26 jun. 2020.
  7. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm). Acesso em: 26 jun. 2020.
  8. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003a. Estatuto do Desarmamento, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.826.htm). Acesso em: 26 jun. 2020.
  9. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006. Lei de Drogas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm). Acesso em: 26 jun. 2020.
  10. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013. Lei de Combate às Organizações Criminosas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm). Acesso em: 26 jun. 2020.
  11. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019. Pacote Anticrime. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm). Acesso em: 26 jun. 2020.
  12. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 145**. Brasília, DF, 2003b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2119>. Acesso em: 29 jun. 2020.
  13. CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Crime organizado: comentários à nova lei sobre o crime organizado (Lei nº 12.850/13). 3. ed. São Paulo: Juspodivm, 2014.



- 
14. FACCIOLLI, Ângelo Fernando. **Lei das armas de fogo**. 11. ed. Curitiba: Juruá, 2020.
15. GOMES, Luiz Flávio Gomes; CERVINI, Raúl. **Crime organizado**: enfoques criminológicos, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal. São Paulo: RT, 1997.
16. LIMA, Renato Brasileiro. **Legislação Criminal Especial Comentada**. 2. ed. revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Juspodivm, 2014.
17. MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime organizado**: aspectos gerais e mecanismos legais. São Paulo. Juarez de Oliveira, 2002.
18. MIRABETE, Julio Fabrini. **Código Penal interpretado**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
19. REALE JUNIOR, Miguel. Crime organizado e crime econômico. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 4, n. 13, p. 182-190, jan-mar.1996.
20. RODRIGUEZ, Victor Gabriel. Aula de Ética e delação premiada. **Jornal Carta Forense**, São Paulo, p. 22, out. 2013.





## **A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO DIANTE DO DESAFIO DE REINTEGRAR O CONDENADO NA SOCIEDADE**

Eder Antonio do Carmo Nunes<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Faculdades Integradas de São Carlos – FADISC

Universidade Potiguar – UnP

edernunes@adv.oabsp.org.br

**Resumo** – O artigo tem o propósito de apresentar a realidade do Sistema Penitenciário Brasileiro em todos os estados da federação, através de dados atualizados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, provocando no leitor uma reflexão sobre o papel do Estado na punição e reintegração do condenado na sociedade, bem como sobre a progressão de regime adotada no Brasil, nessa missão de garantir a paz social. Os dados do CNJ apontam que a população prisional brasileira cresce a um ritmo de 8,3% ao ano. Nessa marcha, o número de presos pode chegar a quase 1,5 milhão em 2025, o equivalente à população de cidades como Belém e Goiânia. Atualmente, o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China, tendo declarado o Ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal: “A superlotação carcerária e a precariedade das instalações das delegacias e dos presídios, mais do que inobservância, pelo Estado, da ordem jurídica correspondente, configuram tratamento degradante, ultrajante e indigno a pessoas que se encontram sob custódia”.

**Palavras-chave** – Estado, População Carcerária, Superlotação.

**Abstract** – The article aims to present the reality of the Brazilian Penitentiary System in all states of the federation, through updated data presented by the National Council of Justice - CNJ, causing the reader to reflect on the role of the State in the punishment and reintegration of condemned in society, as well as on the progression of the regime adopted in Brazil, in this mission of guaranteeing social peace. CNJ data show that the Brazilian prison population grows at a rate of 8.3% per year. In this march, the number of prisoners can reach almost 1.5 million in 2025, equivalent to the population of cities like Belém and Goiânia. Currently, Brazil has the third largest prison population in the world, behind only the United States and China, having declared Minister Marco Aurélio de Mello, of the Supreme Federal Court: “Prison overcrowding and the precariousness of police and prison facilities, more than the non-observance by the State of the corresponding legal order, constitute degrading, outrageous and unworthy treatment to people who are in custody”.

**Keywords** – State, Prison Population, Overcrowding.



## I. INTRODUÇÃO

O conceito de pena é muito amplo, possibilitando inúmeras definições, como ensina Breda (1984: 37):

Importa saber o que é pena [...] Evidentemente será castigo, baseado na realidade do homem aprender por experiência e erro; vingança, sem dúvida, em muitos casos, embora não o devesse jamais ser; corretivo deveria ser; intimidação não deixa de ser, pelo menos para os que apontaram essa possibilidade; que permite estudar o criminoso é correto afirmar; sem dúvida afasta o marginal da sociedade, que respirará desafogada sem receio de que o prisioneiro repita os crimes (enquanto for prisioneiro...). (BREDA, 1984, p. 37)

Partindo da apresentação desse conceito amplo de pena, também é importante uma reflexão sobre qual a mensagem que o Estado visa passar aos infratores com a aprovação das leis e consequentes sanções legais, levando em consideração a realidade social e o orçamento disponível para se investir na recuperação e reintegração dos criminosos na sociedade.

[...] o custo social de 73% dos delitos que se cometem na República Mexicana tem uma importância equivalente a uma Quinta parte do orçamento nacional, aproximadamente [...] (estudo de Cuarón, A. Q. e Cuarón, R. Q., no México, citado por Carvalho, H. V. *Compêndio de Criminologia*, acima referido); Sempre há o perigo de que os facínoras, pela força ou peno engano, saiam do cárcere (Cuba Contemporânea, tomo XLII, 1926, pg. 13); a prisão é perpétua mas somente na teoria [...] pode cessar pelo perdão, pela fuga, por sedição que leve o povo a

abrir as portas do cárcere [...] (Revista de Direito Penal da Sociedade Brasileira de Criminologia, Rio de Janeiro, vol. IV, 1934, pg. 273). (BREDA, 1984, p. 27-30)

Analisando o regime de prisão ao qual são submetidos os condenados, na qual a ideia seria reeducá-los e reintegrá-los à sociedade, Breda (1984), fazendo referência ao Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, menciona artigo do *Jornal do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo*, que publicou matéria em relação ao regime de prisão a que estão submetidos os condenados nessa instituição:

Nas enfermarias de 25 leitos à noite, principalmente quando estão às escuras, ninguém se atreve a entrar, mesmo que haja indicação de que algo anormal se passe. Uma vez fechadas à chave “seja o que Deus quiser” [...] Agressões e violações sexuais entre os internados são fatos corriqueiros. (BREDA, 1984, p. 50)

O autor, ainda quanto ao regime de prisão a que são submetidos os condenados, faz menção à visão de Cesare Beccaria e de José Ricardo Ramalho:

[...] a vítima em geral será um condenado fraco e indefeso, ou alguém ainda não animalizado por encarceramentos repetidos e portanto não apto para deter um facínora violento e degenerado; ou até mesmo um homem honesto, pois “se lançam, indistintamente, na mesma masmorra, o inocente suspeito e o criminoso convicto” (Beccaria, *Dos Delitos e das Penas*, página 46) (BECCARIA apud BREDA, 1984, p. 46)

[...] aproveitam a ocasião de chegar o menino novo, menino bonito, inexperiente, aí eles comentam: “você viu que menino bonito chegou



hoje?"; já tem outros que são vendidos quando chegam no bonde... toma tanto e coloca ele no meu xadrez... (RAMALHO apud BREDA, 1984, p. 50-51)

Para Nogueira (1995), a pena jamais é cumprida integralmente pelo condenado e a progressão de regime adotada no Brasil, por exemplo, incentiva a criminalidade:

Quando os criminosos são detidos e processados, acabam recebendo uma pena que jamais será cumprida integralmente, pois o regime punitivo é fraco e as garantias de impunidade são conhecidas; serão beneficiados com a progressão da pena, sendo restituídos logo à liberdade. Isso se torna verdadeiro incentivo à criminalidade, que vem crescendo assustadoramente. (NOGUEIRA, 1995, p. 67)

Fazendo uma reflexão sobre as penas aplicadas no Brasil e o regime de progressão para que o condenado seja reintegrado à sociedade, o que se tem na prática é que, se o réu for primário e tiver bom comportamento, em pouco tempo estará livre para voltar a viver em sociedade. Impossível não nos colocarmos do lugar da vítima de roubo, por exemplo, situação na qual ela, ao decidir procurar a justiça, precisará adicionar à humilhação pela qual já passou a sua exposição no meio social em que vive, o julgamento de terceiros e o temor de represália, sabendo que, após ter que se sujeitar a todo o procedimento legal (comparecimento na Delegacia de Polícia e posteriormente no Fórum), poderá em pouco tempo voltar a cruzar com o assaltante.

Outro exemplo que se tornou infelizmente corriqueiro são as vítimas de violência doméstica, que são agredidas muitas vezes por pessoas de

confiança, sendo que muitas delas acabam tendo suas vidas ceifadas, mesmo após o registro de várias ocorrências. Assim, o Estado não tem condições de efetivamente garantir às vítimas dos crimes mais diversos que será respeitado seu direito fundamental previsto constitucionalmente, que é o direito à vida.

São crimes que causam grande repercussão e comoção social, sempre trazendo à tona não apenas o debate sobre a aprovação da pena capital, mas também a aprovação de penas mais severas como respostas à criminalidade, como se o indivíduo propenso a cometer crimes fizesse alguma reflexão sobre as consequências de seu ato, a ponto de lhe desestimular a cometer o crime e não simplesmente confiar na grande chance que possui de não ser pego, permanecendo impune.

Nessa missão de garantir a paz social, existe uma balança na qual há de um lado a necessidade de pensarmos que o condenado precisará ser preparado para ser reintegrado à sociedade e, de outro, a necessidade de o Estado diminuir a sensação de impunidade e, ao mesmo tempo, resgatar a confiança da sociedade nas leis. Também é necessário ao Estado desestimular o desejo da família das vítimas de fazer justiça com as próprias mãos, voltando às ideias presentes no período da aplicação da Lei de Talião – olho por olho, dente por dente – ou na época em que a vontade dos mais fortes prevalecia sobre a dos mais fracos.

Essa reflexão ensina que, apesar de o sistema visar à reintegração do infrator à sociedade, a realidade prisional existente nos coloca em um dilema entre a aplicação das penas alternativas e a imposição de penas de reclusão mais rígidas. Para Nogueira (1995, p. 70): "...conforme a gravidade do



crime deve ser a punição, pois além de ser um alerta para os demais, trata-se de uma defesa social, na medida que não deixa de proteger, em detrimento da minoria, a maioria ordeira e disciplinada”.

Refletindo sobre o número de pessoas cumprindo pena e as condições dos estabelecimentos penais existentes no Brasil, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (apud BICUDO, 1994) traz:

[...] em 1993 existiam aproximadamente 120 mil presos para uma capacidade de apenas 51.000 vagas nos estabelecimentos prisionais brasileiros. Havia cerca de 270 mil mandados de prisão a serem cumpridos e por volta de 300 mil pessoas submetidas a processo penal. Os dados referem-se a presos e vagas nas penitenciárias, não incorporando, portanto, a população amontoada nas delegacias de polícia distribuídas por todo o país. (BICUDO, 1994, p. 78)

Para Bicudo (1994, p. 86), a falência do sistema penitenciário brasileiro seria a razão da sociedade estar amedrontada e, em razão dessa condição, ser a favor da aprovação da pena capital: “[...] o povo, se sentindo inteiramente desprotegido, busca a solução para o problema da violência na pena de morte. E evidentemente, essa não é a solução”.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Banco de Monitoramento de Prisões, registrou pelo menos 812 mil presos no país, incluindo os presos que estão cumprindo pena no regime fechado, semiaberto e em abrigos, excluindo-se dessa estatística os presos com tornozeleira eletrônica e os que estão em regime aberto domiciliar:

Os dados mostram que, do total da população carcerária, 41,5% (337.126) são presos provisórios – pessoas ainda não condenadas. E que há em todo o país 366,5 mil mandados de prisão pendentes de cumprimento, dos quais a grande maioria (94%) de procurados pela Justiça. Os demais estão foragidos. O banco de monitoramento do CNJ é alimentado diariamente com dados fornecidos pelos tribunais estaduais. A marca de 800 mil presos foi ultrapassada há duas semanas. O número de presos pode ser ainda maior porque alguns estados não completaram totalmente a implantação do sistema e por isso ainda fornecem informações parciais. Segundo o levantamento nacional de informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça – a base de dados do CNJ ainda não tem informações que permitam a comparação com outros anos, o Brasil tinha 726,7 mil presos em junho de 2016. Naquele mês, a população prisional brasileira havia ultrapassado a marca de 700 mil, segundo os dados do Depen [...] Os dados do CNJ apontam para o aumento da população prisional brasileira que, de acordo com diagnóstico do Depen, cresce a um ritmo de 8,3% ao ano. Nessa marcha, o número de presos pode chegar a quase 1,5 milhão em 2025, o equivalente à população de cidades como Belém e Goiânia. Atualmente, o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. (BARBIÉRI, 2019, não paginado)

O ministro Marco Aurélio de Mello, do egrégio Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro de 2015, na ação judicial proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que questionava “ações e omissões” (BARBIÉRI, 2019, não paginado) do poder público diante da superlotação





degradante do sistema penitenciário brasileiro, afirmou:

A superlotação carcerária e a precariedade das instalações das delegacias e dos presídios, mais do que inobservância, pelo Estado, da ordem jurídica correspondente, configuram tratamento degradante, ultrajante e indigno a pessoas que se encontram sob custódia. As penas privativas de liberdade aplicadas em nossos presídios convertem-se em penas cruéis e desumanas. Os presos tornam-se “lixo digno do pior tratamento possível”, sendo-lhes negado todo e qualquer direito à existência minimamente segura e salubre. (MELLO apud BARBIÉRI, 2019, não paginado)

Barbiéri (2019) também traz a posição do defensor público da União que atua no STF, Gustavo Ribeiro:

A situação do sistema prisional brasileiro se prolonga por fatores como a demora na conclusão dos processos, as prisões cautelares (sem condenação) que se estendem por muito tempo e o encarceramento de pessoas por crimes de baixo potencial lesivo. Recebo muitos processos de prisão cautelares que duram três, quatro anos, sem condenação nenhuma. Eles acabam cumprindo pena sem condenação. (RIBEIRO apud BARBIÉRI, 2019, não paginado)

O STF concluiu o julgamento da ação proposta pelo PSOL, afirmando:

Na oportunidade, o STF determinou que o governo federal liberasse todo o saldo acumulado no Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), destinado à construção e reforma de presídios, e proibiu novos contingenciamentos de verbas. A

Corte também decidiu que os tribunais e juízes do país teriam de adotar medidas para implantar as chamadas audiências de custódia, procedimento pelo qual presos em flagrante são levados em até 24 horas a um juiz para determinar a necessidade ou não de permanecerem na cadeia antes da condenação. (BARBIÉRI, 2019, não paginado)

Quanto aos efeitos da decisão do STF, relata Barbiéri que, em 2019, mais de R\$ 1,1 bilhão do fundo foram liberados para construção, ampliação, aprimoramento e reforma das instalações.

O presidente do STF e do CNJ em outubro de 2019, ministro Dias Toffoli, ao comentar sobre o sistema carcerário e o crescimento da população prisional, afirmou segundo artigo de Barbiéri (2019):

A violência não tem sido diminuída. A sensação de insegurança na sociedade tem aumentado. As facções criminosas vêm se aproveitando da farta oferta de mão de obra do sistema prisional para fortalecer e ampliar seu poder ganhando espaço na capilaridade do sistema prisional. Esse é um diagnóstico que tem sido feito nas instâncias federais e estaduais que atuam no sistema prisional. (TOFFOLI apud BARBIÉRI, 2019, não paginado)

Quanto à expectativa em relação a melhorias no sistema carcerário do país e ao respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, Barbiéri (2019) relata as estratégias e a postura adotadas pelo governo Bolsonaro:

O Depen informou que tem atuado para melhorar a realidade do sistema prisional nos estados, a partir de investimentos para a ampliação de vagas nas penitenciárias, ampliação de parcerias



público-privadas e troca de experiências por meio de diálogos com as associações de Proteção aos Condenados (APACs). Em nota enviada à reportagem, o Departamento Penitenciário Nacional cita medida provisória assinada pelo governo Bolsonaro em junho deste ano que permitiu a contratação de engenheiros para auxiliar em obras nos presídios e elaborar projetos padronizados de unidades. Conforme o órgão, o objetivo é criar de 10 mil a 20 mil novas vagas nos presídios até o final de 2019. Para 2022, a previsão é de ampliar entre 100 mil e 150 mil novas vagas. (BARBIÉRI, 2019, não paginado)

Costa Filho (apud BREDA, 1984, p. 49) cita as palavras proferidas por um condenado, quando questionado sobre a pena capital: “Eu sempre fui preguiçoso, é uma vergonha, concordo, mas para trabalhar é preciso fazer um esforço e eu me sinto incapaz disso. Só tenho energia para o mal. Se é preciso trabalhar, eu não quero viver, prefiro ser condenado à morte”.

Informa Bicudo (1994, p. 86) que muitos presos se manifestaram favoráveis à aprovação da pena capital: “Muitos delinquentes opinaram que para conter a força da violência, só uma força superior e temível”.

Não podemos afirmar que a visão desses condenados a favor da pena capital representa a posição dos presos atualmente encarcerados ou dos condenados que atualmente estão ou foram executados nos últimos anos, mas de qualquer forma, deixa uma reflexão sobre a importância do Estado trabalhar de forma preventiva, antes que pessoas que vivem em áreas de risco e propensas à violência e à criminalidade passem a se tornar mais um número nos estabelecimentos penais e nos países que aplicam a pena capital, constituindo-se em mais

uma estatística no número de execuções no mundo.

A superpopulação de presos fez com que surgisse a ideia de entregar a prisão à iniciativa privada, uma vez que vários países aplicavam o modelo de adoção da privatização da rede prisional, contexto no qual os EUA foram os pioneiros. Acreditava-se que tal medida seria mais eficaz na recuperação do infrator e, ao mesmo tempo, menos onerosa para o Estado, o que não se confirmou, segundo Bicudo (1994):

O magistrado Evandro Lins e Silva, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, em artigo publicado no Jornal do Brasil, de 9 de maio de 1992, advertiu que: (o advogado José Paulo Cavalcanti Filho), quando secretário-geral do Ministério da Justiça, foi ao Federal Bureau of Prisons (órgão do governo norte-americano que supervisiona o funcionamento das prisões), em 1985, especificamente para discutir o programa norte-americano de privatização das prisões. E, agora, me deu conhecimento: “a informação oficial foi a de que o programa havia sido suspenso, para reavaliação (e) a impressão pessoal dos responsáveis [...] é que o programa não seria reativado [...] não havia reduzido o custo do preso para o Estado [...] estava sendo empregado apenas em *half way houses* (prisões semiabertas), as prisões remanescentes ainda sob a administração privada decorriam de contratos em curso (e outros) novos contratos não seriam assinados. (BICUDO, 1994, p. 80-81)

Ainda que tal medida fosse menos onerosa para o Estado, a segurança pública, por ser dever do Estado, é indelegável (BICUDO, 1994, 81):

No Brasil, a privatização está na moda. Mas seus defensores esquecem que existem funções



indelegáveis e que, mesmo assim, vão sendo delegadas. Refiro-me à questão da segurança pública. Basta a leitura do artigo 144 da Constituição Federal para verificarmos que a entrega do aparelho de segurança à iniciativa privada esbarra em normas constitucionais. (BICUDO, 1994, p. 81)

Pesquisa realizada em 1993 constatou que cada condenado representa um custo mensal de 3,5 salários mínimos (NOGUEIRA, 1995):

[...] no Brasil há 126 mil presos, a um custo mensal de 3,5 salários mínimos cada, havendo 319 penitenciárias e cadeias públicas para abrigar essa população, o que leva nosso país a ser o segundo em número de presos no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. (O ESTADO DE SÃO PAULO apud NOGUEIRA, 1995, p. 69)

Em 2019 havia cinco presídios federais no Brasil, com capacidade, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para 1.040 presos ao todo, sendo que Mossoró/RN, Brasília/DF, Catanduvas/PR, Campo Grande/MS e Porto Velho/RO abrigavam uma unidade cada.

Nos presídios de segurança máxima controlados pelo Governo Federal, diferentemente dos presídios estaduais, todas as celas são individuais e possuem diferenciais em relação ao perfil dos presos e aos procedimentos e protocolos de segurança, pois tais presídios abrigam presos que são líderes de grandes facções criminosas, com muita influência na seara criminal.

O Departamento Penitenciário Nacional informou que tem atuado para melhorar a situação dos presídios nos estados por meio de investimentos na ampliação de vagas e das

parcerias público-privadas e por meio de diálogos com as Associações de Proteção aos Condenados (APACs). Tal departamento também tem por objetivo, até 2022, ampliar o número de vagas para o intervalo de 100 mil a 150 mil.

É possível consultar no site do CNJ (CNJ, 2020) o número de presídios e vagas disponíveis nos estados da Federação no ano de 2020 em situações péssimas, ruins, regulares, boas e excelentes e os números de fugas registrados. A seguir, apresentamos os Estados da federação em ordem decrescente em relação ao número total de estabelecimentos, índice de 10 de julho de 2020, sendo que, em alguns Estados o número total de estabelecimentos informados, qual seja, 2.785 estabelecimentos não bate com a somatória da informação referente às suas condições, em razão de alguns municípios não terem prestado as informações, existindo também comarcas sem informação prisional:

**Tabela 1** - Condição dos estabelecimentos do estado de São Paulo

Número total	296
Péssima	17
Ruim	21
Regular	136
Boa	96
Excelente	10
Fugas	6
Vagas	150.458

**Tabela 2** - Condição dos estabelecimentos do estado da Bahia

Número total	291
Péssima	53
Ruim	39
Regular	186
Boa	6
Excelente	0
Fugas	31
Vagas	14.204

**Tabela 3** - Condição dos estabelecimentos do estado de Minas Gerais

Número total	286
Péssima	121
Ruim	35
Regular	97
Boa	30
Excelente	3
Fugas	76
Vagas	42.607

**Tabela 4** - Condição dos estabelecimentos do estado do Ceará

Número total	267
Péssima	52
Ruim	17
Regular	95
Boa	5
Excelente	0
Fugas	33
Vagas	12.093

**Tabela 5** - Condição dos estabelecimentos do estado do Paraná

Número total	223
Péssima	89
Ruim	23
Regular	95
Boa	13
Excelente	3
Fugas	81
Vagas	24.479

**Tabela 6** - Condição dos estabelecimentos do estado do Maranhão

Número total	183
Péssima	38
Ruim	16
Regular	104
Boa	17
Excelente	2
Fugas	18
Vagas	8.847

**Tabela 7** - Condição dos estabelecimentos do estado do Pará

Número total	158
Péssima	67
Ruim	17
Regular	64
Boa	8
Excelente	2
Fugas	195
Vagas	10.943



**Tabela 8** - Condição dos estabelecimentos do estado de Goiás

Número total	138
Péssima	59
Ruim	12
Regular	58
Boa	8
Excelente	1
Fugas	309
Vagas	10.986

**Tabela 9** - Condição dos estabelecimentos do estado do Mato Grosso do Sul

Número total	135
Péssima	17
Ruim	7
Regular	65
Boa	19
Excelente	0
Fugas	5
Vagas	8.842

**Tabela 10** - Condição dos estabelecimentos do estado de Pernambuco

Número total	106
Péssima	30
Ruim	12
Regular	40
Boa	4
Excelente	0
Fugas	52
Vagas	11.830

**Tabela 11** - Condição dos estabelecimentos do estado do Rio Grande do Sul

Número total	105
Péssima	43
Ruim	7
Regular	35
Boa	13
Excelente	1
Fugas	123
Vagas	21.924

**Tabela 12** - Condição dos estabelecimentos do estado da Paraíba

Número total	86
Péssima	32
Ruim	8
Regular	39
Boa	3
Excelente	0
Fugas	0
Vagas	6.763

**Tabela 13** - Condição dos estabelecimentos do estado do Amazonas

Número total	74
Péssima	22
Ruim	12
Regular	38
Boa	2
Excelente	0
Fugas	22
Vagas	5.074

**Tabela 14** - Condição dos estabelecimentos do estado do Mato Grosso

Número total	59
Péssima	20
Ruim	3
Regular	20
Boa	11
Excelente	1
Fugas	3
Vagas	7.146

**Tabela 17** - Condição dos estabelecimentos do estado do Tocantins

Número total	47
Péssima	13
Ruim	1
Regular	27
Boa	5
Excelente	0
Fugas	4
Vagas	2.122

**Tabela 15** - Condição dos estabelecimentos do estado do Rio de Janeiro

Número total	56
Péssima	20
Ruim	22
Regular	8
Boa	4
Excelente	2
Fugas	0
Vagas	30.424

**Tabela 18** - Condição dos estabelecimentos do estado de Rondônia

Número total	45
Péssima	17
Ruim	6
Regular	14
Boa	7
Excelente	1
Fugas	25
Vagas	6.764

**Tabela 16** - Condição dos estabelecimentos do estado de Santa Catarina

Número total	51
Péssima	14
Ruim	4
Regular	11
Boa	21
Excelente	1
Fugas	4
Vagas	17.953

**Tabela 19** - Condição dos estabelecimentos do estado de Sergipe

Número total	40
Péssima	12
Ruim	2
Regular	16
Boa	4
Excelente	2
Fugas	0
Vagas	3.375

**Tabela 20** - Condição dos estabelecimentos do estado do Espírito Santo

Número total	37
Péssima	0
Ruim	2
Regular	20
Boa	12
Excelente	3
Fugas	3
Vagas	13.919

**Tabela 23** - Condição dos estabelecimentos do estado de Roraima

Número total	17
Péssima	3
Ruim	5
Regular	9
Boa	0
Excelente	0
Fugas	0
Vagas	1.171

**Tabela 21** - Condição dos estabelecimentos do estado do Rio Grande do Norte

Número total	31
Péssima	8
Ruim	0
Regular	13
Boa	3
Excelente	0
Fugas	0
Vagas	5.775

**Tabela 24** - Condição dos estabelecimentos do estado de Alagoas

Número total	13
Péssima	5
Ruim	0
Regular	3
Boa	0
Excelente	0
Fugas	0
Vagas	1.894

**Tabela 22** - Condição dos estabelecimentos do estado do Piauí

Número total	20
Péssima	7
Ruim	2
Regular	6
Boa	2
Excelente	0
Fugas	2
Vagas	2.521

**Tabela 25** - Condição dos estabelecimentos do Distrito Federal e territórios

Número total	10
Péssima	4
Ruim	0
Regular	4
Boa	1
Excelente	1
Fugas	5
Vagas	7.711



**Tabela 26** - Condição dos estabelecimentos do estado do Acre

Número total	10
Péssima	6
Ruim	0
Regular	4
Boa	0
Excelente	0
Fugas	0
Vagas	4.613

**Tabela 27** - Condição dos estabelecimentos do estado do Amapá

Número total	1
Péssima	0
Ruim	1
Regular	0
Boa	0
Excelente	0
Fugas	0
Vagas	1.590

As condições e os custos dos estabelecimentos prisionais para manter os presos na opinião de várias pessoas, demonstram que a pena de morte seria menos onerosa do que manter um condenado preso. Todavia, essa opinião, na visão de Bicudo (1994), é equivocada:

Trata-se de um argumento que não resiste a uma análise ética, pois não se pode avaliar a vida por padrões econômicos, para então recomendar a morte. Além disso, a proposta não se fundamenta em quaisquer dados objetivos. Calcula-se que, nos Estados Unidos, o custo de uma prisão

perpétua, seja de 500 mil dólares, contra uma despesa de 1 milhão de dólares de um processo de condenação à morte, montante que pode superar a casa dos 5 milhões de dólares. Essas cifras elevadas decorrem da irreversibilidade da pena de morte. Um processo que visa eliminar a vida de uma pessoa deve, obrigatoriamente, estar cercado de garantias, para reduzir as possibilidades de erro; pressupõe alto grau de especialização dos profissionais envolvidos nas investigações que apontam a autoria do crime; exige uma decisão preliminar fundamentada na perfeição técnica; e requer a multiplicação de instâncias julgadoras, aumentando assim a margem de segurança das conclusões judiciais. (BICUDO, 1994, p. 90)

Tem opinião contrária o escritor Breda (1984), ao analisar os gastos com as penitenciárias, esclarecendo que, inclusive, a penitenciária-modelo ficou na esperança de muitos:

[...] a penitenciária modelo ficou na esperança de muitos, pois se investe muito, para um retorno tão pouco [...] Seja na construção propriamente dita (muralhas terra adentro para dificultar construção de túneis e bastante altas para obstar escaladas, portas reforçadas, etc.), seja na manutenção (guardas sempre de plantão, vigias, cozinheiros e comidas, etc.) são exorbitantes [...] se constroem “hotéis” de segurança extrema [...] muitas vezes, melhores que muitas casas ou muitos lares (NOGUEIRA *apud* BREDA, 1984, p. 48-54)

Os gastos com as penitenciárias e o custo que representa cada prisioneiro para os cofres públicos têm sido os principais argumentos sustentados por aqueles que defendem a aplicação da pena capital.





## II. MATERIAIS E MÉTODOS

Com o objetivo de identificar e delimitar o problema da superpopulação carcerária, na busca de soluções para a garantia do cumprimento da pena respeitando o princípio da dignidade da pessoa humana, a reintegração do condenado a sociedade, bem como a diminuição da reincidência, adotamos o método qualitativo, observando e interpretando a posição de escritores e autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, debatendo as teorias existentes. Também utilizamos o método quantitativo, identificando a realidade no sistema penitenciário federal e estadual, através dos dados atualizados dos estabelecimentos penais nos 27 (vinte e sete) estados da federação, obtidos através do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

## III. CONCLUSÃO

Somos a favor de investimentos para a ampliação de vagas nas penitenciárias e da ampliação das parcerias público-privadas para mudar a realidade das pessoas que se encontram sob custódia nos estados da federação, buscando guardadas as devidas proporções, adequar a mesma realidade existente nos presídios federais que contam com celas individuais, diferenciais em relação ao perfil dos presos e aos procedimentos e protocolos de segurança, minimizando o risco de fugas. Também entendemos ser fundamental nesse processo a participação de profissionais da “criminologia”, para em conjunto com autoridades

federais, estaduais e municipais, definir políticas públicas para conter o crescimento da criminalidade e reintegrar progressivamente o condenado à sociedade, diminuindo o risco de reincidência.

## IV. AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo que tem feito, vem fazendo e está por fazer na minha vida, sempre colocando pessoas maravilhosas ao meu redor; a minha esposa Andréa Vanessa de Oliveira por aceitar dividir a vida comigo e pela paciência; e a ilustre Associação Brasileira de Criminologia, representada pelo nosso presidente Doutor Francisco Geraldo Fernandes de Almeida pela oportunidade e confiança, especialmente, ao Doutor André Militão de Lima pelo companheirismo e incentivo nesse trabalho.

## REFERÊNCIAS

1. BICUDO, Hélio. Violência – o Brasil cruel e sem maquiagem. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.
2. BREDÁ, José. Pena de Morte. 1ª ed. São Paulo: Editado pelo autor, 1984.
3. NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Em defesa da vida. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
4. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Dados das inspeções nos estabelecimentos penais. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://cnj.jus.br/inspecao\\_penal/mapa.php](https://cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php). Acesso em: 10 jul. 2020.



**A B C**

Associação Brasileira  
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 4, 2020 ISSN 2594-4223

---

5. G1, Site. CNJ Registra pelo menos 812 mil presos no país. Disponível em:  
<http://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>.  
Publicado por Luiz Felipe Barbiéri, em 17/07/2019 às 18h55. Acesso em 01 de novembro de 2019.



## **APORTES PARA LA PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA Y LA DELINCUENCIA JUVENIL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA SALUD**

Graciela Iris Lozano<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Docente de la Universidad Nacional de La Rioja, Argentina. Cátedra de Criminología

Mail: lozanograciela@gmail.com

*“Existe la idea generalizada de que la violencia es un componente ineludible de la condición humana, un problema cuya prevención incumbe al sistema de justicia penal, y de que el principal papel del sector de la salud, es el tratamiento y la rehabilitación de las víctimas”*

Informe Mundial sobre la Violencia y la Salud, O.M.S.  
Ginebra, 2002

**Resumen** – En el presente trabajo se analiza la prevención de la delincuencia juvenil desde la perspectiva del modelo médico. Se parte del concepto de la Organización Mundial de la Salud que declara a la delincuencia juvenil como un problema de la salud. Se describen las técnicas de abordaje metodológico para predecir anticipadamente los comportamientos violentos en los grupos de riesgo. Basándose en documentos relevantes de la Organización de las Naciones Unidas, se establecen los ejes cardinales para el desarrollo del tema, donde las estrategias, políticas, programas y medidas de prevención del delito se encuentran desarrolladas, siendo estas claras y precisas. Sobre este conocimiento científico, experto e interdisciplinario del delito, la prevención puede ser abordada desde la perspectiva de las víctimas, del

victimario y desde el contexto social.

**Palabras clave** – Prevención, delincuencia juvenil, sistema de justicia penal, delincuencia juvenil.

**Abstract** – The present work analyzes the prevention of juvenile delinquency from the perspective of the medical model. It is based on the concept of the World Health Organization that declares juvenile delinquency as a health problem. The methodological approach techniques to predict violent behavior in risk groups are described in advance. Based on relevant documents of the United Nations Organization, the cardinal axes for the development of the subject are established, where crime prevention strategies, policies, programs and measures are developed, being these clear and precise. On this scientific, expert and interdisciplinary knowledge of crime, prevention can be approached from the perspective of the victims, the victimizer and from the social context

**Keywords** – Prevention, juvenile delinquency, criminal justice system, juvenile delinquency,



## I. INTRODUCCIÓN

La O.M.S. (Organización Mundial de la Salud), señaló que una de las dificultades para estudiar la violencia es su definición conceptual. En su informe mundial sobre la violencia y la salud (O.M.S, 2002), este organismo señaló que la violencia es un fenómeno complejo que requiere para su comprensión y entendimiento, de un abordaje integral y holístico, definiéndola como:

“El uso deliberado de la fuerza física o el poder, ya sea en grado de amenaza o efectivo, contra uno mismo, otra persona, o un grupo o comunidad, que cause o tenga muchas probabilidades de provocar lesiones, muertes, daños psicológicos, trastornos del desarrollo o privaciones” (Krug, Dahlberg, Mercy & Zwi, 2002).<sup>4</sup>

La Directora General de la Organización Mundial de la Salud, Dra. Gro Harlem Brundtland<sup>5</sup>, en el prólogo del informe mundial sobre Violencia y Salud, en el año 2002, afirmó en aquel entonces que: “La Violencia es un problema complejo que se encuentra relacionado con los esquemas de pensamiento y comportamiento”.

De esta forma, se dio comienzo en este siglo XXI al camino del abordaje de la violencia desde las ciencias de la salud, quedando atrás la exclusividad de la Justicia como ámbito definitivo de su tratamiento a través de las penas.

Desde ese momento los profesionales de la salud, comenzaron a jugar un papel relevante no solo al tiempo de establecer estrategias de predicción y prevención de la violencia, sino que comenzó a tomar cuerpo las explicaciones de las causas, el desarrollo y las consecuencias de las conductas desadaptadas. De manera tal, que se relegó a la justicia solamente la cuestión de la ley y el orden.

Ahora bien, como nuestro trabajo propone un punto de vista de la violencia desde la perspectiva de la prevención, como fenómeno en el ámbito de la salud pública, nos lleva entonces a afirmar que la violencia es un problema que se encuentra presente en toda sociedad. En este sentido se destaca, que no existe un solo factor que por sí mismo explique la razón por la cual una persona se comporta de modo violento y otra no. La psicología de la delincuencia<sup>6</sup>, revela que la violencia no es solo explicable como un trastorno disocial de la personalidad, entendido como desórdenes de conducta persistentes y una desadaptación sistematizada; sino que también hay que destacar que existen factores individuales de violencia, que coexisten con factores externos al individuo. Estos últimos son aquellos que resultan de una amplia gama de elementos y circunstancias que influyen en la vida de las personas y las familias, situaciones éstas que luego inciden en el desarrollo y formación de los futuros adultos<sup>7</sup>.

La idea clásica de la “inmodificabilidad” de la

<sup>4</sup> Krug E.G., Dahlberg, L.L., Mercy, J.A. y Zwi, A.B. (2002). Informe Mundial sobre la Violencia y la Salud. Ginebra: World Health Organization

<sup>5</sup> Informe Mundial sobre la Violencia y la Salud: Resumen. Washington, D.C., Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud (2002). Disponible en:

[https://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/es/summary\\_es.pdf](https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/es/summary_es.pdf)

<sup>6</sup> López Latorre, M<sup>o</sup> J. (2012) “Psicología de la Delincuencia”, Valencia: Tirant lo Blanch

<sup>7</sup> Pueyo, A., y Redondo, S., (2007) “La predicción de la violencia: entre la peligrosidad y la valoración del riesgo de violencia”, Papeles del psicólogo, 28





peligrosidad de una persona, como explica Andrés Pueyo, propia de los años 40-50 del siglo pasado, se ha ido modificando en la medida en que los avances en la psiquiatría, la criminología y la psicología aplicada al tratamiento de los delincuentes han demostrado que no es absoluta. Numerosas investigaciones avalan estas afirmaciones como nos confirma este autor, cuando cita a Redondo, 2008b; Lipsey y Cullen, 2007.<sup>8</sup>

En consecuencia se puede afirmar, que el delito y la victimización se ven favorecidos por numerosos componentes causales, producto de un amplio escenario de elementos y circunstancias que influyen en la vida de las personas y sus familias. Pudiendo entonces resumirse que existen numerosos factores tanto biológicos, sociales, culturales, económicos y políticos que explican de manera ecológica las raíces de la violencia.

Por lo tanto los planteos de tratamiento de la violencia desde la salud, apuestan a la predicción de la violencia como antesala de la prevención. Estas propuestas consisten en efectuar prematuramente las apreciaciones de riesgo del delito<sup>9</sup>. No se trata, de miradas prejuiciosas sobre los factores adversos que influyen en la vida de las personas y sus familias; se trata de determinar el grado de probabilidad que los individuos conflictivos, tienen de cometer a futuro un

comportamiento antisocial, o bien, repetir la conducta cometiendo un nuevo delito. Esta predicción temprana por parte de las agencias estatales de salud en niños, niñas y adolescentes, ayudan en la comprensión, el entendimiento, y el tratamiento de los factores de riesgo de las conductas desadaptadas. Las intervenciones interdisciplinarias oportunas realizadas a partir de la detección en los ámbitos escolares<sup>10</sup>, pretenden lograr el desarrollo armonioso de los niños, y jóvenes en la sociedad, con el propósito que se respete y cultive sus personalidades para bien, desde la primera infancia, en un clima favorable, acompañados de especialistas de salud mental<sup>11</sup>.

## II. EVOLUCIÓN HISTÓRICA DE LA PREVENCIÓN

Las técnicas de la Prevención en la Salud Pública tienen su origen en la forma de prevención de las dolencias médicas tal como las conocemos actualmente. Estas fueron introducidas en el campo de la psiquiatría por Caplan en 1964, en su libro “Principios de la Psiquiatría Preventiva”<sup>12</sup>. Este modelo médico de prevención, que desde su inicio se aplicaba a la medicina, se extrapoló a otras ciencias, como es el caso que nos ocupa de las ciencias

<sup>8</sup> Pueyo, A. (2013) “Peligrosidad Criminal: Análisis Crítico de un Concepto Polisémico” PSI2009.13265 del Ministerio de Ciencia e Innovación del Gobierno de España.

<sup>9</sup> Alba Robles, J.L.: López Latorre, M<sup>o</sup> Jesús. (2006) Fundamentos de Psicología Jurídica e Investigación Criminal. Ed. Ciencia de la Seguridad Universidad de Salamanca

<sup>10</sup> “El Programa Crecer Sanos”, es un programa intersectorial que se implementa de manera conjunta entre los Ministerios de Educación y de Salud de la Provincia de La Rioja, con el

propósito de promocionar la salud integral individual y colectiva en el ámbito escolar. Recuperado:

<https://crecersanos.larioja.gov.ar/institucional.php>

<sup>11</sup> Pueyo, A. (2016). La predicción es el primer paso de la prevención de la conducta violenta - Entrevista a Antonio Andrés Pueyo. Consejo General de la Psicología en España. Infocop. Recuperado

[http://www.infocop.es/view\\_article.asp?id=6391&cat=52](http://www.infocop.es/view_article.asp?id=6391&cat=52)

<sup>12</sup> Sánchez Vidal, (2007) “Manual de Psicología Comunitaria” Madrid. Ed. Pirámide



sociales. De manera que, a partir de conceptos teóricos y operativos pueden ser diagnosticados en los individuos, estimaciones de riesgo adverso e incluso la probabilidad de realizar en el futuro un acto violento o la repetición de un nuevo delito.

Sánchez Vidal, (2007) sitúa en Estados Unidos el lugar de nacimiento de la Psicología Comunitaria, en los años 60, década y lugar de serios conflictos sociales (protestas contra la guerra de Vietnam, movimiento pro derechos civiles de los afroamericanos, guerra fría, etc.). En ese contexto convulsionado surgió un movimiento social que agrupó a profesionales de la psicología y la psiquiatría que reclamaban, entre otras cosas, un cambio de concepción respuestas sociales y profesionales a los problemas de la salud mental. El disconformismo consiguió el aporte de los profesionales de la salud contrariados, respecto de enfoques y alternativas más humanas y eficaces para la atención a los pacientes, que fueran diferentes a las habituales. A esta forma distinta de ver las afecciones mentales de los individuos alejados del modelo médico y de la institucionalización del enfermo, se le sumó el desencanto de la psicoterapia, acusada de ser un método de tipo selectivo y costoso. Esta situación de insatisfacción, que a fuerza de denuncias de ex pacientes de salud mental contra el sistema de internación, avalado por los movimientos de la antipsiquiatría, fueron las causas que dieron comienzo al fenómeno de la psicología comunitaria, que aparecieron en su momento como propuestas alternativas para afrontar a los problemas de los trastornos mentales resultantes de tales conflictos.

Como consecuencia, surgieron técnicas de tratamiento distintas a las terapias individualistas, dándose inicio a una línea multidisciplinar de

prevención y trabajo social, que no fue intencional, pero que trajo consigo opciones terapéuticas de afrontamiento diferentes, que llegaban incluso a contener programas de tipo educativos.

### III. MÉTODOS DE PREVENCIÓN

Es evidente que el abordaje del problema de la violencia, debe hacerse de manera colectiva y simultánea con los grupos de riesgo. El ámbito de trabajo con los jóvenes en riesgo de violencia es tan populoso, que torna ilusorio cualquier intento de abordaje de manera individual, dada la imposibilidad material de su realización desde la óptica personal. Esta razón lleva a enfocarse también, desde una mirada comunitaria, en el campo de posibles soluciones en intervenciones entre personas y contextos. De modo que la Psicología Social, de acuerdo a su forma de tratamiento multidisciplinar, presenta un proyecto viable de prevención al problema en concordancia con las directrices de Naciones Unidas, a diferencia de la Psicología Clínica, que apuesta al tratamiento terapéutico individual.

Por otra parte, la Psicología Social contribuye con un modelo de prevención de tres niveles, donde podría tratarse el problema desarrollado a través de la prevención precoz como eje central.

El nivel primario, es el estadio en donde se realiza la verdadera prevención. Esta anticipación temprana es una verdadera virtud que da la experiencia del conocimiento, que admite predecir resultados e incluso pronosticar consecuencias. Asimismo, se permiten intervenciones oportunas que se anticipan al problema, evitando de esta



forma que se produzca o extienda el conflicto, reduciendo su incidencia.

El nivel secundario, se centra en la actuación simultánea con el conflicto, con miras a reducir los daños ya causados. En esta etapa comienza el tratamiento efectivo del problema, siendo el más adecuado para aplicar en los centros de encierro.

El nivel terciario, busca reducir las secuelas producidas por el problema no tratado. Esta razón lleva a que sea una propuesta retroactiva dirigida a los afectados con fines de restaurar capacidades dañadas e incidir en la reinserción social.

#### **IV. SITUACIÓN ACTUAL EN LATINOAMÉRICA**

La tasa de violencia en el continente americano tiene una estimación de 17,2 % cada 100.000 habitantes es la más alta registrada en la región desde que se iniciaron los registros confiables en 1990. La tasa de África del 13,0 % también estaba por encima de la media mundial, mientras que las tasas de Asia, Europa y Oceanía del 2,3, 3,0 y 2,8 % respectivamente<sup>13</sup>, quedaban por debajo de la media mundial. En definitiva de acuerdo a estas cifras, ha sido declarado el continente americano como el más violento del mundo, aunque el panorama varía enormemente según la región y en cada país.

En Latinoamérica existen zonas de alta vulnerabilidad social producto de una angulosa desigualdad con divergencias económicas y alto desempleo formal. Este déficit constituye un

importante obstáculo para lograr los objetivos de desarrollo sostenible que marca la comunidad internacional, consistentes en garantizar una vida sana, promover la paz y la justicia y de esta forma cumplir con los compromisos internacionales en materia de Derechos Humanos

Es importante reconocer que las situaciones de desigualdad, marginación, pobreza y exclusión, impactan como factores habituales en las conductas en la violencia juvenil. El marco macro político y económico, influye directamente en ámbitos sociales vulnerables. Las escuelas con edificios deficientes y los niños estigmatizados por la criminalización de sus padres, influyen a nivel educativo. A nivel familiar las conflictivas y la disfuncionalidad, también influyen además de la convivencia en hacinamiento o los padres o madres solos a cargo de la formación y sostén de su prole. Se señala también a jóvenes, con carencia de cultura laboral e insignificante motivación de progreso, acicateado por la dadiva del clientelismo político. Como consecuencia, resulta alarmante la falta de proyectos a mediano y largo plazo. Estos factores criminógenos convergen en jóvenes con falta de modelos de aspiración positiva, tan importantes en la etapa del desarrollo personal. Tampoco se puede dejar de mencionar el agravamiento de las conductas de estos niños y jóvenes, que desde corta edad comienzan con el consumo de sustancias prohibidas, que potencian los factores psicológicos y conductuales de sus personalidades, favoreciendo de esta manera un modo de actuar delictivo.

<sup>13</sup> Global Study on Homicide, development and the Sustainable Development Goals (2019), Viena. Folleto 4 United Nations Office on Drugs And Crime (UNODOC)



Por lo tanto, esta crónica negra del complejo escenario social, económico, cultural y político de América Latina, da como resultante una franja etaria de población de alto riesgo de violencia, que se retroalimenta por sí misma sin aparente solución.

En definitiva, si la violencia es un tema de salud, como dijimos al comienzo, es evidente que los métodos aplicados en estas áreas no son adecuadamente aplicadas por los tratamientos o directamente los métodos aplicados son ineficaces. Pero lo que sí afirmamos, es que la situación se encuentra sobrepasada. Quedando demostrada, para tratar esta problemática grave, la necesidad imperiosa del diseño innovador de estrategias claras y eficaces, con la finalidad de evitar la criminalización de la pobreza y la consecuente inseguridad social, producto de la delincuencia juvenil sin resolver.

## V. SISTEMA CARCELARIO

Por último, es evidente que la solución de los conflictos sociales a través del uso indiscriminado de la prisión preventiva y de la aplicación del sistema de justicia penal como solución de los problemas de violencia, solo producen saturación del sistema carcelario.

Las estadísticas oficiales de presos en las cárceles de Argentina, reflejan una tasa de 232 detenidos cada 100.000 habitantes<sup>14</sup>. Este resultado

indica que más de 100.000 personas se encuentran encarceladas en la actualidad, incluidas las que están en dependencias policiales.

Las características que presentan los encarcelados se han mantenido inalterables en el tiempo. Siempre se trata de jóvenes de los cuales más del 60% tiene menos de 33 años de edad, pertenecientes a sectores educativos y económicos de alta vulnerabilidad. Se destaca que el 67% de ellos sólo alcanzó los estudios primarios, el 43% no tenía trabajo al momento de la detención y el 39% trabajaba de forma precaria.

Otra de las cuestiones preocupantes dentro del sistema carcelario, es que durante el encierro la mayoría de los jóvenes internos no reciben de las instituciones carcelarias los pilares básicos de la resocialización, siendo este el fin último de la pena. La educación, la disciplina, el trabajo, son factores faltantes en la formación de estos individuos desde su primera edad, de acuerdo a nuestra explicación<sup>15</sup>. Ahora bien, si durante las condenas no intentamos siquiera revertir alguna de estas causas de origen que desatan los comportamientos antisociales, es indudable que su conducta una vez cumplida la pena no va a poder readaptarse. No se debe perder de vista, que el fin que se persigue con el encierro como pena aplicable, es la comprensión y el entendimiento del delito cometido, para poder respetar la ley al finalizar su condena, tal como establece la Constitución Nacional Argentina, en su artículo 18:

<sup>14</sup> Fuente: Sistema Nacional de Estadísticas sobre Ejecución de la Pena : <http://www.saij.gob.ar/docs-f/estadisticas-sneep/2018/InformeSNEEPARGENTINA2018.pdf>

<sup>15</sup> Fuente: Servicio Penitenciario Provincial de la Provincia de la Rioja. Solo se autoriza a concurrir a la formación escolar, a los condenados que tengan concepto y conducta

Buena. Lo mismo sucede con la formación laboral. Estas actividades están reservadas como premios al comportamiento y no como parte de la rehabilitación que deben tener de acuerdo al del fin de la pena (Art. 1 de la Ley 24.660, Ley de Ejecución Penitenciaria)





*“...Las cárceles de la Nación serán sanas y limpias, para seguridad y no para castigo de los reos detenidos en ellas, y toda medida que a pretexto de precaución conduzca a mortificarlos más allá de lo que aquélla exija, hará responsable al juez que la autorice.” (C.N. art. 18 última parte).*

La ejecución de la pena privativa de libertad, está dirigida al fortalecimiento de los condenados y al desarrollo de sus potencialidades individuales para lograr una verdadera reinserción social. Las condenas deberían servir al menos para revertir la falta de escolaridad que la mayoría de los encarcelados tiene, como así mismo, para el aprendizaje de algún oficio. Según el apartado d) del párrafo 6 de las Directrices para la Prevención del Delito, es importante “prevenir la reincidencia proporcionando asistencia para la reintegración social de los delincuentes y mediante otros mecanismos preventivos”<sup>16</sup>. También, se debe considerar como una realidad insoslayable, que las personas que tienen un historial de consumo de drogas o de trastornos por consumo de drogas, constituyen una parte considerable de la población reclusa de algunos países<sup>17</sup>.

La Procuración Penitenciaria<sup>5</sup> de la Nación, señala que conforme a las estadísticas publicadas, el 51% de los privados de libertad no asiste a ningún tipo de educación formal durante la internación carcelaria, mientras el 77% no realiza

ningún tipo de actividad laboral o de capacitación para el futuro egreso. A este análisis, se le deben sumar las condiciones estructurales paupérrimas en las que se encuentran las prisiones provinciales y nacionales, e inclusive, los centros no penitenciarios que albergan detenidos en la actualidad<sup>18</sup>. Esta realidad, demuestra la necesidad de soluciones urgentes tanto en materia social como penitenciaria. Pretender que los penados que egresan luego del cumplimiento de sus condenas, salgan preparados para afrontar sus necesidades personales y familiares con honradez, es la utopía del holgazán. La reinserción de un privado de la libertad, se va a ver favorecida si se les proporcionan aptitudes para el empleo y la vida, se le facilita formación, educación, estilos de vida alternativos y roles modélicos, junto con apoyo y vivienda decente en la comunidad.

## VI. PREVENCIÓN DE LA DELINCUENCIA DESDE LA PERSPECTIVA DE NACIONES UNIDAS

En 1948, por medio de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, aprobada por la Asamblea General de Naciones Unidas el 10 de diciembre, se reconoce en su art. 1 que: **“Todos los seres humanos nacen libres e iguales en dignidad y derechos y dotados como están de razón y**

<sup>16</sup> Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito, (2011) Manual sobre la aplicación eficaz de las Directrices para la prevención del delito. Nueva York. Disponible en [https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/Handbook\\_on\\_the\\_Crime\\_Prevention\\_Guidelines\\_Spanish.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/Handbook_on_the_Crime_Prevention_Guidelines_Spanish.pdf)

<sup>17</sup> Oficina Mundial contra la Droga y el Delito, (2019) 1

Resumen Conclusiones y Consecuencias en Materia de Políticas. Informe Mundial sobre las Drogas. Disponible [https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR2019\\_B1\\_S.pdf](https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR2019_B1_S.pdf)

<sup>18</sup> fuente: procuración Penitencia de la Nación Disponible en <https://ppn.gov.ar/institucional/noticias/2376-en-la-argentina-hay-mas-de-100-000-personas-presas>



**conciencia, deben comportarse fraternalmente los unos con los otros.”** Esto significa que la dignidad del individuo es reconocida como un derecho inherente, intrínseco al hombre, no es un derecho que se otorgue, sino que es la base de todos los derechos humanos. Parafraseando a Zeid Ra'ad Al Hussein<sup>19</sup>, Ex Alto Comisionado de las Naciones Unidas, los derechos humanos no son una recompensa por el buen comportamiento, sino un derecho que todas las personas tienen en todo momento y en todos los lugares.

Siguiendo con esta lógica de dignidad, derecho, razón, conciencia y fraternidad, la Organización de Naciones Unidas dictó a lo largo del tiempo, una serie de resoluciones para organizar y poner en práctica estos principios universales.

Así, en 1985 a través de la Resolución 40/33, la Asamblea General de la Organización de Naciones Unidas aprobó las reglas mínimas para la administración de justicia de menores, conocidas como “Las Reglas de Beijing”. Estas están orientadas, como se expresa en los apartados 1.1 y 1.2, a procurar que los Estados Miembros promuevan el bienestar del menor y de su familia. Alienta también a los Estados a crear condiciones que garanticen al menor una vida significativa en la comunidad, fomentando un proceso de desarrollo personal y educativo, lo más exento de delito y delincuencia posible, a fin de reducir la necesidad de intervenir con arreglo a la ley.

En el año 1990 la Organización de Naciones Unidas, aprobó una serie de directrices para la prevención de la delincuencia juvenil, adoptada y proclamada por la Resolución 45/112, llamada

“Directrices de Riad”. Entre estos principios fundamentales se destaca la prevención de la delincuencia juvenil como parte esencial de la prevención del delito en la sociedad.

Se parte de la lógica de que los jóvenes que se dedican a actividades lícitas y útiles se orientan sanamente hacia la sociedad para enfocarse posteriormente en la vida con un criterio prosocial. Esta razón fomenta que los jóvenes obtengan la oportunidad de un desarrollo armonioso desde la primera infancia, que es desde donde debe centrarse la verdadera atención para que todo programa de prevención se jacte de exitoso.

Estos principios fundamentales, resaltar la importancia de la aplicación de políticas de prevención de la delincuencia, reconociendo la necesidad de crear servicios y programas con base en la comunidad, diferentes a los organismos oficiales de control social, para evitar criminalizar y penar al niño. Se busca evitar estigmatizaciones fútiles que solo atentan contra los procesos normales que en la mayoría de las veces son parte de la maduración y crecimiento, que tienden a desaparecer espontáneamente en la mayoría de las personas cuando llegan a la edad adulta.

Por consiguiente, estas Directrices deben interpretarse y aplicarse en el marco general que brinda la Declaración Universal de Derechos Humanos, el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, la Declaración de los Derechos del Niño y la Convención sobre los Derechos del Niño; y en el contexto de las Reglas Mínimas de las Naciones

<sup>19</sup>. Zeid Ra'ad Al Hussein, extracto del discurso dado en ocasión de su 70 aniversario de las NU. Diplomático jordano,

se desempeñó como Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos entre 2014 y 2018.



Unidas para la Administración de la Justicia de Menores o “Reglas de Beijing”, así como de otros instrumentos y normas relativos a los derechos, los intereses y el bienestar de todos los menores y jóvenes.

El Consejo Económico y Social de Naciones Unidas, tiene como objetivo promover la materialización de las tres dimensiones del desarrollo sostenible (económico, social y ambiental). Este organismo es fundamental sobre la forma de avanzar y coordinar los esfuerzos encaminados al logro de los propósitos convenidos internacionalmente.

No podemos dejar de mencionar, las Reglas mínimas de las Naciones Unidas sobre las medidas no privativas de la libertad, llamadas también “Reglas de Tokio”<sup>20</sup>. Estas fueron aprobadas en 1990, siendo uno de los principios fundamentales, promover la aplicación de medidas no privativas de la libertad de acuerdo con el principio de mínima intervención. Se destaca también la recomendación a los Estados de fomentar una mayor participación de la comunidad en lo que respecta al tratamiento del delincuente, como así mismo, fomentar entre los delincuentes el sentido de su responsabilidad hacia la sociedad. La participación de la comunidad es remarcada como recurso fundamental y como uno de los factores más importantes a la hora de fortalecer los vínculos entre los delincuentes sometidos a medidas no privativas de la libertad, sus familias y la comunidad en general.

<sup>20</sup>Reglas mínimas de las Naciones Unidas sobre las medidas no privativas de la libertad (Reglas de Tokio) Resolución 45/110 de la Asamblea General, anexo. Disponible en: [https://www.unodc.org/pdf/compendium/compendium\\_2006\\_es\\_part\\_01\\_03.pdf](https://www.unodc.org/pdf/compendium/compendium_2006_es_part_01_03.pdf)

<sup>21</sup> Naciones Unidas, Consejo Económico y Social, (2003) Reglas y normas en materia de prevención del delito y justicia penal. Disponible

En 1995 y 2002, respectivamente el Consejo Económico y Social adoptó dos conjuntos de directrices para la prevención del delito: las Directrices para la Cooperación y la Asistencia Técnica en la esfera de la prevención de la delincuencia urbana (Resolución del Consejo Económico y Social 1995/9, anexo) y las Directrices para la prevención del delito (Resolución del Consejo Económico y Social 2002/13, anexo)<sup>21</sup>.

En 1996, se incorpora a la agenda internacional, ante el aumento considerable de la violencia, la aprobación de la Resolución 49 en Ginebra, por la Asamblea Mundial de la Salud, declarando a la violencia como uno de los principales problemas de Salud Pública en todo el mundo<sup>22</sup>. En la misma, se hace un llamamiento para que los Estados Miembros introduzcan, apliquen políticas y programas específicos de salud pública y servicios sociales, encaminados a prevenir la violencia en la sociedad para mitigar sus efectos.

En 2002, la Asamblea General de las Naciones Unidas, en su Resolución 56/261, invitó a los Estados Miembros, entre otras cosas, a promover una estrecha cooperación entre sectores como los de justicia, salud, educación y vivienda a fin de apoyar la prevención del delito y colaborar con la sociedad civil eficazmente.

El Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas a través de la Comisión de Prevención del Delito y Justicia Penal, le otorgó una gran importancia al trabajo de la prevención de la

[https://www.unodc.org/documents/commissions/CCPCJ/CCPCJ\\_Sessions/CCPCJ\\_12/E-CN15-2003-10/E-CN15-2003-10\\_S.pdf](https://www.unodc.org/documents/commissions/CCPCJ/CCPCJ_Sessions/CCPCJ_12/E-CN15-2003-10/E-CN15-2003-10_S.pdf)

<sup>22</sup> 49ª Asamblea Mundial de la Salud, (1996) Resolución 49 Prevención de la violencia: Una Prioridad de Salud Pública Disponible: [https://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/resources/publications/en/WHA4925\\_spa.pdf](https://www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/en/WHA4925_spa.pdf)



delincuencia juvenil. El tema de las reglas y normas de las Naciones Unidas en materia de prevención del delito y justicia penal ha figurado en forma permanente en el programa de la Comisión. Así la Resolución 2002/12, titulada "Principios básicos para la aplicación de programas de justicia restitutiva en materia penal"; Resolución 2002/13, titulada "Medidas para promover la prevención eficaz del delito"; Resolución 2002/14, titulada "Promoción de medidas eficaces para abordar las cuestiones de los niños desaparecidos y el abuso o la explotación sexuales de los niños"; y Resolución 2002/15, titulada "Reglas y normas de las Naciones Unidas en materia de prevención del delito y justicia penal". Asimismo en su Resolución 2005/22, el Consejo Económico y Social pidió a la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga (UNODC) que concediera la debida atención a la prevención del delito con vistas a lograr un enfoque equilibrado entre esa prevención y las medidas adoptadas en la esfera de la justicia penal.

La perspectiva de género se concretó en el 2010, cuando la Asamblea General de las Naciones Unidas, sancionó 70 Reglas para el Tratamiento de las Reclusas y Medidas No Privativas de la Libertad para las Mujeres Delincuentes, llamadas también "Reglas de Bangkok"<sup>23</sup>. Estas medidas tienen como objetivo instar a los responsables de políticas, legisladores, operadores del sistema de justicia penal y personal penitenciario, a elaborar sugerencias para mejorar las condiciones y necesidades de las mujeres privadas de libertad. Este conjunto de reglas fueron inspiradas en

el 2003, por la Resolución 58/183 cuando se instó a gobiernos, organismos e instituciones, a que prestasen mayor atención a la cuestión de las mujeres que se encontraban en prisión, incluidos los hijos de las presidiarias, con el fin de identificar los problemas fundamentales y sus formas de abordaje. Este es un paso fundamental para diseñar estrategias y programas de prevención, destinadas a evitar la reincidencia y lograr la reinserción social de las reclusas.

En el 2015, la ONU aprobó la Agenda 2030 sobre el Desarrollo Sostenible<sup>24</sup>, como desafío y una oportunidad para que los países y sus sociedades emprendan nuevos caminos ciertos, con el objetivo de mejorar la vida de todos. Esta Agenda cuenta con 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible, para cambiar el mundo, tal como se lo presentó en su momento. Es una de las mejores herramientas para la prevención, tal como lo expresara el Secretario General de la ONU Antonio Guterres. Pero lo cierto es que de acuerdo a lo que se relaciona con nuestro tema, se señala que el primer objetivo, es la pobreza, que es un problema de los derechos humanos. Entre las distintas manifestaciones de la pobreza figuran no solo el hambre, sino lo relacionado con la malnutrición, la falta de una vivienda digna y el acceso limitado a servicios básicos como la educación o la salud, cuyo antídoto es el crecimiento y el desarrollo, revisar las políticas económicas y sociales destinadas a erradicar la pobreza.

En este breve desarrollo de los documentos

<sup>23</sup> Reglas de las Naciones Unidas para el Tratamiento de las Reclusas y Medidas no Privativas de la Libertad para las Mujeres Delincuentes (Reglas de Bangkok). Disponible en <https://www.cndh.org.mx/sites/default/>

files/documentos/2019-04/30\_Reglas-de-Bangkok.pdf  
<sup>24</sup> Disponible en: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/24/S1801141\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/24/S1801141_es.pdf)





internacionales más relevantes, relativos al tema a la prevención del delito, da una pauta de su importancia siendo un tema recurrente en la agenda internacional y en los desafíos hacia el futuro, con relación directa en la reducción de la delincuencia.

## VII. CONCLUSIONES

Es importante señalar, a modo de conclusión, que hay indicios claros de prevención de la violencia demostrados en las estadísticas publicadas anualmente por Naciones Unidas. Los Estados que han instrumentado las directrices y recomendaciones de la ONU, tienen en funcionamiento programas de prevención, a través de sus agencias de gobierno con resultados favorables. En los países más desarrollados queda evidente a través de sus estadísticas, que es posible prevenir el delito y su victimización. Conocer las características particulares del delito, las circunstancias personales de las víctimas y los ofensores, permiten formular diseños específicos y planes de trabajo acorde para la prevención del delito. Es decir los programas de prevención eficaces requieren tiempo continuo de estudio, métodos estandarizados de recopilación de información y seguimientos de los casos. Esta forma de trabajo, promueve la seguridad de la comunidad y contribuye al desarrollo sostenible de los países. Las políticas públicas responsables y eficaces, hacen a la prevención del delito juvenil y mejoran la calidad de la vida de todos los ciudadanos.

Por otro lado, reverenciar las Directrices de

Naciones Unidas para la prevención de la delincuencia juvenil podría constituir un paso en dirección de una sociedad más justa, equitativa y respetuosa, gracias en parte a un comportamiento distinto de los gobiernos y sociedades civiles para con los niños. Los puntos cardinales sobre el tema, los dictan los documentos internacionales donde las estrategias, políticas, programas y medidas de prevención del delito están desarrolladas de un modo claro y preciso. Sobre la base de este conocimiento científico, experto e interdisciplinario del delito, la prevención puede ser abordada desde la perspectiva de las víctimas, del victimario y desde el contexto social. Entendiéndose que desde la prevención, pueden activarse medidas o estrategias para los que ya han delinquido, para los que están en condiciones de hacerlo, para los que se encuentren en riesgo de hacerlo y por ultimo para los operadores que están en el sistema y que pueden intervenir para evitarlo.

Thomas Mathiesen<sup>25</sup>, en 1974 bajó los brazos y dijo que nada servía cuando se trataba de rehabilitación de condenados. Esta conducta pesimista, más allá de su rectificación posterior por este mismo autor, dio comienzo a lo que luego se llamó la doctrina “Nothing Works”, donde se señalaba que los programas de tratamiento en las prisiones no funcionaban. No obstante ello, otros sin bajar los brazos siguieron indagando en la búsqueda de opciones para contener el flagelo y construir una sociedad mejor. La idea de este trabajo es sumar a los que creen que se puede hacer algo y adherirse a las perspectivas de Las Organizaciones de Naciones Unidas.

<sup>25</sup> Mathiesen, Thomas, (2003) “Juicio a la Prisión” Buenos Aires: Ed. Ediar



## REFERÊNCIAS

1. Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible. Una oportunidad para América Latina y el Caribe  
[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/24/S1801141\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/24/S1801141_es.pdf)
2. Alba Robles, J.L.: López Latorre, M<sup>o</sup> Jesús. (2006) Fundamentos de Psicología Jurídica e Investigación Criminal. Ed. Ciencia de la Seguridad Universidad de Salamanca
3. ACNUDH | Zeid Ra'ad Al Hussein - OHCHR. Recuperado de <https://www.ohchr.org/SP/AboutUs/Pages/Zeid.aspx>
4. ACNUDH | Reglas mínimas de las Naciones Unidas ... - OHCHR. Recuperado de <https://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/TokyoRules.aspx>
5. Global Study on Homicide, development and the Sustainable Development Goals (2019), Viena. Folleto 4 United Nations Office on Drugs And Crime (UNODOC) Disponible en: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>
6. Informe Mundial sobre la Violencia y la Salud: Resumen. Washington, D.C., Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud (2002). Disponible en: [https://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/es/summary\\_es.pdf](https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/es/summary_es.pdf)
7. Krug E.G., Dahlberg, L.L, Mercy, J.A. y Zwi, A.B. (2002). Informe Mundial sobre la Violencia y la Salud. Ginebra: World Health Organization
8. López Latorre, M<sup>o</sup> J. (2012) “Psicología de la Delincuencia”, Valencia: Tirant lo Blanch
9. Mathiesen, Thomas, (2003) “Juicio a la Prisión” Buenos Aires: Ed. Ediar
10. Naciones Unidas: Oficina Mundial contra la Droga y el Delito, (2011) Manual sobre la aplicación eficaz de las Directrices para la prevención del delito. Nueva York. Disponible en [https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/Handbook\\_on\\_the\\_Crime\\_Prevention\\_Guidelines\\_Spanish.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/Handbook_on_the_Crime_Prevention_Guidelines_Spanish.pdf)
11. Naciones Unidas: Oficina Mundial contra la Droga y el Delito, (2019) 1 Resumen Conclusiones y Consecuencias en Materia de Políticas. Informe Mundial sobre las Drogas. Disponible en [https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR2019\\_B1\\_S.pdf](https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR2019_B1_S.pdf)
12. Naciones Unidas: Derechos Humanos, Oficina del Alto Comisionado Disponible en: <https://www.ohchr.org/SP/AboutUs/Pages/Zeid.aspx>
13. Naciones Unidas, Consejo Económico y Social, (2003) Reglas y normas en materia de prevención del delito y justicia penal. Disponible [https://www.unodc.org/documents/commissions/CCPCJ/CCPCJ\\_Sessions/CCPCJ\\_12/E-CN15-2003-10/E-CN15-2003-10\\_S.pdf](https://www.unodc.org/documents/commissions/CCPCJ/CCPCJ_Sessions/CCPCJ_12/E-CN15-2003-10/E-CN15-2003-10_S.pdf)
14. “Programa Crecer Sanos”, es un programa intersectorial que se implementa de manera conjunta entre los Ministerios de Educación y de Salud de la Provincia de La Rioja, con el propósito de promocionar la salud integral individual y colectiva en el ámbito escolar. Recuperado: <https://crecersanos.larioja.gov.ar/institucional.php>



15. Procuración Penitencia de la Nación Disponible en <https://ppn.gov.ar/institucional/noticias/2376-en-la-argentina-ya-hay-mas-de-100-000-personas-presas>
16. Pueyo, A. (2016). La predicción es el primer paso de la prevención de la conducta violenta - Entrevista a Antonio Andrés Pueyo. Consejo General de la Psicología en España. Infocop. Recuperado [http://www.infocop.es/view\\_article.asp?id=6391&cat=52](http://www.infocop.es/view_article.asp?id=6391&cat=52)
17. Pueyo, A., y Redondo, S., (2007) “La predicción de la violencia: entre la peligrosidad y la valoración del riesgo de violencia”, Papeles del psicólogo, 28
18. Pueyo, A. (2013) “Peligrosidad Criminal: Análisis Crítico de un Concepto Polisémico” PSI2009.13265 del Ministerio de Ciencia e Innovación del Gobierno de España.
19. Reglas mínimas de las Naciones Unidas sobre las medidas no privativas de la libertad (Reglas de Tokio) Resolución 45/110 de la Asamblea General, anexo. Disponible en: [https://www.unodc.org/pdf/compendium/compendium\\_2006\\_es\\_part\\_01\\_03.pdf](https://www.unodc.org/pdf/compendium/compendium_2006_es_part_01_03.pdf)
20. Sánchez Vidal, (2007) “Manual de Psicología Comunitaria” Madrid. Ed. Pirámide
21. Sistema Nacional de Estadísticas sobre Ejecución de la Pena: [http://www.saij.gob.ar/docs-f/estadisticas-sneep/2018/Informe\\_SNEEPARGENTINA2018.pdf](http://www.saij.gob.ar/docs-f/estadisticas-sneep/2018/Informe_SNEEPARGENTINA2018.pdf)
22. WHA49.25 Prevención de la violencia: una prioridad de salud pública Recuperado de: [http://www.who.int/violence\\_injury\\_preve](http://www.who.int/violence_injury_preve)
23. Zeid Ra'ad Al Hussein, extracto del discurso dado en ocasión de su 70 aniversario de las N.U. Diplomático jordano, se desempeñó como Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos entre 2014 y 2018. Disponible en <https://www.ohchr.org/SP/AboutUs/Pages/Zeid.aspx>



## LOS FACTORES DE RIESGO COMO CONDICIONANTES DE LA CONDUCTA FUTURA EN EL FEMINICIDIO ÍNTIMO (FI) Y EL FEMINICIDIO NO ÍNTIMO (FNI): LA NUEVA PERSPECTIVA CRIMINOLÓGICA

### LOS ESPEJOS DEL FEMINICIDIO

Jaqueline Cybelle Mello de Araújo<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Graduada en Criminología (Facultad de Derecho, Univesidad Barcelona); Máster en Criminología, Política-Criminal y Sociología Jurídico-penal (em posesión)

**Resumen** – El referido artículo busca contrastar en base a los estudios de Loinaz, Marzabal y Pueyo, catedráticos de la Universidad de Barcelona, si las diversas perspectivas del feminicidio, tanto íntimo como no íntimo, estudiadas hasta la actualidad, han tenido en cuenta para su detección, prevención y políticas públicas los factores de riesgo del individuo. Según dichos estudiosos, los factores de riesgo son los que predominan la conducta violenta futura del individuo y no únicamente está en una relación de pareja. Además, se pretende hacer un análisis de los diversos protocolos de actuación, así como guías e informes, para que sea posible obtener datos fehacientes, y poder contrastar si los factores de riesgo son tenidos en cuenta en la intervención policial en el sistema judicial español o no. Los estudios muestran similitudes en las 2 tipologías del feminicidio (FI) y (FNI). Tales como: la celotipia, presenciar o sufrir violencia en la infancia, ser víctima de abuso infantil, entre otros, son factores comunes también en los homicidas de violencia letal. No obstante existen divergencias en otros factores de riesgo.

**Palabras clave** – feminicidio, feminicidio íntimo, factores de riesgo, protocolos de actuación.

**Abstract** – The referred article seeks to contrast based on the studies of Loinaz, Marzabal and Pueyo, professors of the University of Barcelona, if the different perspectives of femicide, both intimate and non-intimate, studied up to the present, have taken into account for their detection, prevention and public policies the risk factors of the individual. According to these scholars, the risk factors are those that predominate the future behaviour of the individual and not the one in a couple relationship or not. In addition, it is intended to make an analysis of the various protocols of action, as well as guides and reports, so that it is possible to obtain reliable data, and to be able to compare whether the risk factors are taken into account in the police intervention in the Spanish judicial system or are not. The studies show similarities in the 2 typologies of femicide, however there are divergences among the risk factors, some being like cellopathy, witnessing or

**suffering violence in childhood, being a victim of child abuse, among others, a common factor among homicides of lethal violence.**

**Keywords – intimate partner homicide, femicide, risk factors, protocols.**

## I. METODOLOGIA

Para la realización de este artículo, se utilizó fuentes de datos secundarios, tales como, libros, leyes, artículos científicos de diversos autores maestros en la temática. Además se empleó una exhaustiva análisis de los datos encontrados en los diversos países del mundo, siendo los más relevantes los que la problemática es más acentuada. No obstante, referente a la valoración judicial se empleó las fuentes obtenidas de España y Cataluña. Además, se realizó una entrevista a los cuerpos de seguridad catalanas: Mossos D'Esquadra.

## II. INTRODUCCIÓN

De forma más general, se busca comparar los estudios realizados hasta el momento referente al feminicidio íntimo y su relación con los factores de riesgo en casos de asesinatos cometidos a mujeres sin ningún tipo de vínculo sentimental. De forma específica lo que se pretende con este análisis es averiguar si las teorías anteriores a los estudios realizados en la Universidad de Barcelona, por los investigadores, Loinaz, Marzabal y Pueyo (2018) referente a los “factores de riesgo en homicidas de mujeres con y sin relación de pareja” han tenido en

cuenta tales factores a la hora de predecir las variables de peso en el fenómeno del feminicidio íntimo o si apenas han relacionado con los indicadores del maltrato a la pareja o el machismo cultural, típicos de la violencia de género (VG). Además de analizar si los sistemas de justicia han tenido en cuenta tales factores en sus protocolos de actuación. Se realizaron estudios a 21 detenidos por matar a su pareja y 20 detenidos por matar a mujeres las cuales no tenían vinculación sentimental. Ambas categorías, estaban cumpliendo condena de prisión en el momento de la investigación. Para el análisis se dotaron de la herramienta de evaluación del riesgo conocida por RisCanvi, utilizada en centros penitenciarios catalanes. A través del RisCanvi, se pudo comparar los factores de riesgo de ambas muestras. Para el análisis se dotaron de la herramienta de evaluación del riesgo conocida por RisCanvi, utilizada en centros penitenciarios catalanes. A través del RisCanvi, se pudo comparar los factores de riesgo de ambas muestras. Esta nueva visión del feminicidio, parte de la premisa que existen factores de riesgo iguales en ambas categorías delictivas. Por ende, el fundamento explicado hasta la actualidad, de que el maltrato hacía a la pareja o el machismo vinculado al patriarcado, entre otras variables sociales, son factores primordiales para que un individuo cometa un crimen a la mujer, quedaría en segundo plano. Más bien son los factores de riesgo, lo que condicionaría la conducta futura, tanto para un asesino de pareja como uno sin vínculos con la víctima.

Según Loinaz, ha sido muy laborioso “encontrar muchos casos de presos que cumplieran condenas de cárcel por asesinatos de mujeres





(parejas y no parejas) y que fueran comparables, ya que son tipos de crímenes muy poco habituales, puesto que, este tipo de estudio es algo escaso en nuestra sociedad, dado a dificultad de obtención de los datos en esta categoría delictiva”. Asimismo, afirma que existen factores de riesgo, de ahora adelante FR, comunes entre los asesinos de pareja y los asesinos de mujeres sin relación sentimental. Tales como: las actitudes antisociales, la historia de conductas violentas, el grado de impulsividad y/o inestabilidad emocional, el consumo abusivo de drogas y alcohol o la baja capacidad de gestionar el estrés, dicho factores se encuentran tanto en los asesinos de pareja como en los que no tenían vínculo con la víctima. Con relación a los FR específicos de cada tipología, los investigadores encontraron una relación muy baja. En especial, fueron detectados como FR más prevalentes en asesinos de mujeres adultas, tener un historial de desajuste infantil, trastorno mental severo y la mayor temeridad, problemáticas de paro, rol social de delincuente como un rasgo de personalidad criminal, que los asesinos sin ninguna relación de pareja. (Loinaz et al. 2018)

Según el catedrático de la UB, “hasta ahora no se había podido evidenciar esta similitud entre las dos tipologías de asesinatos con la claridad de este estudio”. Además, los resultados confirman evidencias similares obtenidas en otros países, un hecho que podría implicar un cambio en el diseño de estrategias para lograr prevenir este tipo de crímenes. “La prevención del feminicidio de pareja debe organizarse en torno a las especificidades de este tipo de delito y no como una simple generalización de la lucha preventiva contra el maltrato de pareja. A pesar de que nuestros

resultados son incipientes, distinguir estas categorías -feminicidio de pareja y maltrato de pareja- a efectos preventivos puede ayudar a reducir los feminicidios, que son, como sabemos, crónicamente muy estables”, explica el investigador. Respecto a las posibles repercusiones de este estudio en la rehabilitación de los condenados, el investigador concluye que “probablemente convendría complementar los programas propios para agresores de pareja con aquellos componentes que se utilizan en el ámbito penitenciario para tratar los homicidas”.

Diana Russell, fue quien acuñó el término femicidio, que significa el “asesinato de una mujer por el simple hecho de ser mujer” (Meneghel, Rosa, Ceccon, Hirakata, y Danilevich, 2017), ya Vera (2012), afirma que son “crímenes de odio contra la mujer”. (p. 45). Asimismo, Russell y Caputi definió el femicidio como el “asesinato de mujeres por hombres motivados por el odio, el desprecio, el placer o un sentido de propiedad de las mujeres”. (Commons, 2017, p.45). Según Carcedo (2001), citado en Vera (2012), el “feminicidio íntimo se presenta cuando el asesinato es cometido por un hombre contra una mujer con la que tuvo una relación íntima, familiar, de convivencia o afines a estas” (p.39). Ya el FNI: “Son aquellos asesinatos cometidos por hombres con quien la víctima no tiene relación íntima, familiar, de convivencia, o afines a éstas. Frecuentemente, el feminicidio no íntimo involucra el ataque sexual a la víctima” (Carcedo, 2001, citado en Vera, 2012, p.39).

Estudios afirman que el homicidio de la pareja se da en mayor parte, en el decurso de una discusión o riña. Por ende, sin premeditación



(Redondo y Garrido, 2013). Según Gelles y Strauss (1979), citado en Redondo y Garrido (2013), es el entorno familiar donde se produce más violencia y la familia la clase social más violenta (Echeburria y Redondo 2010, citado en Redondo y Garrido, 2013). Dependiendo del país se utiliza el término feminicidio o femicidio. En países como, El Salvador, Brasil, Colombia, Venezuela, México, entre otros, es común encontrar tipificado en el Código Penal (de ahora adelante CP), como feminicidio. (Meneghel, Rosa, Cecon, Hirakata, y Danilevicz, 2017). Existen varias tipologías de feminicidio, como pueden ser el feminicidio infantil, caracterizado por el asesinato de una menor de 14 años perpetrado por una persona que guarda una relación responsabilidad, poder o confianza; feminicidio familiar cuando sucede en un contexto de una relación de parentesco entre la víctima y el victimario; femicidio por prostitución que es el asesinato de una mujer en el ejercicio de la prostitución, entre otros (Graciela y Laporta, 2012). No obstante, este artículo versa específicamente en los estudios de feminicidio íntimo (FI) y el feminicidio no íntimo (FNI).

Los países con alto índice de pobreza y homicidios, ya sea de cualquier naturaleza delictiva, son los que poseen las tasas más elevadas de violencia contra la mujer (Redondo y Garrido, 2013). La Organización Mundial de la Salud (2012), de ahora adelante OMS, describe el FI o homicidio por pareja íntima como el feminicidio perpetrado por un “esposo o novio actual o expareja” (p.1). Ya el FNI, es el cometido por un agresor que no guarda ningún tipo de relación íntima con la víctima, algunas veces para referirse al feminicidio de mujeres por medio de la agresión sexual, lo denominan de feminicidio sexual.

### III. MARCO TEÓRICO

#### Contexto socio-histórico

El feminicidio es un acontecimiento muy arcaico, ya en la antigüedad se daba muerte a mujeres que tuviera contacto con algún tipo de magia, lo que se ha conocido como la caza de bruja; pasando por la Edad Media (tortura judicial) e incrementándose significativamente en los años entre 1400 y 1750. (Radford y Russell, 2006)

Fue en el siglo 20, en los años 70, cuando se dio a la luz los primeros casos de mujeres maltratadas. (Schechter 1982, citado en Redondo y Garrido, 2013; Epstein, Russell, y Silvern, 1988), en aquel entonces, debido al contexto, se denominaba como violencia doméstica (Dobash, Dobash, Cavanagh, y Medina-Ariza, 2007). No obstante, fue en los años 90, en Estados Unidos, que las corrientes feministas empezaron a denunciar los diversos tipos de violencia que llevaban a muchas mujeres a muerte (Meneghel y Portella, 2017; Gomes, 1806). En América Latina, el término Feminicidio fue acuñado por la antropóloga y etnóloga Marcela Lagarde, concretamente para referirse a los asesinatos de mujeres en Ciudad Juárez (México). (Jurado, 2018)

Con todo lo que estaba sucediendo en EUA, las mujeres mejicanas, decidieron poner en marcha diversas protestas contra el feminicidio, poco a poco el fenómeno se extendió por diversos países latinoamericanos (Gomes, 1806).

En el campo del maltrato a la mujer, los primeros estudios vienen dado por la psicóloga Leonor Walker, que creó la Teoría de las tres etapas del ciclo de la violencia: 1ª etapa de generación de la tensión, 2ª etapa conocida como el incidente de violencia y



la 3ª etapa de luna de miel. (Walker, 1989; Walker 1989, citado en Redondo y Garrido, 2013). A continuación, describimos cada una de ellas.

La primera etapa sucedería por el acúmulo de tensión, en otras palabras, en un proceso de escalada que se manifiesta en conductas específicas. La segunda etapa, se da por la frustración de la mujer por no conseguir mitigar la situación, precipitando así la conducta violenta, en esta etapa la mujer busca minimizar los golpes. La última etapa es la luna de miel, el agresor demuestra arrepentimiento por los hechos y la mujer le perdona en un intento por creer que no volverá a suceder, cerrando así el ciclo y su posterior repetición. Dobash y Dobash (1992), citado en Casique y Castro (2008), en sus estudios desde la perspectiva feminista, referente al maltrato, alegan que esta situación es culpa del patriarcado existente en la sociedad que de alguna forma la subordina al hombre. En esta misma línea Radford y Russell (2006), afirman que el “feminicidio es tan antiguo como el patriarcado” (Radford y Russell 2006, citado en Salvatierra, 2006, p.170). Además, a sido perpetrado al largo de la historia “por los hombres para asegurar las relaciones sociales del patriarcado, esto es, el dominio masculino y la subordinación femenina” (Salvatierra, 2006, p.170).

Hasta principios del siglo XXI las mujeres no estaban protegidas de ninguna forma, ni judicial ni socialmente, tampoco habían medidas de protección o jueces especializados y menos aún instrumentos de valoración de riesgo (Gustavo y Teruelo, 2017). En la actualidad, la violencia de pareja es algo común y se produce en todos los países, independientemente del grupo social, económico,

religioso o cultural. (Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses, de ahora adelante INMLCF; Radford y Russell, 2006). Varios autores están de acuerdo que la expresión “violencia de género” incluye todas las formas de violencia contra las mujeres. (Rodríguez y Bodelón, 2015, p.107; (García Añón, Llabrés Fuster, Merino Sancho, Mestre Mestre, & Galiana Saura, 2008)

Según la mexicana Julia Monárrez, el Feminicidio es un fenómeno social, ligado al sistema patriarcal, que predispone en mayor o menor medida a las mujeres para que sean asesinadas, sea por el solo hecho de ser mujeres; falta de adecuación, se presupone que la mujer ya ha traspasado los límites de lo establecido (Cifuentes, s.f., p.18). Normalmente, la violencia de pareja empieza durante el noviazgo, continua durante el tiempo y se acentúa en la vida conyugal. De las cuevas, 26 % son solteras y 35 % de las casadas o con unión estable (Endireh 2006, citado en INMLCF, 2017). Los estudios de Campbell y Soeken (1999), encontraron que existe una correlación entre mujeres maltratadas y agresión sexualmente por su pareja, puesto que, la gran mayoría sufrieron malos tratos y también fueron agredidas sexualmente. Según las Naciones Unidas en su Programa Para El Desarrollo (2004), por sus ciclos PNUD, citado en Taibo (2014), define el feminicidio como: El asesinato de mujeres como resultado extremo de la violencia de género, que ocurre tanto en el ámbito privado como público y, comprende aquellas muertes de mujeres a manos de sus parejas, exparejas (sic) o familiares, asesinadas por acosadores, agresores sexuales y/o violadores, así como aquellas que trataron de evitar la muerte de otra mujer y quedaron atrapadas en la



acción (p.682). Las diversas investigaciones sobre el homicidio en la pareja han comprobado que muchos de los hombres que han cometido el feminicidio fueron testigos de la violencia interparental, sufrieron algún tipo de abuso físico y/o sexual en la infancia (Aldridge y Browne, 2003; Campbell, Glass, Sharps, Laughon, y Bloom, 2007; Garcia et al., 2008; Saunders y Browne, 1991, citado en Weizmann-Henelius et al., 2012).

Investigaciones realizadas en Finlandia afirman que los homicidas íntimos de mujeres suelen encontrarse en una situación laboral activa frente a los homicidas en general, que normalmente no están empleados y son dependientes del alcohol. (Weizmann-Henelius et al., 2012; Aaltonen, Hinkkanen, Kivivuori, y Sirén, 2008, citado en Weizmann-Henelius et al., 2012; Kivivuori, Lehti, Information, 2011). En contraposición los estudios de Rying (2001), citado en Heizmann-Henelius et al., 2012 alegan que “los hombres que cometen feminicidio íntimo tienen un status quo bajo y un alto grado de desempleo” ( p.14).

De acuerdo con Meneghel et al. (2017), en muchas regiones de Brasil y algunos países de Latino América, donde existen más desigualdades sociales, territorios con problemas de fronteras y/o favelas (donde existen leyes ajenas al Estado), el feminicidio es llevado a cabo como una forma de punir al otro, medio de demostración del poder, modo de envío de mensaje a las mujeres para que vigilen su conducta y a los hombres de quien manda en el territorio.

En la actualidad, tanto el Parlamento Europeo como la Asamblea Parlamentaria del Consejo de Europa, unieron fuerzas para incidir en la problemática del feminicidio en América Latina. (Marzabal Manresa, 2015)

### **Perfil del Agresor (FI)**

Conforme Marzabal Manresa (2015), no existe un perfil único del agresor. Sin embargo, existen una “serie de características definitorias que son evidenciadas en la figura del maltratador”. (p.162)

Tales como:

1. Mínima capacidad para tolerar frustraciones o situaciones de estrés
2. Celos, temor a que su pareja le abandone y amenazas
3. Fue maltratado o presenció comportamientos violentos en la niñez
4. Utiliza el sexo como herramienta de agresión
5. En ocasiones presenta una doble personalidad: amabilidad y violencia alternativas
6. Cree en la supremacía del hombre y los roles sexuales estereotipados
7. Baja autoestima: necesita validar su ego a través de su esposa
8. La influencia del alcohol y las drogas como excusa para agredir
9. No cree que su conducta sea violenta.

Estudios realizados sobre el maltrato en la pareja afirman que los individuos que desarrollan conductas agresivas con sus compañeras sentimentales, también lo han exteriorizado con otras personas (Redondo y Garrido, 2013; Eriksson y Mazerolle, 2013). Dobash et al., 2007, afirman que existen FR, tanto en la violencia letal como la no letal, iguales en ambos agresores, como puede ser factores la infancia, adolescencia y la fase adulta. Siendo la niñez donde comparten





indicadores más relevantes, como puede ser haber presenciado la violencia del padre hacia a la madre, el abuso de alcohol de éste, sufrir abuso físico y/o sexual, así como déficits en los cuidados (p.14). A pesar de que no es correcto afirma que existe un “perfil del feminicida” en concreto, sí es posible trazar unos rasgos de personalidad comunes en este tipo de agresores, como pueden ser: “la desconfianza hacia los demás, la suspicacia, la hostilidad, la hipersensibilidad y la preocupación enfermiza por la fidelidad de su pareja” (Marzabal Manresa, 2015, p.17). Además, son personas con alta impulsividad (Eriksson y Mazerolle, 2013). A pesar de los exhaustivos estudios científicos sobre FI, existen discrepancia con respecto al perfil de los agresores del FI y la posible predicción de las conductas delictivas (Loinaz et al., 2018). Dutton y Kerry (1999), citado en Loinaz et al. (2018), afirman que “hay alguna evidencia de que el homicidio conyugal no puede necesariamente ser predecible sobre la base de la violencia no letal” (p.50).

### **Factores de Riesgo del Agresor (FI y FNI)**

Según Marzabal Manresa (2015), define los factores de riesgo como “las circunstancias (individuales, familiares, escolares, laborales, sociales o culturales) cuya presencia incrementa la probabilidad de que se produzca un determinado fenómeno” (129).

Conforme la Organización Mundial de la Salud (2012), el Modelo Ecológico es el más utilizado para entender cualquier forma de violencia, y que esta última “está influenciada por factores que operan en cuatro niveles: individuo, familia / relación, comunidad y sociedad o estructural (que

se relaciona con leyes, políticas e influencias sociales más amplias)” (p.4). Asimismo, Pueyo y Redondo (2007), alegan que existen factores de riesgo y de protección en un individuo, que dependiendo de su naturaleza, pueden distinguirse entre factores estáticos y dinámicos. Siendo los estáticos, factores que no se puede modificar, al contrario, de los dinámicos que sí son modificables. En esta misma línea, varios estudios arguyen que tener un nivel de educación universitaria es un factor de protección frente a una educación secundaria. (Weizmann-Henelius et al. 2012; OMS 2012). Asimismo, los estudios de Weizmann-Henelius et al. (2012), encontraron que hallarse en una situación laboral inactiva aumenta el riesgo de feminicidio. Redondo y Garrido (2013), afirman que está en una posición de dependencia hacía su agresor, es un factor de riesgo muy común en las relaciones de parejas. No obstante, estudios realizados en Brasilia, capital de Brasil, afirman que tener una autonomía económica y sexual, influyen en un mayor riesgo de ser víctimas de feminicidio íntimo. (Meneghel et al., 2017)

De acuerdo, con varios psicólogos existen patrones de personalidad y de conducta comunes entre el agresor y víctima. (Redondo y Garrido, 2013). Además, los estudios de Vera (2012), relevan que iniciarse a temprana edad en acciones violentas hace con que haya una “normalización de la violencia” (p.46). Theobald y Farrigton (2012), citado en Redondo y Garrido (2013), analizaron en su ilustre estudio longitudinal de Cambridge que existen factores de la infancia y adolescencia que pueden predecir la conducta violenta contra las mujeres en la edad adulta. Además, los individuos que ejercieron la violencia contra su pareja fueron





víctimas de un entorno familiar problemático, con déficits en los cuidados por parte de los padres; bajo rendimiento escolar y altas tasas de desempleo o precariedad. Asimismo, afirman que hay una correlación entre los FR descritos anteriormente y la predisposición a delincuencia.

De acuerdo con la Teoría del Aprendizaje Social, la personalidad de un individuo se conforma a raíz de un acúmulo de experiencias vividas a lo largo del tiempo. (Blanco, 2011).

Algunos estudios sobre el FI cogen como marco teórico la Teoría General de la Tensión de Agnew. Según esta teoría los individuos que cometen un homicidio a la pareja pasarían por un compendio de emociones, las cuales generarían un grado elevado de tensión, como respuestas a estas vivencias surgiría el homicidio. (Eriksson y Mazerolle, 2013). De acuerdo con Redondo y Garrido (2013), es más probable que un niño proveniente de entornos conflictivos y con alto grado de violencia familiar desarrolle conductas violentas cuan adulto, que uno que creció sin ningún tipo de maltrato. Según Weizmann-Henelius et al. (2012), en sus estudios encontraron que hallarse en una situación laboral inactiva aumenta el riesgo de feminicidio.

De acuerdo con las perspectivas sociológicas, los factores que influyen significativamente -al menos referente a la violencia física en la pareja- son variables como el desempleo o bajo ingresos, escaso nivel educacional y de forma global la integración social deficitaria. (Theobald y Farrington 2012, citado Redondo y Garrido, 2013). Los principales FR del homicidio en la pareja es la escalada de violencia

Doméstica (Weizmann-Henelius et al., 2012). Dollard y Miller, grandes teóricos del aprendizaje

social explican en la Teoría de la anomia, que la frustración a no conseguir alcanzar la meta deseada puede conllevar al individuo actuar de forma agresiva. (Blanco, 2011, p.215). Asimismo, diversos autores afirman que convivir con un individuo violento y celoso aumenta el riesgo de sufrir un homicidio. Además, cuando existe un proceso de separación. (Redondo y Garrido, 2013; Weizmann-Henelius et al., 2012).

Referente a los factores individuales, como puede ser el abuso del alcohol, Fine (1985), afirma que intensifica la probabilidad de agresividad en el hombre, y Sharps et al. (2001), citado en Eriksson y Mazerolle (2013), alegan que el consumo de alcohol duplica el riesgo de feminicidio en la pareja. Sin embargo, en sus estudios encontraron que la mayoría de los hombres que mataron sus parejas, en el momento de los hechos no se encontraban bajo efectos del alcohol, pero tenían un elevado grado de posesividad hacia a sus compañeras. (Eriksson y Mazerolle, 2013). En esta misma línea, Campbell, Webster, Koziol-McLain, Block, Campbell, Curry, Laughon, (2003); Loinaz et al. (2018); Dobash et al. (2007) en sus investigaciones, no encontraron una relación positiva entre el riesgo de violencia letal y el consumo de alcohol. Sin embargo, esta relación fue significativa con el consumo de drogas y el riesgo de homicidio.

Los métodos para valoración de riesgo encontramos en las diversas herramientas creadas desde 1980. Las herramientas actuarias sirven para predecir el futuro en base a una presuposición, “según la cual la probabilidad futura de que suceda un hecho depende de la combinación ponderada de los factores que determinaron su aparición en el pasado” (Grove et al. 2000, citado en Pueyo y Redondo, 2007, p.168).



Una de las herramientas utilizadas para medir la probabilidad de sufrir uxoricidio, en otras palabras, el riesgo de ser asesinada por la pareja es conocida como DA (Dangerous Assessment). Adaptada en España, por Andrés-Pueyo y López del Grupo de Estudios Avanzados en Violencia (GEAV-UB) de la Universidad de Barcelona (Marzabal Manresa, 2015). No obstante, existen otras herramientas

relevantes en los estudios de evaluación del riesgo como son, SARA, ODARA, HCR-20, STATIC-99, entre otras.

A continuación, se hará un breve resume de estas herramientas tan significativas en el ámbito de la violencia, tanto específica como general, y que sirven para identificar los factores de riesgo tan importante en la temática que versa este artículo.

**Tabla 1** - Las herramientas y su Finalidad en el Femicidio

DA	Factores de riesgo específicos de uxoricidio	Riesgo de asesinato de la pareja	Campbell, Webster y Glass, (2008)
SARA	20 factores de riesgo de agresiones en entorno de parejas, ajuste psicosocial, violencia específica, "index offense" y otros. Formato guía protocolizada	Valoración de riesgo de violencia física grave, sexual y amenazas en el contexto de la pareja o ex/parejas	Kropp y Hart, (2000)
ODARA	13 factores de riesgo de violencia doméstica	Violencia de pareja en la familia	Hilton, Z. H., Harris, G. T., Rice, M. E., Lang, C. L., Cormier, C. A., y Lines, K. J. (2004; Eke, Hilton, Harris, Rice, & Houghton, (2011); Campbell (2005)
HCR-20	20 factores de riesgo de tipo: Histórico, Clínico y de gestión del Riesgo, presentados en un instrumento único en formato guía protocolizada	Predice violencia física en poblaciones de enfermos mentales y delincuentes crónicos	Webster, Douglas, Eaves y Hart (1997)
STATIC-99	10 factores de riesgo de violencia sexual	Violencia sexual: reincidencia de pedófilos y agresores sexuales Intervalo largo de predicción	Hanson & Thornton, (1999)
SORAG	Ítems de desarrollo de la personalidad, historia de conductas anormales violentas y preferencias y desviaciones sexuales	Predice para un intervalo de 7 a 10 años el riesgo de conductas violentas en enfermos mentales	Harris, Rice, Quinsey, Lalumie, Douglas & Lang (2003)

VRAG	ítems de desarrollo de la personalidad, historia de conductas violentas y no violentas. Incluye PCLR	Predice para un intervalo de 7 a 10 años el riesgo de conductas violentas en enfermos mentales	Harris, Rice, Quinsey, Lalumie, Douglas & Lang (2003)
------	--	--	---

*Fuente:* creación propia. Datos sacados (Pueyo y Redondo, 2007)

Por otra parte, se buscó reunir dentro de la masificación de artículos científicos sobre los factores de riesgo de sufrir feminicidio por parte de la pareja, la gran mayoría de los factores que

influyen en la ejecución de dicha acción. Para eso, si analizó los factores de riesgo con mayor consenso entre los expertos en la materia.

**Tabla 2 - FR predominante del FI**

FACTORES	AUTORES
Celos, enfado, rabia, posesividad	Campbell et al., 2003; Dobash et al., 2007; Echeburúa, Fernández-Montalvo, de Corral y López-Goñi (2009); Weizmann-Henelius et al., 2012); Redondo y Garrido (2013)
Separación/ convivencia	Echeburúa, Fernández-Montalvo, de Corral y López- Goñi (2009); Dobash et al., 2007; Marzabal Manresa (2015); OMS (2012); Gustavo & Teruelo (2017)
Rasgos de personalidad (impulsividad) “psicopatía”	Echeburúa y Fernández-Montalvo (2007)
Criminalidad y psicopatología	Dixon, Hamilton-Gia-chritsis y Browne (2008)
Armas blancas, de fuego, cuchillos	Echeburúa, Fernández-Montalvo, de Corral y López-Goñi (2009); OMS (2012); Marzabal Manresa (2015)
Historia de violencia previa (con la víctima y con otras personas)	Dobash et al., 2007; Dobash y Dobash (2011); Castro, Cerellino & Rivera, (2017)
Abuso de sustancias (alcohol y drogas)	Campbell et al. (2003); OMS (2012)
Educación deficitaria	Dobash et al., (2007); Marzabal Manresa (2015)
Situación Laboral	Dobash et al., 2007; OMS (2012)
Carreras delictivas	Dobash et al., (2007)

*Fuente:* Elaboración propia



Dobash y Dobash's (2011), alegan que existen similitudes entre los asesinos de mujeres sin relación de pareja y los que mantenían algún tipo de relación. No obstante, se pudo detectar diferencias relevantes, principalmente en el perfil del FI.

Con relación a la historia de violencia en parejas anteriores dicen que la prevalencia es mayor en este grupo, que en otros como, homicidas comunes o agresores domésticos. (Dobash et al., 2004; Dobash et al., 2007)

En la variable separación/convivencia los estudios afirman que tanto convivir junto con la pareja como separarse de ella eleva el riesgo de violencia. (Dobash et al., 2007). No obstante, la OMS (2012), afirma que vivir en domicilios separados es un factor de protección. Según Gustavo y Teruelo (2017), la “fase de separación” sólo es predicable en aquellos casos en los que existían un vínculo matrimonial previo. De igual forma los estudios canadienses de 1991 a 2000, confirman que está en una relación de pareja eleva el riesgo de homicidio, eso se da por razones que están relacionadas con la edad (jóvenes) o estatus socioeconómico (pobres), entre otras, (Johnson & Hotton, 2003 citado Dobash et al., 2007).

En alusión a los factores de riesgo que pueden causar una mayor predominancia a violencia en general, independiente de ser hombre o mujer, están ser víctimas de abuso infantil y presenciar violencia del padre contra la madre (Castro, Cerellino, & Rivera, 2017). Dobash y Dobash (2015), citado en Loinaz et al. (2018), referente a la variable situación laboral, los hombres que han utilizado la violencia letal contra la pareja, en comparación a los feminicidas comunes, normalmente se encuentran empleados, posee un

nivel educacional superior, tienen menos problemas de alcohol o drogas, y se involucran menos en conductas delictivas. Aunque el abuso de sustancias es menos común en el FI que el FNI, sigue siendo un denominador común, tanto en las víctimas como en los perpetradores de ambos grupos (FI y FNI) (Caman, Howner, Kristiansson y Sturup 2017, citado en Loinaz et al. 2018). Según Loinaz et al. 2018, en sus estudios realizados en la Universidad de Barcelona referente a variable de drogas o alcohol apenas un 6.6% de los casos guardaban relación con el FI. Los estudios de Caman et al. (2017), “demuestran que los homicidas de pareja constituyen un subtipo separado de delincuente y, conceptualmente, deberían ser tratados por separado” (p.50). Eke, Hilton, Harris, Rice y Houghton (2011), en sus análisis a 146 hombres que “intentaron o cometieron” el FI el 42% poseían antecedentes penales, el 15% guardaban un histórico psiquiátrico y el 18% tuvieron ambas variables. Apenas el 24% no tenían vínculo legal con el sistema de justicia o de salud mental anterior al delito. (Loinaz et al., 2018, p.50)

Juodis et al. (2014a), citado en Loinaz et al. (2018), afirma que en 86.5% de los homicidios domésticos podrían haber sido identificados (DA) como riesgo de homicidio, por ende, se considera que existiría una posible prevención de los crímenes. Además, el 82,9% de los casos existían “elementos de planificación”, y no un factor del azar como aseguran otros. (p.50)

### **Factores de Riesgo de la Víctima**

Para la valoración del riesgo no solo es relevante la adopción de la herramienta o



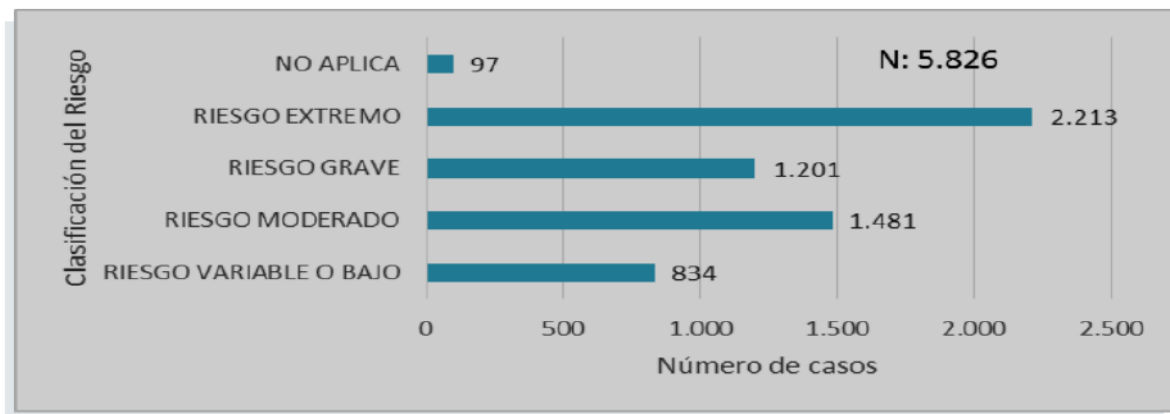
instrumento a seguir, como también conocer el contexto donde se presenta la dinámica violenta, por lo tanto, la cultura perteneciente a la víctima.

De acuerdo Hart (2001), citado en Pueyo y Redondo (2007) el riesgo es como “un peligro que puede acontecer con una cierta probabilidad en el futuro, que no comprendemos totalmente sus causas o éstas no se pueden controlar de forma absoluta” (p.164). Ya Echeburúa, Fernández - Montalvo y Del Corral (2009), define los factores de riesgo como: Características asociadas con un incremento de la probabilidad de que suceda un determinado hecho, ya sea un acto de violencia física, sexual o de otra naturaleza. Pese a que la presencia de uno o más factores de riesgo no indica necesariamente que se dé una determinada relación causal, sí que se cumple que la probabilidad de un suceso asociado a los

factores de riesgo aumenta. (p.6)

Es importante para detectar los factores de riesgo de la víctima tener un compendio de la vida en general de ésta, entre las cuáles están la relación e interacción que posee con los miembros de su familia de origen, así como su ciclo vital personal, estrategias de afrontamiento, red de apoyo, su concepto sobre la violencia, entre otros diversos factores que posan convertirse en factores de vulnerabilidad, mas también en posibles factores de protección. De acuerdo con INMLCF, en Colombia, durante el año 2016, los datos estadísticos de las mujeres con riesgo de muerte demuestran un aumento significativo de los casos cuyo resultado de la valoración fue de riesgo extremo, seguido del riesgo moderado, riesgo grave y, por último, riesgo variable o bajo.

**Tabla 3**  
*Casos Atendidos por Valoración de Riesgo Mortal*



Fuente: Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses  
Sistema de Información de Clínica y Odontología Forense - SICLICO

**Fuente:** Valoración del riesgo de violencia mortal contra mujeres por parte de su pareja o expareja: Prevención secundaria. Legal, M., y Forenses, C. (2016). *Boletín Epidemiológico*, 14, p.12. Recuperado de: <http://www.medicinalegal.gov.co/documents/20143/57992/Valoraci%C3%B3n+del+riesgo+de+violencia+mortal+contra+mujeres+por+parte+de+su+pareja+o+expareja+Prevenci%C3%B3n+secundaria.pdf>



El riesgo extremo, la mayoría de los casos (2.213) nos indica que existe un conjunto de factores de riesgo que incrementan significativamente la probabilidad de que ocurran episodios de violencia muy graves. No obstante, del riesgo moderado a riesgo grave la diferencia es menor de 280 casos, lo que se puede prever un límite muy cercano en pasar del riesgo moderado al grave.

### **Métodos más comunes utilizados en el FI**

El arma de fuego sin duda es el objeto más utilizado en los homicidios de mujeres, en países como Colombia, Brasil, El Salvador, Honduras y Guatemala, la tasa de asesinatos por proyectil ronda el 60% de los casos. (Grupo centro de referencia nacional sobre violencia, 2017). Las estadísticas describen un 54 % de los casos se utilizó el arma de fuego siendo el objeto más utilizado seguido por el arma corto punzante 23 % y los generadores de asfixia con un 9 %. En España, aunque las armas no es algo común en los hogares fue utilizado con bastante frecuencia en el homicidio de pareja, incluso como método de suicidio tras cometer el feminicidio (Marzabal Manresa, 2015). Loinaz et al., (2018), referente a las armas en la categoría de Instrumento afilado, encontró un 50% de los casos de FI, ya por asfixia con un objeto el 6.7% y la agresión física sin objeto el 23.3%. De igual forma, golpeando con un objeto el 16.6% de los casos.

La OMS (2012) encontró que la mayoría de las muertes se han dado por herramientas afiladas; mediante el estrangulamiento y el apuñalamiento; quemándolas, tirándolas desde una ventana u obligándolas a tomar veneno. Las estadísticas describen un 54 % de los casos se utilizó el arma

de fuego siendo el objeto más utilizado seguido por el arma corto punzante 23 % y los generadores de asfixia con un 9 %. En España, aunque las armas no es algo común en los hogares fue utilizado con bastante frecuencia en el homicidio de pareja, incluso como método de suicidio tras cometer el feminicidio (Marzabal Manresa, 2015). Loinaz et al., (2018), referente a las armas en la categoría de Instrumento afilado, encontró un 50% de los casos de FI, ya por asfixia con un objeto el 6.7% y la agresión física sin objeto el 23.3%. De igual forma, golpeando con un objeto el 16.6% de los casos. La OMS (2012) encontró que la mayoría de las muertes se han dado por herramientas afiladas; mediante el estrangulamiento y el apuñalamiento; quemándolas, tirándolas desde una ventana u obligándolas a tomar veneno.

### **Trastornos Mentales y de Personalidad**

Estudios afirman que son más frecuentes encontraren trastornos mentales graves y trastornos de personalidad, en individuos que han perpetrado el femicidio, que los que han cometido otros tipos de homicidios (Weizmann-Henelius et al., 2012).

Bourget y Gagné (2012), citado en Aguilar (2018), afirman que los estudios del feminicidio, no está claro la importancia del trastorno mental en el momento de las agresiones a la mujer, e incluso es contradictoria. Hay estudiosos que hallaron un elevado predominio de psicopatología y otros que no han encontrado significativas diferencias entre los hombres de violencia letal y no letal. (Fernández-Montalvo y Echeburúa, 2005). Los estudios del feminicidio íntimo en Suecia alegan que apenas un 4% de los culpables analizados en la



muestra, durante 10 años, tenían psicopatía. El modelo utilizado fue (PCL-SV). (Weizmann-Henelius et al., 2012)

Las investigaciones hechas por Dobash y colegas (2004); Weizmann-Henelius et al., (2012), entran en consenso sobre los trastornos de personalidad antisocial y personalidad psicopatía, son menos probables en ambas tipologías de femicidio, íntimo y no íntimo. En el femicidio íntimo, el grado de psicopatía de los hombres, siguiendo los criterios de la PCL, fueron significativamente más bajos en comparación con los hombres que cometieron femicidio no íntimo. (Weizmann-Henelius et al., 2012)

Referente a salud mental, Echeburúa et al. (2009) consideran que el abandono de terapias psicológicas y psiquiátricas, elevan el riesgo de violencia grave en las relaciones de parejas. Loinaz et al., (2018), encontro una relación de 10% en los trastornos mentales y el FI. Asimismo, Dobash y sus colegas (2004) encontraron que los hombres que mataron a sus parejas tenían problemas en sus relaciones sociales en general. Por otro lado el trastorno paranoide, es uno de los trastornos más significativo en el FI, puesto que, conlleva a creación de “celos injustificados o patológicos (calificados de celotipias o celopatías)” (Marzabal Manresa, 2015, p.143). Esbec y Echebarria (2010), alegan que “apenas una pequeña parte de la violencia es obra de enfermos mentales, que, más que actores, tienden a ser víctimas de la violencia

en función de su grado de indefensión”. En realidad, los que de verdad protagonizan “conductas destructivas son consecuencia de la marginación y de la maldad y no de la locura” (p.259)

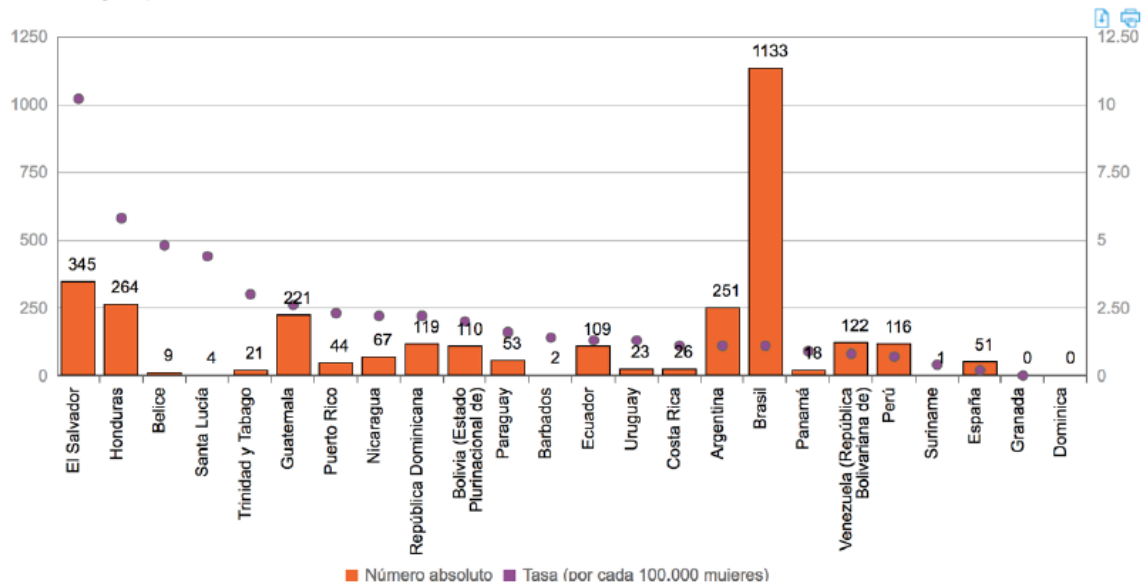
### **Estadísticas FI (FI y FNI)**

América Latina es el territorio con mayor problemática del femicidio, puesto que, la mitad de los países sufren por tasas muy altas de homicidio a la mujer, tales como parte de América del Sur, América Central y Caribe (Saccomano, 2017). Los países de América Latina y Caribe, con. más tasas de femicidio, son Colombia, Las Antillas, Bolivia, Guatemala, Bahamas, Guayana y Honduras, con más de 6 crímenes por cada 100 mil mujeres. (Cinfuentes, s.f.). Según un informe de la (OMS) titulado “Estimaciones mundiales y regionales de la violencia contra la mujer”, mientras que en Europa Occidental la tasa de predominancia de la violencia en las parejas es del 19,3%, en América Latina la tasa es elevadamente superior, el 40,63% en la región andina, 29,51% en América Central y 23,68% en América del Sur. (Saccomano, 2017).

La tabla abajo corresponde a la cantidad anual de homicidios de mujeres de 15 años y más, muertas por razones de género. Se exterioriza en números absolutos y en tasas por cada 100.000 mujeres. Dependiendo de cada país, la legislación nacional lo recoge como “femicidio, femicidio u homicidio agravado por razones de género”.

**Tabla 6 -** Tasa de homicidio de mujeres según el país

América Latina, el Caribe y España (24 países): Femicidio o femicidio, último año disponible (En números absolutos y tasas por cada 100.000 mujeres)



**Fuente:** ONU (Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe, 2016-2017).

Países como Brasil, Venezuela, Guatemala, Ecuador, República Dominicana y Belice poseen una tasa entre 3 y 6 mujeres asesinadas por cada 100 mil mujeres. Las tasas de homicidios son hasta 5 veces más altas en todos estos países, que la tasa de homicidios general de la gran mayoría de los países del Norte (Cinfuentes, s.f.). La población brasileña sufre con un aumento significativo de mujeres asesinadas en los últimos 30 años, donde la tasa pasa de 2,3/100 mil a 4,6/100 mil mujeres

(Meneghel et al., 2017).

Los estudios afirman que el 35% de todos los asesinatos de mujeres, a nivel mundial, fue cometido por una pareja sentimental. (OMS, 2012).

Según estudios realizados en Detroit, Michigan 1 de cada 4 víctimas de asesinato, es mujer; 9 de cada 10 mujeres asesinadas, murieron a manos de un hombre; 4 de cada 5 son asesinadas en su casa. (Campbell, 1986)

**Tabla 7 -** Tasa de homicidio en Colombia 2017

Homicidios en general	Total/11.373
Femicidio	1.002
>18 años	892





<18 años	102
Parejas o exparejas	144
1. Compañero sentimental	
2. Esposo y ex esposo	
3. Novio	
4. amante	

*Fuente:* Elaboración propia. Datos recuperado de: <http://www.medicinalegal.gov.co/cifras-estadisticas/boletinesepidemiologicas/>

Según fuentes del INMLCF (2017), consta un total de 11.373 homicidios en Colombia, de los cuales 1.002 fueron mujeres. Siendo la gran mayoría (892) mayores de 18 años y 102 de los casos eran menores 18 años. La edad media de la mayoría de las mujeres asesinadas, en el momento de los hechos, es entre 20 a 24 años. Un total de 144 fueron muertas a manos de sus parejas o exparejas, siendo el compañero sentimental el primero en la escala seguido del esposo de la víctima y ex esposo, novio, exnovio, amante y ex amante como el último en la escala. No se ha podido obtener los datos exactos para cada categoría en la variable Parejas o exparejas. En los años de 2016 y 2017 fueron realizadas 1.489 necropsias médico-legales a mujeres víctimas de homicidio en Colombia. No obstante, hubo una variación porcentual positiva del 4 % (27 casos) en el año 2017, en comparación con el año 2016. En la mayoría de los casos la franja etaria rondaba los 25 a 29 años (213 casos). (INMLCF, 2017)

El agresor no mantenía ningún vínculo con la víctima en el 48 % de los casos (714) casos, le sigue la variable pareja o expareja con un 27 % (205) casos y en tercer lugar la familia con un 3,5 % (52) casos (INMLCF, 2017). De acuerdo con la OMS, referente

a los estudios realizados en diversos países, revelan que entre el 40% y 70% de mujeres asesinadas padecieron a manos de su pareja, y muchas veces en el contexto de una relación de maltrato (Cifuentes, sf). Los estudios afirman que el 35% de todos los asesinatos de mujeres, a nivel mundial, fue cometido por una pareja sentimental. (OMS, 2012).

Según estudios realizados en Detroit, Michigan 1 de cada 4 víctimas de asesinato, es mujer; 9 de cada 10 mujeres asesinadas, murieron a manos de un hombre; 4 de cada 5 son asesinadas en su casa. (Campbell, 1986)

A continuación algunas legislaciones de peso en los países descritos en dicho estudio.

### **Legislación Española**

1. Constitución Española (CE), de 29 de diciembre de 1978
2. Real Decreto de 14 de septiembre de 1882 por el que se aprueba la Ley de Enjuiciamiento Criminal.
3. Ley Orgánica 10/1995 de 23 de noviembre del Código Penal3.
4. Ley 27/2003, de 31 de julio, que regula la Orden de protección de las víctimas de violencia doméstica.



5. Ley orgánica, 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género.
6. Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres. Modificada el 27 de julio de 2013.

### **Legislación Catalana (CCAA)**

1. Ley Orgánica 6/2006, de 19 de julio, de reforma del Estatuto de Autonomía de Cataluña.
2. Ley 5/2008, del 24 de abril del derecho de las mujeres a erradicar la violencia machista. Hace una definición jurídica sobre la violencia machista en su art. 3 como: "la violencia que se ejerce contra las mujeres como manifestación de la discriminación y de la situación de desigualdad en el marco de un sistema de relaciones de poder de los hombres sobre las mujeres y que, producida por medios Físicos, Económicos o psicológicos, incluidas las amenazas, las intimidaciones y las coacciones, tienen como resultado un daño o sufrimiento físico, sexual o psicológico, tanto si se produce en el ámbito público como en el privado". Además, esta Ley consagra y garantiza un conjunto de derechos para restituir el proyecto de vida de las mujeres en situación de violencia machista.
3. Protocolo Marco una intervención coordinada contra la violencia machista 30 de abril de 2009.
4. Decreto 60/2010, de 11 de mayo, de la Comisión Nacional para una Intervención

Coordinada contra la Violencia Machista.

5. Acuerdo GOV / 13/2014, de 28 de enero, por el que se aprueba el Programa de intervención integral contra la violencia machista 2012 a 2015.
6. Decreto 80/2015, de 26 de mayo, de las indemnizaciones y ayudas para mujeres víctimas de violencia machista que establecen el artículo 47 de la Ley 5/2008, de 24 de abril, del derecho de las mujeres a erradicar la violencia machista, y el artículo 27 de la Ley orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de medidas de protección integral contra la violencia de género.
7. Plan de seguridad y atención a las víctimas de violencia machista y doméstica 2015-2018.

### **Legislación Brasil**

1. Constitución de la República Federativa de Brasil del 5 octubre 1988.
2. Decreto-Ley N° 2.848, 7 diciembre 1940. Código Penal.
3. Decreto N° 4.316, 30 julio 2002. Presidencia de la República. Promulga el Protocolo Facultativo de la Convención sobre la Eliminación de todas formas de discriminación contra la Mujer.
4. Ley N° 10.778, 24 noviembre 2003. Establece la notificación compulsada, en todo territorio nacional, en caso de violencia contra a mujer que sea atendida en los servicios públicos o privado de salud.
5. Ley N° 11.340, de 7 de agosto de 2006, Ley María da Penha.



6. Convención Interamericana para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra la mujer (Convención de Belém do Pará de 1994).

### **Políticas públicas**

Según los estudios psicológicos que es posible detectar con anterioridad los patrones de conductas abusivas. (Redondo y Garrido 2013)

La herramienta de evaluación del riesgo DA, sirve para que las mujeres maltratadas puedan identificar ellas mismas, qué factores de riesgo hallan sumergidos en su relación que conlleven a un posible homicidio (Campbell, 1986). La DA es utilizada en varias agencias de servicios de violencia doméstica en los Estados Unidos y Canadá. También se utiliza en países como: Portugal, España, el Reino Unido, Nueva Zelanda y Taiwán (Campbell, 2012). Además, alega que, a través de esta herramienta, se puede predecir qué mujeres poseen más probabilidades de ser víctimas de un homicidio por parte de sus parejas, por consiguiente, es posible actuar en la prevención de los casos (Campbell, 2012). Asimismo, existen los “equipos de revisión de fatalidad, una Asociación comunitaria en la que se forma una alianza entre personas y organizaciones de múltiples sectores con el objetivo de lograr el objetivo común de prevenir el FI” (Loínaz et al., 2018, p.51).

Los Centros de Ayuda para familias con Hijos Dependientes (AFDC), o los refugios para mujeres golpeadas también son básicos para respaldar las necesidades de las mujeres que sufren de maltrato (Fine, 1985). Por otro lado, la legislación también pretende proteger las víctimas y penalizar el agresor.

Por ejemplo, el Convenio de Estambul que busca no solo la tipificación penal de la violencia contra las mujeres y la violencia doméstica, sino que responde a la que se define como “la estructura denominada “tres P” (...) Prevenir, Proteger y Procesar (o Perseguir). A ello se añade un cuarto elemento, presentado como una cuarta “P”, que refuerza la idea de Políticas integradas”(Truchero y Arnáiz, 2012, p. 126, citado en Daza Bonachela, 2017).

Para disminuir el riesgo de uxoricidio es sumamente relevante las políticas públicas llevadas a cabo por el Estado. OMS (2012), cita algunas de esas políticas a nivel social:

1. Mayor incremento del número de policías
2. Una Legislación más severa que restrinja el acceso a las armas de fuego principalmente se han tenido algún tipo de violencia de pareja.
3. Arresto obligatorio por la violación de órdenes de protección a la víctima, fortalecer la vigilancia y detección del FI en violencia de pareja.

En la actualidad, existen diversos modelos de tratamiento e intervención para trabajar con maltratadores y “dependen, fundamentalmente de dónde sitúan los profesionales la causalidad de la violencia” (Marzabal Manresa, 2015, p188).

### **Reincidencia**

Según Grann y Wedin (2002), citado en Eriksson y Mazerolle (2013), el alto nivel de impulsividad en un individuo elevan de modo significativo, las tasas de reincidencia en el FI.



Según Pueyo y Redondo (2007), “el futuro es una repetición del pasado”. Solo interesa conocer la probabilidad de que un hecho suceda o no en el futuro, “el porqué, el cómo o el cuándo no es relevante”. (p.168)

La gestión del riesgo se basa en entender por qué el sujeto decidió actuar de forma violenta en el pasado, en “determinar si los factores de riesgo/protección que incidieron en su elección están presentes y lo estarán en el futuro, y en promocionar los factores que le pueden llevar a tomar decisiones no-violentas en tanto que estrategias alternativas de solución de conflictos”. (Pueyo y Redondo, 2007, p.165).

El código penal español (CPE), en su art. 22. 8º afirma que hay reincidencia o si es reincidente, “cuando al delinquir, el culpable haya sido condenado ejecutoriamente por un delito comprendido en el mismo Título de este Código, siempre que sea de la misma naturaleza” (Justicia, 2018, p.8). Roberts, Zgoba y Shahidullah (2007) citado en Loinaz et al. (2018), con relación a la tasa de reincidencia en los casos de violencia doméstica, fue la más baja en los delincuentes del FI (10%), inclusive por debajo del grupo de homicidios accidentales (17%).

#### **IV. RESULTADOS Y DISCUSIÓN**

El territorio con mayor tasa de feminicidio es América Latina, zonas como andina, posee una tasa de 40,63%, 29,51% en América Central y 23,68% en América del Sur comparado a Europa occidental que la tasa es de 19, 3%. (Saccomano, 2017; (Cinfuentes, s.f.).

En España el FI supera las tasas de muertes en comparación al FNI, en 2008 fue el año con más muertes de mujeres a manos de sus parejas desde el 2003 hasta 2018, aunque la tendencia es a la baja. Los análisis demuestran que los perpetradores de violencia no letal posee tasas mas elevadas, en comparación a lo de violencia letal, de ser víctimas de violencia en la infancia, ya sea directa o indirectamente (presenciar la violencia de los padres). (Dobash et al., 2007)

Con relación a la edad de la víctima en la variable perfil de la victima, se observa que no existe un consenso en la teoría. Autores divergen entre que la edad es un factor de riesgo y otros afirman que no hay relación. Rodríguez (2014), citado en Loinaz et al. (2018) afirma esta correlación apenas en la variable duración de la relación, entre las edades entre 25 a 29 años. En la variable separación sí que los estudios entran en acuerdo que dejar la pareja es un factor de riesgo muy relevante. (Echeburúa et al. 2009; Campbell et al. 2003). La variable empleo, también existen controversias, dado que en países de Latinoamérica esta empleada es un factor de riesgo mas elevado que ser ama de casa (Castro et al., 2017). Ya en la variable entorno de riesgo, hay divergencias entre los estudios. No obstante, s la casa fue el lugar donde ocurrió más muertes, por ende, el más peligroso; seguido de la vía pública. Loinaz et al. (2018; Redondo y garrido, 2013; Marzabal Manresa, 2015). Por otro lado, las armas sin duda fueron el objeto más utilizado en el Feminicidio, con tasas de 50% (Loinaz et al. 2018) y 54 % (Marzabal Manresa, 2015); seguidos están el arma corto-punzante. Concerniente a los trastornos mentales solo los considerados graves o trastorno





de personalidad están relacionados con el FI, los demás no hay o no esta demostrada la relación. Esbec y Echebarria (2010), estudios de Suecia encontraron apenas un 4% de psicopatía en la muestra (Weizmann-Henelius et al., 2012), entran en consenso sobre los trastornos de personalidad antisocial y personalidad psicopática no son compatibles con el FI (Dobash y colegas (2004); Weizmann-Henelius et al., (2012).

Referente a los diversos protocolos, informes y guías, no se obtiene ninguna conclusión fehaciente de que los factores de riesgo son tenidos en cuenta para valorar el agresor. No obstante, si que hay una pequeña, para no decir escasa existencia de factores de riesgo en la dinámica planteada dentro de estos protocolos. Además, las entrevistas para obtener la información son realizada a la víctima y no al agresor, lo que seria más lógico dado que, es imposible que la víctima disponga de una mayor cantidad de información que el propio individuo objeto del estudio. También es necesario aclarar que todo el material disponible para que fuera posible esta recapitulación e investigación de los datos, no está del todo completo, puesto que, no se ha podido tener acceso a los materiales limitados a las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado. Solamente, se ha podido obtener información de la dinámica empleada por los Mossos d'Esquadra en VG. Faltaría poder corroborar la hipótesis con los demás cuerpos policiales.

A pesar de las limitaciones, es sumamente importante a tener en cuenta que se fue revisado de forma exhaustiva las guías y protocolos de actuaciones y poco se ha evidenciado los factores de riesgo del agresor. Asimismo, es correcto afirma que los factores de riesgo de la víctima sí que están

siendo está siendo desarrollados efectivamente. Sin embargo, el problema mayor lo tiene el agresor, por lo tanto, se debe analizar y actuar los factores de riesgo del sujeto en cuestión. No es posible prevenir si no existe un plan de prevención hacia al agresor.

Definitivamente, se debe aplicar el mismo sistema que se utiliza en las prisiones, al menos en el contexto español, trabajar el sujeto en todas sus etapas, con los diversos programas ya sea específicos para el delito como general. Algunos programas como puede ser el VIGE o el VIDO (violencia de genero y violencia doméstica) que se utiliza en prisiones y que están dado resultados positivos en la rehabilitación y resocialización del individuo, se podría aplicar un programa similar pero antes del “delito maestro” que es el homicidio, pudiendo ser aplicado cuando exista un delito menor en el ámbito de la VG.

## V. CONCLUSIONES

El maltrato no es un factor sine qua non para el feminicidio íntimo. Es probable que una escalada de violencia en la relación de pareja conlleve a un episodio que resulte en el homicidio de la víctima, pero no es un factor decisivo para justificar el feminicidio íntimo en general. No todo maltrato acaba en muerte, ni tampoco todas muertes son resultados de un maltrato.

La cultura patriarcal ha influenciado las conductas del hombre hacia a la mujer, tales conductas caracterizadas por un machismo evidente en las sociedades aún en la actualidad. No obstante, las perspectivas sobre el feminicidio al centrarse sus estudiosos en la cultura no han tenido



en cuenta los factores de riesgo que condicionan la conducta futura, ya sea hombres como en mujeres. Asimismo, tampoco se tiene estudios sobre las dos tipologías delictivas del feminicidio (íntimo y no íntimo) comparadas entre sí.

Referente a los estudios existen una falta de consenso en la literatura sobre los factores de riesgo del FI y FNI. En algunos casos el hecho de no tener trabajo es un factor de riesgo para la víctima que convive con su agresor, de igual forma que tenerlo también lo es. En otras palabras, depender del agresor es una circunstancia negativa tal cual lo es poseer una condición económica independiente. Por otro lado, los estudios están de acuerdo que existen factores de la infancia y adolescencia que pueden predecir la conducta violenta futura, principalmente contra las mujeres en la edad adulta. Así como, ser víctima de violencia en la infancia o convivir en un entorno familiar problemático, propician al individuo ejercer la violencia en el futuro. No solo el desempleo o bajo ingresos son factores de riesgo importantes en el feminicidio, recibir una educación deficitaria, la dependencia de alcohol, los celos, aumenta la probabilidad de agresión en la pareja. Sin embargo, existe una correlación inversa entre consumo de bebidas alcohólicas y homicidio de la pareja. La mayoría de los presos por homicidio íntimo no se encontraba en el momento de los hechos bajo efecto del alcohol. No obstante, no se aprecia el mismo referente a las drogas, que sí tiene una ligación positiva.

Referente a los trastornos mentales no está comprobado la relación con FI. Además, el grado de psicopatía de los hombres en el FI es bastante menor que los FNI.

A lo que dice respecto al sistema judicial, no existe una herramienta básica que averigüe los factores de riesgo del agresor, son una serie de cuestionarios, guías, protocolos, etcétera, que indican el camino a seguir en la violencia de género o doméstica. Dichos compendios son evaluaciones de la vida de la víctima y aspectos básicos del agresor. No obstante, es importante tener en cuenta que esas evaluaciones se hacen en base a entrevistas realizadas a la víctima y no al agresor.

El sistema policial se encargan persuadir el delito, proteger la víctima y detener el delincuente hasta su entrada en prisión. No obstante, toda la maquinaria alrededor de la problemática no ha sido suficiente para parar la muerte de mujeres, principalmente cuando existen vínculos sentimentales. Eso se debe a que las políticas públicas dejan un vacío en los principales puntos del problema, ya sea por falta de recursos, o falta de consenso en las teorías o por el simple hecho de no aportar el conocimiento necesario en sus protocolos de actuación. Asimismo, las inmensidades de leyes del sistema jurídico no son suficientes para frenar el feminicidio, ni tampoco muchas otras tipologías delictivas. Aunque que está comprobado que sirve como mecanismo de disuasión no es un medio definitivo para frenar la conducta criminal. Además, los uxoricidas normalmente son personas "comunes" que no suelen tener condenas previas o quejas contra ellos, lo que dificultaría una posible evaluación del riesgo. Por otra parte, los análisis realizados de los factores de riesgo, tanto en las diversas teorías como en el estudio de los protocolos policiales de actuación, no se ha podido llegar a una herramienta única para combatir el riesgo de violencia letal a la

mujer. Por supuesto que se ha podido encontrar factores de riesgo en común en las dos tipologías, y que la inmensidad de artículos entra en consenso, como son: la celopatía, el nivel educacional bajo, la presencia de violencia, así como abusos en la infancia, las carreras delictivas (otros delitos no relacionados con el ámbito doméstico), los abusos de sustancias, entre otros.

Por último, mencionar la dificultad de analizar los cuestionarios específicos utilizados por la policía en cuestiones de la violencia de género, solo fue posible acceder al cuestionario de los Mossos d'Esquadra de difusión limitada, por este motivo no se adjunta como anexo. Referente a todos los protocolos, guías, informes no se ha obtenido un cuestionario específico con todos los factores de riesgo citados en las teorías.

## VI. RECOMENDACIONES

Es necesario incidir en la problemática del feminicidio y sus ramas no solo desde estudios científicos más bien en trabajos de campo, con análisis de la población diana para que se pueda corroborar en los diversos puntos del mundo, la veracidad de los estudios realizados por el psicólogo y criminólogo Loinaz. Para así comprobar que, son los factores de riesgo del agresor un condicionante para el feminicidio, ya sea íntimo o no. A la postre, se deberá trabajar en estrategias de prevención eficaces y asertivas, no solamente, desde de las perspectivas del género, pero también de la multivariedad de estrategias metodológicas. Principalmente, aplicar en los sistemas policiales una herramienta o cuestionario

específico para los factores de riesgo del agresor, así como una entrevista especializada para éste. De igual forma, como se trabajan con las víctimas también hacerlo paralelamente con el agresor, desde el primer episodio de violencia. El programa se podría aplicar en las comisarias cuando exista la primera denuncia; entre los profesionales sin lugar a duda se debe introducir la figura del criminólogo, algo que ya se ve en las penitenciarías españolas. No obstante, aun designan el trabajo al graduado en psicología o derecho, y no al criminólogo de carrera, que sin duda es la persona más preparada cuando la temática es el crimen, las víctimas, políticas públicas, entre otras.

## REFERÊNCIAS

1. Acuerdo GOV / 13/2014, del 28 de enero, por el que se aprueba el Programa de intervención integral contra la violencia machista 2012 a 2015. *Centre de documentació de serveis socials*. Cataluña. Recuperado de: <http://dixit.gencat.cat/ca/detalls/Article/20140130ACORDGOV132014>
2. Aguilar, R. (2018). Tipologías de Feminicidas con Trastorno Mental en España. *Anuario de Psicología Jurídica*, 28(1), 39-48.
3. Aldridge, M., & Browne, K. (junio de 2003). Perpetrators of spousal homicide: a review. *Trauma Violence Abuse*., 4(3), 265-76. DOI:10.1177/1524838003004003005



4. Asamblea General de las Naciones Unidas (18 de diciembre de 1979). Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer. Naciones Unidas, *Treaty Series*, vol. 1249, p. 13, disponible en: <https://www.refworld.org/docid/3ae6b3970.html> [consultado el 28 de diciembre de 2018]
5. Asamblea General de las Naciones Unidas. "Declaración Universal de los Derechos Humanos." 217 (III) A. Paris, 1948. Recuperado de: [http://www.un.org/es/documents/udhr/UDHR\\_booklet\\_SP\\_web.pdf](http://www.un.org/es/documents/udhr/UDHR_booklet_SP_web.pdf)
6. Asamblea General de las Naciones Unidas. (20 de diciembre de 1993). *Declaración de las Naciones Unidas sobre la eliminación de la violencia contra la dona, resolución 48/104*. Recuperado de: <https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/violenceagainstwomen.aspx>
7. Blanco, A. (2011). *Psicología Social*. Madrid: Centro de Estudios Financiero. Centro de Estudios Financiero. Madrid.
8. Bogaert, G. H. (2014). La Violencia Conyugal en La República Dominicana. *Ciencia y Sociedad*, 39(4), 573–600.
9. Boletín Oficial del País Vasco. (15, de enero de 2016). Disposiciones Generales Departamento de Educación, Política Lingüística y Cultura. Decreto 236/2015. Obtenido de: <https://www.euskadi.eus/y22bopv/es/bopv2/datos/2016/01/1600141a.pdf>
10. Brasil. (2006). Lei no 11.340, 7 de agosto de 2006. Casa Civil. D.O.U. 8 ago 2006.
11. Butlletí Oficial del Parlament de Catalunya. (24, de mayo 2008). *Dret De Les Dones a Erradicar la Violència Masclista*. 129.
12. Campbell, J. C. (1986). Nursing assessment for risk of homicide with battered women. *Advances in nursing Science*, 8 (4), (36-51). Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/3089133>
13. Campbell, J. C. (2005). Assessing Dangerousness In Domestic Violence Cases: History, Challenges, And Opportunities. *Criminology & Pub*, 4, 653-672.
14. Campbell, J. C. (2012). Risk Factors for Intimate Partner Homicide: The Importance of Margo Wilson's Foundational Research. *Homicide Studies*, 16(4), 438–444. <https://doi.org/10.1177/1088767912463208>.
15. Campbell, J., Glass, N., Sharps, P., Laughon, K., & Bloom, T. (july de 2007). Intimate Partner Homicide Review and Implications of Research and Policy Show. *Trauma, Violence, & Abuse*, 8, 246-269.
16. Campbell, J. C., & Soeken K. L. (1999). Forced Sex and Intimate Partner Violence: Effects on Women's Risk and Women's Health. *Violence Against Women*, 5(9), 1017–1035. <https://doi.org/10.1177/1077801299005009003>.
17. Campbell, J., Webster, D., & Glass, N. (2008). The Danger Assessment: Validation of a Lethality Risk Assessment Instrument for Intimate Partner Femicide. *Journal of Interpersonal Violence*, 24 (4), 653-674.





18. Campbell, J. C., Webster, D., Koziol-McLain, J., Block, C., Campbell, D., Curry, M. A., Laughon, K. (2003). Risk factors for femicide in abusive relationships: Results from a multisite case control study. *American Journal of Public Health*, 93, 1089-1097. Recuperado de: <https://doi.org/10.2105/AJPH.93.7.1089>
19. Carneiro, Alessandra Acosta, & Fraga, Cristina Kologeski. (2012). A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. *Serviço Social & Sociedade*, (110), 369-397. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000200008>
20. Casique, I., & Castro, R. (2008). *Estudios sobre cultura, género y violencia contra las mujeres*. Cuernavacas. Morelos, México: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias.
21. Castro, R. J., Cerellino, L. P., & Rivera, R. (2017). Risk Factors of Violence against Women in Peru. *Journal of Family Violence*, 32(8), 807–815. <https://doi.org/10.1007/s10896-017-9929-0>
22. Ciências, I. N. (2016-2017 V). *Grupo centro de referencia nacional sobre violencia*. (2017). Volumen 18 No. 1 Junio 2017 2016 Entrar, (1), 401–439. Retrieved from file:///D:/Propietario/Desktop/SUICIDIO-Investigación/Medicina L.
23. Cifuentes, S. (s.f.). Homicidio de mujeres en Colombia, 2009-2014. *Instituto de Medicina Legal y Ciencias Forenses*, Centro de Referencia Nacional sobre violencia. Recuperado de: <http://www.medicinalegal.gov.co/documents/20143/56654/2+Masatugo+Homicidios2009-2014.pdf>
24. Commons, C. (2017). criminalisation of femicide/feminicide in Latin American countries. *Rivista Di Criminologia, Victimologia y Sicurezza*, VI, 42–60. Retrieved from <https://doaj.org/article/95242eadc52142ea8d7b9d615ebe7912>
25. Congreso de Colombia Ley 294. Por la cual se desarrolla el artículo 42 de la Constitución Política y se dictan normas para prevenir, remediar y sancionar la violencia intrafamiliar. (22 de julio de 1996). Diario Oficial No. 42.836. Colombia.
26. Consejo de Europa. (2014). Instrumento de ratificación del Convenio del Consejo de Europa sobre prevención y lucha contra la violencia contra la mujer y la violencia doméstica, hecho en Estambul el 11 de mayo de 2011. *Diario Oficial Boletín Oficial Del Estado*, <https://doi.org/10.1016/j.foreco.2006.04.028>
27. Consejo General del Poder Judicial (28 de junio de 2005). Protocolo De Actuación de las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad y de Coordinación Con Los Órganos Judiciales para la Protección de las Víctimas de Violencia Doméstica y de Género.

28. Consejo General del Poder Judicial: Análisis de las sentencias dictadas por los Tribunales del Jurado en el periodo 2001-2005, relativas a homicidios o asesinatos entre los miembros de la pareja o ex pareja. Conclusiones, Madrid, 2008.
29. *Consejo Interterritorial del Sistema Nacional de Salud*. Recuperado de:  
[http://www.msbs.gob.es/organizacion/sns/planCalidadSNS/pdf/equidad/INFORME\\_ANUAL\\_VG\\_2017\\_final\\_para\\_web\\_3mayo2018.pdf](http://www.msbs.gob.es/organizacion/sns/planCalidadSNS/pdf/equidad/INFORME_ANUAL_VG_2017_final_para_web_3mayo2018.pdf)
30. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (05 de 10 de 1988 ). *Diário Oficial da União* - Seção 1 . Brasil: Câmara de deputados. Recuperado de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>
31. Constitución Española. (29 de diciembre de 1978). *Boletín Oficial del Estado*. Actualizada (27 de septiembre de 2011). Ministerio de la presidencia de España. Recuperado de:  
[https://www.boe.es/eli/es/c/1978/12/27/\(1\)/con](https://www.boe.es/eli/es/c/1978/12/27/(1)/con)
32. Convención Belém do Pará. (9 de junio 1994). *Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violencia Contra a Mulher*. Brasil: Portal de Convención Belém do Pará. Recuperado de: <http://www.oas.org/es/mesecvi/docs/BelemDoPara-PORTUGUES.pdf>
33. Convenio del Consejo de Europa sobre prevención y lucha contra la violencia contra las mujeres y la violencia doméstica (2011). Estambul. Vol.11. No. 210. Council of Europe. Recuperado de: <https://rm.coe.int/1680462543>
34. Convenio Europeo para la Protección de los Derechos Humanos y de las Libertades fundamentales. (4 de noviembre de 1950). Roma: Fundación acción pro derechos humanos.
35. Daza Bonachela, M. (2017). Informe 2015: *El feminicidio en el marco del Convenio de Estambul*. 10, (1), 1–18.
36. Decreto 60/2010, de 11 de mayo, de la Comisión Nacional para una Intervención Coordinada contra la Violencia Machista. *Diario Oficial de la Generalitat de Catalunya*, del 29 de mayo de 2010. Recuperado de:  
<https://diario-oficial-generalitatcatalunya.vlex.es/vid/intervencion-coordinada-violencia-machista-202028259>.
37. Decreto 80/2015, de 26 de mayo, de las indemnizaciones y ayudas para mujeres víctimas de violencia machista que establecen el artículo 47 de la Ley 5/2008, de 24 de abril, del derecho de las mujeres a erradicar la violencia machista, y el artículo 27 de la Ley orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de medidas de protección integral contra la violencia de género. *Diari Oficial de la Generalitat de Catalunya*. Recuperado de: <https://diario-oficial-generalitat-catalunya.vlex.es/vid/decreto-80-2015-26-571177498>.
38. Decreto N° 4.316. Presidencia de la República. Promulga el Protocolo Facultativo de la Convención sobre la Eliminación de todas formas de discriminación contra la Mujer. (30 julio 2002). Brasil. Recuperado de:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4316.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4316.htm)



39. Decreto-Lei nº 2.848. Código Penal. Presidência da República. Casa Civil. (7 de dezembro de 1940). Brasil. Recuperado de: <https://wipolex.wipo.int/es/text/226394>
40. Diputación foral de Bizkaia (Mayo 2006). Protocolos de actuación con enfoque de género en los procesos de la Diputación Foral de Bizkaia. Recuperado de: [http://www.bizkaia.eus/Home2/Archivos/DPTO1/Temas/Pdf/dossier\\_protocolos\\_c.pdf?hash=428ee0bf5a25c13ab626883d90c0babb](http://www.bizkaia.eus/Home2/Archivos/DPTO1/Temas/Pdf/dossier_protocolos_c.pdf?hash=428ee0bf5a25c13ab626883d90c0babb)
41. Directiva 2012/29/UE. Parlamento Europeo y del Consejo. Establecen normas mínimas sobre los derechos, el apoyo y la protección de las víctimas de delitos, y por la que se sustituye la Decisión marco 2001/220/JAI del Consejo. (25 de octubre de 2012). Publicado en *Diario Oficial de la Unión Europea*. Recuperado de: <https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:32012L0029&from=ES>
42. Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., & Browne, K. (2008). Classifying partner femicide. *Journal of Interpersonal Interpersonal Violence*, 23(1), 74-93.
43. Dobash, R. E., Dobash, R. P., Cavanagh, K., & Medina-Ariza, J. (2007). Lethal and Nonlethal Violence Against an Intimate Female Partner. *Violence Against Women*, 13(4), 329-353. <https://doi.org/10.1177/1077801207299204>
44. Dobash, R., & Dobash, R. (2011). What were they thinking? Men who murder an intimate partner. *Violence Against Woman*, 1(1), 113-134
45. Echeburúa, E., & Fernández-Montalvo, J. (2007). Male batterers with and without psychopathy.
46. *Internacional Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 51(3), 254-263
47. Echeburúa, E., Fernández-Montalvo, J., De Corral, P., & López-Goñi, J. (2009). Assessing risk markers in intimate partner femicide and severe violence: A new assessment instrument. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(6), 925-939.
48. Eke, A. W., Hilton, N. Z., Harris, G. T., Rice, M. E., & Houghton, R. E. (2011). Intimate partner homicide: Risk assessment and prospects for prediction. *Journal of Family Violence*, 26, 211-216. <https://doi.org/10.1007/s10896-010-9356-y>
49. Epstein, S. R., Russell, G., & Silvern, L. (1988). Structure and ideology of shelters for battered women. *American Journal of Community Psychology*, 6(3), 345. Obtenido de Epstein, S.
50. Russell, G., & Silvern, L. (1988). Structure and ideology of shelters for battered women. *American Journal of Community Psychology*, 16(3), 345. Retrieved from <https://searchproquest-com.sire.ub.edu/docview/1295919087?accountid=15293>
52. Eriksson, L., & Mazerolle, P. (2013). A general strain theory of intimate partner homicide. *Aggression and Violent Behavior*, 18(5), 462-470. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.07.002>
53. Esbec, E., & Echebarria, E. (2010). Artículo especial Violencia y trastornos de la personalidad implicaciones clínicas y forenses. *Actas Españolas de Psiquiatría*, 38(5), 249-261.



54. Estado, J. (2018). Real Decreto-ley 9 / 2018 , de 3 de agosto, de medidas urgentes para el desarrollo del Pacto de Estado contra la violencia de género 1–10.
55. Europeo, E. P. (2008). Los asesinatos de mujeres en México y en América Central, 2003, 140–147. Recuperado de: <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/es/us/us181es.pdf>
56. Feldman, D., & Palamidessi, M. I. (2016). Continuidad y cambio en el curriculum, 2015–2016. *Feminicidio*. (07 de Diciembre de 2018). Recuperado el enero de 2019, de Informes anules feminicidio.net: <https://feminicidio.net/articulo/listado-feminicidios-y-otros-asesinatosmujeres-cometidos-hombres-esp%C3%B1a-2018>
57. Fernández, S. C. (2015). Ley 4/2015, de 27 de abril, del {Estatuto} de la víctima del delito. *Ars Iuris Salmanticensis: AIS : Revista Europea e Iberoamericana de Pensamiento y Análisis de Derecho, Ciencia Política y Criminología*, 3(2), 286–288. Retrieved from <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5553896>
58. Fine, M. (1985). Unearthing contradictions: An essay inspired by "women and male violence" (a commentary). *Feminist Studies*, 11(2), 391. Retrieved from <https://search-proquestcom.sire.ub.edu/docview/1295954576?accountid=15293>
59. Flórez, G., Romeva, R., & Europeo, P. (2014). Asamblea Parlamentaria Euro – Latinoamericana Resolución De Urgencia : sobre el Femicidio en la Unión Europea y en América Latina ES, 1–8. Recuperado de: [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014\\_2019/plmrep/DELEGATIONS/DCL/DV/2018/06-25/7\\_Resol\\_EuroLat\\_femicicide\\_ES.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/plmrep/DELEGATIONS/DCL/DV/2018/06-25/7_Resol_EuroLat_femicicide_ES.pdf)
60. Garcia Añón, J., Llabrés Fuster, A., Merino Sancho, V., Mestre Mestre, R., & Galiana Saura, À. (2008). Ley 5/2008, de 24 abril Del Derecho De Las Mujeres a Erradicar La Violencia Machista., 1–10. <https://doi.org/10.1021/acs.analchem.7b03823>
61. Generalitat de Catalunya. (2009). Protocolo para el abordaje de la violencia machista en el ámbito de la salud en Cataluña. Retrieved from [www.gencat.cat/salut](http://www.gencat.cat/salut)
62. Gomes, I. S. (1806). *Feminicídios : um longo debate*, 26(2), 1–16.
63. Graciela, A., & Laporta, E. (05 de 07 de 2012). *feminicidio.net*. Recuperado el 11 de 2018, de <https://feminicidio.net/articulo/tipos-de-feminicidio-o-las-variantes-de-violenciaextrema-patriarcal>
64. Guía de criterios de actuación judicial frente a la violencia de género. (11 de julio de 2013). España: *Poder Judicial*. Recuperado de: <http://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/En-Portada/Guia-de-criterios-de-actuacion-judicial-frente-a-la-violencia-degenero>.





65. Guía práctica de la Ley Orgánica 1/2004, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. (28 de diciembre de 2004). *Observatorio Contra la Violencia Doméstica y de Género*. Madrid, España: Consejo General del Poder Judicial.
66. Gustavo, J., & Teruelo, F. (2017). Diagnóstico del sistema de protección y propuestas de intervención para la predicción y prevención de feminicidios en contexto de pareja o expareja, 23, 19–23. Retrieved from <http://criminet.ugr.es/recpc>
67. Grupo Centro de Referencia Nacional Sobre Violencia. (2017). Volumen 18 No. 1 Junio 2017 2016 Entrar, (1), 401–439. Retrieved from file:///D:/Propietario/Desktop/suicidioinvestigación/medicina legal/forensis 2016/Forensis 2016. Datos para la vida.pdf
68. Hanson, R. K., & Thornton, D. (1999). Static 99 : Improving Actuarial Risk Assessments for Sex Offenders.
69. Harris, G. T., Rice, M. E., Quinsey, V. L., Lalumie, M. L., Lang, C., & Douglas, B. (2003). A Multisite Comparison of Actuarial Risk Instruments for Sex Offenders, 15(3), 413–425. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.15.3.413>
70. Informe Anual Violencia de Género (2017). Comisión contra la Violencia de Género del Consejo Interterritorial del Sistema Nacional de Salud: Recuperado de: [http://www.mscbs.gob.es/organizacion/sns/planCalidadSNS/pdf/equidad/INFORME\\_ANUAL\\_VG\\_2017\\_final\\_para\\_web\\_3mayo2018.pdf](http://www.mscbs.gob.es/organizacion/sns/planCalidadSNS/pdf/equidad/INFORME_ANUAL_VG_2017_final_para_web_3mayo2018.pdf)
71. Informe de Investigación. (2011). Detección y tratamiento de la violencia de género actitudes del personal sanitario del servicio nacional de salud. Sanidad, Madrid.
72. Instituto de Medicina Legal y Ciencias Forenses, I. (. (2017). Homicidios en Colombia. Recuperado el Noviembre de 2018, de Medicina Legal: [http://www.medicinalegal.gov.co/cifras-estadisticas/boletinesepidemiologicas?p\\_p\\_id=com\\_liferay\\_portal\\_search\\_web\\_portlet\\_SearchPortlet&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_com\\_liferay\\_portal\\_search\\_web\\_portlet\\_SearchPortlet\\_mvcPath=%2Fview](http://www.medicinalegal.gov.co/cifras-estadisticas/boletinesepidemiologicas?p_p_id=com_liferay_portal_search_web_portlet_SearchPortlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_com_liferay_portal_search_web_portlet_SearchPortlet_mvcPath=%2Fview)
73. Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses. (2017). *Forensis, datos para la vida* Volumen 18 No. 1 Junio 2017 2016 Entrar, (1), 401–439. Retrieved from file:///D:/Propietario/Desktop/SUICIDIO-Investigación/MedicinaLegal/Forensis2016/Forensis 2016. Datos para la vida.pdf
74. Instrucción 7/2016, de la Secretaría de Estado de Seguridad, por la que se establece un nuevo protocolo para la valoración policial del nivel de riesgo de violencia de género (Ley Orgánica 1/2004) y de gestión de la seguridad de las víctimas. *Poder Judicial España*. (viernes, 8 de julio de 2016). Recuperado de: <http://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Temas/Violencia-domestica-y-de-genero/Guias-y-Protocolos-de-actuacion/Protocolos/Instruccion-7-2016--de-la-Secretaria-de-Estado-de-Seguridad--por-la-que-se-establece-un-nuevo-protocolo-para-la-valoracion-policial-del-nivel-de-riesgo-de-violencia-de-genero--Ley-Organica-1-2004--y-de-gestion-de-laseguridad-de-las-victimas>



75. Jefatura del Estado Español. (2005). Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de medidas de protección integral contra la violencia de género. *Cuadernos de Trabajo Social*, 18, 279–295. <https://doi.org/10.1002/pssa.201600908>
76. Jefatura del Estado. (2007). Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres. *Boletín Oficial Del Estado*, 1–2. Recuperado de: <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
77. Jefatura del Estado. (2016). Ley Orgánica 10/1995, de 23 de Noviembre, del Código Penal. *Boletín Oficial Del Estado*, 281, 24. Retrieved from <https://www.boe.es/boe/dias/1995/11/24/pdfs/A33987-34058.pdf>
78. Jurado. (2018). Análisis jurídico penal sobre los tipos penales dirigidos a sancionar el feminicidio dentro de la legislación penal colombiana \*, 10(4), 50–66. Recuperado de: <https://doi.org/DOI:http://dx.doi.org/10.22335/rict.v10i4.614>
79. Kivivuori, J., Lehti, M., y Information, C. (2011). Homicide in Finland and, 1.
80. Kropp, P. R., & Hart, S. D. (2000). The Spousal Assault Risk Assessment ( SARA ) Guide: Reliability and Validity in Adult Male Offenders, 24(1).
81. Legal, M., & Forenses, C. (2016). Valoración del riesgo de violencia mortal contra mujeres por parte de su pareja o expareja: prevención secundaria. *Boletín Epidemiológico*, 14.
82. Ley 10.778. Presidência da República. Establece la notificación compulsada, en todo territorio nacional, en caso de violencia contra a mujer que sea atendida en los servicios públicos o privado de salud. (24 noviembre 2003). Brasil. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.778.htm)
83. Ley 1761. Congreso de Colombia. (2015). tipo penal de feminicidio como delito autónomo caso Rosa Elvira Cely. Bogotá, Colombia.
84. Ley 27/2003, de 31 de julio, reguladora de la Orden de protección de las víctimas de la violencia doméstica. *Boletín Oficial del Estado*, núm. 183, de 1 de agosto de 2003, pp. 29881-29883. Recuperado de: <https://www.boe.es/eli/es/l/2003/07/31/27>
85. Ley 294. Congreso de Colombia. Por la cual se desarrolla el artículo 42 de la Constitución
86. Política y se dictan normas para prevenir, remediar y sancionar la violencia intrafamiliar. Publicada en Diario Oficial. No. 42.836, del 22 de Julio 1996. Colombia. Recuperado de: [https://www.icbf.gov.co/cargues/avance/docs/le\\_y\\_0294\\_1996.htm](https://www.icbf.gov.co/cargues/avance/docs/le_y_0294_1996.htm)
87. Ley 294. Congreso de Colombia. Por la cual se desarrolla el artículo 42 de la Constitución Política y se dictan normas para prevenir, remediar y sancionar la violencia intrafamiliar. (22 de julio de 1996). *Diario Oficial* No. 42.836. Colombia.
88. Ley 5/2008, del 24 de abril del derecho de las mujeres a erradicar la violencia machista. *Boletín Oficial del Estado*, núm. 131, de 30 de mayo de 2008, pp. 25174- 25194. Recuperado de: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2008-9294>



89. Ley N° 11.340. Presidência da República. Ley María da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (7 de agosto de 2006). Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)
90. Ley N° 599. Congreso de Colombia. Por la cual se expide el Código Penal. Publicada en Diario Oficial. NO. 44.097 del 24 de julio del 2000. Colombia. Recuperado de: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/es/co/co028es.pdf>
91. Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. *Boletín Oficial del Estado*, núm 313, 28 de enero 2005. Recuperado de: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2004-21760>
92. Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre del Código Penal. *Boletín Oficial del Estado*, núm. 281, de 24 de noviembre de 1995. Recuperado de: <https://www.boe.es/buscar/pdf/1995/BOE-A-1995-25444-consolidado.pdf>
93. Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres. *Boletín Oficial del Estado*, núm. 71, de 23 de marzo de 2007. Recuperado de: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2007-6115>.
94. Ley Orgánica 6/2006, de 19 de julio, de reforma del Estatuto de Autonomía de Cataluña. *Boletín Oficial del Estado*, núm. 172, de 20 de julio de 2006. Recuperado de: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2006-13087>
95. Ley 1761. Congreso de Colombia. (6 de julio de 2015). Por la cual se crea el tipo penal de feminicidio como delito autónomo y se dictan otras disposiciones" (rosa elvira cely) .Colombia.
96. Leyes Civil, C., Educación, D. D. E., & Cultura, P. L. Y. (2016). 11.340/2006.
97. Lines, K. J. (2004). A brief actuarial assessment for the prediction of wife assault recidivism: The Ontario domestic assault risk assessment. *Psychological Assessment*, 16, 267–275. doi:10.1037/1040-3590.16.3.267
98. Llei 22/2005, del 29 de desembre, de la comunicació audiovisual de Catalunya. (octubre de 2012). Barcelona, España: *Parlament de Catalunya*. Recuperado de: <http://statics.ccma.cat/multimedia/pdf/3/9/1497867077593.pdf>
99. Loinaz, I., Marzabal, I., & Andrés-Pueyo, A. (2018). Risk Factors of Female Intimate Partner and Non-Intimate Partner Homicides. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 2018 avonline(2), 1–7. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2018a4>
100. Marzabal Manresa, I. (2015). *Los feminicidios de pareja: efecto imitación y análisis criminológico de los 30 casos sentenciados por la Audiencia Provincial de Barcelona*. (2006-2011). (tesis de pregrado). Retrieved from <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=52625>
101. Meneghel, S. N., & Portella, A. P. (2017). Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 3077–3086. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017>



102. Meneghel, S. N., Rosa, B. A. R. da, Ceccon, R. F., Hirakata, V. N., & Danilevicz, I. M. (2017). Feminicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2963–2970. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.22732015>
103. Mossos d' esquadra. Questionari Policial de valoracio del risc (QPVR). (s.f.). Cataluña: *Generalitat de Cataluña*.
104. Naciones Unidas, Derechos Humanos. (2014). Recuperado el octubre de 2018, de Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer: <https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/violenceagainstwomenn.aspx>
105. Naciones Unidas. (10 de octubre de 1948). La Declaración Universal de Derechos Humanos. Obtenido de Naciones Unidas : <http://www.un.org/es/universal-declaration-human-rights/>
106. Pla de seguretat i atenció a les víctimes de violència masclista i domèstica, 2015-2018. Generalitat de Catalunya. Recuperado de :[http://interior.gencat.cat/web/.content/home/03\\_0\\_arees\\_dactuacio/seguretat/violencia\\_ma](http://interior.gencat.cat/web/.content/home/03_0_arees_dactuacio/seguretat/violencia_ma)
107. Protocolo para el abordaje de la violencia machista en el ámbito de la salud en Cataluña Documento marco. (2009). Barcelona, España: *Generalitat de Cataluña*. Recuperado de: [http://salutweb.gencat.cat/web/.content/\\_ambits-actuacio/Linies-dactuacio/Serveissanitaris/Altres-models-anteriors-datencio-sanitaria/Abordatge-de-la-violenciamasclista/arxius/cast\\_femchist.pdf](http://salutweb.gencat.cat/web/.content/_ambits-actuacio/Linies-dactuacio/Serveissanitaris/Altres-models-anteriors-datencio-sanitaria/Abordatge-de-la-violenciamasclista/arxius/cast_femchist.pdf)
108. Protocolo para la valoración policial del nivel de riesgo de violencia sobre la mujer en los supuestos de la Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre. Recuperado de: <http://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Temas/Violencia-domestica-y-de-genero/Guias-y-Protocolos-de-actuacion/Protocolos/Protocolo-para-la-valoracion-policial-del-nivel-deriesgo-de-violencia-sobre-la-mujer-en-los-supuestos-de-la-Ley-Organica-1-2004--de-28-de-diciembre>: búsqueda realizada: 01/12/18.
109. Pueyo, A., & Redondo, S. (2007). Predicción de la violencia: Entre la peligrosidad y la valoración del riesgo de violencia Papeles. *Papeles del Psicólogo*, 28(3), pp. 157-173.
110. Radford, J., & Russell, D. (2006). Femicidio. la Política del Asesinato de las Mujeres. México: UNAM.
111. Real Decreto de 14 de septiembre de 1882 por el que se aprueba la Ley de Enjuiciamiento Criminal. (03 de 01 de 1883). España: Ministerio de la Presidencia, Relaciones con las Cortes e Igualdad. Recuperado de: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1882-6036>
112. Recomendación Rec (2002) 5. Consejo de Europa. Protección de las mujeres contra la violencia.(30 de abril de 2002). Recuperado de: [http://www.violenciagenero.igualdad.mpr.gob.es/marcoInternacional/ambitoInternacional/ConsejoEuropa/Normativa/docs/Rec\\_2002\\_5\\_Spanish.pdf](http://www.violenciagenero.igualdad.mpr.gob.es/marcoInternacional/ambitoInternacional/ConsejoEuropa/Normativa/docs/Rec_2002_5_Spanish.pdf)
113. Redondo, S. y Garrido, V. (2013). *Principios de Criminología*. Tirant lo Blanch. 4ª edición. Valencia.





114. Resolución del Parlamento Europeo. Sobre los asesinatos de mujeres (feminicidios) en México y en América Central y el papel de la Unión Europea en la lucha contra este fenómeno(2007/2025(INI). (de 11 de octubre de 2007). *Parlamento Europeo*. Recuperado de:<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2007-0338+0+DOC+XML+V0//ES#title1>
115. Rodríguez, R., y Bodelón, E. (2015). Mujeres maltratadas en los juzgados: la etnografía como método para entender el derecho “en acción”? *Revista de Antropología Social*, 24, 105–126. [https://doi.org/10.5209/rev\\_RASO.2015.v24.50645](https://doi.org/10.5209/rev_RASO.2015.v24.50645)
116. Saccomano, C. (2017). El feminicidio en América Latina: ¿vacío legal o déficit del Estado de derecho?. DOI: <https://doi.org/10.24241/rcai.2017.117.3.51>
117. Salvatierra, K. (2006). Feminicidio: fenómeno con significado político. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 169–171.
118. Taibo, L. C. (2014). Factores de riesgo de homicidio de la mujer en la relación de pareja. *Universitas Psychologica*, 13(2), 681–692. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.UPSY13-2.frhm>
119. Unión Europea. (2010). Tratado de la Unión Europea. *Diario Oficial de La Unión Europea* (Versión En Castellano), (83), 13–45. Retrieved from <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=ES>
120. U.S. Code (25, junio de 1984). Title 18 - Crimes and criminal procedure, 704–709. Recuperado de: <https://wipolex.wipo.int/es/text/431499>
121. Vasco, B. O. (15 de enero de 2016). Disposiciones Generales Departamento De Educación, Política Lingüística y Cultura. Obtenido de: DECRETO 236/2015: <https://www.euskadi.eus/y22-bopv/es/bopv2/datos/2016/01/1600141a.pdf>
122. Vera Romero, F. (2012). “Feminicidio, un problema global.” *Jurídicas CUC*, 8(1), 35–56.
123. Walker, L. E. (1989). Psychology and violence against women. *American Psychologist*, 44(4), 695-702. doi:10.1037/0003-066X.44.4.695
124. Weizmann-Henelius, G., Grönroos, M., Putkonen, H., Eronen, M., Lindberg, N., & Häkkänen-Nyholm, H. (2012). Gender-Specific Risk Factors for Intimate Partner Homicide: A Nationwide Register-Based Study. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(8), 1519– 1539. <https://doi.org/10.1177/0886260511425793>
125. World Health Organization, P. A. H. O. (2012). Femicide. Recuperado de: <https://doi.org/10.2307/1319341>



## ANEXOS

### Anexo A Entrevista Mossos d' Esquadra

ENTREVISTA MOSSOS D' ESQUADRA

1

+
<p><b>1. ¿Cuál es el procedimiento para seguir cuando se recibe una víctima de VG?</b></p> <p>Primeramente, esta el GRUPO ATENCIÓN A LA VÍCTIMA (GAV): su función atender a la víctima cuando viene a poner una denuncia. El policía que coge la denuncia valorará se procede la denuncia o no. (se hace una valoración previa porque puede ser que la víctima solo esté preguntando para informarse).</p> <p>Normalmente son chicas policías que cogen la denuncia, la entrevista dura de 2 a 3 horas, la víctima puede marcharse cuando quiera. Desde la última modificación legislativa, si la víctima no quiere seguir la denuncia el Ministerio no puede seguir con el procedimiento.</p> <p>También puede darse el caso que la víctima denuncie, pero no va a ratificar delante del juez. Lo que se queda sin efecto.</p> <p>Para poder continuar con el procedimiento, cuando la víctima no quiere seguir, la policía puede acogerse a otro art. y proceder con la denuncia, como sucede en casos donde se puede aplicar el art. 464 CP de obstrucción a la justicia.</p>
<p><b>2. ¿Cuál es la franja de edad de las víctimas?</b></p> <p>Todas las edades incluso he atendido víctimas menores de edad, pero el procedimiento será diferente en estos casos, porque intercede el Ministerio Fiscal de Menores. La franja de edad de -18 hasta 60 años edad. Una media de 35 a 50 años la mayoría.</p>
<p><b>3. ¿Cuál es el nivel social de la mayoría de las víctimas?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Alto</p> <p><input type="checkbox"/> Medio</p> <p><input type="checkbox"/> Bajo</p> <p>Las víctimas son de todas clases sociales, quizás más bien baja.</p>
<p><b>4. ¿Tenéis en cuenta los factores de riesgo del agresor? ¿Y de la víctima? ¿Podrías especificar?</b></p>



ENTREVISTA MOSSOS D' ESQUADRA

2

<p>NO especificamente. Se trabalha más la víctima.</p>
<p><b>5. ¿Ponderáis los factores de riesgo? ¿Sí o no? ¿por qué?</b></p> <p>Si se pondera. El programa dirá el tipo de riesgo que tiene una víctima, la puntuación va de 0 a 4. Donde 0 es muy baja. Quien toma la declaración es quien hace el cuestionario. Normalmente el riesgo se mueve entre bajo y medio. A partir del riesgo alto se impone una medida (por ejemplo, pasar un coche de policía en determinados lugares como casa, trabajo, etc. La policía empieza hacer una protección a la víctima durante las 24 horas al día (1 llamada cada 8 horas al móvil). Si el riesgo ha dado muy alto, y la víctima rechaza las medidas tendrá que firman el documento como rechaza las medidas ofrecidas. Es un procedimiento habitual en todos los cuerpos.</p>
<p><b>6. ¿Hacéis una valoración psicológica del agresor? ¿Y de la víctima?</b></p> <p>La valoración psicológica no se hace. Se detiene el agresor y toman declaración. En casos de brotes psicóticos o otros tipos de distorsiones, se lleva el agresor al hospital (ala de psiquiatría) y el médico hará la valoración. El informe médico no se entrega a la policía, es privado del agresor. No obstante, si el agresor va detenido, después del episodio, la documentación lo tiene la policía y puede fotocopiar y enviarlos al juzgado.</p> <p>Referente a la víctima se valora en el cuestionario, mientras se entrevista. Cuando existe lesiones la víctima tiene que ir al médico hacer lo que se conoce como parte médico. El médico esta obligado a informar al juzgado que las lesiones son compatibles con la violencia de género. Recibido el informe de lesiones, el juez enviará a la policía para que averigüen las procedencias de estas lesiones.</p>
<p><b>7. ¿En la intervención encontraste con casos de denuncias falsas? ¿Si es que sí, qué tipo de denuncias falsas suelen ser las más denunciadas?</b></p> <p>Sí, pero es una pequeña parte de ellas. En la entrevista el policía tendrá que detectar si es falsa o no. De igual forma, si es falsa o no, y no se puede comprobar se procede la denuncia. no obstante, el policía puede hacer constar en el informe a la jueza que se ha detectado errores en la denuncia. Mentir sobre el</p>



ENTREVISTA MOSSOS D' ESQUADRA

3

<p>hecho es un delito el de simulación de delito. Hay de todo tipo de denuncia, desde abusos hasta agresiones.</p>
<p><b>8. ¿En cuanto a las medidas cautelares, cuáles son las más eficaces? ¿Y por qué?</b></p> <p>Todas son eficaces desde que sea para proteger a la víctima, pero sin duda las más eficientes son la orden alejamiento, prohibición de comunicación mediante cualquier medio. Si la víctima solicita la orden protección (OP) tiene 72h para que el juzgado puede trabajar en ella. El juzgado determinará si hay o no necesidad de poner una OP, aunque que no hayas pedido el juzgado puede creer necesario e imponerla.</p>
<p><b>9. ¿Qué tipo de recursos se ponen a disposición de la víctima?</b></p> <p>Existen varios tipos de recursos que se pone a disposición de la víctima, incluso recursos económicos para ayudarlas en su proceso de separación. Se pone en marcha toda la maquinaria policial (comunicación cada 8 horas, se envía la viatura para comprobar la seguridad de la víctima, etc.). Además, existe una comunicación bilateral entre policía y víctima, a través de un teléfono de asesoramiento directo, por lo tanto, ya no tiene que llamar al 112.</p>
<p><b>10. ¿Qué tipo de dificultades pueden encontrar las víctimas o el profesional, en la entrevista?</b></p> <p>La mayor problemática sin duda dependerá de la predisposición que tenga las víctimas para hablar. Normalmente existe una gran desconfianza en el sistema, eso dificulta tanto para la víctima como para el profesional, la confianza es la base, por eso se intenta hacer las entrevistas en un lugar adaptado para las circunstancias (sin ruidos, cómodo, sin distracciones...)</p>
<p><b>11. ¿Por qué crees que a pesar de aumentar las denuncias en el ámbito de VG, el índice de mujeres asesinadas no disminuye, al revés, crece?</b></p> <p>En realidad, la cantidad de casos que entran "por la puerta" son muchos en comparación a las muertes que hay. Igualmente, por mas seguridad que haya un individuo que quiere cometer un feminicidio lo hará independiente de los controles que haya, la policía no puede está 24horas y el momento que no haya control el agresor si quiere lo hará.</p>
<p><b>12. ¿Se realiza algún tipo de formación para tratar con las víctimas?</b></p>





ENTREVISTA MOSSOS D' ESQUADRA

4

Si. Desde que se entra en el cuerpo de policía, ya en la academia se tiene formación como tratar las víctimas. No obstante, en la Oficina de atención a la víctima, los policías que toman la denuncia no son especializados para eso. Anteriormente, recogían las denuncias las policías (chicas) que sí eran especializadas para la entrevista con la víctima ahora ellas se encargan de realizar el seguimiento a víctima. sin embargo, cuando la denuncia requiere una atención más especial lo recogen estas policías chicas. La problemática está que estas policías trabajan de lunes a viernes de 9 a 5 tarde, así que las denuncias sensibles (agresión sexual, abusos), fuera de esta franja horaria lo hacen las Unidades Especiales o de Investigación.

13. ¿Qué se podría mejorar en la intervención policial al trabajar la con la víctima y con el agresor?

Los recursos. Se necesita más recursos para poder realizar más programas, así como el perfil de policía-criminólogos. Trabajar con los agresores en el principio de la escalada de violencia sería un factor importante para prevención y no reincidencia. Habrá que ver la eficacia de las políticas públicas, la campaña del (No es No), quizás es necesario hacer campañas de seguimiento. Las ordenes de protección en realidad da igual, puesto que, cuando un individuo quiere cometer un delito lo hará lo importante es el control de los factores de riesgo en el agresor.

**Entrevistado:** Juan Castaño Mañas

**Entrevistador:** Jaqueline Mello de Araújo

**Lugar:** Universidad de Barcelona (11 am)

Entrevista realizada el día 05 enero de 2019, Barcelona.



## A AUTOCOLOCAÇÃO DA VÍTIMA EM PERIGO

Walter de Lacerda Aguiar<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Advogado Criminalista, mestrando em Criminologia pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales de Bueno Aires - Argentina, com especialização em Direito Penal pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (2012) e aperfeiçoamento técnico em Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública I pela Escola Superior de Sargentos da Policia Militar do Estado de São Paulo (2011); \*E-mail: walterlacerda@abcriminologia.com.br.

**Resumo** – O objetivo deste artigo é demonstrar a importância da aplicação da teoria da imputação objetiva nos casos em que a própria vítima coloca-se em perigo alheio consentido, dado a injusta persecução criminal daqueles que não deram causa para o evento danoso.

Traremos aqui, estudos criminológicos, sob o prisma da vítima, que justificam sua aplicação.

**Palavras-chave** – Autocolocação em perigo, Imputação objetiva, vitimologia.

**Resumen** – El propósito de este artículo es demostrar la importancia de aplicar la teoría de la imputación objetiva en los casos donde la víctima misma se pone en peligro, considerando el enjuiciamiento penal injusto de aquellos que no dieron la causa del evento nocivo.

Traeremos aquí, estudios criminológicos, ante la perspectiva de la víctima, que justifican su aplicación.

**Palabras clave** – Auto-peligro, Imputación objetiva, victimología.

### I. INTRODUÇÃO

Não podemos mais tolerar uma concepção de crime que responsabiliza exclusivamente o agente ativo, se do outro lado, temos um agente passivo que contribuiu para a ocorrência do fato danoso.

Trata-se de uma visão superada e irreal, afinal de ambos os lados, são seres humanos dotados de autodeterminação para agir e reagir dentro de qualquer contexto. Óbvio, falamos daqueles capazes de entender o caráter ilícito do fato.

Nesse diapasão, trazemos os conceitos da imputação objetiva, filosofia raiz idealista de Hegel<sup>26</sup>, a solução mais justa diante os casos que a própria vítima coloca-se em perigo alheio consentido.

Por mais que seja claro e evidente que a culpa seja exclusiva da vítima, por corolário, o agente ativo será submetido ao tecnicismo da *persecutio criminis*.

Diante esse contexto questionamos: Quem realmente é a vítima?

A Autocolocação da vítima em perigo representa um grande avanço no Direito Penal,

<sup>26</sup> Schunemann, Bernd (1998) apud Greco (2004, p.74)



dado abrangência mais complexas dos fatos, abandonando de vez o conceito tradicional da teoria da equivalência das condições ou *conditio sine qua non* de Von Buri<sup>27</sup>.

Neste artigo, trataremos da origem, critérios e efeitos de aplicação da Autocoloção da Vitima em risco, esporemos casos práticos no Brasil, bem como proporemos a solução mais eficaz diante a atual conjectura.

## II. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa tem como base estudos doutrinários da professora Alessandra Orcesi Pedro Greco (2004), Benjamín Mendelsohn (1947) e Claus Roxin, bem como estudos de casos práticos aplicados na jurisprudência brasileira.

Foi utilizado métodos descritivo e explicativo que solidificam a estrutura proposta.

## III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### III.I. VITIMOLOGIA

Antes de tudo, precisamos conceituar o que é vítima.

Etimologicamente, o léxico “vitimologia” pode ser conceituado “o estudo da vítima”, na medida em que a palavra deriva do latim “victima”, e da raiz grega “logo”.

Na Criminologia o conceito varia desde a concepção simplista que determina como mero

sujeito passivo até as concepções mais abrangentes e complexas como do professor Vitor Pagano , abrangendo como estudo científico de extensão da criminalização, reflexos do crime, envolvimento entre os personagens no cenário criminoso e suas reações e, em especial, a vitimodogmatica .

Segundo a ONU, através da Resolução n. 40/34, de 29/11/1985, entendem-se por "vítimas" as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor num Estado membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder.

No Brasil, o interesse pelo estudo surgiu por volta de 1970 com a professora Armida Bergamini Miotto, outrossim, atingiu destaque com o delegado de polícia e professor de Criminologia da Academia de Polícia do Estado de São Paulo, Dr. Guaracy Moreira Filho (1999), conceituando a vitimologia como disciplina autônoma e fonte indispensável de compreensão do crime.

O primeiro autor que categorizou o estudo da vítima foi Dr. Benjamín Mendelsohn em 1947, destacando-os em três grupos principais, as Inocentes, as Provocadoras e as Agressoras. As vítimas inocentes são aquelas vitimas ideais ou que não tiveram qualquer participação. Já as vítimas provocadoras, são responsáveis pelo resultado danoso e, podem ser caracterizadas por provocação direta e voluntária. Por seu turno, as vítimas agressoras são consideradas co-autora do

<sup>27</sup> *Ipsis litteris* artigo 13 do Código Penal.



resultado, isso porque, contribuem para o resultado pretendido pelo agente.

Assim, considerando o tema proposto, a Autocolocação da vítima em perigo existe nas circunstâncias que alguém se coloca em risco ou se expõe num perigo que já acontecendo. Desta forma, podemos chama-las de vítimas agressoras e/ou vítimas como única culpadas.

Do mesmo modo, FRISCH (1995) assevera que sempre que a vítima, consciente ou inconsciente, participar, com sua própria conduta, na realização do resultado juridicamente protegido, acontecerá a imputação objetiva.

Nesse ótica, falaremos a seguir.

### **III.II. AUTOCOLOCAÇÃO DA VÍTIMA EM PERIGO**

#### **III.II.I. Origem**

A partir da doutrina de Claus Roxin, o mundo jurídico passou a admitir a hipótese da existência de uma imputação objetiva, tudo decorrente na fundamentação do estudo da estrutura criminal em aspectos de política criminal. Para ele, antes de se pensar sistematicamente o crime, deve-se analisar os aspectos político-criminais.

A autocolocação da vítima em risco é um desdobramento da teoria da imputação objetiva, surge na jurisprudência alemã, no direito civil, por Karl Larenz partindo do pensamento de Hegel e, em seguida por Richard Honing no direito penal, com o escopo inicial de resolver três situações, sendo elas: morte de viciado por Aids contraída por meio do compartilhamento de agulha, participação em suicídio e na transmissão de Aids por meio de

relação sexual quando o parceiro consente na relação, mesmo ciente dos riscos.

Para Honig, o resultado é reflexo de um fim, com base na persecução objetiva da finalidade e estabelecendo um juízo de imputação autônoma não seria justo responsabilizar os agentes ativos dos eventos danosos citados acima.

Por suposto, a teoria alavancada foi extremamente criticada por alguns estudiosos na época, uma vez que se amoldaria apenas para casos específicos. Aliás, há quem afirme que a Autocolocação não merece guarida, devendo ser privilegiada a aplicação de institutos mais tradicionais, que não gerem tanta polêmica e confusão ao raciocínio jurídico.

Na imputação objetiva, não se fala mais em resultado naturalístico ou regresso ao infinito, na medida em que aplicação será sempre caracterizada pelo risco ao objeto jurídico. Dessa forma, desenvolveu-se a distinção entre risco permitido e risco proibido.

Relevante destacar que no Brasil não existe disposição expressa acerca do comportamento da vítima, ressalvado o art. 59 do Código Penal, que, no entanto, refere-se somente à uma circunstância judicial incidente na fixação da pena privativa de liberdade.

#### **III.II.II. Critérios de aplicação**

Segundo GRECO (2004, p. 111-121), exige que a vítima atue voluntariamente e de forma arriscada livremente, e para que se faça uso dela é necessário que se faça uma análise em conjunto com os demais elementos da imputação objetiva. Quais sejam:





1. **RISCO PERMITIDO:** estado normal de interação, ou seja, status quo de liberdade de atuação vigente;
2. **PROIBIÇÃO DA CONFIANÇA:** Adaptação do risco permitido às circunstâncias concretas. A confiança gera uma expectativa de comportamento na pessoa, espera-se uma conduta linear dela na sociedade. Quando ocorre a quebra de confiança, o Direito Penal deverá atuar;
3. **PROIBIÇÃO DE REGRESSO:** limite da participação punível dentro da imputação objetiva com fulcro em critérios objetivos normativos;
4. **COMPETÊNCIA DA VÍTIMA.**

Além do comportamento livre e consciente da vítima, é preciso que o mesmo seja determinante para a consecução de um resultado lesivo que, em princípio, não foi desejado por nenhuma das partes.

Apenas aos bens jurídicos individuais aplica-se a Autocolocação em perigo, pois, os bens atinentes aos interesses difusos não comportam margem de disponibilidade.

Ademais, a vítima deve ser imputável, isto é, precisa ter atingido a maioridade penal, bem como, estar em pleno gozo de suas faculdades mentais. Logo, estará apta a dispor livremente de seus bens jurídicos e se colocar em uma situação de risco.

Destarte, quando a vítima se coloca em uma situação de risco por ela criada, gerando um resultado, que poderia ser evitado através de sua omissão, não há que se falar em imputação a um terceiro, posto que o ofendido concorre de forma consistente para o resultado.

Vale lembrar, a imputação objetiva se apresenta

como um complemento corretivo das teorias causais, pois a imputação de um fato é a relação entre acontecimento e vontade. Significa, na verdade, atribuir juridicamente a alguém a realização de uma conduta criadora de um relevante risco proibido e a produção de um resultado jurídico.

### III.II.III. Efeitos da aplicação

Autores renomados como JAKOBS (2000) e HASSEMER (1989) sustentam que o comportamento da vítima deva ser analisado na fixação da pena, não sendo causa, jamais, de exclusão do tipo.

GRECO (2004), seguindo o posicionamento de SCHUNEMANN (1998) defende que dependendo da contribuição dada pelo ofendido ao delito, o agente deve ser isentado de pena, podendo o instituto da Autocolocação da vítima em risco, excluir a tipicidade ou atenuar a pena do autor do crime.

Assim, nos é permitido concluir que, sendo a Autocolocação da vítima em risco um novo critério norteador da teoria da imputação objetiva, nos casos em que os requisitos do instituto em comento forem plenamente preenchidos, teremos a exclusão da imputação do resultado ao agente, assumindo o fato a condição de penalmente irrelevante.

Noutro norte, quando o comportamento do ofendido não for capaz de excluir a imputação do resultado ao agente, deve-se ao menos ser considerada a aplicação da pena, atenuada.

Por conseguinte, a Autocolocação da vítima em perigo, se observados os requisitos objetivos corretamente operará como excludente do nexos de causalidade e, por consequência, da responsabilidade criminal.

### III.III. CASOS PRATICOS NO BRASIL

A teoria da imputação objetiva ganhou destaque no Brasil em 2006 quando a 5ª turma do Superior Tribunal de Justiça trouxe, em primeira mão, a Autocolocação da vítima em risco num caso de homicídio culposo, na qual, colegas de formatura, durante uma festa, teria jogada a vítima dentro de uma piscina ocasionando seu óbito. Conquanto, restou demonstrado que a vítima havia se colocado em perigo, oportunidade que ingeriu substâncias psicotrópicas e se jogou numa piscina (*STJ 5ª Turma; HC n. 46.525/MT; Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, publicado em 10/06/2006*).

Outro caso de destaque foi do atropelamento em rodovia próxima à passarela. Apesar da proibição expressa, muitos insistem em atravessar pela via, simplesmente ignorando os locais apropriados de travessias, tais como: faixa de pedestre, passarelas, ciclovias etc. In casu, a vítima colocou-se em perigo alheio consentido e, ficou demonstrado sua capacidade de discernimento, uma vez que ao atravessar a rodovia, a vítima sabia dos riscos de atropelamento. *In verbis*, ementa:

*PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO. CARÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ATIPICIDADE. PRINCÍPIO DA CONFIANÇA. AUTOCOLOCAÇÃO DA VÍTIMA EM PERIGO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECONHECIMENTO. 1. O fundamento da responsabilidade pelo crime culposo reside na violação do dever objetivo necessário nas circunstâncias. In casu, tendo o motorista respeitado todas as regras de trânsito, surgindo o transeunte, de inopino, na via, provocando o seu próprio óbito, mostra-se ilegal o processo crime pela suposta prática de homicídio culposo.*

*Tem-se, a um só tempo, o emprego dos princípios da confiança e da autocolocação da vítima em perigo, o que, à evidência, exclui a tipicidade do comportamento do condutor. 2. Ordem concedida para trancar a ação penal 2575080/2009, em curso perante a 17.ª Vara Criminal da Comarca de Salvador/BA. VOTO DA MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (Relatora): [...] Reforça esse entendimento o princípio da confiança, adotado majoritariamente por nossos Tribunais, segundo o qual os motoristas devem contar com o comportamento correto, uns dos outros, assim como dos transeuntes. (...) Não poderia a paciente prever que a vítima atravessaria a Avenida sem olhar para o lado e se chocaria com seu carro, seja porque estava trafegando em velocidade compatível com o local, seja porque esperava que também os transeuntes se acautelassem no trânsito. O trancamento da ação penal, medida excepcional na via eleita, se justifica pois, inequivocamente, emerge dos autos a ausência de justa causa para a demanda, em virtude de inexistir elemento indiciário a fundamentar a acusação. Por todas as razões expostas, é o parecer pela concessão da ordem, a fim de que seja trancada a ação penal 2575080/2009. (fls. 22-25). Em verdade, a denúncia é deveras elucidativa, revelando que os fatos não são típicos. A peça é esclarecedora, não para instaurar a ação penal, mas, antes, para determinar a extinção definitiva do feito, dada a atipicidade patente do comportamento da paciente. Veja que a exordial acusatória é expressa em afirmar que os acontecimentos revelaram um infortúnio. Ora, o Direito Penal não cuida de infortúnios, do casus. Lembre que nem no âmbito do Direito Civil (CC, art. 186), o fortuito autoriza a responsabilidade subjetiva, que dirá no plano penal, ontologicamente subsidiário. Pois bem, é importante registrar que*



*o crime culposos, dadas as suas particularidades, exigem um trabalho persecutório minudente, a fim de se justificar a responsabilidade pela violação do dever objetivo necessário nas circunstâncias. In casu, os fatos trazidos a contexto configuram, pelo contrário, uma fatalidade. Em verdade, uma vida foi ceifada, todavia, a contribuição fática da paciente não foi emoldurada pelo elemento normativo culpa. Penso ter sido apropriada a referência, no parecer da Procuradoria Geral de Justiça, ao princípio da confiança, devendo ser lembrada, a propósito, a lição de Juarez Tavares, veiculada em recente edição de seu clássico trabalho sobre o crime culposos: Na doutrina penal moderna, tem-se particularmente salientado, como limitador concreto do dever de cuidado, o chamado princípio da confiança . (...) Segundo este princípio, todo aquele que atende adequadamente ao cuidado objetivamente exigido, pode confiar que os demais coparticipantes da mesma atividade também operem cuidadosamente. A consequência da aplicação deste pensamento no direito penal será a de excluir a responsabilidade dos agentes em relação a fatos que se estendam para além do dever concreto que lhes é imposto nas circunstâncias e nas condições existentes no momento de realizar a atividade. Em face disso, pode-se compreender o princípio da confiança sob dois aspectos: como critério limitador do dever concreto de cuidado ou como delimitador do risco autorizado, conforme se dê, respectivamente, maior ênfase à estrutura normativa ou aos contornos empíricos da norma proibitiva. Na verdade, tanto em um como em outro caso, as soluções conduzirão ao mesmo desfecho, que será o de limitar a incidência da norma criminalizadora ao caso concreto. (...) Salvo na hipótese de ação conjunta e vinculante, ninguém, em princípio, deve responder por ações*

*defeituosas de terceiros. Ao invés, pode até mesmo confiar em que todos os demais atendam aos respectivos deveres de cuidado. Modernamente, está associado a esse dever o princípio da autoresponsabilidade, que é, na verdade, um critério de limitação da imputação e não, propriamente, de limitação do dever de cuidado. (Teoria do crime culposos. 3. ed. integralmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 313-315). É possível invocar, ainda, o princípio da autocolocação em perigo, tal qual enunciado na Teoria da Imputação Objetiva: A autocolocação da vítima em perigo tem sido objeto de debates na dogmática alemã, pois a vítima do crime sempre foi relegada a segundo plano pela teoria do delito, tendo havido, nos últimos anos, seu redescobrimto pelas ciências penais. A relação entre bem jurídico e vítima determina estudos, com base na política criminal, de novos temas como a composição material, que elide o processo criminal, ou ainda o surgimento de um Direito Penal negociado. A solução dos problemas sobre a imputação da vítima no Direito Penal tem nas teses que advogam a possibilidade de admitir-se sua autocolocação em perigo, uma excludente da tipicidade. Em sentido diverso há o movimento que prega a utilização dos institutos existentes para resolver os problemas relacionados com a autocolocação em perigo pela própria vítima. Sugere esta corrente a utilização da autoria mediata, a não punibilidade da participação imprudente ou a inexistência de uma posição de garantidor de terceiro para chegar à mesma conclusão sobre a impunidade nestes casos. (CAMARGO, Antonio Luís Chaves. Imputação objetiva e direito penal brasileiro. São Paulo: Cultural Paulista, 2001, p. 182). (STJ; HC n. 147.250/BA, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, publicado em 22/03/2010)*



Logo, podemos concluir que a aplicação da teoria da imputação objetiva exclui totalmente a responsabilidade criminal do agente ativo, afastando o nexo de causalidade de um resultado. Devendo assim, o agente ativo, de acordo com os critérios de aplicação da teoria de Autocolocação da vítima em risco, ser inocentada.

#### IV. CONCLUSÃO

Ante o exposto, analisar o crime sob o ponto de vista da vítima, revela-nos informações muito mais amplas que o momento específico do crime, atingindo inclusive as consequências dele decorrentes.

Devemos abandonar de vez o conceito estático de vítima, sujeito passivo do delito, afinal, a vítima interage com o criminoso e com o meio, estudar seu comportamento, representar dissuadir a culpabilidade do agente, tendo em vista que a conduta da vítima, em alguns casos, igualmente fornece elementos para a produção do resultado.

A autocolocação da vítima em risco se justificará pela atuação voluntária e espontânea da vítima, ressalvado seu direito de abrir mão da proteção jurídica oferecida pelo Estado.

Importante obter, a teoria da imputação objetiva não se aplica a todos os casos, indistintamente deve ser utilizado com cautela, em conjunto com outros elementos da teoria.

O comportamento arriscado/ inapropriado gerado pela própria vítima que expõe terceiro ao mesmo risco deve ser repudiado pela sociedade.

Por ultimo, a autocolocação da vítima em risco em alguns casos excluirá a tipicidade e, em outros atenuará a pena do autor do crime.

#### REFERÊNCIAS

1. Filho, G. M. (1999). *Vitimologia: O papel da vítima na gênese do delito*. São Paulo: Ed. Jurídica Brasileira.
2. Frish, W. (1995). *Tipo Penal e Imputación Objetiva*. Madrid: Colex.
3. Greco, A. O. P. (2004). *A autocolocação da vítima em risco*. São Paulo: RT.
4. - (27 set. 2010.). *Imputação Objetiva*. Aula ministrada no 9º Curso de Especialização em Direito Penal. São Paulo: ESMP.
5. Hassemer, W. (1989). *Introducción a la criminología y al derecho penal*. Tradução Francisco Muñoz Conde. Valencia: Tirant lo Blanch.
6. Jakobs, G. (2000). *A Imputação objetiva no direito penal*. Tradução André Luis Callegari: São Paulo: RT.
7. Neuman, E. (2004). *Victimologia y Control Social: las víctimas del sistema penal*. Bueno Aires: Universidad.
8. Schunemann, B. (1998). *Consideraciones sobre la imputacion objetiva*. Tradução Mariana Sacher de Koester. Teorias Actuales en el derecho penal. Bueno Aires: Ad-Hoc.
9. Zaffaroni, E. R., Pierangeli, J. H. (1997). *Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
10. Júnior, J. L. (2008). *Em que consiste a teoria da autocolocação em risco no direito penal?*. Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes. Recuperado em 18 de julho de 2020, <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/118654/em-que-consiste-a-teoria-da-autocolocacao-em-risco-no-direito-penal-joaquim-leitao-junior>.





## LA ESCUELA CRIMINOLÓGICA ECOLÓGICA Y EL ANÁLISIS FACTORIAL MÚLTIPLE: UN ESTUDIO DE CASO EN LA CIUDAD DE JOÃO PESSOA (BRASIL)

Siddharth Singh Bora <sup>1</sup>, Geraldo Borges<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestre en Ciências Criminológicas y Forenses (UCES-ARG.) y

Especialista en Ciências Criminais (UNIPÊ-BRA.). sbora08@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre en Ciencias Laborales (UFPB-BRA.). geraldo.filho.5@professor.pb.gov.br

**Resumen** – La comprensión de los efectos externos, de los factores exógenos, son fundamentales para comprender las acepciones delictivas. La Escuela Criminológica Ecológica ofrece una perspectiva distinta de los padrones tradicionales del estudio del crimen. Desde la década de 1920, la perspectiva criminológica ecológica ha proporcionado las explicaciones fundamentales para la ocurrencia de crímenes en diversos contextos. Sin embargo, en el Brasil, estudios que tienen como focos esta perspectiva teórica son pocos. En nuestro trabajo analizamos cómo se comportan el crimen y las variables ecológicas dentro de la región metropolitana de João Pessoa (PB - Brasil). Para ello, utilizamos el método de análisis factorial múltiple para ayudar a representar las variables ecológicas, la ocurrencia criminal en la ciudad para ayudarnos a elaborar recomendaciones con vistas a una política criminal ecológica preventiva en la región.

**Palabras claves** – Crimen; Variables Ecológicas; Análisis Factorial Múltiple; Política Criminal Preventiva.

**Abstract** – The understanding of the external effects on the exogenous factors are fundamental to understand the criminal meanings. The Ecological Criminological School offers a different perspective from the traditional patterns of crime study. Since the 1920s, the ecological criminological perspective has provided fundamental explanations for the occurrence of crimes in various contexts. However, in Brazil, studies that focus on this theoretical perspective are few. In our work we analyze how crime and ecological variables behave within the João Pessoa metropolitan region (PB - Brazil). For this, we use the multiple factor analysis method to help represent the ecological variables, the criminal occurrence in the city to help us develop recommendations for a preventive ecological criminal policy in the region.

**Key-Words** – Crime; Ecological Variables; Multiple Factorial Analysis; Preventive Criminal Policy.



## I. INTRODUCCIÓN

El conocimiento criminal es construido a través de un trabajo intelectual continuo, un esfuerzo gradual, expresado a través de una acción reflexiva conjunta entre los diversos interlocutores responsables de su producción.

Dentro de este paradigma, la criminología detalla la dinámica criminal, pudiendo ser entendido como una categoría de conocimiento teórica-científica en la sociedad moderna. La medida en que se abre el espectro de este análisis, es posible observar que los dictámenes establecidos en la sociedad de tradición iluminista-liberal fueron irreversiblemente modificados.

La sociedad globalizada contemporánea está regida por un sistema socioeconómico que engendra constantes riesgos tecnológicos, ecológicos y políticos, y cuyas consecuencias todavía no fueron comprendidas en su totalidad. Los elementos que estructuraban las bases de la formación de las categorías del conocimiento sufrieron choque en su fundación material y contenido. Se puede deducir que, en los últimos cincuenta años la sociedad contemporánea, es testigo de la crisis de sus instrumentos de producción epistemológica.

Por ese motivo, los paradigmas conceptuales establecidos fueron sustituidos por elementos de gran inestabilidad y extrema imprecisión, por ejemplo, la identidad (Hall, 2009), la relación espacio/tiempo (Giddens, 1992). Respecto al crimen, las nuevas realidades y acepciones teóricas/metodológicas, que nortean el conocimiento criminológico necesitan una gama mayor de instrumentos para comprender los

nuevos fenómenos criminales. La relación entre los elementos estructurales, internos y externos, saber, el crimen y el ambiente son indispensables a la comprensión del paradigma criminológico.

Se forma así un panorama cada vez más urgente la producción de nuevos trabajos académicos que introduzcan propuestas criminológicas renovadas y que puedan proporcionar otras alternativas a las corrientes criminológicas tradicionales. Criminológica Ecológica ofrece una perspectiva distinta de los padrones tradicionales del estudio del crimen. En la concepción Ecológica del crimen los elementos externos, son vistos como cruciales en la conducta delictiva del individuo. De ese modo, la observación del fenómeno criminológico se desarrolla a partir de un número mayor de elementos factuales.

La relectura de las propuestas criminológicas alternativas, como las de la Escuela Criminológica Ecológica, pueden proveer nuevos padrones interpretativos que ayudarán a aclarar los paradigmas actuales sobre el crimen, sugiriendo nuevos estudios para la prevención de crímenes en las ciudades de América Latina.

La región metropolitana de João Pessoa, en la capital de la provincia de Paraíba, en Brasil, ha sido considerada una de las regiones con mayor número de crímenes por región metropolitana, en Brasil. João Pessoa fue la 16ª posición entre las ciudades más violentas del mundo. Posicionándose al frente de otras ciudades, como; Nueva Orleans (EUA), Tijuana (MEX), Detroit (EUA), Guatemala (MEX), Johannesburgo (AFS). La región metropolitana de João Pessoa está formada por once municipios, entre los cuales, según el IBGE, tiene una población de 1 253 930 personas, la sexta mayor del nordeste



brasileño. Los municipios que componen esta región son; Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Rio Tinto, Santa Rita, Alhandra, Pitimbu y Caaporã, y Pedras de Fogo.

De acuerdo con Andrade (1989), el Análisis Factorial Múltiple (AFM), es un procedimiento estadístico cuyo principal objetivo es ordenar y reducir el número de variable correlacionadas entre sí, permitiendo la explicación de la variabilidad del conjunto de datos iniciales. El empleo del Análisis Factorial Múltiple puede ayudarnos a representar contextos multivariados, ofreciéndonos un cuadro comparativo que nos ayudará a comprender los grados de semejanzas de diferenciaciones entre las ciudades seleccionadas en esta investigación.

De esa manera, este trabajo tiene como objetivo analizar la ocurrencia de crímenes violentos en la región metropolitana de João Pessoa (PB), Brasil, en el año de 2018. Utilizando la perspectiva criminológica ecológica y el empleo del análisis factorial múltiple serán representadas las variables ecológicas en la Región Metropolitana de João Pessoa (PB-Brasil) analizando cómo se comportan. Tras demostrar que es posible estructurar, con dichos preceptos teóricos, recomendaciones útiles en la confección de una política criminal ecológica preventiva para la región.

## II. REFERENCIAL TEORICO

La Ecología Humana y la ciudad La sociedad es formada de una colectividad de estados mentales, signos, creencias y deseos. Actuando de acuerdo con estas acepciones, los individuos desarrollan funciones especializadas en la sociedad, realizando

sus acciones dentro de las circunstancias que se les presentan. Pensamiento que asevera Park (1925):

“Bajo las condiciones forzadas por el cotidiano urbano, en cual los individuos y grupo, desprovistos de simpatía y empatía, viven juntos en un estado de interdependencia, si no de intimidad” (p. 12).

Park (1925) entiende que los códigos morales son establecidos a través de los habitantes que interactúan con las características físicas de la ciudad, cada uno modificando al otro mutuamente. La ciudad está formada por pequeños agrupamientos sociales, por ejemplo, la comunidad representa una unidad orgánica, parte de una célula mayor, que es la ciudad.

En este sentido, cada comunidad tiene una estructura definida, con su propia dinámica, historia, y peculiaridades, que están sujetas a modificaciones dentro del espacio/tiempo. El barrio es una micro representación de la ciudad, el local donde diversas experiencias sociales ocurren. Los barrios tienen un valor significativo histórico para sus habitantes, que se evidencia a través del “sentimiento de pertenencia que los habitantes desarrollan” (Park, 1925). De acuerdo con Barros y Gonçalves (2010):

El espacio de la ciudad, por sí solo, no es un espacio homogéneo, es recortado por fragmentos que la componen y la descomponen en “mini-ciudades”, presentes en su interior y guardando sus idiosincrasias propias. A esos territorios específicos, a esa especie de “ciudades dentro de ciudades” denominamos “barrio”. Por lo tanto, el barrio se puede definir como un lugar específico dentro de todo urbano, o sea, una de las diversas partes por las que es compuesta una ciudad. (p. 3).



Los barrios son “mini-ciudades”, ellos son una pequeña representación de la ciudad que integran. Silva (99) enfatiza la naturaleza de este microorganismo en la ciudad:

“[...] por su propia naturaleza el barrio es entendido como un hogar de grandes potencialidades; un espacio complejo, de variadas significaciones conferidos por la propia dialéctica del cotidiano; es también referencias del individuo tiene con su región” (p. 2).

Distintas comunidades presentan consciencias colectivas (representaciones) distintas. Park (1927) defiende dicho sentimiento, a través de la presente citación:

En el curso del tiempo, toda sección de la ciudad, empieza a presentar trazos de la personalidad, y cualidades, de sus habitantes. Cada parte de la ciudad está inevitablemente manchado con los sentimientos peculiares de sus poblaciones. Este efecto genera la conversión de que era una simple expresión geográfica en una comunidad con sentimientos, tradiciones e historias propias. Dentro de las comunidades la continuidad del proceso histórico es de alguna manera mantenido. El pasado fuerza en sí el presente, y la esencia de cada localidad se modifica con un momentum propio, más o menos, independiente de los “grandes círculos” de interés de la ciudad. (p. 14).

Cada parte de una ciudad carga sentimientos colectivos de sus habitantes. Las comunidades suelen ser moldeadas por el curso de la acción humana. Las peculiaridades sociales son responsables por formar un conjunto de elementos itinerantes responsables de componer la identidad de una ciudad.

Lo espíritu de la ciudad es consecuencia de sus voces comunitarias y de las pequeñas representaciones colectivas. “La ciudad está enraizada en los hábitos y costumbre de sus habitantes. La consecuencia es que la ciudad posee una moral, como también, el poder de mutuamente modificar las características constantemente” (Park, 1925, p. 15).

Para Bursik y Grasmick (1993), “un barrio es una pequeña área física dentro de un área más grande donde las personas viven [...] en las asociaciones intracomunitarias, hay una vida colectiva que emerge de la red social y entre los moradores y de los arreglos institucionales que se sobrepone a esas redes”(p.6). El barrio es un área donde los individuos perciben que tienen un interés común en dicha área y para quien una vida común está disponible. Además de ello, en la inmediación, existen ciertas tradiciones de identidad que persisten a lo largo del tiempo.

Park (1925) comprende que algunas áreas pueden “invadir” o “dominar” otras regiones adyacentes forzando las migraciones de grupos hacia otros locales. Él afirmaba que este fenómeno ocurría a causa de un conjunto de circunstancias guiadas por acepciones políticas y económicas de un determinado local.

En este contexto, la competición con motivo de la constante disputa por los espacios “más deseados”, donde los habitantes, movidos por el interés y el poder disputan los espacios. En este sentido, Jacobs (1961) afirma:

“En virtud del suceso del lugar, que invariablemente se debe a una diversidad emergente y atrayente, se desarrolla en esa





localidad una competencia estimulada por el espacio. Ella adquiere una dimensión económica añorada” (p. 36).

La competición actúa irónicamente para restaurar el equilibrio común, de tal modo que la dominación o para para establecer y mantener el orden comunitario, una forma de sucesión social en que los grupos son puesto frente a una movilidad espacial ascendente. El acceso desigual que algunos individuos poseen (Ej. status social, recursos), establecen una constante dentro de la ciudad y transformándola constantemente. En resumen, la dinámica del sistema es mantenida por condiciones económicas y circunstancias físico/sociales, que fuerzan los “grupos perdedores” a reubicarse dentro de la ciudad. En las palabras de Jacobs (1961):

La tendencia de la competencia fundada en el grado de lucro de la venta por menor es influir cada vez más sobre las calles. La tendencia de la competencia fundada en la atracción, del lugar de trabajo o de vivienda es influir cada vez más sobre las manzanas, e incluso en los distritos en su totalidad. Así, en ese proceso, uno o varios usos dominantes por fin vencen. Pero es una victoria vacía. Ese proceso destruye un organismo más complejo y más efectivo de sustentación económica y social mutua. (p. 42).

Como se puede constatar, el grado de lucro de los espacios influye directamente en el nivel de competición. Así, algunas regiones y sus características colectivas poseen valores intrínsecos, socialmente establecidos. La dialéctica del cotidiano urbano está englobada en la conciencia colectiva de la ciudad.

Ella es formada a partir de intereses económicos, políticos, e individuales de sus habitantes, un fenómeno gradual nortado por grupos, actores, y condicionado por las circunstancias físicas del ambiente. Tal presupuesto nos induce a pensar, infaliblemente, que las ciudades se yerguen, y desarrollan, según los dictámenes establecidos por los grupos mayoritarios socialmente establecidos.

La vida social está regida por una interacción mútua y constante entre los individuos en una ciudad. Los problemas sociales no son resultados de leyes abstractas de la naturaleza, y sí, consecuencia de acciones realizadas dentro de la ciudad por sus grupos y actores. Un modo de vida equilibrado presupone un equilibrio duradero entre el hombre y la naturaleza.

De acuerdo con Jacobs (1961), la medida en que la degradación de los espacios aumenta, vivir se hace cada vez más difícil, una vez que, la vivencia del cotidiano social se da dentro de ambientes contaminados, estresantes y degradantes. Dentro de esta óptica, las manifestaciones delictivas y los comportamientos anormales son consecuencia, del ambiente físico que estimula, y de cierta forma condiciona, los distintos grupos que se interrelacionan en un determinado espacio físico.

Es decir que, el ambiente crea las condiciones, las circunstancias, en que los individuos interaccionan en la producción de sus acciones, delictivas o no.

#### **A) La concepción Ecológica y las Teorías del crimen**

El modelo capitalista tiene una relación contradictoria con la naturaleza. Hace falta las



materias primas que ella fornece, pero la destruye sistemáticamente. La tendencia del sistema capitalista no es armonizar, y sí perturbar, destruir el ecosistema, poniendo en jeque su propia existencia (Burkett, 2009).

Los seres humanos ejercen una relación asimétrica con el medio ambiente basada en la dominación y la satisfacción excesiva de sus demandas (Lipovetsky, 1986). Él necesita la naturaleza para todo; desde las materias primas, morada, extracción alimentos, incluso depósito de sus residuos. La naturaleza produce los recursos necesarios al funcionamiento de un sistema ecológico eficiente y sostenible, pero el hombre interviene de forma destructiva y transformadora impidiendo que ella se regenere de los daños causados (Lynch y Steressky 2014; Bora 2017).

Los problemas ambientales resultan de la riqueza y los que resultan de la pobreza, del subdesarrollo o de un proceso inacabado de modernización. Los primeros generalmente resultan de los procesos productivos, aun que dichos procesos estén sometidos a cierto control ambiental, a los lifestyles, que incentivan el consumo exacerbado y el desperdicio, todos de una forma influyen en la degradación ambiental.

En los grandes aglomerados urbanos está explicitada la degeneración ambiental, y los efectos de la pobreza e injusticia social son visibles por toda parte. Efecto que se manifiestan localmente y alcanzan un albor mayor generando consecuencias globales y futuras con las formas humanas de producción del sistema capitalista de producción generan un elevado índice de contaminación, basuras y desechos químicos decurrentes.

No cabe duda que los efectos ambientales, como

los cambios climáticos, por ejemplo, globalizan y radicalizan las desigualdades sociales dentro de los contextos nacionales y en escala global; él aparta los vencedores de los perdedores, pequeños grupos de torcedores de grandes grupos de oponentes y hace eso en todas divisiones. (Beck, 2010).

En la Sociedad Moderna, el discurso verde es muy negligenciado por la sociedad, por sus ciudadanos, sus trabajadores, y todas voces de un modo general, son olvidadas en la sociedad moderna (Beck, 2010). La verdad es que, aunque lejos de toda evolución de los medios de comunicación e información, hay una suposición compartida que todavía existe ignorancia general sobre cuestiones ambientales, así como entendimiento sobre los efectos reales de la degradación en el convivio social (Beck, 1992). La degradación de los espacios verdes comunitarios puede ser constatado en recurrencia de una racionalidad económica (Leff, 2009; Belinda, 2010).

La Criminología teoriza que el problema del crimen, y de la criminalidad, son fenómenos a los cuales los albos de análisis integran discursos, y prácticas, de inúmeras instituciones sociales. Las tendencias criminológicas modernas centran su discusión en los objetos tradicionales de análisis, como el crimen, el criminal, reacción social, instituciones de control, poder político y económico.

En decurrencia de la investigación de los objetos de análisis, buscamos formar un lenguaje de criminalización y control, que resultan igualmente en la elaboración de estrategias y acciones preventivas. Entendemos, que uno de los síntomas que caracterizan la crisis del pensamiento criminal contemporáneo es el agotamiento de los discursos de legitimación a partir de la no correspondencia de



las creencias en sus finalidades con el real impacto elementos condicionantes, y motivadores, del crimen en la sociedad. (Carvalho, 2015).

Contemporáneamente, presenciamos el agotamiento de la racionalidad criminológica moderna, que cría la necesidad de formularse propuestas renovadas dentro del albo de las políticas criminales preventivas, es decir, visando “a la creación de estrategia para la salvación, redefinición reconstrucción, abandono o esfacetamiento del modelo científico convalecente”. (Carvalho, 2015, p. 30).

En la concepción Criminológica Ecológica, el crimen es entendido a consecuencia de la inhabilidad de un determinado grupo en ejercer self-regulation sobre sus miembros, o sea, no actúan de acuerdo con los padrones normativos y sociales establecidos. Reiterando al posicionamiento de Park y Burgess (1925), Tieghi (2008) entiende que:

Las argumentaciones fueron expuesta inicialmente, por los integrantes de la Escuela de Chicago, Park y Burgess, por ej., no solo partieron de un programa conductista, sino ecológico social, pero sus conclusiones, fueron que las zonas as áreas afectadas se veían atrapadas por una red de normas, valores y hechos que reforzaban la conducta criminal. (p. 212).

Partiendo de una perspectiva macro social, es posible afirmar que el crimen es una consecuencia del debilitamiento de los lazos de cohesión social existentes entre el individuo y la sociedad. En el control social, el debilitamiento son puntos centrales en la hipótesis de Park (1925):

“Es probable que es rompimiento de los apegos locales y el enflaquecimiento de las restricciones e inhibiciones de un grupo primario, sobre la influencia del ambiente urbano, son en gran parte, responsables del aumento de crimen y vicio en las grandes ciudades”. (p. 12).

Las instituciones de control social informal son responsables de la transmisión primaria, de los valores y normas en la socialización de los individuos. La teoría de Desorganización Social, entiende que, en las comunidades, el mantenimiento del orden público es reforzado principalmente, a causa de la influencia de las instituciones sociales y de la fuerza de los social bonds. O sea, dichos fenómenos no son mantenidos como resultado de la vigilia y el control estatal: El orden público –la paz en las aceras y las calles– no es mantenida básicamente por la policía, sin negar su necesidad. Es mantenido fundamentalmente por una red intrincada, casi inconsciente, de controles y padrones de comportamiento espontáneos presentes en medio al propio pueblo y por ellos aplicados. (Jacobs, 1961, p. 22).

Como ya se hizo referencia, las manifestaciones delictivas y los comportamientos anormales, son producto de dictámenes preestablecidos. El orden y la armonía social no son solamente alcanzados por la utilización de la fuerza coercitiva de las instituciones de seguridad pública. La organización social se encuentra directamente conectada a la fuerza de la cohesión social.

El control social institucionalmente establecido y la fuerza de cohesión de la transmisión cultural de valores son considerados “buenos”, “positivos”, en la lucha para mantener armonía y el orden dentro de la sociedad.



El panorama brasileño, sigue una tendencia presente en la América Latina podemos evidenciar un proceso de selectividad criminal (Olmo, 2004) que tienden a estigmatizar y excluir los individuos menos productivos de la sociedad (Wacquant, 2015; Olmo, 2004; Schecaria, 2002).

En el Brasil el aumento de las tasas criminales en los grandes centros urbanos estimuló la sociedad civil a buscar, junto al Estado, resoluciones para el dilema enfrentado en el país. El estado de inseguridad e inestabilidad social, que circundan la confección de las políticas de seguridad pública en el país, ofuscan, y descuidan de otras cuestiones más esenciales.

En el Brasil las políticas públicas criminales que no son guiadas por estudios sistemáticos acerca de criminalidad, ni tienen el acompañamiento teórico adecuado de las acciones y estrategias necesarias para obtenerse éxito.

Dentro de la Criminología moderna la existencia física de padrones geográficos de crimen traen con precisión un cuadro sintomático del paradigma vivido en los sitios para los cuales los estudios se direccionan. Los estudios criminológicos posibilitan una gama extensa de informaciones que pueden auxiliar de forma crucial la elaboración de las políticas. Conforme sabemos, la ocurrencia de crímenes sigue padrones que se manifiestan distintamente en el espacio y el tiempo (Bursik y Webb 1982; Brantingham y Brantingham 1981).

De tal modo que la evidencia de la distribución espacio-temporal del crimen urbano fundamentalmente ayuda los criminólogos a entender los procesos intracomunitarios producidos, responsables de generar la dinámica criminal. Hoy podemos afirmar seguramente que

los abordajes acerca del fenómeno del crimen, antes restringidos a características, trazos individuales o psicológicos, anomalías, o predisposiciones genéticas, pasan ahora a ser observadas las propiedades físicas, estructurales comunitarias envueltas en la ocurrencia criminal.

Los ecologistas procuran asociar las características estructurales de los barrios para la ocurrencia de crímenes. Focalizando en elementos, saber: La concentración de la pobreza, la segregación urbana y la inestabilidad residencial son motivadoras fuertemente correlacionadas al fenómeno del crimen. Nuestro trabajo es uno de cuño mesoanalítico (Brantingham y Brantingham, 1981) que examina a nivel intermedio de agregación, o sea, uno que fuera direccionado a los crímenes que ocurrieron en una subárea de una ciudad. Nuestro trabajo sigue una perspectiva que procura destacar la realización de los estudios ecológicos criminológicos en consonancia con tasas de crímenes intracomunitario (Krivoand Petersen 1996; Sampsonand Groves 1989; Bursikand Grasmick 1993).

## **B) La teoría de la Desorganización Social**

La teoría de la Desorganización Social tomó forma con la publicación de la obra *Juvenil e Delinquency and Urban Áreas* (1942), de Clifford R. Shaw y Henry McKay. El trabajo se preocupó en analizar la distribución geográfica del crimen. En las palabras del profesor Tieghi (2000): “La escuela de Chicago debe caracterizarse como un grupo teórico-ecológica y lucha contra del crimen. De allí que también se la denomine como Escuela ecológica de la criminalidad” (p. 372).

Utilizándose de mapas, levantamientos





estadísticos, los investigadores descubrieron que las tasas de crimen no eran uniformemente distribuidas en la ciudad, ni que tampoco evolucionaban de manera gradual a través del tiempo/espacio. Shaw y McKay (1942) concentraron sus estudios en determinadas características que ciertas áreas de la ciudad poseían. Las llamadas zonas de transición, o zonas periféricas, eran regiones que tenían los mayores indicios de criminalidad.

A partir del análisis de indicadores sociales y geográficos, saber, la movilidad residencial, la pobreza, las familias separadas, las tasas de urbanización, la heterogeneidad étnica, Shaw y McKay (1925) ampliaron el panorama de observación de lo fenómeno de la criminalidad. Esta perspectiva queda reflejada en las palabras de Burisk y Webb (1982):

Shaw y McKay no restaran satisfechos con el enfoque descriptivo encontrado en los estudios y procurara interpretar las distribuciones espaciales dentro de una teoría macro social y geográfica, aplicada en contextos comunitarios. Fue esa importante síntesis teórica/empírica que llevo las investigaciones de en un grado más elevado. En líneas generales, propusieron que la distribución espacial de la delincuencia en una ciudad es producto de los procesos económicos y sociales mayores que caracterizan la historia y el crecimiento de la ciudad y de las comunidades locales que la componen. (p. 4).

Podemos notar que Shaw y McKay (1942) entendían que las tasas de crímenes se concentraban en algunas áreas, mientras que en otra parte las tasas se mantenían relativamente estables a pesar de las continuas modificaciones de las poblaciones y del espacio.

Como sabemos, el paradigma de la ciudad es

formado a partir de la disputa y la competición por los espacios. El conflicto es el elemento primordial en el ajuste y la sucesión de los territorios de una ciudad. Dentro de una especie de leyes de oferta y demanda, muchos grupos no resistirían a las altas especulaciones inmobiliarias, teniendo así que habitar en locales menos deseables. Como resultado de esta segregación. Esos locales después serían responsables de generar las mayores inestabilidades sociales y la mayor cantidad de espacios degenerados y desvalorados. De acuerdo con Burisk y Webb (08):

[...] la pobreza no es la causa del crimen y si con otro factor, la alta movilidad residencial y la heterogeneidad racial. Así, cuando los tres factores están concentrados en un área, la probabilidad de altos índices de criminalidad es mayor. Shaw y McKay observaron que eso es verdad para todas las poblaciones que viven en barrios socialmente desorganizados. Así, el crimen no son producto de un grupo de personas y si de personas que viven en un alto grupo de pobreza. (p. 10).

Los ecologistas entendían que el crimen no es sólo “privilegio” de un determinado grupo social, o de ciertos individuos, sino de cualquier grupo que es sujeto a ciertas circunstancias fornecidas por el ambiente, de carácter físico o social. Según Tieghi (2008), “el crimen es un factor generado por la anormalidad del sistema social junto a la deterioración de la ciudad, la marginación de los espacios, junto al debilitamiento de los lazos de solidaridad y de vínculos sociales”. De ese modo:

La teoría de la desorganización social enfatiza que el motivo de los fracasos en la capacidad de la



transmisión de valores, una región puede experimentar altas tasas de criminalidad. El crimen es consecuencia del colapso gradual del orden social, o sea, en estos lugares no tendrían fuertes valores sociales necesarios a la manutención del sistema.

Los fracasos pueden surgir en cualesquiera de las instituciones responsables de regular y ejercer el control social, (como por ej. escuela, iglesia, las asociaciones comunitarias, y la familia). La teoría de la desorganización social alude a la falta de habilidad de una comunidad para estructurarse y comprender valores comunes a sus habitantes y a preservar un efectivo control social. En las palabras de Shaw y McKay (1942): “La Teoría de la desorganización Social habla de la incapacidad de una determinada estructura comunitaria en alcanzar valores comunes a todos sus residentes manteniendo el efectivo control social” (p. 70).

Shaw & McKay concluyeron que las áreas que tenían las mayores tasas de delincuencia poseían algunas características en común como: gran número de jóvenes infractores; regiones con un alto grado de deterioración ambiental; un gran número de personas con bajo grado de escolaridad. Afirmaron también que el crimen y las altas tasas de criminalidad siempre existirán en los barrios, independientemente de quien viva en ellos, y que los individuos no son los únicos responsables por la deterioración de los espacios (Shaw y McKay, 1942).

La Desorganización Social correlaciona el delito, en el estado de descomposición abandono, crisis o transición de una sociedad. Las antiguas instituciones civil, como la familia, iglesia, tradicionalmente tierno del monitoramiento y la administración de transmisión de valores morales pierden en la modernidad la relevancia medida que

los vínculos sociales se degeneran y él sistema social pierde su cohesión. La decadencia de la comunidad local provoca el debilitamiento de los lazos de solidaridad, consecuentemente, la degeneración de los vínculos asociativos en la sociedad (Park y Burgess, 1925; Shaw y McKay, 1942).

Frente a eso, factores como la segregación espacial, y social, inequidad y pobreza son elementos directamente responsables de la variación en la criminalidad de un lugar. Estas circunstancias llevan a desaparición gradual del sentido comunitario, de la ciudadanía. Las instituciones de control social informal no ejercen más el mismo nivel de cohesión en los individuos. Este panorama es responsable y generador de condiciones favorables a la eclosión de conductas delictivas, una vez que no se encuentran obstáculos para proliferar en la sociedad, buffer, desarrollándose en un ritmo acelerado.

Los Ecologistas descubrieron que, en la ciudad de Chicago, las tasas de criminalidad no se ampliaron a lo largo del tiempo por el espacio, o sea, ellos notaron que el crimen no se proliferaba por otros puntos de la ciudad. Al revés, se concentraban en áreas particulares de la ciudad. Además, las tasas de criminalidad tendían a mantenerse homogéneas independiente del grupo residente, y de su raza.

La comprensión de la criminalidad pasa por las características físicas del ambiente donde los crímenes son cometidos. Buscan descubrir, lo que hace que las tasas de criminalidad de determinada región se mantengan estables durante un período. Shaw y McKay (1969) procuraron concentrarse en áreas urbanas que experimentan cambios rápidos en su estructura social y económica, o zonas de



transición. Barrios de bajo nivel socioeconómico.

En el entendimiento moderno de la teoría ecológica, las áreas marginadas, deterioradas, socioeconómicamente desfavorecidas, son consideradas socialmente desorganizadas. En dicho entendimiento, observamos que los barrios socialmente desorganizados, presentan dos otros síntomas típicos: la degradación ambiental y alta tasa de criminalidad.

De acuerdo con Lynch (1990), podemos encontrar los fundamentos de teóricos de la degradación ambiental, en el ecofeminismo, en el racismo ambiental y en el socialismo ecológico. En común estas ópticas analizan la degradación ambiental teniendo como punto de partida la subyugación, la dominación, y el conflicto, a vez que en este sentido, la relación hombre naturaleza es marcada por la transformación humana da naturaleza, a través de la instrumentalización y producción. (Schnaiberg (80); Foster (2011).

Entendemos que en un escenario ideal, los seres humanos perturbarían de forma mínima el medio ambiente para extraer de ella su supervivencia. Y que ese comportamiento sería realizado de modo a no comprometer la perpetuación armoniosa de las generaciones futuras. Desgraciadamente, no es eso que vemos. De acuerdo con Lynch y Sterestky (2014):

No cabe duda que los seres humanos producen una cantidad extraordinaria de contaminación y perjudican el mundo de varias maneras perjudicando el medio ambiente. Humanos, sin embargo, tienden a ignorar la relevancia de esta forma de resultados nocivos que ellos produzcan. Ellos también ignoran que al perjudicar el mundo ellos producen una gran variedad de injusticias a través de dichas prácticas y resultados, y que los daños asociados con crímenes

verdes ultrapasan largamente los asociados a los crímenes de calle comunes.

A partir de un punto de vista estadístico o matemático, los crímenes de calle son una pequeña fracción de lo que perjudica los seres humanos que ellos son bastante irrelevantes para los esfuerzos con vistas a controlar los daños y hacer del mundo un lugar más seguro y hospitalario. (p. 240).

Dentro de esta tónica, dichos grupos también están sujetos a distribución desigual de las catástrofes a los daños ambientales. (Nixon (54); Schnaiberg (80); Lynch y Sterestky (2014). Grupos vulnerables tienden a habitar espacios socialmente desorganizados y con altos índices de insalubridad humana y Desorganización Social (Park y Burgess, 1950; Shaw y Mckay, 1969). No podemos olvidar que inevitablemente a la degradación ambiental también significa la degradación humana.

En este sentido las comunidades marginadas son las mayores víctimas del desequilibrio ambiental. Ellas viven además del alcance de las legislaciones y fiscalizaciones ambientales. Poseen herramientas de supervivencia dirimidos frente a los obstáculos económicos y sociales, tratan la naturaleza de acuerdo con lo que absorben en su cotidiano, con la educación y concienciación ambiental que poseen.

La desorganización social, así como la degradación ambiental, tienden a repasar de generación a generación, casi como herencia, a los jóvenes marginados de esas regiones. De tal modo, que reside ahí, la preocupación de los ecologistas en entender el fenómenos criminológicos entre los youths. Ese sistema de actitudes propenso para delincuencia actúa de forma más cohesiva, y solidaria, que las relaciones tradicionales responsables de componer las estructuras de control que legitiman los Estados, las normas, y las



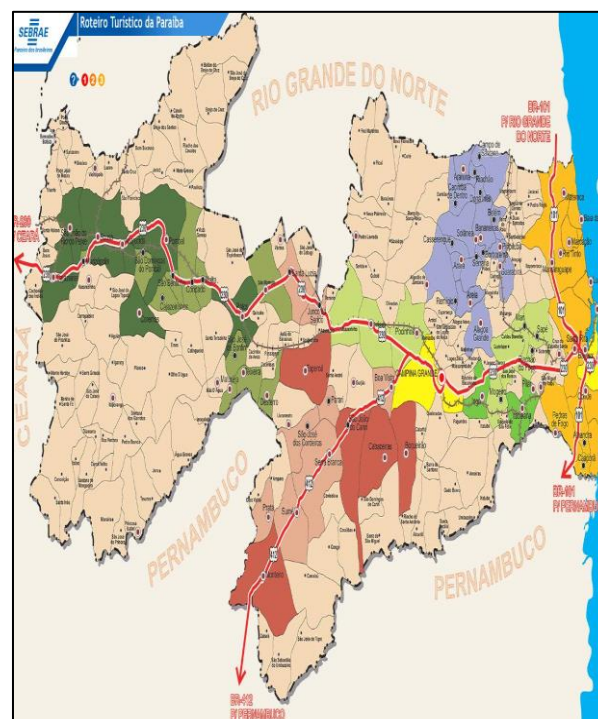
leyes. Del barrio, El seno intracomunitario, y que se origina la desorganización social, de la distribución de la fecundidad cultural de valores criminales más fuertes y cohesivos a punto de sustituir los antiguos (ej. La familia, la escuela, la iglesia, etc.). La teoría de la desorganización social sigue siendo una importante herramienta en el estudio del comportamiento criminal, una vez que “ha experimentado un renacimiento en los últimos años, y que hoy, puede realmente ser más fuerte hoy de cuando fue presentada por la primera vez” (Kubrin y Weizer, 2012, p. 3).

### III. LA REGION METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA

La región metropolitana de João Pessoa está contenida dentro de la Provincia de Paraíba<sup>28</sup>, que presenta la tercera mayor tasa de analfabetismo del Brasil (IBGE, 2017). Según el IBGE (217), 23,39% de la población, entre 18 años o más, no sabe leer ni escribir; 27,42% si miramos la población con 25 años o más. En esta faja etaria, apenas 37,67% tienen la Enseñanza Fundamental completa, número que cae para 26,98% entre los concluyentes de la Enseñanza de segundo grado y apenas 8,02% entre los diplomados en un curso superior (IBGE,2017). Eso significa decir que aproximadamente 1/4 de los habitantes paraibanos

adultos es analfabeto.

La región metropolitana fue creada por la ley complementar estadual 59/2003. Inicialmente, era composta los siguientes municipios: *Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto y Santa Rita*. La ley complementar estadual 90/2009 ha incluido los municipios de *Alhandra, Pitumbu y Caaporã*. Posteriormente la ley complementar estadual 93/2009 hay incluido los municipios *de Pedras de Fogo*.



**Figura 1.** Mapa da região metropolitana de João Pessoa.

<sup>28</sup> La historia conocida de Paraíba se inicia con la ocupación y colonización portuguesa al final del siglo XVI. La exploración económica empieza casi que inmediatamente, con el cultivo de la caña de azúcar. João Pessoa fue fundada el año 1585 con el nombre de Villa de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, más tarde, Paraíba del Norte (Silva, 1999). Con diseminación de los cañaverales por la llamada Zona da Mata Paraibana, los colonos pasan a importar

esclavos africanos para sostener la producción. De tal modo que, se constituye desde el inicio en Paraíba las siguientes clases sociales; una nobleza portuguesa comerciantes burgueses, integrantes de la máquina administrativa, hombres buenos, tradiciones de matrices africanas. Por ello, los hábitos y cultura de la región reproducen influencias portuguesas, indígenas y africanas en sus tradiciones.





Atualmente, la Región Metropolitana está compuesta por 11 (once) ciudades, João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Conde, Capoorã, Cruz do Espírito Santo, Rio Tinto, Alhandra, Pitimbu e Pedras de Fogo. La región destacada en amarillo comprende la región metropolitana analizada<sup>29</sup>.

**João Pessoa.** Es la capital de la Provincia de Paraíba. Una ciudad que tiene una banda costera de 24 kilómetros de extensión. Es la ciudad que tiene el mayor entorno acuático, teniendo al total nueve playas en su distrito. Durante la ECO-92<sup>30</sup>, una conferencia de la ONU acerca del medio ambiente, João Pessoa recibió el título de segunda *capital más verde del mundo*. De acuerdo con el IBGE (2015), João Pessoa es la 2ª capital más saneada de la región Nordeste de Brasil, con aproximadamente 87% de la ciudad saneada. También tiene 100% de las residencias atendidas por la energía eléctrica y 100% conectadas con el abastecimiento de agua. A pesar de todos datos positivos de la ciudad, João Pessoa es una ciudad que tiene el mayor número de crímenes violentos intencionales en la Provincia de Paraíba.

**Cabedelo.** Es un distrito al norte de João Pessoa, que tiene un área de apenas 31,42 kilómetros cuadrados, de los cuales 18(dieciocho) kilómetros de extensión por apenas 3 (tres) kilómetros de largura. Según IBGE (2016), su población fue estimada en 66.858 habitantes. Un

distrito pequeño en comparación con las otras regiones de la región metropolitana. Cabedelo está ubicada en la zona fisiográfica del litoral paraibano. Insiriéndose en la unidad geo ambiental de los *Tabuleiros Costeiros*<sup>31</sup>. Presenta una altitud mediana de tres metros encima del nivel del mar.

Cabedelo es una ciudad que posee el mayor producto interno de la región Nordeste de Brasil. Región portuaria de la Provincia de Paraíba, la ciudad es marcada por tener un gran flujo comercial y actividades empresariales. Ubicada en una península, entre lo Océano Atlántico y lo Rio Paraíba la entrada y salida comercial del estado Paraíba. Posee una das regiones más ricas del Estado, que es el barrio de Intermares.

**Bayeux.** En el municipio está ubicado el Aeropuerto Internacional Presidente Castro Pinto. De acuerdo con los datos constantes en el IBGE de 2015, la población de Bayeux es de 96.583 habitantes, distribuidos en 13km<sup>2</sup> de área. En este municipio hay una importante área representativa del ecosistema de pantanos, región que representa gran importancia para la preservación de la fauna y flora amenazadas, sin embargo, existentes en el estuario del Rio Paraíba. Cerca de los 60% del territorio municipal es constituido todavía constituidos de pantanos y Florestas Atlántica, como la unidad de Preservación Estadual de la Floresta de *Xem-xem* con 181,22 hectáreas<sup>32</sup>. Es la

<sup>29</sup> SEBRAE (2016). *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas* (Sebrae). Recuperado de <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/turismo>.

<sup>30</sup> ONU (1995). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21. Rio de Janeiro. Coordenações de Publicações ONU, 1995. Recuperado de <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>.

<sup>31</sup> Los tableros costeros constituyen una unidad geo ambiental

que comprende una faja que acompaña todo litoral del Brasil desde de Rio Janeiro hacia Amapá, con un largo de 100 a 200 km, constituida de bloques sedimentares, cuyas altitudes varias de 20 a 50 metros n Ver Abrahão, W.A.P. (1995). *Gênese de camadas adensadas em solos de tabuleiros costeros no sul da Bahia Embrapa Semiárido* (CPATSA). Bahia. 1995.

<sup>32</sup> IBGE (2016). *Dados do Instituto Brasileiro de Estatística* (IBGE). Recuperado de:

segunda más pequeña extensión territorial entre las regiones, detrás solamente de Cabedelo.

**Santa Rita.** Municipio ubicado en la Meso región de la Floresta Paraibana y la Microrregión de Joao Pessoa, con un área total de 727 km<sup>2</sup>, representa 1.29% de la superficie de la Provincia de Paraíba. Dicho municipio hace parte de la unidad geo ambiental de los Tableros Costeros. Su sede queda a una altitud aproximad de 16 metros del nivel del mar. El Distrito Industrial del Municipio es detentor de la cuarta economía de la provincia, con un PIB de 1.624.386 reales el ano de 2012, detrás de la capital. La población de 2016 fue estimada por el IBGE en 135.915 habitantes distribuidos en un área de 726 km<sup>2</sup>. En las últimas décadas de la ciudad de ha tenido un expresivo crecimiento urbano. Santa Rita es la segunda región más violenta de la Provincia de Paraíba, comparándola al ano de 2011, el índice de la ciudad presentó un aumento de 11.36 para 14,80 e 2012. Dicha ciudad registra 168 muertes en la faja etaria de 12 a 18 años en 2011, número que subió de 215 muertes el ano de 2012<sup>33 34</sup>.

**Alhandra.** Ubicada en la microrregión del Litoral Sur de la Provincia de Paraíba Su población en 2012 fue estimada por el IBGE en 18.324 habitantes, distribuidos en un área de 182.664 km. Al principio la población tuvo un período de gran

prosperidad proporcionando varios ingenios de azúcar instalados inicialmente en pueblo, sin embargo, con la declinación de la actividad, paso a vivir de las actividades artesanales y del comercio local. Ubicada en la microrregión del Litoral Sur, provincia de Paraíba Según el IBGE (2016) el municipio tiene 18.324 habitantes, distribuidos en el área de 182.664 km<sup>2</sup>.

**Conde.** Es un municipio brasileño ubicado al sur de la capital de João Pessoa. Según el IBGE 2015, fue estimada en 23. 975 habitantes distribuidos aproximadamente en un área de 173 km<sup>2</sup>. Fue bautizado con este nombre en homenaje al Conde Mauricio Nassau, vestigios de la colonización holandesa. Tienen un área costera extensa donde la mayoría de sus habitantes sobreviven de la pesca y del turismo.

**Pitimbu.** Ubicado en la Región Metropolitana de João Pessoa, Su población en 2015, fue estimada por el IBGE en 18.685 habitantes, distribuidos en un área de 136 km<sup>2</sup>. El municipio de Pitimbu presenta altitud mediana de 50 a 100 metros arriba del nivel del mar. Se encuentra localizado en el litoral sur de la provincia de Paraíba a una distancia lienal de 68 km de Joao Pessoa y 85 Km de Recife. Se limita al Norte con el municipio del Conde; al Sur con el municipio de Goiana-PE; a Este con el Océano Atlántico y a

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250180>.

<sup>33</sup> Globo (2016). Índices de Homicidios de Santa Rita (PB). Recuperado el 30/12/2016 de <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/01/santa-rita-apresenta-maior-indice-de-homicidios-de-adolescentes-na-pb.html>.

<sup>34</sup> Brasil (2016). Ministerio de Justicia. Secretaria de Derechos Humanos de la Presidencia de la República. El municipio posee la cuarta mayor tasa de muerte entre adolescentes. El índice en el municipio es de 14,80 muertes

de personas en la faja de edad entre los 12 a 18 años para cada mil adolescentes. En el Brasil, Santa Rita solo presenta un número menor que las ciudades baianas de Lauro de Freitas (18,87), Itabuna (17,11) e Eunápolis (15,35). Considerando el ano de 2005, el primero que tuvo los datos divulgados en levantamiento, la ciudad más que cuadruplico el índice. En 2005 las tasas fueran de 3,74 muertes. El menor índice apuntado en la investigación fue en el ano de 2009, cuando la ciudad presento 2.94 muertes a cada mil adolescentes. A partir de 2010 este número solo aumento.



Oeste con los municipios de Capoorã y Alhandra.

**Lucena.** Su población en 2012 fue estimada por el IBGE en 12.029 habitantes, distribuidos en un área de 89km<sup>2</sup>. Destacada por la colonización portuguesa, es una región marcada por tener modo de vida, y actividades, relacionadas, a vida pesquero de las pequeñas comunidades locales. Se limita al norte con Rio Tinto; al Este con el Océano Atlántico, al Sur con Cabedelo, y a Oeste con Santa Rita. Dista 40 km de la capital João Pessoa.

**Rio Tinto.** La población de Rio Tinto, en 2015, fue estimada por el IBGE, en 23.431 habitantes, distribuidos en un área de 466 km<sup>2</sup>. Este Municipio posee en su territorio tres comunidades indígenas identificadas o demarcadas por la FUNAI, con una población indígena significativa cerca de 10% su población.

**Cruz do Espirito Santo.** La población en 2012 fue estimada por IBGE en 16.317 habitantes, distribuidos en un área de 195 km<sup>2</sup>. Su densidad geográfica es de 83,1 habitantes por km<sup>2</sup> en el territorio del municipio. Tiene como vecinos los municipios de Santa Rita (12 km sudeste), al norte con Sobrado y Conde.

**Pedras de Fogo.** De acuerdo con el IBGE, en el año de 2010, su población fue estimada en 28.056 habitantes. Se encuentra a 67 km de João Pessoa. El municipio se extiende por 400,4km<sup>2</sup>. El último censo fue registrado 27.034. La densidad demográfica es de 67,5 habitantes por km<sup>2</sup> en el territorio del municipio. Tiene como vecinos los municipios de Juripiranga y Itambé, ambos pertenecientes la vecina provincia de Pernambuco.

**Capoorã.** La población de Capoorã fue estimada por el IBGE en 20.653 habitantes distribuidos en un área de 150 km<sup>2</sup>. Este municipio

está ubicado en la bacía hidrográfica del Río Abiaí. Dista 45km de João Pessoa.

#### IV. METODO

##### A) Las variables ecológicas

En este apartado de nuestro trabajo, vamos a elaborar un estudio práctico acerca de las variables Ecológicas, analizando el comportamiento de éstas, esperando poder revelar a través de los indicadores estructurales de la ciudad planear una política criminal preventiva en la región metropolitana de Joao Pessoa.

Se estructurará la creación de las propias variables Ecológicas, construidas a partir de las premisas de la Escuela Ecológica del Crimen. Se dividirán de la siguiente manera:

*-Densidad:* Representada según el número de habitantes por kilómetro;

*Educación:* Construimos esta variable insiriendo el número de número de alfabetizados, número de personas que frecuentaron niñería o escuela, número de Personas matriculados en la Enseñanza Media;

*-Status Económico:* Esta variable fue construida a través de la junción de valor nominal dos Domicilios Particulares, y la utilizamos para mensurar la fuerza económica de las familias en las regiones estudiadas;

*-Presencia Governamental (Presença Governamental):* Dichas variables fueron construidas con la inserción de varias Plazas públicas en las ciudades; el número de puesto de salud por barrios (SUS - Sistema Único de



Salud); y finalmente el número de escuelas en cada ciudad de la región metropolitana;

-*Espacios Verdes* (Espacios Verdes): La variable es representada por la ausencia da arborización por perímetro urbano en cada ciudad. En esta variable cada morador declara que no hay árboles en la región donde viven;

-*Crímenes Violentos Intencionales Letales* (Crimes Violentos Intencionais Letais) (CVLI): CVLI fue creada en 2006 por la Secretaria Nacional de Seguridad Pública (SENASP) que está vinculada al Ministerio de Justicia (MJ) de Brasil. La CLVI tiene objetivo agregar los crímenes de mayor relevancia social, a vez que además del homicidio doloso otros crímenes deben ser contabilizados en las estadísticas referentes a los registros de muertes. Entonces, hacen parte de los Crímenes Violentos Letales Intencionales el homicidio doloso y todos los demás crímenes violentos cuyas acciones resulten en muerte saber; el robo seguido de muerte (latrocinio); estupro seguido de muerte, lesión corporal dolosa seguida de muerte;

-*Desorganización Social* (Desorganización Social): Por efecto de representación de nuestra variable, destacamos algunos elementos como cuadro sintomático de un lugar que experiencia la Desorganización Social. Los elementos que a componen son referentes a elementos estructurales del ambiente urbano, saber; ausencia de Sistema de escapamento de agua (Bueiro/Boca Lodo), ausencia de Acero (Calçada), ausencia de iluminación pública (Iluminação pública), ausencia de coleta de basura (Acúmulo de Lixo).

## B) El Análisis Factorial Múltiple

Para evaluar las relaciones de interdependencia y las relaciones entre varios múltiples fue creado el Análisis Factorial Múltiple (AFM), elaborada con el objetivo de investigar la existencia de una eventual estructura común a las diversas matrices de datos. Es una técnica de interdependencia en la cual todas las variables son simultáneamente consideradas. Cada una relacionada con la otras, empleando el concepto de la variable de la estadística a la composición lineal de las variables (HAIR, 2005, p.2). Diste modo, el método propuesto por Escofier y Pages (1985) tiene una mayor utilidad en el tratamiento de las tablas en las cuales los conjuntos de individuos pueden ser descrito por una variabilidad mayor de grupos. En este sentido, se consideró una tabla múltiple formada por los  $K$  grupos de variables (representados por subtablas) de modo:

$$(X_k, M_k, D), k = 1, \dots, K,$$

Se puede constatar que  $X_k$  es una matriz de dimensión  $n \times p_k$ ,  $M_k$  es la matriz diagonal que contienen los pesos de las variables  $p_k$  y de la matriz diagonal que contiene los pesos de  $n$  individuos. El análisis factorial múltiples y caracterizada por una generalización de Análisis de Componentes Principales (ACP) o del Análisis de Correspondencias Múltiples (ACM)<sup>35</sup>.

Así, los pesos iniciales de las variables son modificados basados en la conversión de la tabla ACP. Esta transformación busca equilibrar la importancia relativa de cada grupo  $X_k$ , preservando

<sup>35</sup> Crivisqui y Villamonte (1999) pp. 2-3.





la estructura interna<sup>36</sup>. La información resultante se analiza y explora en los espacios  $R^p$  (representación de la nube de puntos-individuos),  $R^n$  (representación da nubes de puntos-variables) y  $R^{n^2}$  (representación de nube de puntos-individuos). Para representar geoméricamente los grupos distintos se asocia, a cada grupo un objeto que lo represente, estableciendo así una distancia entre ellos. Este objeto representativo del grupo  $k$  es representado por la ecuación:

$$W_k = X_k M_k X'_k$$

y la distancia relativa entre los grupos  $k$  e  $l$  se basa en el producto de la escala Hilbert-Schmidt:

$$\langle W_k, W_l \rangle_{HS} = Tr(W_k D W_l D)$$

donde la matriz  $W_k$  es la matriz de productos escalares entre individuos, es decir, la distancia entre los individuos. La asociación entre los grupos puede ser mensurada utilizando el coeficiente de correlación vectorial:

$$RV(k, l) = \left\langle \frac{W_k D}{\|W_k D\|}, \frac{W_l D}{\|W_l D\|} \right\rangle$$

(Comprendido en el intervalo 0 e 1) o por el coeficiente:

$$Lg(k, l) = \left\langle \frac{W_k D}{\lambda_1^k}, \frac{W_l D}{\lambda_1^l} \right\rangle.$$

El coeficiente  $Lg$  no posee límite superior. Un valor nulo del coeficiente  $Lg$  indica que las variables de los grupos  $k$  no están correlacionadas

con las variables del grupo  $l$ .

El Análisis Factorial Múltiple es comúnmente condesado en mapas que pueden ser sobrepuestos permitiendo establecer referencias en las relaciones entre las variables seleccionadas para nuestro estudio.

Con vistas a la variabilidad de la tabla se utiliza una medida estadística denominada de *Inercia*, que puede ser interpretada como la magnitud de las relaciones que la tabla presenta. Los mapas AFM contienen puntos proyectados en un plano que representan las variables y forma una nube.

Para explorar los conjuntos de las variables semejantes, se puede utilizar la distancia entre los puntos. Se aplica la Análisis de Agrupamiento Jerárquico en Componentes Principales (*Hierarchical Clustering on Principal Components – HCPC*) sobre los resultados da la AFM. De tal modo que el Agrupamiento Jerárquico ordena las distancias entre las variables y permite agruparlas en conjuntos según ordenación de sus distancias.

Nuestro método es buscar comprender las actividades criminológicas ecológicas que predicen el comportamiento de las ciudades que componen la región metropolitana de João Pessoa. Los modelos de regresión jerárquica utilizado son extensiones de modelos tradicionales de regresión logística que explican el asentamiento de datos entre agrupamientos agregados. De tal modo que entendemos que los modelos empleados en el presente estudio fornecieron grados de libertad distintos de los demás presentes en la literatura contemporánea.

Nuestros datos fueron ajustados para el número de unidades agregadas al cuadro general de los datos. Los modelos, por lo tanto, fornecen informaciones

<sup>36</sup>Herrera et al. (2007), p. 95.



sobre la extensión en que las diferenciaciones individuales tienen relaciones de similitudes entre sí. El análisis de agrupamientos estudia todo un conjunto de relaciones interdependientes. Ella no hace distinción entre variables dependientes e independientes, es decir, variables del tipo causa y efecto, igual que en la regresión.

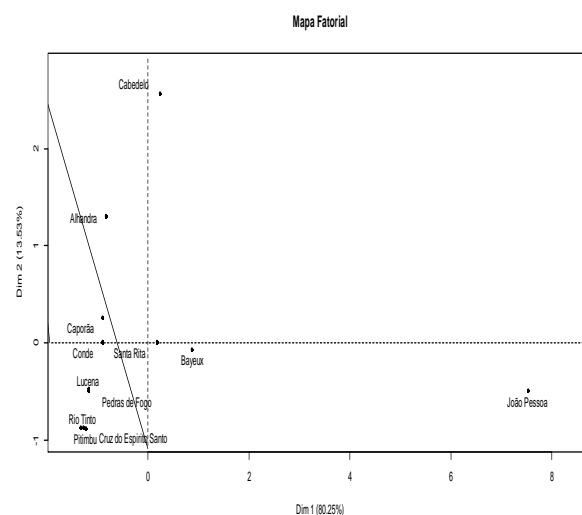
Buscamos analizar los componentes de las variables ecológicas para entender como podríamos explotar la estructura a fornecer resultados cerca a un cuadro ideal de factores. Constituimos una metodología numérica multivariada, com el objetivo de proponer una estructura clasificatoria, o de reconocimiento de la existencia de grupos, objetivando, más específicamente, dividir el conjunto de observaciones en un número de grupos homogéneos, segundo algun criterio de homogeneidad.

De tal modo que el análisis de los componentes para cada variable estudiada reveló las peculiaridades endógenas de la región metropolitana tan esenciales al estudio criminológico. En nuestra estrategia, concebimos un conjunto de modelo de estudio que analiza de forma significativa las medidas de nivel individual así como las medidas contextuales y una interacción de nivel cruzado.

En conclusión, el procesamiento de los datos fue realizado en el *pack* del programa *Facto MineR* versión 1.14 y *dyn Graphen* el *software* libre R versión 3.3.0. Para auxiliar en la interpretación se utilizan los resultados da la aplicación del *FactoMineRen* los datos del TABNET. El *software* R también disponibiliza las medidas de adecuación y contribución de los puntos en la construcción de los ejes factoriales.

## V. ANALISIS DE RESULTADOS Y DISCUSSION

A continuación, se presenta como se comportarán las variables ecológicas cuando aisladas en cada ciudad que componen la región metropolitana.



**Figura 2.** Mapa Análisis Individual Factorial.

Inicialmente, las distancias relativas entre los puntos del mapa factorial sugieren la existencia de comportamientos similares con relación a factores de interdependencia y estructura global dos los datos.

Como se puede observar, las dos primeras dimensiones en el mapa factorial representan alrededor de 80% (ochenta por ciento) da la variabilidad de los datos. Podemos señalar, también, que entre las ciudades que componen este estudio João Pessoa es la que tiene el comportamiento más diverso, o sea, en la forma como se pone en el gráfico sugiere que hay una estructura diferente de las otras, situada en la extremidad de lo gráfico. De mismo modo, la proximidad de los puntos expresa el grado de similitud.



Encontramos que hay un grado mayor de similitud entre las otras ciudades, a vez que están localizadas en la misma región del gráfico. Podemos decir que el gráfico representa las características de cada ciudad, que, en una perspectiva comparativa, casi aproximan algunas de una misma realidad.

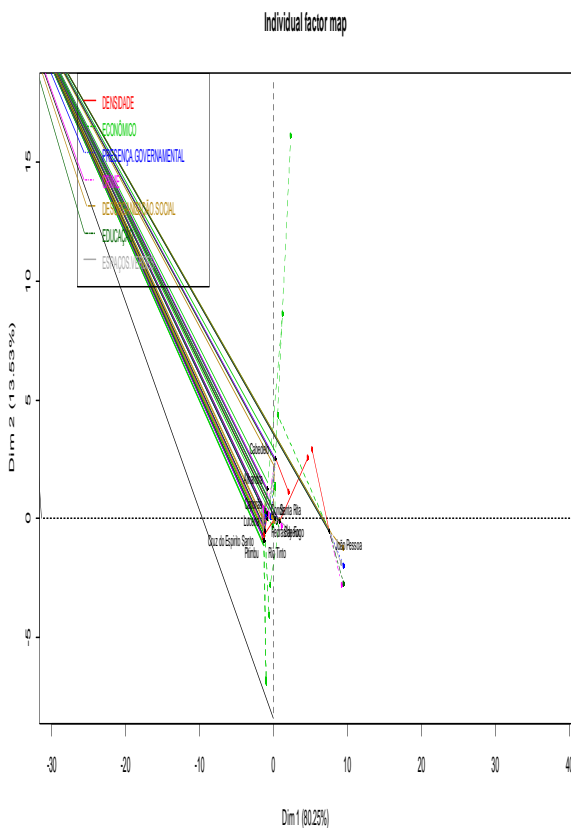
Siguiendo esa línea de raciocinio, notamos que las regiones de Cabedelo y João Pessoa están en extremidades diferentes del gráfico y también que otras ciudades, saber: Bayeux e Santa Rita; Pedra de Fogo y Cruz do Espirito Santo; Rio Tinto e Pitimbu, Capoorã, Conde, Lucena, están en regiones cercanas.

El Espacio de Compromiso demuestra la asociación entre las variables ecológicas y las ciudades de la región metropolitana. Como mencionamos anteriormente, las variables utilizadas en nuestro estudio son: Densidad, Espacios Verdes (hogares sin arborización), Económico, Educación, Presencia Governamental, Crimen y Desorganización social.

El objetivo es establecer revelar, a través de la proyección de los puntos parciales, y del aislamiento de las variables, un paradigma comportamental general en las ciudades de la región metropolitana de João Pessoa. Es importante mencionar que el nivel de adecuación de nuestros elementos al método de representación es de 80, 22% (como nosotros podemos mirar abajo en el gráfico) eso significa, en este gráfico, que también hay un alto grado de precisión entre los datos colectados y el método aplicado.

**João Pessoa.** La ciudad de João Pessoa tiene una fuerte presencia de las 7 (siete) variables ecológicas, tanto las consideradas positivas; *Educación, Presencia Governamental y Económico*, como las consideradas negativas; *Espacios Verdes, Desorganización Social, e Crimen Violentos Intencionales*. De ese modo, significa decir que João Pessoa es al mismo tiempo una ciudad fuertemente desarrollada económicamente, con altos niveles de educación y con fuerte presencia de las instituciones estatales, mas también, contradictoriamente, es una región que posee altos índices de espacios degradados, socialmente marginados, y con altos índices de criminalidad.

Podemos notar que toda región metropolitana de João Pessoa está influenciada por las variables *Económico*, y también, íntimamente relacionada



**Figura 3.** Espacio de Compromiso (Representación de las Variables).



con la variable *Densidad*. De ese modo, debemos estudiar profundamente afondo para saber los motivos, pero se puede sugerir eso acontece a causa de la fuerza que la variable económica ejerce en las dos ciudades de la región metropolitana.

**Bayeux e Santa Rita.** Observando atentamente al gráfico, podemos notar una relación de similitud entre las ciudades de Santa Rita y Bayeux. Ese hecho puede nos ayudarnos a mostrar que la composición estructural de las ciudades, Bayeux y Santa Rita siguen un padrón homogéneo de ocurrencia. Podemos notar que ambas poseen ocurrencias similares en las variables *Crimen*, *Desorganización Social*, *Presencia Governamental*, y que testan en alto grado. Eso significa que a pesar de ser ciudades que tienen una fuerte presencia institucional, son en gran parte, regiones socialmente marginalizadas y con alto números de crímenes violentos intencionales. La variable *Económico* tiene menor presencia en las dos ciudades. La variable *Educación* también ha testado inferior en ambas.

Entre todas, las variables que poseen la característica más disimilar entre estas ciudades es la *Densidad*, de tal manera que constatamos que en la ciudad de Bayeux una densidad casi tres veces mayor que la ciudad de Santa Rita. Se debe poner de relieve que Bayeux es la segunda menor en extensión territorial entre todas regiones estudiadas, perdiendo apenas para Cabedelo.

Entre las tres, Bayeux presenta un alto índice da la variable *Espacios Verdes*. Es una región que tiene una baja tasa de arborización, o sea, Bayeux<sup>37</sup>

es la ciudad con menor extensión territorial y con la mayor concentración poblacional entre las regiones metropolitanas. De esa forma, se deduce que en Bayeux los habitantes se encuentran altamente concentrados en determinados locales de la ciudad. Se sabe que esa aglomeración humana siempre puede causar una serie de ocurrencias sociales y estructurales.

La variable *Desorganización Social* indica la ciudad tienen una gran mayoría de sus espacios habitables formado por hogares devastados, e desorganizados, con poco planeamiento urbano y lo desmantelamiento de los vínculos asociativos comunitarios.

La variable *Crimen* experimenta una alta presencia entre las dos ciudades. Santa Rita y Bayeux, son respectivamente la segunda, y la tercera, ciudades más violentas de la región metropolitana de la ciudad de João Pessoa. Esta variable sigue desarrollo lógico, una vez que las otras variables ya indican los posibles síntomas para la ocurrencia de crímenes, hecho que también confirma nuestra premisa teórica.

**Conde, Caporã y Lucena.** Poseen comportamientos con gran similitud estructural, las tres ciudades han obtenido una alta presencia de la variable *P. Governamental, Económico e Educación*. Conde, entre las tres es la región que tienen la mayor presencia de la variable *Desorganización Social*. Conde posee una alta presencia de la variable *Crimen*, teniendo una actividad criminal aproximadamente 2(dos) veces mayores que las otras dos regiones.

<sup>37</sup> Se sabe que en la ciudad de Bayeux, 60% del territorio es cubierto por pantanos e ríos, restando cerca de 13 km<sup>2</sup> de área habitable.





Es curioso percibir que la variable *Densidad* en la ciudad de Conde es aproximadamente quince veces menor que en Caaporã y Lucena, o sea, en el Conde los habitantes se encuentran distribuidos en un espacio geográfico mayor que en los otros dos lugares. Entre las tres, Lucena es la que presenta la menor presencia de las variables *Espacios Verdes* (o *Arborización* no existente), *Crimen*, y *Desorganización Social*.

**Rio Tinto y Pitimbu.** Entre Rio Tinto y Pitimbu observamos también se observa una relación de similitud. Pitimbu, a pesar tener solamente 1/3 de lo territorio de Rio Tinto, a presenta una misma proporción de presencia de la variable *Económico*. Sin embargo, destacamos que existe una gran disimilitud en relación a la variable *Densidad*, una vez que Rio Tinto posee cuarenta veces la densidad de Pitimbu.

Constatamos aún una presencia significativa de la variable *Desorganización Social* en las tres ciudades, lo que indica que poseen un gran número de espacios urbanos insalubres y devastados, un cuadro sintomático propicio a la práctica de crímenes. Sin embargo, en este caso específico no es que se pasó. La variable *Crimen* hay testado alto solamente en la ciudad de Pitimbu. O sea, en la ciudad de Rio Tinto hay una baja presencia de Crimen, de tal modo que eso indica, que en Rio Tinto a pesar de tener un alto número de espacios socialmente desorganizados, no tiene una alta presencia de la variable crimen.

En este sentido, este contexto pode demostrar que en esa ciudad hay una influencia mayor de las otras variables. De toda manera, sólo podemos extraer más conclusiones haciendo estudios más específicos.

**Cabedelo.** Tiene una fuerte presencia de las variables *Educación*, *Económico*, *P. Governamental*, *Densidad*. Las variables *Desorganización Social*, *Crimen*, ejercen baja influencia en la ciudad. Entre las ciudades analizadas, Cabedelo es la de menor extensión territorial y poseen lo menor número de habitantes, lo que indica también una baja presencia de la variable *Densidad*. A pesar de eso, es la región con mayor influencia de la variable *Económico*,

Creemos que por tener una flaca presencia de la variable *Desorganización Social*, la ciudad tiene condiciones adecuadas de urbanidad, espacios organizados y limpios. Un lugar saludable en que los habitantes desarrollan sus actividades regularmente. La ciudad posee una baja presencia de la variable *Crimen*, lo que indica ser una ciudad poco violenta, o sea con los niveles son tolerables. Curiosamente, es una región con alta presencia de la variable *Espacios Verdes*, o sea un bajo índice de arborización. Esta circunstancia puede indicar una gama de hipótesis, que va desde la aglomeración poblacional en determinados espacios, o propiamente ser un lugar con una baja presencia verde, de tal modo que para formular algo más conclusivo a este respecto precisamos hacer de un análisis más específico.

**Cruz do Espírito Santo y Pedras de Fogo.** La relación entre Cruz do Espirito Santo y Pedras de Fogo es otra con un parámetro de similitud. Podemos destacar que las ciudades poseen un comportamiento similar en relación a las variables *Económico*, *Densidad*, y *Educación*. Las regiones también presentan las menores tasas de las variables *Espacios Verdes* (árboles no existe en gran número) o sea, en Cruz do Espírito Santo y

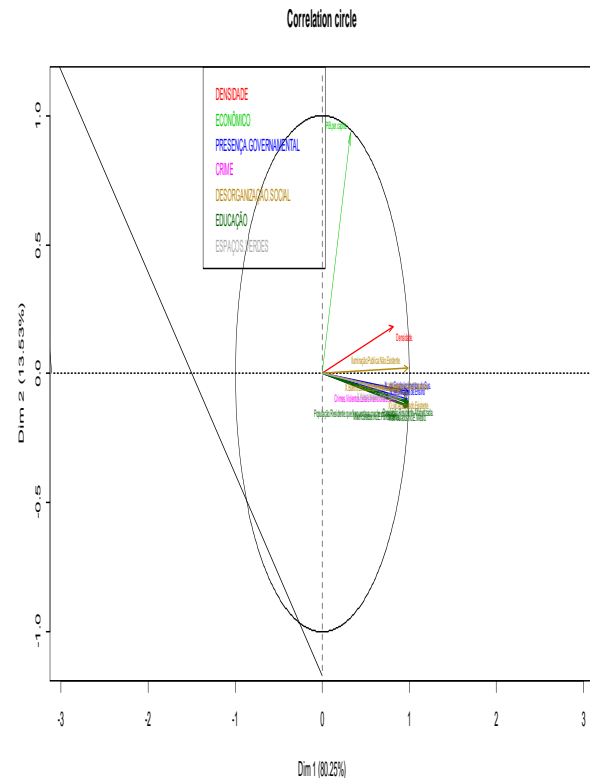


Pedras de Fogo, hay un gran número de espacio con árboles, una fuerte presencia verde. Otro aspecto que consideramos crucial, es que en ambas ciudades encontramos bajos niveles de la variable *Desorganización Social*.

Lógicamente, en acuerdo con las premisas ecológicas, la ciudad posee una baja presencia de la variable Crimen. Entendemos que, en ambientes arborizados, socialmente organizados por una fuerte presencia institucional hay mayor probabilidad de tener pocas actividades criminales.

**Alhandra.** Entre todas las regiones estudiadas, es la región que tiene un comportamiento más diferenciado, a pesar de estar inmersa en la misma realidad social e histórica de las otras en su proximidad. Alhandra demostró una baja presencia de la variable Económico. Como evidenciado, Es una región que presenta relevante presencia de la variable *Económico*, como demuestra el gráfico. En este sentido, la fuerza que la variable Económico ejerce en la ciudad puede servir para explicar su posicionamiento en el gráfico, próximo a Cabedelo.

Alhandra tiene una baja presencia de la variable *Espacios Verdes*, que indica ser una región con un adecuado espacio de árboles. La variable *Desorganización Social* contribuye poco en la posición de la ciudad en el gráfico, o sea, tiene una baja presencia de la variable en la ciudad. Siguiendo las premisas Ecológicas del crimen, Alhandra posee una baja presencia de las variables Crimen, su posición en el gráfico indica que las ciudades tienen un comportamiento próximo a la realidad de la ciudad de Cabedelo.



**Figura 4.** Círculo de Correlación.

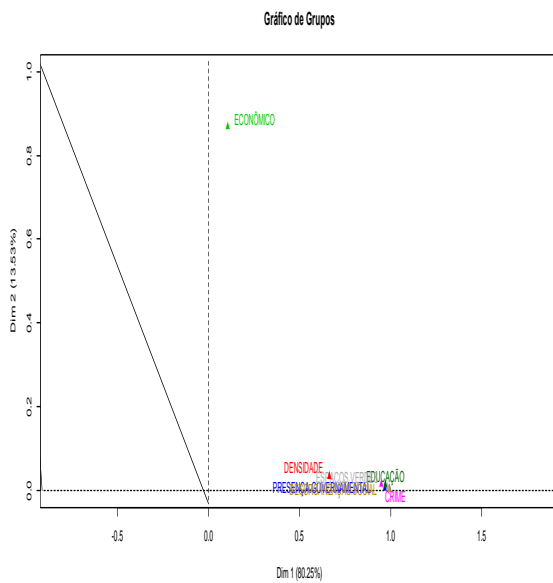
El Círculo de Correlación representa la relación de interdependencia entre las variables ecológicas y los elementos que componen cada grupo. Podemos observar que todos los grupos están fuertemente asociados a la primera dimensión del mapa factorial. El grupo que fornece la mayor contribución al primer eje es la variable *Desorganización Social*.

Mas una vez, podemos notar que la presentación se adecua bien a los elementos propuestos en nuestro trabajo. Los grupos tienen una buena calidad de representación en el primer eje, o sea, se adecuan bien al modelo.

Los grupos formados por las variables *Economía* y *Densidad* fornecen mayor contribución a nuestro modelo. Podemos notar que,



en las regiones con mayores contribuciones al eje son: *João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Conde*. Curiosamente, las cuatro ciudades que tienen las mayores tasas de crímenes violentos intencionales de la región metropolitana.

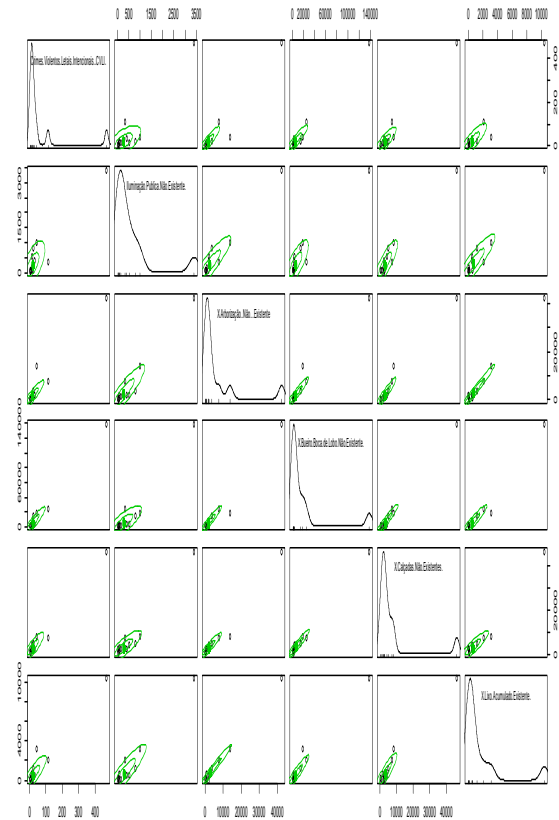


**Figura 5.** Mapa de los Grupos

La Figura 5 representa la correlación entre todas las variables ecológicas. Inicialmente podemos notar que la variable *Económico* se encuentra a lejos de la realidad de las otras variables. De tal modo que podemos notar que las otras variables como *Desorganización Social*, *Crimen*, *Espacios Verdes*, *Presencia Governamental*, *Educación*, *Densidad* encuentran se agrupadas en una misma región del gráfico.

El gráfico muestra que la relación de proximidad entre las variables es alta, o sea, que existe una fuerte correlación entre ellas<sup>38</sup>.

<sup>38</sup> En relación al comportamiento presentado por esta variable, podemos concluir que el resultado obtenido levanta dos hipótesis distintas. La primera es que la construcción de nuestra variable, mensurada según el *valor nominal dos domicílios*, consigue de facto establecer la correlación



**Figura 6.** Mapa de Dispersión: Variables Crimen y Desorganización Social.

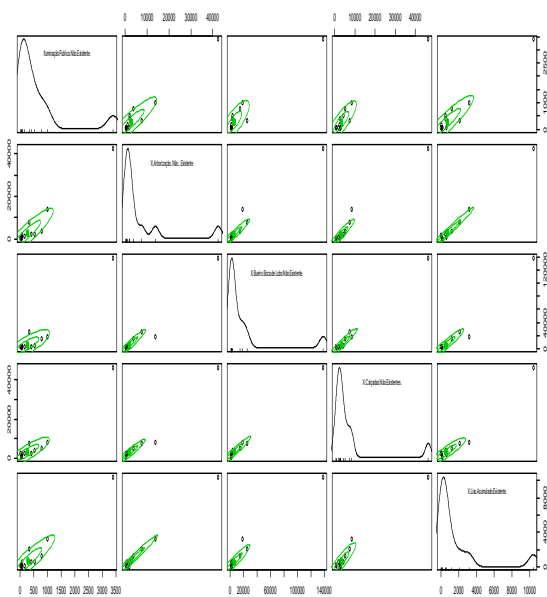
El Mapa de Dispersión es un gráfico utilizado para analizar la relación entre diversos pares de variables, representado las al mismo tiempo. Esta técnica, facilita el análisis del conjunto de gráficos en dispersiones individuales. Para la relevancia de nuestra investigación, aislamos en ese apartado las variables *Crimen* y *Desorganización Social*, están presentadas respectivamente.

Como podemos observar, los resultados se dan

propuesta el nuestro estudio. La según hipótesis es de que la variable construida no represento suficientemente la realidad que intentamos, o, que la construcción no hay conseguido demostrar el real peso del carácter económico.

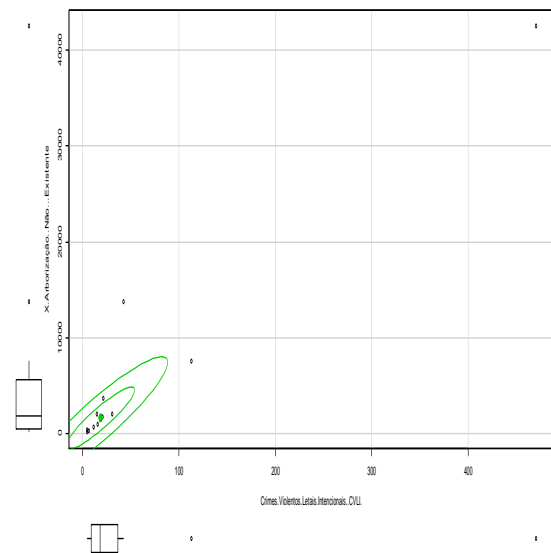
en un padrón similar de ocurrencia La variable *Crimen* se encuentra íntimamente relacionada con la variable *Desorganización Social*. En el gráfico podemos notar que las ocurrencias se encuentran asociadas en una misma región y se manifiestan en alta frecuencia. Los padrones presentan una gran similitud a todos los elementos que componen la variable *Desorganización Social*.

Podemos concluir que, en la región metropolitana de João Pessoa, los crímenes violentos intencionales ocurren dentro de un mismo enfoque en los hogares que poseen más elementos que componen la variable *Desorganización Social*. Y creemos que este dato está de acuerdo con nuestra premisa Criminológica Ecológica, a vez que, en ésta se entiende que, en ambientes insalubres con estructuras urbanas precarias, por ejemplo, poca o ninguna iluminación, la probabilidad de ocurrencia de un delito es alta.



**Figura 7.** Mapa de Dispersión (Desorganización Social X Arborización No Existente).

Como podemos observar, las variables *Espacios Verdes X Desorganización Social* también poseen un padrón similar de ocurrencia. Así, verificamos nítidamente que, en todos los elementos que componen la variable *Desorganización Social* existe una alta correlación con la variable *Espacios Verdes*.



**Figura 8.** Mapa de Dispersión de las Variables: Espacios Verdes (árboles no existentes) X Crimen.

El mapa de dispersión nos muestra que las variables *Espacios Verdes X Crímenes* ocurren dentro de un padrón similar. De tal modo concluimos que dentro de la región metropolitana de João Pessoa, las ciudades poseen una débil presencia de espacios verdes.

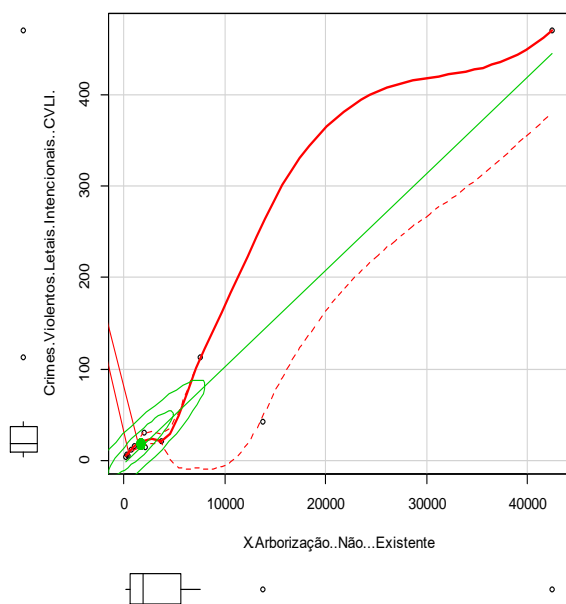
Además, podemos concluir que, en general, en las ciudades que componen la región metropolitana de João Pessoa, hay una baja presencia de árboles y que estas regiones suelen ser socialmente desorganizadas. Pocos parques ecológicos, jardines botánicos y áreas de preservación de todo género.

Entendemos que la degradación de los espacios verdes, la devastación y la urbanización predatoria también hacen parte de un cuadro sintomático de





desorganización Social. La naturaleza nos fornece calidad de vida, morada, salud, factores esenciales al equilibrio humano y social. Creemos que la destrucción de la naturaleza ejerce un efecto negativo en el hombre y sus ciudades.



**Figura 9.** Mapa de Dipersion (Curva Ajustada) de las variables Crimen X Arborizacion no Existente.

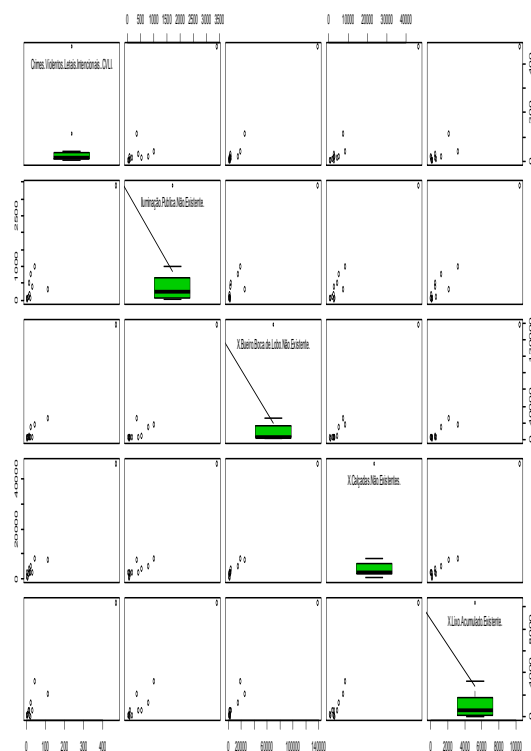
El Gráfico de dispersión de curva ajustada expresa las variables aisladas dentro de un determinado espacio de análisis. Esta acción nos da posibilidad de estudiar las variables Crímenes violentos Letales Intencionales X Arborización no existente, a dos, para entender la dinámica de su relación y como se comportan cada una.

Por el diagrama de dispersión, podemos ver que ambos elementos ocurren en padrón similar de ocurrencia, de modo que, cuando una variable aumenta otra aumenta proporcionalmente. Eso puede comprobarse por la tendencia creciente que encontramos en nuestro gráfico. De tal modo que podemos inferir, que en la región metropolitana de João Pessoa, ambientes poco arborizados tienden a

estar asociados a la ocurrencia de crímenes violentos letales.

La curva ajustada (bermejo) en nuestro diagrama de dispersión, muestra cuanto una variable crece en decurrencia de otra. Como podemos ver, es que, aun habiendo una estrecha relación entre los elementos analizados, queda evidente que la variable Crímenes Violentos, crece en una tasa, casi 2(dos) veces mayor que las tasas de arborización no existente.

Nuestro estudio indica que, en la región metropolitana de João Pessoa, las ciudades que poseen alto nivel de la variable Arborización no-existente también posee una alta presencia de la Variable Crímenes Violentos Intencionales.



**Figura 10.** Matriz de Dispersion (Crímenes Violentos Intencionales X Iluminacion Publica no-Existente X Alcantarilla o Boca de Lobo no-existente X Acercas no-existent X Basura Acumulada existente).



La Matriz de Dispersión arriba, representa las variables Crímenes Violentos Intencionales y los Elementos de la Variable Desorganización Social (Iluminación Pública no-existente X Alcantarilla o Boca de Lobo no-existente X Aceras no-existentes X Basura Acumulada Existente).

Elegimos representar esos elementos aislados para demostrar la dinámica que cada variable ejerce en sí y para mejor elucidar el desarrollo general de nuestra investigación. Como podemos ver las variables Crímenes Violentos Intencionales X Iluminación Pública no-existente X Alcantarilla o Boca de Lobo no – existente X Aceras no-existentes X Basura Acumulada existente (Variable Desorganización Social) tienen padrón similar de ocurrencias en la región Metropolitana de João Pessoa.

Como podemos observar, los elementos de la variable tiene un alto nivel de correlación con la variable Crimen, y eso significa que entre las ciudades en la región metropolitana de João Pessoa, hay muchas áreas comunitarias socialmente degeneradas, que también poseen un alto índice de crímenes violentos. Entendemos que tal premisa nos parece comprobar fielmente la propuesta teórica de nuestro estudio.

La Escuela Criminológica elucidada que la desorganización social es producto de las comunidades, no de los individuos. O sea, eso significa que los individuos son casi siempre, modelados por los fenómenos advenidos de su medio, su ambiente, su hogar, físico o social. En este contexto, las variables criminológicas influyen de forma indirecta en el aumento de los niveles de desorganización social, reduciendo la fuerza del control social informal.

Nuestro gráfico, provee prueba crucial de esa relación. Podemos entender, que la prosperidad del organismo, social o biológico, depende de una relación interactiva entre los componentes que lo conforman, mas también, de los elementos físicos y estructurales que moldean su vida

## DISCUSION

A lo largo de la discusión, se comprendió haber demostrado el amplio nivel de adecuación de las premisas ecológicas al contexto de la región Metropolitana de João Pessoa. Y que las mismas pueden ser utilizadas en cualquier ámbito del contexto social urbano y de las ciencias sociales.

Los fundamentos teóricos de la teoría criminológica ecológica establecen un enlace de coherencia importante entre los fenómenos delictivos y el ambiente externo. Utilizando el Análisis Factorial Múltiple, demostramos las tendencias interdisciplinarias de dichas propuestas esenciales al análisis del paradigma criminal. A través de los resultados obtenidos en nuestra investigación pudimos entender que;

*La variable Económico posee un comportamiento disimilar en relación a otras variables en nuestro estudio.*

Es notorio que la situación económica ejerce fuerte influencia en los fenómenos de la criminalidad. De tal modo que, comunitariamente, circunstancias socialmente criadas, saber, desempleo, bajo poder adquisitivo popular, y mala distribución de recursos son generalmente



comprendidos bajo la óptica de responsabilidad por las ocurrencias criminales. O sea, que los indica como factores esenciales en cuestiones respecto a la criminalidad y el desarrollo.

Dentro de nuestros resultados, buscamos destacar en la ocurrencia de la variable Económico dentro del espacio de compromiso de la región Metropolitana de João Pessoa. Debemos poner de relevancia que dicha variable no se encuentra en el mismo padrón de ocurrencia de las demás, lo que significa que su relación con otras variables, es muy baja, disimilar. Y casi no ejerce influencia el índice general de nuestro estudio. Porque entendemos que la importancia económica de las regiones y de los sujetos que las componen, en un determinado estudio criminológico, tanto en el desarrollo de la hipótesis y como estableciendo una relación causal.

Los resultados nos llevan a inferir que la variable actúa casi que de forma irrisoria en el comportamiento de las demás.

*La variable Densidad no respondió como un factor preponderante en la ocurrencia de las Variables Crímenes Violentos, Variable Arborización no-existente, variable Desorganización Social;*

Es notoria la relación existente entre las tasas criminales por área geográfica y la densidad demográfica de las ciudades. Dentro de los contextos urbanos, podemos notar que los tipos de delitos que se presentan como fenómenos sociológicos, traen en sí predicados necesarios determinados por la densidad demográfica propios de los centros urbanos.

Sin embargo, en nuestro estudio, a variable

Densidad ejerce una influencia menor que podemos anteceder la relación correlación entre la variable densidad con otras variables como Crímenes Violentos intencionales, Desorganización Social, Arborización no-existente no testó de forma tan correlata como imaginábamos.

Queda evidente que la variable Densidad no responde de forma crucial al comportamiento criminal en la Región Metropolitana de João Pessoa. Los resultados parecen indicar que regiones con gran densidad poblacional pueden al mismo tiempo, tener una alta dinámica criminal (Bayeux) como también una baja (Cabedelo).

*La variable Arborización no-existente tiene un alta correlación con la Variable Desorganización Social;*

La naturaleza produce los recursos necesarios al funcionamiento de un sistema ecológico eficiente y sostenible, pero el hombre interviene de forma destructiva y transformadora impidiendo que ella se regenere de los daños causados. Como podemos demostrar en nuestro estudio, los espacios verdes, en esencia, siguen linkados con las motivaciones que determinan la ocurrencia de crímenes en la región Metropolitana de João Pessoa

Las áreas verdes y la configuración espacial de los distintos elementos que componen un paisaje (habitats y tipos de uso) son factores determinantes de la constitución de la vida humana y social. De tal modo que, el entendimiento sobre la interacción entre los factores físicos y sociales es fundamental para ofrecer subsidios teóricos para comprensión del crimen en albos intracomunitarios.

Las estructuras físicas del ambiente comunitario,



donde se incluyen las áreas verdes, tiene una fuerte influencia en el modelación de la psique humana, igual que en su desarrollo y actuación social.

Nuestros resultados sugieren que debemos ahora considerar la susceptibilidad de que en la región metropolitana de João Pessoa, las áreas que la componen poseen un gran tenor de devastación ambiental y son áreas socialmente áridas para un convivio humano adecuado.

En dicho contestó, sabemos que áreas Socialmente Desorganizadas y ambientalmente degeneradas poseen grandes condiciones de propiciar un alto nivel de estrés y conflicto en el habitat social del ambiente.

*La variable Arborización no-existente testó una fuerte correlación con la variable Crímenes;*

Comprender y aportar el crimen y su conexión con el ambiente puede ser muy complejo y extremadamente importante. Los impactos del ambiente natural, incluyendo, también lo que dice respecto a ecosistemas, flora y fauna, árboles y cualquier presencia verde, son importantes para entender la composición de la dinámica criminal de un espacio intracomunitario.

A través de nuestro estudio, podemos afirmar que, en la región Metropolitana de João Pessoa, las comunidades que poseen altos niveles de espacios verdes degenerados, o sea, que tiene un bajo nivel de arborización existente, son también espacios que tienen un alta actividad criminal.

El ambiente físico está construido a partir de unas acciones graduales, colectivas y simultáneas. Los entes sociales vislumbran la construcción social de su espacio y lo montan a partir de perspectivas

históricas, políticas, y económicas. Una experiencia inacabada que se desarrolla con el pasar del tiempo.

Esa concienciación colectiva es responsable por moldar el comportamiento de los individuos que componen una comunidad, por ejemplo. En ambientes degenerados, en los cuales hay una baja concienciación verde, los moradores son agresivos con el medio ambiente, y no tienen la dimensión de los daños que están provocando.

Sin embargo, las condiciones de los dilemas ambientales no están solamente conectadas a la dispensa de residuos domésticos. En algunos sitios de la región Metropolitana de João Pessoa es común ver los habitantes de la región depositar desechos en el río, las calles y los espacios abiertos de la región. La basura se esparrama en varios locales por la comunidad. Paradigma que causa la polución y la contaminación también de los ríos, la degeneración de los suelos.

Repetimos que la degeneración del espacio también incide en la degeneración humana. El sentido de indiferencia, apatía y desapego (Lipovetsky, 1996) con los ambientes sociales, los espacios verdes que los integran, es sintomático para revelar un paradigma de alta actividad criminal de un colapso gradual de valores.

*La variable Crímenes testó en un padrón de ocurrencia similar, y de influencia, en relación a la variable Desorganización Social;*

La variable Desorganización Social teoriza que el motivo de los fracasos en la capacidad de la transmisión de valores, una región puede experimentar altas tasas de criminalidad. Como dijimos anteriormente, el crimen es consecuencia del colapso gradual del orden social,

La Desorganización social alude a la falta de





habilidad de una comunidad para estructurarse y comprender valores como buenos a sus habitantes y a preservar un efectivo control social. Sin control hay aumento de crímenes.

A través de nuestro trabajo pudimos obtener como resultado un alta correlación entre la variable Desorganización Social y la variable Crimen. Eso significa que en la región Metropolitana de João Pessoa, lugares que tienen un alta presencia de la variable Desorganización Social también poseen un alta presencia de la variable Crimen.

En la región metropolitana de João Pessoa hay una necesidad de un cambio estratégico respecto a la criminalidad. Las políticas públicas preventivas de seguridad que de ahí se originan debe promover el desarrollo de acciones en sintonía con el contexto criminal local, para, de hecho, disminuir los índices de crímenes en la región.

En este sentido, la eficacia de las políticas públicas criminales preventivas deben siempre partir de estudios contextualizados de los locales en que ella fuera aplicada. Entendemos que las reflexiones generadas decurrentes de las contextualizaciones podrán generar panoramas más amplios de análisis, auxiliando en el entendimiento de la *epigénese*<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> El término *epigénese* es utilizado en la criminología para conceptuar los conjuntos de circunstancias aplicables al individuo en el contexto de crimen. Según Tieghi (1996) “a largo de los procesos críticos de aprendizaje sociocultural y de adaptación a las cuales hemos denominado como condicionamiento crítico institucional, las escisiones valorativo-conductuales se acentúan comunitariamente hasta llegar a un punto límite en el que, superándose las barreras de control, modelamiento y moldeamiento societario originan el nacimiento de la conducta antisocial y de las agrupaciones subculturales y contraculturales”. Ver Tieghi, O. N. *Criminalidad: Ciencia, Filosofía, Prevención. Revisión Histórica y Experimental*. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2004.; Tieghi, O. N. *Tratado de Criminología*. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 1996.

## VI. CONCLUSION

Entendemos que la complejidad de los factores asociados a la criminalidad dificulta una formación objetiva de concepciones y estrategias relacionadas a la prevención criminal. Existen varias teorías que destacan las motivaciones por la cual algunos individuos practican delitos y desarrollan conductas antisociales<sup>40</sup>.

Sin embargo, para los ecologistas, en esencia, las motivaciones por el cometimiento del crimen generalmente cercan el entorno de los análisis estructurales de determinados factores, como el ambiente externo, cantidad de espacios verdes, heterogeneidad racial.

En este contexto, cuando se cuestionan los pilares conceptuales de las políticas criminales preventivas, nos colocamos en contra de visiones inexactas y groseras al respecto del crimen, y también acerca del criminal. Enfatizamos que una política criminal preventiva mal direccionada puede, al invés de ayudar la sociedad, puede influenciar negativamente causando en ella daños reales<sup>41</sup>. Y el Brasil, las mayorías de las políticas

<sup>40</sup> Podemos citar como ejemplo a *Social learning theory* (Burgess y Akers, 66), *Social bonding theory* (Hirschi, 1969) y *Rational choice theory* (Becker, 1968).

<sup>41</sup> Podemos citar como ejemplo un pronunciado reciente del ex-presidente americano, Bill Clinton que admitió que, en 1994, el proyecto de ley *Omnibuscrime*, agravo el sistema de justicia criminal del país. La política criminal estipulaba tolerancia zero contra los ofensores acusados de practicar “tres erros”, o *three strike policy*. Las sanciones incluyen sentencias de prisión perpetua para los criminosos condenados por un crimen violentos, después de dos o más condenaciones anteriores, incluyendo crímenes de drogas. La política se caracteriza por ser una de las responsables por agravar el actual escenario del sistema prisiones americano. Ver <http://edition.cnn.com/2015/07/15/politics/bill-clinton->



públicas direccionadas al combate contra el crimen carga en sí tabúes y estigmas, de ideologías desfasadas, que, a largo plazo, colaboran de manera indirecta con el efectivo aumento de la criminalidad.

En este sentido, la gran mayoría de las políticas criminales intuitas en el Brasil, muestran un pasado de discursos elitistas, excluyentes, selectivos, que fracasan en alocar adecuadamente recursos para la población más pobres en las ciudades, que es en su gran mayoría, pobre y negra. Esta realidad está evidenciada en las palabras de Zaluar (2002):

“No hace falta hacer una opción racional por el elitismo, ni defender ideas que apregonan convenientemente la separación social entre los más pobres y los más ricos. Se queríamos o no, esta separación ya se encuentra embutida en los rituales de dominación de clase e incluyen un riguroso alejamiento de los lugares de moradas, la segregación social. Las chabolas subiendo por los *morros* en calles tortuosas, incomodaban nuestra vista y dificultaban los negocios de la construcción civil. Ni la policía, se dice, adentrar. Removerán los bien lejos de nuestra delicada visión”. (p. 57).

La citación refuerza el pensamiento de que no podemos concebir los males sociales de una ciudad como originados de una determinada clase social, de un grupo, o de un tipo específico de individuos. Pensar de tal manera, es absurdo y moralmente condenable. Es obvio que individuos desproveídos de cualquier oportunidad social y financiera, ciertamente estarán más inclinados a utilizar medidas

extremas para poder proveer de su subsistencia.

Sin embargo es posible entender cómo funcionan las condiciones anteriores al acometimiento de las acciones delictivas saber, en qué ambiente están inseridos dichos individuos (los “criminales”), ¿cuál es su grado de socialización?, ¿cómo funciona la inequidad?

Comprendemos que, hasta cierto punto, la elaboración de una política que atienda los anhelos de la población, también debe ser entendida como una medida de prevención a la criminalidad. Se cree que la implementación de políticas públicas en áreas básicas, como la salud, educación, infraestructura también combaten indirectamente el crimen.

La promoción de la mejora social y de los padrones del desarrollo humano, la mejora de los espacios urbanos siempre tendrá resultados positivos y efectos perdurable. Los niveles de satisfacción de una sociedad están directamente conectados con la percepción que los ciudadanos tienen a acerca de tópicos como seguridad y vigila comunitaria, a vez que se relaciona en la forma como la cual los ciudadanos viven, se comportan, y representan su espacio en la ciudad.

Así, la eficacia de las políticas de prevención a la criminalidad que son institucionalmente establecidas, depende de un soporte adecuado recibido de todos los ámbitos sociales<sup>42</sup>.

En ese contexto, los ciudadanos son elementos esenciales en el éxito de cualquier política criminal, de tal modo que, la formación de una red de cooperación entre el gobierno y los individuos

1994-crime-bill/.

<sup>42</sup> Por ejemplo, cuando se instituye una política de concientización contra la practica do cyberbulling em las escuelas, es impredecible que, para su éxito, el apoyo

de las familias, de los niños que componen aquellas comunidades.



aumenta significativamente las posibilidades de éxito.

La eficacia de cualquier política reside en utilizar las instituciones de pequeños núcleos comunitarios como la familia, las escuelas, las iglesias, a mantener, junto al estado, una red integrada de apoyo estructural en sintonía con las estrategias trazadas. Aun habiendo diversas opiniones acerca de las causas del crimen, consensualmente, se hay establecido una conclusión básica, la de que los fuertes apegos parentales y comunidad vigilantes, obtienen resultados positivos contra el comedimiento de crímenes.

En el desarrollo de este trabajo, se sostenió la idea de que la Teoría Criminológica Ecológica pudiera fornecer el sustrato necesario para la elaboración de recomendaciones direccionadas en la composición de una política criminal preventiva en la región Metropolitana de João Pessoa.

Creemos que obtuvimos éxito en demostrar que la premisa Ecológica del Crimen, a causa de su fuerte carácter interdisciplinar, tienen una fuerte adaptabilidad pudiendo ser aplicada en varios contextos.

El éxito de nuestra investigación consiste en la amplitud de los focos de análisis y de comprensión de la dinámica criminal en la región metropolitana de João Pessoa (Pb), Brasil. Procuramos a lo largo de nuestro trabajo mostrar la viabilidad en adoptarse un cuerpo teórico ecológico para trazarse políticas criminales a nivel municipal.

De ese modo, la premisa Ecológica fornece a lo investigador una óptica diferenciada, que amplía el enfoque de análisis en diferentes dimensiones, dando la posibilidad de establecer parámetros interpretativos diferentes de los convencionales.

Una mejor alternativa cuando comparada a las demás teorías tradicionales de crimen.

No estamos de forma alguna afirmando que, en ese planeamiento, debemos utilizar solamente un cuerpo teórico ecológico. Actualmente, para entender la criminalidad se hace necesario, cada vez más, tener acceso a una gama mayor de informaciones sobre los fenómenos analizados. De tal modo, creemos que nuevos caminos pueden llevar a nuevas soluciones.

Los resultados obtenidos muestran que la premisa de la Escuela Criminal Ecológica es correcta, y verdaderamente, ella puede servir como basamento teórico en la elaboración de una política criminal. Su carácter amplio y multidisciplinar permite la creación de perspectivas renovadas, y útiles, indispensables en la comprensión de los fenómenos criminológicos en distintas comunidades.

El entendimiento construido en nuestro trabajo, podrá llevar a resultados más positivos, en términos de planeamiento preventivo, fundamentando teóricamente la construcción de políticas públicas verdes para la prevención de crímenes.

## VII. AGRADECIMENTOS

*Me gustaría agradecer a todos los que me ayudaron en este trabajo, y en especial, al Dr. Osvaldo Tieghi (In memoriam) por haber sido un mentor sabio y amable. Sin sus orientaciones no podría haber entendido la esencia de mi profesión.*



## REFERÊNCIAS

1. Andrade, T. A. (1989). Métodos estatísticos e econométricos aplicados à análise regional. En P. R. Haddad, C. M. de C. Ferreira, S. Boisier, y T. A. Andrade (Ed.). *Economia regional: teorias e métodos de análise* (pp. 427-507). Fortaleza: BNB-ETENE.
2. Akers, R. L. (1994). *Criminological Theories: Introduction and Evaluation*. Los Angeles: Roxbury Publishing Company.
3. Barbero, J. M. (1998). *De los medios y las mediaciones*. Santa Fe de Bogotá: Convenio Andrés Bello.
4. Bauman, Z. (1991). *Modernity and Ambivalence*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.
5. \_\_\_\_\_ (1991). *Modernidade Líquida*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press. J. Zahar.
6. B\_\_\_\_\_ (1992). *Intimations of Postmodernity*. Londres, Nueva York: Routledge.
7. \_\_\_\_\_ (1993). *Ethics in Post Modernity*. Cambridge, MA: Basil Blackwell. Paulus Editora.
8. Beck, U. (1992). *Da indústria à sociedade de risco: questões de sobrevivência, estrutura social e iluminação ecológica*. *Theory Culture, and Society* (vol. 9, pp. 97-123). Londres: Sage.
9. \_\_\_\_\_ (1997). *A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*. En A. Giddens, y S. Lash. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (pp. 11-72). San Pablo: Editora UNESP.
10. \_\_\_\_\_ (2010). *A política na sociedade de risco*. *Revista Idéias*, 2(1), 230-252 (nova série). Campinas.
11. Bhabra, G. K. (2011). *Cosmopolitanism and postcolonial critique*. En M. Rovisco & M. Nowicka (eds.) *The Ashgate Companion to Cosmopolitanism* (chapter 20). Ashgate: Farnham.
12. Bookchin, M. (1962). *Our synthetic Environment*. May 5-6, 1958. Recuperado de [Proceedings of the Conference on Man Versus Environment Washington](#), publicado por U. S. Public Health Service, Department of Health, Education, and Welfare.
13. Bora, S. S., Bora, Z. M. (2017). *Capability approach theory and the dignity of non human animals: establishing a new ethical paradigm in animal law*. In *Revista Brasileira de Direito Animal (RBDA)*. Joao Pessoa: UFBA.
14. Bouroche, J. M., y Saporta, G. (1991). *Análise de dados* (trad. M. Penchel). Río de Janeiro: Zahar Editores.
15. Brantingham, P. J., & Brantingham, P. (1991). *Environmental Criminology*. Prospect Heights, IL: Waveland Press.
16. Brasil. Ministério de Minas e Energia. CPRM. (2002). *Geologia e recursos minerais do Estado da Paraíba*, p. 142. Recuperado de [rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/.../Geologia\\_Paraiba.pdf?...1](http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/.../Geologia_Paraiba.pdf?...1). Acesso: 1/2/2016. Recife: CPRM.
17. \_\_\_\_\_ Unidades - Intercement, João Pessoa [entre 2000 e 2016]. Recuperado de [brasil.intercement.com/unidades](http://brasil.intercement.com/unidades). Acesso: 2/7/2016.





18. Brathwaite, J. (1989). *Crime, shame and reintegration*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
19. Brito, J. B. de. (2007). *A (re)produção espacial da infância do Alto do Mateus Joao Pessoa - PB: o trabalho domestico e a reinvenção do lúdico*. (Disertación de maestria en Geografía). Joao Pessoa: UFPB.
20. Burgess, E. B. (1925). *The Urban Community: Selected Papers from the Proceedings of American Sociological Society*. Chicago: Scholar's Choice Editio
21. Burney, E. (2005). *Making People Behave, Anti Social Behaviour, Politics and Policy*. United Kindom: Willan Publishing.
22. Carvalho, S. (2010). *Antimanual de Criminologia (3a ed.)*. Río de Janeiro: Lumen Juris Editora.
23. Castel, R. (1997). A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Cadernos CRH*, 26 y 27, pp. 19-40.
24. Castel, R. (2003). *La inseguridad: qué es estar protegido*. Buenos Aires: Manantial.
25. Cavalcanti, A. U. (2012). *Tendencia temporal, espacial e fatores de riscos nao corrença de pneumonia em lactantes de hospital de referencia no municipio de Joao Pessoa-PB*. (Disertación de Maestría en Modelos de Decisão e Saude). Joao Pessoa: UFPB.
26. Chagas, W. F. (2004). *As singularidades da modernização a cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930. s. p.* (Tesis Doctorado en Historia). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.
27. Crivisqui, E., y Villamonte, G. (1999). *Introduction al analisis exploratório de tablas múltiples: La estratégia exploratória del AFM*. UFS.
28. Cunha, B. P. (Org.). (2016). *Crise Ambiental*. Curitiba: Appris.
29. Davies, P. (2014). *Green crime and victimization: Tensions between social and environmental justice*. *Theoretical Criminology*, 18(3), 300-316. ISSN 1362-4806.
30. Deschamps, M. V. (2006). *Vulnerabilidade socioambiental nas regiões metropolitanas brasileiras. Relatório de atividades do observatório das metrópoles*. Brasília: Convênio Ministério das cidades/observatório das metrópoles/FASE/IPARDES.
31. Durkheim, D. É. (2008). *A divisão do Trabalho Social*. San Pablo: Marins Fontes.
32. Di Giulio, G. M., Vasconcellos, M. P., Gunther, W. M., Ribeiro, H., y Assunção, J. V. (2015). *Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade*. *Saúde e Sociedade*. San Pablo: USP Impresso.
33. Escofier, B., y Pages, J. (1985). *Mise em oeuvre de L'Analyse Factorielle Multiple pour dès Tableaux Numériques, Qualitatif ou Mixtes*. *Rapports de Recherche*, 429. France: Centre de Rennes, IRISA.
34. Gonçalves, R. C. (2010). *Guerras e Açúcares: política e economia a Capitania da Paraíba 1585-1630*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. 2(3), julio de 2010. Bauru, Brasil: EDUSC. Recuperado de [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com), ISSN: 2175-3423.



35. Governo do Paraíba. Com cinco novas fábricas, Paraíba será 2º maior produtor de cimento do País. Recuperado de <<http://paraiba.pb.gov.br/com-cinco-novas-fabricas-paraiba-sera-2o-maior-produtor-de-cimento-do-pais/>>. Acesso: 13/5/2015, 23h 35min.
36. Guivant, J. (2000). Reflexividade na Sociedade de Risco: conflito entre leigos e pertos sobre os agrotóxicos. En Herculado, S. et. al (org.). Qualidade de Riscos Ambientais. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense.
37. Hair, J. F. Jr., Anderson, R. E., Tatham, R. L., y Black, W. C (2005). Análise de dados multivariados (5a ed.), p. 593. Porto Alegre: Bookman.
38. Hermitte, M. A. (2005). Os fundamentos jurídicos da Sociedade de Riscos, uma análise de U. Beck. M. Dias Varella (org.). Governo dos Riscos / Rede Latino-americana europeia sobre Governo de Riscos, Brasília.
39. Herrera, J. M., Nunes, S. M., y Galindo, M. P. (2007). Uma aplicação da Análise Factorial Multipla a indicadores de afluência turística. Rev Gestion, 04-05, III.
40. Hirschi, T. (1969). Causes of Delinquency. Berkeley, California: University of California Press.
41. Jacobs, J. (2009). Morte e vida nas grandes cidades, 2a ed. (Trad. C. Mendes Rosa). San Pablo: WMF Martins Fontes.
42. Kowarick, L. (2003). Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. RBCS, 18(51) (feb.).
43. Krivo, R. y Peterson, R. (1996). Extremely Disadvantaged Neighborhoods and Urban Crime. Social Forces, 75(2) (dic.), 619-648. Acceso: 24/08/2017, 16:19.
44. Kubrin, C. (2006). New Direction in Social Desorganization Theory. Washington DC: George Washington University.
45. Kubrin, C. (2009). Social Desorganization Theory: Then, now, in the future. Washington DC: George Washington University.
46. Leff, E. (2006). Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza (Trad. L. C. Cabral). Río de Janeiro: Civilização Brasileira.
47. Lipovetsky, G. (1986). La era del vacio. Paris. Anagrama Editora.
48. Lunden, W. A. (1958). Pioneers in Criminology XVI - Emile Durkheim (1858-1917), 49, J. Crim. L. Criminology & Police Sci., 2 (1958-1959).
49. Lynch, M. J. (1990). The Greening of Criminology: A Perspective for the 1990s. The Critical Criminologist, 2, 3: 3-4, 11-12 (reprinted in P. Beirne and N. South (eds). (2007). Green Criminology. Aldershot: Ashgate, 165-170).
50. Lynch, M., & Sterestky, P. (2014). Exploring green criminology: toward a green criminological revolution.
51. Mckenzie, R. D. (1924). The Ecological Approach to the Study of the Human Community. Chicago: American Journal of Sociology.
52. Nixon, R. (1954). Slow violence and the environmentalism of the poor.



53. Park, R. E. (1936). *Human Ecology*. American Journal of Sociology, vol. 42 nº 1. Chicago: American Journal of Sociology Press.
54. Park, R. & Burgess E. (1925). *The City: Sugestions for investigation of Human Behaviour in the Urban Environment*. Chicaco: University of Chicago.
55. Park, R. E. & Turner, R. H. (1967). *Social Control and Collective behaviour*. Selected papers. Chicago, Londres: University of Chicago Press.
56. Santos, E. F. PAC Vale Sanhahua/ Ilha do Bispo. Recuperado de [http://www.caixamelhorespraticas.com.br/wpcontent/uploads/ILHA\\_DO\\_BISPO](http://www.caixamelhorespraticas.com.br/wpcontent/uploads/ILHA_DO_BISPO). Acesso: 23/2/2018.
57. Schecaria, S. (2012). *Criminologia*. San Pablo: Revista dos Tribunais. Chicago: Phoneix Books.
58. Secretaria Municipal de João Pessoa (2009).
59. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SEDES, Prefeitura Municipal de João Pessoa. A. Sposati (coord.), F. Ramos, D. Koga, M. Conserva, C. Silveira Jr., y A., Gambardella. *Topografia Social de João Pessoa*. Cedest/IEE/PUCSP.
60. Shaw, C. R. & McKay, H. D. (1969). *Juvenile Delinquency and Urban Areas: A Study of Rates of Delinquency in Relation to Differential Characteristics of Local Communities in American cities*. Chicago: University of Chicago Press.
61. Shihadeh, E. (2004). *Segregation and Crime: The effect os Black Social Isolation and the rates of Black Urban Violence*. Nueva York: Social Spectrum.
62. Silva, R. y Silva, C. N. (1999). *As Singularidades do Bairro na Realização da Cidade: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa*. (p. 142). (Disertación de Maestría en Geografía). San Pablo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
63. Tavares, S. L. M. (1995). *Memoria e Intervenção Urbana: O caso do ponto de cem reis no centro de João Pessoa - PB*. (Disertación de Maestría). Recife: UFPE.
64. Tieghi, O. N. (1996). *Tratado de Criminología*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.
65. Tieghi, O. N. (2004). *Criminalidad: Ciencia, Filosofía, Prevención. Revisión Histórica y Experimental*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.
66. Tönnies, F. (1912). *Gemeinschaft und Gesellschaft [Community and Civil Society]* (trad. J. Harris & M. Hollis, p. cm.). Cambridge Texts in the History of Political Thought. Cambridge: Cambridge University Press.
67. White, R. (2014). *A Green Criminology Perspective*, In: E. McLaughlin & T. Newburn (eds.). *The SAGE Handbook of Criminological Theory* (pp. 410-426). Londres: Sage.



## **TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL, UMA BARBÁRIE EM PLENO SÉCULO XXI**

### **INTERNATIONAL TRAFFICKING IN PERSONS FOR THE PURPOSE OF SEXUAL EXPLOITATION, BARBARISM IN THE 21st CENTURY**

Robert Rocha Ferreira <sup>1</sup>, Lidiane Mauricio dos Reis<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL). E-mail: robert94\_@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). Especialista em Ciências Penais pelo Instituto de Educação Continuada (IEC) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Especialista em Direito Público.

Professora e Pesquisadora da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL). Advogada. E-mail:

lidireis2004@gmail.com

**Resumo** – O artigo tem por finalidade discorrer sobre o tráfico internacional de pessoas para exploração sexual. Essa conduta, além de ser cruel e desleal, fere um dos princípios mais importantes previstos nos instrumentos de proteção de direitos fundamentais, que é a dignidade da pessoa humana. Além de serem agredidas e humilhadas, as mulheres, vítimas dessa prática criminosa, se tornam verdadeiros “objetos sexuais” sendo comercializadas de maneira indiscriminada. Diante de tais considerações, o trabalho tem por finalidade esclarecer os ritos utilizados pelas quadrilhas, como nossa legislação regulamenta o tema e qual o posicionamento das doutrinas.

**Palavras-chave** – Direitos Humanos; Exploração sexual; Tráfico Internacional de pessoas.

**Abstract** – The article aims to discuss international trafficking in persons for sexual exploitation. This

conduct, in addition to being cruel and disloyal, hurts one of the most important principles foreseen in the instruments for the protection of fundamental rights, which is the dignity of the human person. In addition to being beaten and humiliated, women, victims of this criminal practice, become true “sexual objects”, being traded indiscriminately. Given these considerations, the work aims to clarify the rites used by gangs, how our legislation regulates the theme and what the position of the doctrines is.

**Key-Words** – Human rights; Sexual exploitation; International trafficking in persons.

### **I. INTRODUÇÃO**

O presente artigo científico aborda o tráfico internacional de pessoas como um dos grandes esquemas do século XXI. A falta de visibilidade e





inserção do tema nos veículos de comunicação beneficia os traficantes, ao passo que a sociedade não recebe informações suficientes sobre essa modalidade de crime. Dessa forma, pretende-se verificar se os mecanismos de divulgação e combate ao tráfico de pessoa têm sido eficientes.

O objetivo da pesquisa é tratar de um crime complexo e ajudar a compreender os fatores mais relevantes no que se refere ao tráfico de pessoas, avaliando o “modus operandi” adotado pelos traficantes no momento da captura das vítimas, buscando avaliar a eficácia dos mecanismos jurídicos brasileiros relativos ao tema à luz do Protocolo de Palermo.

A metodologia utilizada neste artigo para estruturação da pesquisa deverá se basear nos métodos descritivo e analítico, com coleta de dados aprofundando nas legislações pertinentes ao tema.

Para uma melhor exposição sobre a temática, dividiu-se o trabalho em cinco tópicos, apontando as grandes preocupações no âmbito internacional, devido às dificuldades de se combater crimes dessa natureza.

Define-se que o tráfico internacional de pessoas consiste em “verdadeiro vilipêndio à dignidade humana, é um fenômeno real e se apresenta de forma multidisciplinar e complexa. (...) Além disso, existem graus diferentes de exploração, que oferecem desde uma relativa liberdade à vítima até sua completa escravização”. (RODRIGUES, 2013, p. 14 [1]).

Veremos que, dentre a assinatura da Lei Áurea até nos dias de hoje, há de se falar em um dos crimes mais rentáveis do mundo, perdendo apenas para tráfico de drogas e armas.

Além disso, existem os fatores originários como, a procura no mercado exterior, ação bem

planejada para a caracterização do crime que é previsto no Protocolo de Palermo e Código Penal Brasileiro (CPB).

Desse modo, o Brasil com intuito de minimizar os fatores que favorecem as organizações criminosas, tratou-se de buscar recursos através dos tratados internacionais para combater essa milícia.

Uma das estratégias utilizadas pelos criminosos é através da persuasão conquistar a confiança das vítimas, que são sempre mulheres humildes, vulneráveis, com propostas mirabolantes, que por falta de conhecimento aceitam acreditando em uma vida melhor.

Portanto, existem casos que a vítima tem total conhecimento do crime e concorda com a ocorrência do fato, porém tal anuência na vítima não afasta a tipicidade do delito por se tratar da dignidade da pessoa humana.

Por fim, é importante ressaltar que o Estado estabeleça programas de conscientização, de modo a evitar que pessoas sejam enganadas e exploradas através de proposta de emprego fácil e lucrativo.

## II. MATERIAIS E MÉTODOS

### FATORES ORIGINÁRIOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS

Previsto como crime na legislação brasileira, especificamente no artigo 149-A, o tráfico de pessoas consiste em:

Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude



ou abuso, com a finalidade de: (...)

V - exploração sexual.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Assim, Nathalia de Cassia Figueiredo Moura contextualiza que:

O tráfico de pessoas é determinado por motivos econômicos, os quais levam as vítimas até mesmo a “consentir” em se tornarem objeto do tráfico. E também motivam os traficantes, e todos aqueles envolvidos no negócio da prostituição. Traficar seres humanos constitui um fenômeno abominável e cada vez mais preocupante que não envolve apenas a exploração sexual, mas também a exploração pelo trabalho em condições próximas da escravidão. Este fenômeno é facilitado pela mundialização e pelas tecnologias modernas. A desigualdade social acaba influenciando para o aumento do número de pessoas que são traficadas. As mulheres são vulneráveis ao tráfico devida à pobreza, à discriminação entre homens e mulheres, à falta de possibilidade de educação e de emprego nos seus países de origem. (MOURA, 2007, p. 8 [2]).

A principal vítima desse tipo de crime são as mulheres, sobretudo devido às discriminações e desigualdades existentes no mercado de trabalho. Assim os aliciadores aproveitam desta brecha e as seduzem com grandes inverdades, atingindo o ponto frágil da mulher e levando-a para a prostituição.

O Tráfico internacional de Pessoas é um crime complexo, portanto apresenta diversas formas no que tange a sua execução, como exploração sexual, trabalho forçado, práticas de escravidão, remoção de órgão, dentre outros.

Conforme consta no Capítulo I, artigo 3º, alínea

‘a’ da Convenção de Palermo, aprovada pelo Congresso Nacional em 2004, o tráfico de pessoas é:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos. (BRASIL, 2004 [3]).

Por meio do disposto acima, é compreensível afirmar que todas as vítimas do tráfico internacional de pessoas compartilham de uma experiência em comum: a perda da liberdade.

Esse tipo de crime ocorre por duas grandes vantagens para os traficantes: baixo risco e lucros exorbitantes. Os traficantes de pessoas consideram que existe pouco risco devido à sua natureza secreta, a dificuldade de identificação do crime pela vítima a falta de fiscalização, por parte dos responsáveis. Já o lucro é elevado devido à “lei da oferta e da procura”. (MEDEIROS, 2016, p. 09 [4]). O índice da busca pelo sexo comercial cria um mercado rentável. Sendo assim, os aliciadores estimulam essas mulheres fazendo com que a produção aumente e o custo diminua, ou seja, exploram mais, porém pagando menos.

Essa estrutura é bem planejada e necessita de três condições essenciais: a entrada em outros países, a



existência de um interessado que forneça o transporte e documentos falsos ou roubados, entrada ou permanência ilegal da vítima no país de destino.

### III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### TRÁFICO DE PESSOAS APÓS ASSINATURA DA LEI ÁUREA

Formalmente, a escravidão no Brasil cessou em 1988, com assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. No entanto, o que se tem visto é a perduração de aspectos escravocratas até os tempos atuais, com o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. A prática tem se tornado um dos esquemas criminosos mais rentáveis do mundo, perdendo apenas para tráfico de drogas e tráfico de armas. (OLIVEIRA, 2016, p.10 [5]).

O relatório publicado em 2016, pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), com sede em Nova Iorque, mostra um número recorde de casos detectados. Enquanto em 2003 houve registro de menos de 20 mil casos de tráfico de pessoas, esse número subiu para mais de 25 mil em 2016, conforme relata Yury Fedotov diretor executivo da UNODC:

O relatório foi realizado por uma razão simples: se quisermos ter sucesso em enfrentar o tráfico de pessoas em todas as suas manifestações, precisamos entender melhor seu escopo e sua estrutura, precisamos avaliar onde tráfico de pessoas está acontecendo, quem são as vítimas e quem está cometendo este crime. (FEDOTOV, 2019, p. 1 [6]).

Sobre a temática, o jornalista Leonardo Sakamoto, coordenador da ONG Repórter Brasil, relata:

O tráfico de seres humanos é o terceiro mais lucrativo do mundo, só perde para o de armas e de drogas. Só que ele não tem, nem de perto, a mesma visibilidade e a mesma inserção nos veículos de comunicação do que os outros dois”. A falta de notoriedade desse crime beneficia, apenas, os traficantes, ao passo que a sociedade, comparando-se com as duas outras modalidades de tráfico, anteriormente mencionadas, não recebe informações suficientes para que o conhecimento acerca desse delito se alastre, popularizando-o e fazendo com que os cidadãos fiquem em alerta. (SAKAMOTO, 2016, p. 12 [7]).

Tal situação mostra o quanto a falta de informação sobre essa modalidade criminosa pode gerar impunidade ou uma demora na condenação, fazendo com que esse esquema cresça ainda mais, mesmo diante de tratamento legislativo sobre o tema. Conforme a estatística publicada pelo jornal o Globo em 25 de Julho de 2007 há, no Brasil, 225 casos de tráfico de pessoas na mira das autoridades, sendo que houve 15 condenações judiciais. (SOUZA, 2017, p. 2 [8]). Isso demonstra que o número de condenados é muito inferior ao número de investigados, seja por falta de informação ou outro meio que dificulte a descoberta dos traficantes.

Ao tratar sobre o tema, Luiz Regis Prado relata que o referente assunto ganhou importância na sociedade no fim do século XIX e no século XX quando houve a união dessa sociedade a fim de conter e combater o tráfico de pessoas. (PRADO, 2016, p.10 [9]).

Conforme relata Donna Guy:



O termo “tráfico” está frequentemente associado à linguagem e às preocupações presentes nas convenções internacionais formuladas a partir do início do século XX. Nesse período, os movimentos para proteger as migrantes, predominantemente as europeias e as estadunidenses, do perigo de serem forçadas à prostituição no exterior, lutaram contra o que denominaram “Tráfico de Escravas Brancas” (Guy, 1992. P. 17 e 18 [10]).

Essa noção de tráfico, vinculada à prostituição, dominou a atenção internacional em torno do tema da migração internacional das mulheres, no contexto da internacionalização de mão-de-obra, no período de globalização do capitalismo até as primeiras décadas do século XX. (PEREIRA, 2002, p. 18 [11]).

### **TRATADOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL**

Na virada do século XIX para século XX ocorreu um ápice de fluxo migratório (maior fluxo imigratório já vivido pelo país) (POUPEL, 2001, p. 1 [12]). Surgiram várias denúncias de possíveis tráficos de mulheres e, com isso, na tentativa de minimizar esses problemas, o Brasil começou a criar documentos internacionais com objetivo de combater esse crime.

O Brasil foi signatário do Protocolo de Paris, vindo a ser ratificado em 1905 através do Decreto nº 5.591, de 13 de julho de 1905. Contendo relação sobre aliciamento de mulheres, para serem prostituídas no estrangeiro, prevê o artigo 1º:

Cada um dos Governos contractantes se obriga a nomear ou designar uma autoridade encarregada de

reunir todos os dados relativos ao aliciamento de mulheres, virgens ou não, com o fim de prostituí-las no estrangeiro. Esse funcionário terá a faculdade de corresponder-se directamente com a repartição similar estabelecida em cada um dos outros Estados contractantes. (BRASIL, 1905 [13]).

Esse documento faz com que o governo designe serviços de vigilância para tentar coibir quem são os autores desse tráfico. Já que se trata de crime silencioso e difícil de ser combatido.

Já em 1910 em Paris, é adotada a Convenção Internacional pela Supressão do Tráfico de Escravas Brancas, que ampliou as propostas do primeiro acordo, a fim de combater o recrutamento, o abuso e a coação de mulheres e meninas brancas para fins de práticas imorais. O Brasil também é signatário, e por meio do Decreto nº 16.572, entrou em vigor em 27 de agosto 1924.

No que tange as Convenções de 1904 e 1910, Thalita Carneiro Ary revela que:

O tráfico de seres humanos continuava intrinsecamente conectado com a questão da prostituição. Destaque-se que esses esforços iniciais buscavam proteger mulheres européias, principalmente do leste europeu. Outra crítica comumente proferida às duas convenções anteriormente mencionadas se refere ao fato de haverem demonstrado preocupação apenas com a etapa do recrutamento, negligenciando, assim, a situação da mulher submetida contra seu desígnio a um bordel. (ARY, 2009, p. 30 [14]).

Em 1921, a Liga das nações criou novo documento, a Convenção Internacional para a Repressão do tráfico de Mulheres e Crianças, e incluído no Brasil pelo Decreto nº 28.812, de 30 de janeiro de 1930.





No documento pode-se ver medidas para investigação e punição dos envolvidos com o crime, bem como de punições relativas a tentativa e atos preparatórios.

No ano de 1959, promulgou o Decreto nº 46.981, que inseriu no ordenamento brasileiro a Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio, já ratificada pelo país.

Ademais, a nova Convenção tornou a reprimir a prática da prostituição, vinculando-a com o exercício do tráfico humano, sob o argumento de que ambas as atividades são incompatíveis com o preceito fundamental da dignidade da pessoa humana (SIMÕES, 2017, p. 05 [15]).

Sendo assim, em 2003, surge o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em especial a Mulheres e Crianças, chamado de Protocolo de Palermo, que foi promulgado pela Lei nº 5.017, de 12 de março de 2004. Esse mesmo protocolo ainda permanece vigente até os dias atuais.

Conforme relatório divulgado em 2018 pelo site Politize no Brasil, já existem 241 rotas do tráfico nacional e internacional da exploração sexual de mulheres e adolescentes. Para uma melhor compreensão, devemos atrelar essas rotas às proporções de pobres nos mesmos locais para analisarmos que as regiões com maiores rotas são as mesmas com os maiores índices na proporção de pobreza: na região Norte; são 76 rotas e 43,2% de pobreza; já no Nordeste 69 rotas e 45,8% de pobreza; no Sudeste 35 rotas e 23% de pobreza; no Centro-Oeste 33 rotas e 24,8% de pobreza; enquanto no Sul 28 rotas e 20,1% de pobreza (IGNACIO, 2018, p. 6 [16]).

Na Busca de reter esse índice, em julho de 2018 foi aprovado o Decreto nº 9.440 para o enfretamento ao tráfico de pessoas, com metas para o combate ao tráfico de pessoas.

### **PERFIS DOS ALICIADORES E DAS VÍTIMAS**

O perfil do aliciador pode variar dependendo das situações. Em relação as vítimas, mulheres mais pobres estão mais vulneráveis. A ausência de emprego, as desigualdades de oportunidades, a fome, a falta de educação, a discriminação, a violência doméstica, entre outros, são causas determinantes para facilitação do tráfico de pessoas. Segundo a ONU, foram 5.800 vítimas na América do Sul entre 2012 e 2014, sendo que mais da metade para exploração sexual (...). As estatísticas do ministério, 45% são mulheres e 21% homens, a cor da maioria das vítimas: 15% são pretos e pardos, e 12% são brancos. Por faixa etária, 37% têm de 8 a 17 anos e 34% de 0 a 7 anos, ou seja, as crianças e adolescentes são os mais vulneráveis ao crime, na avaliação do Ministério dos Direitos Humanos (SOUZA, 2017, p. 5 [17]).

Os traficantes apresentam diversas propostas tentadoras para as vítimas dizendo que vão levá-las para serem modelos fora do país, que essa oportunidade é única, que é maneira de conhecer outros países, se tornarem famosas e que com esse grande sucesso que é certo, poderá “dar” uma condição melhor para sua família. Em outras palavras, os traficantes vão com intuito persuadir essas mulheres, que com toda boa-fé aceitam o convite, visando o melhor para sua família e o seu crescimento profissional.



Chegando ao exterior, os traficantes apreendem os documentos das vítimas que só então percebem que foram enganadas, que não era nada que haviam planejado e ali sem se comunicar com a família, amigos, perdem sua liberdade para a exploração sexual, quando não perdem a vida.

Marco Antônio de Barros observa que:

Hoje, esse mal persiste, alimentado por ações geralmente camufladas por um *modus operandi* que é mais sutil (ou mais escondido) em sua operacionalização, sendo dominado pela criminalidade organizada internacional e nacional. Cuida-se do crime denominado tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, típica modalidade de ofensa à dignidade da humana, combatida nos países civilizados, e que produz altíssima rentabilidade ilícita para as organizações criminosas. (BARROS, 2010. p. 10 [18]).

Já José Eduardo Cardozo, ex-ministro da justiça aponta que:

O tráfico de pessoas é um crime subterrâneo, que as vítimas têm vergonha de noticiar e suas famílias também. Por ser muito difícil de detectar, exige sofisticação nas ações de enfrentamento. A compreensão de um fenômeno como o tráfico de pessoas exige dados, levantamento de informações e pesquisa. Este diagnóstico permitirá reflexão e análise para melhorar as ações de prevenção e repressão desse crime que infelizmente ainda existe no século XXI. (CARDOZO, 2017, p. 1 [19]).

As informações transcritas denotam a facilidade em ludibriar essas mulheres através de casa de show, barzinhos, turismo e em site de relacionamento devido seu estado de vulnerabilidade, e por colocar

diversas informações pessoais expondo sua vida em detalhes.

O Estudo da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF) aponta que:

(...) além da inserção feminina, há a masculina no mercado sexual. Também foi evidenciado o aumento da inserção nessas atividades, de mulheres, crianças e adolescentes de classe média, além das classes populares. Existem variações na faixa etária de crianças e adolescentes, porém, destaca-se a idade entre 12 e 18 anos. A maioria é afrodescendente e migra internamente ou para fora do país. (PESTRAF, 2002, p. 1 [20]).

Nos últimos anos se intensificou o tráfico no Brasil diante das adversidades como dificuldade econômica, falta de oportunidade, alto índice de desempregados, salário cada vez menor em relação ao serviço e inferioridade feminina conforme atestam os indicadores sociais (JESUS, 2003, p. 128 [21]).

Portanto, é necessária a busca pela prevenção, pois, sempre é o melhor caminho principalmente quando a causa é tratada na raiz por meio de campanhas conscientizadoras nas regiões de maiores incidências de tráfico internacional de pessoas, diminuindo as situações que as colocam em vulnerabilidade, terem agilidade nas investigações mesmo sabendo que o crime é silencioso e difícil de chegar aos supostos criminosos.

## COM CONSENTIMENTO DA VÍTIMA

Existem casos em que as vítimas têm real conhecimento acerca da exploração à qual será



submetida e, mesmo assim, concorda com a ocorrência do fato. Porém, segundo orientação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tal anuência não afasta a tipicidade da conduta do agente, pois se trata da violação do princípio da dignidade da pessoa humana, ferindo a autonomia e a dignidade inerentes a todo ser humano.

Neste sentido, o Protocolo de Palermo determina explicitamente em seu artigo 3º alínea “b” que “O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a)” (PALERMO, 2004 [22]). Ou seja, presente todos os elementos para a caracterização do conceito tráfico de pessoas (ação, meio, fim) mesmo tendo consentimento da vítima fica configurado o crime.

Vale frisar que para consumação do delito não necessita a exploração em si. Tendo o agente a intenção, já é o suficiente para ser configurada a exploração. Já nos casos excepcionais, Edirani Lanes de Oliveira relata:

Deve-se chamar atenção para as particularidades que dizem respeito a casos de tráfico de crianças ou adolescentes. Em situações como essas, a utilização dos meios referidos pelo Protocolo de Palermo é considerada irrelevante, uma vez que uma pessoa com menos de 18 (dezoito) anos de idade, segundo os tratados internacionais, não tem capacidade para consentir com seu transporte ou com a exploração de seu trabalho. (OLIVEIRA, 2014, p. 5 [23]).

Na doutrina brasileira há muitas controvérsias a

respeito da temática. Uma corrente adota a teoria da imputação objetiva, quando há o consentimento da vítima exclui-se a tipicidade do tráfico de pessoas, pois o consentimento a vítima com a exploração do seu corpo não será punida a atitude do traficante conforme Luís Flávio Gomes. Contra essa corrente, Lilian Soares Nunes defende que essa teoria (imputabilidade objetiva) pode gerar injustiças, pois a pessoa traficada não seria mais considerada vítima, mas sim culpada.

Ao versar sobre o tema, Damásio de Jesus esclarece que:

(...) o conhecimento da vítima passa pelo viés discriminatório da questão sexual. Analisando o protocolo de Palermo, há duas formas de prostituição: a voluntária e a involuntária (forçada). Em relação à voluntária, o entendimento majoritário é de que não se pode caracterizar o crime de tráfico de seres humanos. Porém, se de forma involuntária, engano ou coerção, fica identificado o crime de tráfico. (DAMASIO, 2016, p. 35 [24]).

Quase todos os casos se aplica a caracterização por crime de tráfico de pessoas, uma vez que o legislador entende que mesmo o consentimento fere o princípio da dignidade da pessoa humana.

#### IV. CONCLUSÃO

Conclui-se com base em todo conteúdo apresentado que o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual é um crime do século, altamente silencioso, complexo, visto como atividade lucrativa, apesar de toda degradação das



vítimas e dos entes familiares.

Diante disso, nota-se que o combate não tem sido eficaz, pois, nos últimos anos as estatísticas vêm crescendo, diante das dificuldades de localizar as supostas organizações criminosas.

No entanto, para que haja o enfrentamento diante desse crime e necessária a ratificação do protocolo de Palermo pelo maior número de países, possibilitando a criação de medidas ante exploração, e que não fique só no papel que haja efetividade em sua aplicação, para que assim possam buscar uma sociedade livre dessa rede criminosas.

Portanto, o direito internacional por meio de tratados e convenções precisa de medidas mais enérgicas e árduas para parar esse crime, que vem crescendo aos olhos da sociedade, além de uma dedicação profunda dos Estados, com medidas eficazes, para que esse objetivo possa ser alcançado. Por derradeiro, deve-se alertar a população para que busque informações sobre a empresa que está contratando, leia atentamente o contrato de trabalho e, se tiver dúvida, procure auxílio de um profissional especializado na área. Tais medidas, embora simples, se apresentam como formas de inibir/dificultar que esses traficantes façam novas vítimas.

## V. AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pela força de todos os dias, a minha orientadora por todo suporte durante o desenvolvimento do artigo e a faculdade FDCL, por incentivar os alunos a sempre pesquisar, pois, é através da pesquisa que mudaremos os pensamentos enraizados do passado e chegaremos a patamares jamais alcançados.

## REFERÊNCIAS

- [1] RODRIGUES, Thaís de Camargo. Tráfico internacional de pessoas para exploração sexual. 1ª. ed. São Paulo - Saraiva, 2013.
- [2] e [24] MOURA, Nathalia de Cassia Figueiredo, Tráfico Internacional De Mulheres Para a Exploração Sexual, 2007, pag 8, Monografia, Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2007.  
<http://arquivo.fmu.br/prodisc/direito/ncfm.pdf> (acesso em 02/08/2019).
- [3] e [22] PALERMO. Lei nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm) (acesso em 11/05/2019).
- [4] e [7] MEDEIROS, Maria A. de B. Silva. Tráfico Internacional de Pessoas.  
<https://alicebsm.jusbrasil.com.br/artigos/383893203/trafico-internacional-de-pessoas> (acesso em 11/05/2019).
- [5] e [9] OLIVEIRA, Edirani Lanes. Tráfico De Pessoas Para Fim De Exploração Sexual E Seu Crescimento Silencioso.  
<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/3910/trafico-pessoas-fim-exploracao-sexual-seu-crescimento-silencioso> (acesso em 12/05/2019).
- [6] UNODC, Número de casos de tráfico de pessoas atinge recorde em 13 anos, indica relatório.  
<https://nacoesunidas.org/numero-de-casos-de-trafico-de-pessoas-atinge-recorde-em-13-anos-indica-relatorio/> (acesso em 11/05/2019).
- [8] SOUZA, André de. Brasil tem 225 casos de tráfico de pessoas sendo investigados, aponta MPF  
<https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-225-casos-de-trafico-de-pessoas-sendo-investigados-aponta-mpf-21629978> (acesso em 31/05/2019).





[10] GUY, Donna. Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo. <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisatraficopessoas3.pdf> (acesso em 02/08/2019).

[11] PEREIRA, Cristiana Schettini. Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo. <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisatraficopessoas3.pdf> (acesso em 02/08/2019).

[12] POUBEL, Mayra. Imigração para o Brasil nos séculos XIX e XX. <https://www.infoescola.com/historia/imigracao-para-o-brasil-nos-seculos-xix-e-xx/> (acesso em 31/05/2019).

[13] BRASIL. DECRETO N° 5.591, DE 13 DE JULHO DE 1905. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1900-1909/D05591.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1900-1909/D05591.html) (acesso em 31/05/2019).

[14] ARY, Thalita Carneiro. O tráfico de pessoas em três dimensões: evolução, globalização e a rota Brasil-Europa. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4359> (acesso 02/08/2019).

[15] SIMÕES, Marina Costa. Violência De Gênero e o Tráfico Internacional De Mulheres [http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2017/09/marina\\_simoes\\_20171.pdf](http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2017/09/marina_simoes_20171.pdf) (acesso em 31/05/2019).

[16] IGNACIO, Julia. Tráfico De Pessoas: Como é Feito no Brasil e no Mundo?

<https://www.politize.com.br/trafico-de-pessoas-no-brasil-e-no-mundo/> (acesso em 31/05/2019).

[17] SOUZA, André de. Brasil tem 225 casos de tráfico de pessoas sendo investigados, aponta MPF <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-225-casos-de-trafico-de-pessoas-sendo-investigados-aponta-mpf-21629978> (acesso em 31/05/2019).

[18] BARROS, Marco Antonio. LEX. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 1° ed. São Paulo. Lex Editora, 2010. 511p.

[19] CARDOZO, José Eduardo. Brasil e ONU lançam estudo inédito sobre tráfico de pessoas e fundam comitê da campanha Coração Azul. <https://nacoesunidas.org/brasil-e-onu-lancam-estudo-inedito-sobre-trafico-de-pessoas-e-fundam-comite-da-campanha-coracao-azul/> (acesso em 12/05/2019).

[20] PESTRAF. Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil.

<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/2003pestraf.pdf> (acesso em 12/05/2019).

[21] JESUS, Damásio de. livro: Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil; editora Saraiva.

[23] OLIVEIRA, Edirani Lanes. Tráfico De Pessoas Para Fim De Exploração Sexual E Seu Crescimento Silencioso. <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/3910/trafico-pessoas-fim-exploracao-sexual-seu-crescimento-silencioso> (acesso em 12/05/2019).



## **ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E A SUA PROTEÇÃO PELO BEM JURÍDICO DA FAMÍLIA COM NOVAS CONSEQUÊNCIAS PENAIS**

Anderson Burke<sup>1</sup>, Gabriela Burke<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Advogado e sócio da Burke Advogados. Atuação docente nos cursos de graduação em Direito e Pós-Graduação em Ciências Criminais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV/ES) e Centro de Ensino Superior de Vitória (CESV/ES). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV/ES). Especialista em Ciências Criminais, Direito Constitucional e Direito Tributário. Presidente da Comissão de Advocacia Criminal e Política Penitenciária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/ES).; \*E-mail: anderson@burke.com.br

<sup>2</sup> Advogada e sócia da Burke Advogados. Especializando em Direito Penal Econômico e Direito Tributário; \*E-mail: gabriela@burke.com.br

**Resumo** – Animais de estimação na atualidade brasileira, por diversos fatores culturais e socioeconômicos, provocam no ser-humano sentimentos e comportamentos essenciais para o seu bem-estar e satisfação pessoal. Muitas famílias adotam animais que se tornam verdadeiros membros da família na qualidade análoga de “filhos”, os quais recebem carinho e proteção diante da alegria e amor que proporcionam no seu cuidado. O mal causado a um animal doméstico (atual ou potencial), um ser completamente vulnerável, seja através de maus-tratos, subtração, sequestro, abandono, lesões corporais ou morte, dentre outras condutas danosas, provoca ao seu tutor e familiares dor, sofrimento, tristeza, revolta, dentre vários outros sentimentos maléficis quando ocorre alguma agressão ao ser sob sua proteção. Por esse motivo, questiona-se a natureza do bem-jurídico violado e a proporcionalidade das estratégias de retribuição e prevenção utilizadas contra as condutas lesivas a referidos animais na qualidade de domesticados. O

meio-ambiente, bem jurídico de natureza supraindividual, protege o animal em sentido amplo e, pelas peculiaridades apresentadas ao animal doméstico, não o inclui no seu âmbito de proteção, haja vista que o animal nessa condição moderna transcende ao meio-ambiente e se projeta para o bem-jurídico da família, este de natureza individual e que merece melhor e sensível atenção por ser responsável pela estabilidade do primordial núcleo político de uma sociedade, a família.

**Palavras-chave** – Direito Penal Animal. Animais Domésticos. Bem Jurídico. Família. Meio-ambiente. Teoria da Pena.

**Abstract** – Pets in Brazil today, due to several cultural and socioeconomic factors, provoke feelings and behaviors essential to their well-being and personal satisfaction in humans. Many families adopt animals that become true members of the



family in the similar quality of “children”, who receive affection and protection in the face of the joy and love they provide in their care. The harm caused to a domestic animal (current or potential), a completely vulnerable being, whether through abuse, abandonment, bodily injury or death, causes its guardian and family members pain, suffering, sadness, revolt, among many other feelings harmful when aggression occurs while being under their protection. For this reason, the nature of the violated legal good and the proportionality of the retribution and prevention strategies used against the harmful conduct against said animals as domesticated animals are questioned. The environment, a juridical asset of a supra-individual nature, protects the animal in a broad sense and, due to the peculiarities presented to the domestic animal, does not include it in its scope of protection, given that the animal in this modern condition transcends the environment and projects for the family's legal well-being, which is of an individual nature and deserves better and sensitive attention for being responsible for the stability of the primordial political nucleus of a society, the family.

**Keywords:** – Animal Criminal Law. Domestic animals. Very Legal. Family. Environment. Theory of Penalty.

## I. INTRODUÇÃO

O direito penal animal a cada dia ganha maior relevância na discussão do direito brasileiro em várias searas do ordenamento jurídico, seja no direito civil, especialmente o direito de família e das coisas, e no direito penal. Fora as cláusulas pétreas, toda norma jurídica é passível de alteração

para se adequar à realidade social, sob pena de ser uma mera folha de papel desatualizada e nociva aos anseios jurídicos de uma sociedade.

A violência contra animais, de um modo amplo pela atual legislação protetora da Lei de Crimes Ambientais, provoca em muitas ocasiões revolta social e sentimento de impunidade com relação às infrações penais praticadas e suas consequências penais.

Busca-se aqui a análise, sobretudo do animal de estimação, aquele que é adotado por inúmeras famílias brasileiras e passam a compor a instituição familiar. Nutre-se, com referido ser, sentimentos especiais e essenciais para o ser-humano, além de cuidados afetuosos por ser, em qualquer ocasião, um ser vulnerável.

No primeiro capítulo se buscará o conhecimento sobre o instituto do bem jurídico, relacionando-o quanto ao conceito material do direito penal como razão substancial de existência e criação da norma penal. Diante da natureza do bem jurídico, se constatará sua relação com a teoria da pena na criação de estratégias legislativas no sentido de se impor proporcionalmente as finalidades de retribuição e prevenção de crimes, através da quantidade de pena determinada no preceito secundário da norma penal.

Ao se avançar ao segundo capítulo, se analisará a figura específica do animal doméstico na sociedade brasileira moderna, no sentido de se avaliar o grau de importância e a essencialidade que representa na vida de um ser-humano, ainda que seja em caráter potencial, sem necessariamente ser adotado por um ser-humano ou que esteja em condição de abandono nas ruas.

Logo em seguida, se conhecerá a essência do



bem jurídico da família, no intuito de se ter como premissa a possível adequação do animal doméstico como componente ou não de uma entidade familiar, no que toca aos seu papel e sentimentos que compartilha com o ser-humano.

Após a explanação referida acima, será avaliada a atual proteção dos animais domésticos pelo bem jurídico do meio-ambiente, e, com isso, consequentemente a legislação dos crimes ambientais quanto ao crime de “maus tratos” previsto no art. 32 da Lei 9.605/98, considerado de menor potencial ofensivo. Após o conhecimento da norma citada, se avaliará se o tratamento pelo bem jurídico do meio-ambiente está adequado ao que se vivencia na sociedade brasileira por possível atual e crescente necessidade de maior retribuição e prevenção às condutas danosas aos seres vulneráveis aqui tratados.

Vencida a análise referida acima, mais uma vez se aprofundarão os estudos no sentido de se avaliar se os animais domésticos hoje são componentes da família brasileira, e, com isso, se deveriam ser protegidos pelo bem jurídico da família previsto no Código Penal. Além disso, será verificado se o preceito secundário do tipo penal que proíbe abandono, subtração, sequestro, maus tratos, lesões corporais ou morte de animais domésticos deve ou não ser correspondente aos crimes de médio ou alto potencial ofensivo, a partir do grau de culpabilidade e proporcionalidade do mal que provocam não somente sobre o animal, mas sobretudo e diretamente ao ser-humano enquanto entidade familiar.

Na eventualidade do enrijecimento do tratamento penal com o possível aumento das penas, no campo prático se diminuiria as possibilidades de

institutos despenalizadores e, caso atendidos os requisitos legais, poderá ser legitimar a decretação de prisão preventiva em casos necessários e adequados, assim como a aplicação de penas a serem cumpridas em regime semiaberto ou fechado, a depender da quantidade de pena e condições pessoais do condenado como a reincidência.

Não se pretende aqui comparar o valor de uma vida humana com a vida de um animal doméstico. Isso não é e não merece ser objeto de estudo, pois não é plausível de ponderação científica. Caso fosse esse o intuito, o debate aqui seria sobre a violação ou não do direito à vida previsto no Código Penal, o que é de longe a situação presente. O que realmente se determina no presente estudo, é a aferição do grau de sofrimento que a violação ao animal doméstico provoca diretamente no ser-humano e em sua entidade familiar, o que transborda e vai além dos danos provocados ao meio-ambiente na ocasião do abandono, subtração, sequestro, maus tratos, lesões corporais ou morte de um animal e possivelmente necessita de um tratamento mais contundente da norma penal por violar o bem jurídico penal da família.

## II. MATERIAIS E MÉTODOS

O método dedutivo foi escolhido para ser utilizado na pesquisa, uma vez que se buscou partir das premissas para se alcançar a hipótese através de bibliografias para sistematizar e analisar os conceitos dos institutos penais investigados, com o intuito de se realizar uma devida interpretação e se responder ao problema de pesquisa aqui debatido.





### III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 1. BEM JURÍDICO E A PROPORCIONALIDADE NA TEORIA DA PENA

A razão de existência de uma normal penal é a violação a bem jurídico de terceiro, o que desvela o conceito material de crime na melhor teoria que lhe é pertinente.

Segundo a doutrina e majoritária que hoje prevalece, a criminalização de uma conduta somente é possível quando existe, ainda que em caráter potencial concreto ou abstrato, efetivo dano ou perigo de dano a bem jurídico de terceiro.

As ideias lançadas acima são fundamentais para se investigar a relação que a natureza do bem jurídico possui com a construção do preceito secundário do tipo penal. Preceito secundário consiste na quantidade de pena mínima e máxima em abstrato prevista para uma infração penal.

Necessita-se do aprofundamento dessa noção sobre a construção dos tipos penais, pois temos que compreender de modo científico o porquê de que determinadas condutas possuem consequências penais mais brandas ou mais gravosas a depender do artigo de lei violado.

Pela teoria da pena, a lei penal possui a tripla finalidade de retribuir, prevenir e ressocializar. Retribuir é o mesmo que se castigar o agente infrator pela conduta ilícita praticada, devolver o mal causado. Prevenir é se utilizar de estratégias legislativas e judiciárias para se intimidar o agente infrator para que não pratique crimes, tais como o tempo previsto de prisão, o sucesso da aplicação da pena e o peso causado por uma reincidência. Por

último, tem-se a ideia de ressocialização, etapa posterior aos critérios de criminalização primária e que sucede o processo criminal no âmbito da execução penal.

Ao que nos interessa no presente estudo, são as estratégias legislativas de retribuição e prevenção quanto à teoria da pena.

Engana-se quem pensa que a pena privativa de liberdade é um instituto puramente benevolente que busca somente a ressocialização do agente infrator. O tempo previsto da pena fixada na sentença, busca, também, retribuir o mal causado pela conduta delituosa praticada, ou seja, castigar o infrator com a privação de sua liberdade.

O que deve se ficar claro é que a pena privativa de liberdade não pode se resumir em retribuição e castigo, que é a condição mais fácil de se deixar acontecer, pois para que se cumpra referida finalidade basta se restringir a liberdade apenado e deixa-lo à deriva entre quatro paredes sem o devido acesso aos seus direitos e garantias fundamentais, o que é inaceitável. Necessita-se de se existir efetivamente as políticas de ressocialização atuando de modo preponderante e concomitante frente à retribuição, além de outras vias de responsabilidade, como justiça restaurativa ou mecanismos de responsabilidade civil, que busquem efetivamente restaurar ou reconstruir o bem jurídico violado pelo agressor.

Também ao que interessa ao presente estudo, temos as estratégias legislativas de prevenção geral negativa e positiva. Prevenção geral negativa consiste na intimidação da sociedade em face da quantidade mínima e máxima prevista em abstrato do tipo penal, ou seja, é a ideia de que a prática do crime não vale a pena diante do tempo de privação



de liberdade que potencialmente pode se ficar. Prevenção geral positiva consiste na intimidação da sociedade através da efetividade da aplicação da lei penal em concreto em determinado julgamento, o que se passa a ideia de credibilidade ao Estado, bem como de que aquele que delinquir será factualmente privado de sua liberdade.

Lançadas as ideias acima, sabe-se que as estratégias de retribuição e prevenção, que buscam precipuamente a proteção do bem jurídico pelas consequências jurídicas que impõe, obedecem ao princípio da proporcionalidade no processo de criminalização primária na posituação do tipo penal. Ou seja, uma pena deve ser prevista abstratamente de modo proporcional ao grau de reprovação que consiste na gravidade da conduta praticada, o que tem relação direta com a espécie do bem jurídico violado.

Temos na legislação penal inúmeros bens jurídicos que são protegidos pelo direito penal. O que os diferencia? A essencialidade que representam ao ser-humano, seja no aspecto individual ou supraindividual, de caráter coletivo.

Quanto mais essencial ao ser humano o bem jurídico for, maior será o rigor das estratégias da teoria da pena voltadas à retribuição e prevenção das condutas praticadas. Portanto, quanto mais essencial o bem jurídico, maiores serão as penas e mais gravosas as consequências penais e o tratamento penal dispensado.

## **2. ANIMAIS DOMÉSTICOS E A SUA IMPORTÂNCIA NA CULTURA BRASILEIRA**

Além da noção do bem jurídico e sua relação com a teoria da pena, antes de avaliarmos a

natureza e classificação do bem jurídico relativo aos animais domésticos, objeto central do presente estudo, importante se compreender a essência que esses seres representam ao ser-humano que vivencia a realidade moderna brasileira e se são passíveis de proteção pela legislação penal.

Devido a diversos fatores culturais e socioeconômicos, as famílias brasileiras passaram a adotar animais domésticos, em sua maioria cachorros e gatos, os quais passam a exercer importante papel afetivo no seio familiar.

Destaca-se alguns fatores, os quais descreveremos abaixo.

Primeiramente, é uma questão meramente cultural, haja vista que o Brasil se situa no mundo ocidental de matriz preponderante capitalista. Existe um mercado que fomenta o consumo de produtos e utensílios voltados para animais domésticos, e, conseqüentemente, a criação deles em seus lares.

Além disso, a cada década que se passa as famílias brasileiras passam a gerar menos filhos, chegando-se, atualmente, até mesmo nenhum filho em muitos lares, o que fomenta a procura por animais de estimação para se preencher os sentimentos afetivos.

Os fatores citados acima, embora sejam frios e pragmáticos, apenas são mencionados a título de se justificar a chegada ao ponto essencial que buscamos explorar na análise da importância dos animais domésticos.

Fora os fatores citados acima, com a evolução dos direitos humanos e o surgimento de novas ciências no bojo das ciências criminais, como a vitimologia e o próprio direito animal, a sociedade moderna passa a aperfeiçoar seus valores de humanização, o que transcende e alcança os



animais em sentido amplo, sejam silvestres, da pecuária ou domésticos.

Visualiza-se a criação desses valores de humanização do tratamento com todos animais. Cita-se a mudança com os animais na pecuária, haja vista que são criados unicamente para o abate para fins de alimentação, porém com políticas de ministração digna e sem sofrimento. Visualiza-se a criação da cultura do vegetarianismo e veganismo, estas também vocacionadas ao não abate dos animais. Além disso, diversas ONG's combativas e voltadas contra o abandono e maus-tratos a animais de rua.

Tem que se ter como premissa sobre o animal doméstico, em sentido estrito, nosso objeto de estudo, que é um ser que sempre será considerado vulnerável em sua essência e sem a capacidade de autodeterminação ou defesa.

Antes de falarmos profundamente sobre os animais domésticos efetivamente adotados, importante se observar que a sociedade brasileira desenvolve sentimentos afetivos inclusive a animais de natureza doméstica, como cães e gatos, ainda não adotados, sejam eles abandonados ou recém nascidos. Quando se pratica violência contra um ser nessas condições, o ser-humano é afetado e desenvolve fortes sentimentos e comportamentos deletérios.

O animal doméstico que é adotado para viver num lar brasileiro, passa a receber tratamento análogo ao qual um "filho" receberia pela entidade familiar. Por esse motivo, passa a nutrir e a desenvolver com o ser-humano sentimentos essenciais e afetuosos ao bem-estar da pessoa humana como o amor, carinho, amizade, lealdade e gratidão, o que gera cuidado e carinho por ambos os seres.

Logo, são visualizadas algumas evoluções das interpretações da legislação civil e penal. No que

toca à legislação civil, o direito civil passou a prever a guarda compartilhada ou unilateral do animal doméstico na ocasião de divórcio ou dissolução da união estável. Além disso, existe projeto de lei (PLC 27/18) já aprovado no Senado Federal que passa a tratar o animal doméstico como sujeito de direitos e não mais como coisa.

No direito penal, o reflexo se dá sobre a subtração dos animais de estimação, uma vez que não poderão mais constar como objeto do crime de furto, pois não poderão mais ser considerados "coisa alheia móvel".

Por todo o exposto, nota-se que na sociedade moderna brasileira o animal doméstico passa a ter relevante papel no bem-estar familiar do ser-humano, este que devido ao seu processo de evolução ao longo da história, inseriu na instituição de sua família o animal de estimação, preponderantemente cães e gatos, o que necessariamente necessita de proteção contra a violação por terceiros.

### **3. BEM JURÍDICO DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA**

A família é o bem jurídico previsto no art. 226 da Constituição da República Federativa do Brasil, considerada pela própria carta magna brasileira como a base da sociedade.

Honrosa a consideração da Constituição brasileira, haja vista que a família, dentre os vários núcleos políticos existentes numa sociedade, é o mais imediato, sensível e menor grau de organização social, o que se requer diversos cuidados legislativos e do poder executivo, além de um tratamento judicial especial.



Para além da Constituição, a família enquanto bem jurídico é igualmente protegida por disposições constantes no Código Civil e no Código Penal, as quais buscam preservar o bem-estar do ser-humano enquanto um ser com sentimentos, que necessita de cuidados essenciais como alimentação, educação, saúde, amor e carinho, e que precisa desses direitos para se desenvolver com integridade e saúde física ou mental no seio da família que lhe gerou ou adotou.

A família é o instituto responsável por preservar o direito de amar e ser amado, bem como de se ter a possibilidade da multiplicação dos bons sentimentos, além de um ambiente harmonioso e alegre.

É nesse sentido que se cria o afeto, palavra importante que significa um estado de espírito ou de alma, seja por um ser-humano ou por um animal, que se desvela como adoração, afeição, admiração, amor, apego, benquerença, carinho, dedicação, dileção, estima, meiguice, simpatia e ternura. Ou seja, todos aqueles bons sentimentos essenciais para o desenvolvimento de uma vida plena com felicidade e bem-estar.

A família está ligada ao instinto humano de autopreservação e proteção. Acontece que, assim como todos os institutos existentes pelo mundo, a entidade familiar está em constante evolução.

Toca-se neste ponto, pois em tempos obscuros e não muito distantes, apenas se reconhecia uma entidade familiar entre um homem e uma mulher. Hoje, ainda bem e graças à luta da ciência e movimentos sociais, não mais é considerado como família somente a união entre homem e mulher. Famílias também são a união entre duas ou mais mulheres, dois ou mais homens, três ou mais mulheres ou homens. Nenhum, um, dois, três,

quatro, cinco ou mais filhos, não existe mais um padrão da quantidade ideal ou determinado para uma família.

Aproveitamos a observação feita acima, sobre a evolução da essência e conceito da moderna entidade familiar brasileira, para se chamar a atenção para inclusão dos animais de estimação, atuais ou potenciais, estes que de modo recíproco desenvolvem sentimentos pertinentes ao afeto com o ser-humano e passam a ser vistos pelo Direito como um ser sujeito de direitos e que, por excelência, merece a inserção no círculo de proteção dispensado à entidade familiar prevista na Constituição.

Desta forma, dada a importância do bem jurídico da família para o ser-humano e para o animal de estimação, forçoso é se realizar um olhar que possa adequar a cultura e a realidade social brasileira para o que está inscrito na Constituição e legislações infraconstitucionais para que correspondam às atuais relações jurídicas que se realizam na sociedade moderna brasileira.

#### **4. A ATUAL E ULTRAPASSADA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS PELO BEM JURÍDICO DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE**

Os animais de estimação atualmente são compreendidos e protegidos pelo bem jurídico do meio-ambiente através da Lei de Crimes Ambientais, qual seja a Lei nº 9.605/98.

O meio-ambiente, bem jurídico de natureza supraindividual, consiste na proteção da coletividade enquanto protetor dos animais em sentido amplo, *lato sensu*. Quando falamos animais em sentido amplo, neles estão inseridos os animais





selvagens, da pecuária e de estimação, estes que sejam domésticos ou domesticáveis.

A intenção do legislador em proteger os animais enquanto meio-ambiente contra violações de terceiros, é se garantir um meio-ambiente equilibrado e sustentável, com a finalidade de se garantir a perpetuação da espécie humana através da manutenção de todas as outras espécies e a salubridade da cadeia alimentar.

Entretanto, pelas constatações feitas nos capítulos anteriores, ficou nítido que o atual papel desempenhado e representado pelo animal doméstico na sociedade moderna brasileira, transcende e vai além da finalidade buscada pelo bem jurídico do meio-ambiente ao se tipificar as condutas criminosas.

Devido à importância do animal para o ser humano, além do dano inquestionável ao meio-ambiente, de modo preponderante e abissal, existe igualmente o dano à família enquanto bem jurídico penal.

O tratamento hoje que prevalece, porém está ultrapassado no que diz respeito aos animais de estimação, entende que na eventualidade da prática de maus-tratos, se terá a incidência do art. 32 da Lei 9.605/98, que possui a pena mínima de 3 (três) meses a 1 (um) ano de detenção, ou multa. A Lei de Crimes Ambientais trata igualmente todos animais, independentemente se são de estimação, selvagens ou da pecuária.

Quando um indivíduo decide de modo deliberado torturar, abandonar, lesionar, mutilar, matar um animal doméstico, do mesmo que se lesionar um animal selvagem ou destinado à pecuária, a consequência penal que se gera é uma pena máxima de 1 (um) ano de detenção.

Antes de se explicar as consequências penais

pertinentes, importante se destacar que hoje no Brasil a repercussão negativa é tremenda contra referidos atos, o que muitas vezes se desvela em manifestações munidas com sentimento de impunidade e revolta contra a ausência de políticas efetivas e até mesmo rigorosas que possam auxiliar no desestímulo à violência animal que machuca o sentimento de muitos seres-humanos.

Quando se viola um animal de estimação com o tutor identificado que pertença a uma família que já tenha o adotado, o dano é individual e não à coletividade e fica-se muito clara a transcendência ao bem jurídico do meio-ambiente. É possível o dano à coletividade enquanto sentimento familiar quando o animal ainda não foi adotado por um ser humano ou esteja em situação de abandono.

Para se explicar o porquê do fato de que um indivíduo quando, por exemplo, mata um cachorro a sangue frio ou realiza a tortura um gato, é flagrado, denunciado por populares e, posteriormente, conduzido à delegacia, saindo rapidamente de lá e volta para a sua residência instantes após adentrar. A resposta está unicamente e puramente nas letras da lei penal.

Policiais, delegados de polícia, advogados, promotores de justiça, nem tampouco juízes têm o poder ou função de se tornarem justiceiros. Todos eles possuem o papel de interpretar a norma penal e aplica-la segundo o seu melhor entendimento ao caso concreto.

Diante da pena máxima ao crime de maus-tratos a animais previsto na norma prevista no art. 32 da Lei 9.605/98, nota-se que se trata de um crime de menor potencial ofensivo, pois a pena máxima não ultrapassa 2 (dois) anos. Por essa característica, passa a ser ter incidência os ditames da Lei 9.099/95 dos

juizados especiais criminais, a qual prevê diversos institutos despenalizadores ao sujeito infrator.

Ou seja, hoje, pela atual legislação e tratamento penal, quando o indivíduo é flagrado ou é noticiado fato de maus tratos a animal de estimação, o delegado de polícia quando da autuação desse indivíduo, faculta ao agressor a prerrogativa que tem de assinar um termo circunstanciado, que é o compromisso em comparecer ao Juizado Especial Criminal para uma audiência de conciliação ou transação penal, conforme está previsto no art. 69 da Lei 9.099/95. Esse é o motivo do indivíduo retornar logo em seguida para sua residência após adentrar na delegacia, mesmo que seja claramente o autor de um crime contra um animal.

Mais a frente, já perante o juiz, ele pode realizar uma transação penal com o Ministério Público que muitas vezes consiste no pagamento de um valor abaixo de um salário mínimo ou o pagamento de uma cesta-básica a uma instituição de caridade.

Caso o indivíduo agressor não possua direito aos institutos citados, pode requerer a suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei 9.099/95, e, na sua impossibilidade, gozar do acordo de não persecução penal ou da substituição de sua pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

Na pior das hipóteses, num cenário muito improvável, o indivíduo pode ser condenado à pena máxima de 1 (um) ano de detenção inicialmente em regime aberto.

Por toda a explanação acima, em respeito ao princípio da proporcionalidade das cautelares pessoais processuais penais, não é cabível a prisão preventiva quando se pratica, ainda que de forma reiterada, violência contra animais domésticos.

Frisa-se, ainda, que com a aprovação do PLC

27/2018, com o empoderamento do animal de estimação que deixa de ser coisa e passa a ser sujeito de direitos, a sua subtração por terceiros ou a sua apropriação quando perdidos na rua, deixa de ter previsão legal, pois não é mais um dano ao patrimônio e, portanto, se torna um fato atípico sem proteção penal, o que é inadequado à realidade da família moderna brasileira.

Hoje, inclusive, caso haja o sequestro de um animal de estimação com a exigência de pagamento de quantia em dinheiro como recompensa de sua devolução ou libertação, igualmente não possui previsão legal e, portanto, é um fato atípico e também inadequado à realidade da família moderna brasileira.

A Lei de Crimes Ambientais, por não representar uma lesão direta ao ser-humano, busca de modo precípua a reparação do dano ambiental para a manutenção de um meio-ambiente equilibrado e perpetuação da vida humana. Desta forma, devido ao seu caráter supraindividual que é impessoal e não individualizável, conta com estratégias brandas no que toca à retribuição e prevenção, o que reflete num tratamento penal considerado leve e de menor potencial ofensivo.

Demonstrado que é inadequado e ultrapassado hoje se proteger o animal doméstico pelo bem jurídico do meio-ambiente, passamos agora à análise da família enquanto bem jurídico protetor dos animais de estimação na legislação penal.

## **5. A NECESSIDADE MODERNA DA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS PELO BEM JURÍDICO DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA**

Conforme já demonstrado no terceiro capítulo, a família é prevista como um instituto fundamental



da pessoa humana com previsão no art. 226 da Constituição, com proteção tanto pela legislação civil como pela legislação penal.

Na legislação penal, que é o que mais nos interessa no presente estudo, os crimes contra a família estão previstos entre os artigos 235 e 249 do Código Penal.

É muito claro que as condutas violadoras aos animais domésticos que serão sistematizadas no presente capítulo, não encontra abrigo suficiente na Lei de Crimes Ambientais, haja vista que em referida hipótese o que se fere drasticamente é o sentimento familiar do ser-humano que tutela e cuida do animal violado.

Importante se repetir que a família é o imediato e mais sensível núcleo político de uma sociedade e que requer muitos cuidados e zelo legislativo para que se possa manter a salubridade do bem-estar humano, bem como o respeito com o meio-ambiente que o circunda.

Em vista da constatação de que o tratamento penal adequado sobre violações a animais domésticos deve ser revisto e inserido no Código Penal no título pertinente aos crimes contra família, qual seja o Título VII, passa-se a sistematização dos tipos penais que devem ser criados para garantir a integridade do bem jurídico da família enquanto protetor dos *pets*.

Antes de realizar essa sistematização necessária, importante se recordar que o tratamento brando pela 32 da Lei 9.605/98 à prática de maus-tratos contra animais de estimação não é proporcionalmente adequada à culpabilidade que a sociedade moderna brasileira necessita, no que diz respeito às finalidades de retribuição e prevenção da pena privativa de liberdade no Brasil.

Repita-se, também, que as condutas de tortura, maus-tratos, lesões corporais e morte de animais de estimação hoje encontra a guarida indevida no art. 32 da Lei 9.605/98, o que geral inefetividade na retribuição e prevenção destas condutas descritas.

Além disso, outras violações como subtrações, apropriações de animal achado, sequestro e vilipêndio de carcaça de animal não possuem tipicidade penal e acontecem em demasia no dia-a-dia, o que acaba por violar o sentimento e estrutura familiar do ser-humano.

Desta forma, por todas as razões expostas, é necessário se proteger o ser-humano enquanto entidade familiar e os animais domésticos devido à circunstância a que ocupam atualmente na sociedade moderna brasileira, no título pertinente aos Crimes Contra a Família.

É necessário se criar tipos penais específicos voltados a criminalizar: 1) a apropriação, sem a busca do real tutor, de animal de estimação achado; 2) subtração de animal de estimação; 3) sequestro de animal de estimação; 4) extorsão mediante sequestro de animal de estimação; 5) tortura de animal de estimação; 6) maus-tratos de animal de estimação; 7) lesão corporal a animal de estimação; 8) morte de animal de estimação; e vilipêndio à carcaça de animal de estimação.

Importante se deixar claro que merece tutela pela norma penal pertinente aos crimes contra a família também aquele animal que, por sua espécie, seja naturalmente de estimação, como cães e gatos, e que ainda não tenha sido adotado, seja por ser recém-nascido ou esteja em situação de abandono nas ruas brasileiras. Óbvio que a culpabilidade, consequências do crime e a proporcionalidade da sanção penal se acentua quando a violação é contra



um animal que já esteja inserido num lar e com a instituição familiar identificada, o que poderá culminar na criação de figuras majorantes ou minorantes, a depender das estratégias legislativas.

Além disso, diante do severo dano que se provoca diretamente ao ser-humano enquanto sua instituição e sentimento familiar, bem como, a partir da nova legislação civil, contra um ser sujeito de direitos que são os animais domésticos na era moderna, é coerente que passe a ser classificado referidos crimes como de médio a alto potencial ofensivo no que toca às estratégias legislativas na criação dos tipos penais.

Fora as críticas justas e coerentes à execução da pena privativa de liberdade, se referindo unicamente ao caráter legislativo no atendimento às finalidades da teoria da pena, devido ao grande respeito que é devido hoje não somente ao animal de estimação mas igualmente ao ser-humano que lhe tem em sua família, as consequências penais tem que ser suficientes no que tange à retribuição e prevenção de referidas condutas, ou seja, as penas tem que ser mais altas.

Com a elevação das penas sobre as condutas violadoras aqui sistematizadas se possibilitará, na ocasião de violações a animais de estimação a prática da prisão em flagrante, a decretação de prisão preventiva quando adequada e necessária, assim como a fixação dos regimes semiaberto e fechado na aplicação da pena quando forem cabíveis.

Imprescindível a ressalva de que a pena privativa de liberdade tem que vir acompanhada de medidas abolicionistas de responsabilização que visem a reparação do dano, seja de modo patrimonial por meios expropriatórios ou até mesmo pelos meios que a justiça restaurativa

futuramente possibilite, haja vista a crise da pena privativa de liberdade. O que se acentua aqui como crítica é a atual ausência do caráter coercitivo e o fracasso da atual política de retribuição e prevenção pela violência contra o animal.

Na forma que temos hoje em nossa legislação penal, qual seja a proteção inadequada do animal doméstico pela Lei de Crimes Ambientais, temos um comando fraco proibitivo de “não fazer”, além de um poder coercitivo nulo, pois hoje sequer se tem legitimidade da manutenção de uma prisão em flagrante no âmbito da delegacia de polícia, pois as violações são consideradas de menor potencial ofensivo.

É necessário se reformular a legislação brasileira adequadamente aos anseios jurídicos que sejam necessários a se proteger, sobretudo, o ser-humano enquanto instituição familiar, assim como o animal de estimação, este um sujeito de direitos que hoje compõe efetivamente e essencialmente a família brasileira.

## REFERÊNCIAS

1. ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva**: De Acordo com o Novo Código Civil. 12ª ed. ampl., ver. e atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.
2. ALENCAR, Rosmar Rodrigues; TÁVORA, Nestor. **Curso de Direito Processual Penal**. 3ª. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2009.





3. AQUINO, José Carlos G. Xavier de; NALINI, José Renato. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.
4. BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 5ª ed. São paulo: RT, 2017.
5. BEDÊ JÚNIOR, Américo; SENNA, Gustavo. **Princípios do Processo Penal: entre o garantismo e a efetividade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
6. BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
7. \_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689) Consultado em 23.jul.2020.
8. \_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em 23.jul.2020.
9. \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998**. Lei de Crimes Ambientais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em 23.jul.2020.
10. \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 23.jul.2020.
11. BURKE, Anderson. **Vitimologia: Manual da Vítima Penal**. Salvador: Juspodivm, 2019.
12. BUSATO, Paulo César. **Direito penal: parte geral**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
13. CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
14. CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
15. DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, v.1, 2007.
16. GARAPON, Antoine; GROS, Frédéric; PECH, Thierry. **Punir em democracia. E a justiça será**. Trad. Jorge Pinheiro. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
17. GOMES FILHO, Antonio Magalhães ; GRINOVER, Ada Pellegrini ; FERNANDES, Antonio Scarance ; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados especiais criminais: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995**. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.
18. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil: v 4**. 5. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.
19. GIAMBERARDINO, André. **Crítica da Pena e Justiça Restaurativa: A Censura Para Além da Punição**. Empório do Direito: Florianópolis, 2015.
20. GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Especial. Artigos 121 a 212 do Código Penal**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.
21. JUNIOR, Aury Lopes. **Direito Processual Penal**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
22. JUNIOR, Aury Lopes. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2009.
23. LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2014.



24. MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
25. MASSON, Cleber. **Direito Penal: Parte Geral** - vol. 1. 10ª ed. São Paulo: Método, 2016.
26. MILARÉ, Édis. **Direito do Meio-Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
27. NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional**. 9ªed. São Paulo: Método, 2014.
28. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: RT, 2011.
29. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código De Processo Penal Comentado**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2014
30. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 20ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.
31. QUEIROZ, Paulo. **Curso de Direito Penal: Parte Especial**. v. 2. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.
32. RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 10. ed. rev., ampl e atual. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.
33. RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2006.
34. ROXIN, Claus. **A Parte Geral do Direito Penal Material**. Trad. Gercélia Batista de Oliveira Mendes. In: Luiz Moreira (Org.). **Introdução ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p.3-73.
35. ROXIN, Claus. **A Proteção de Bens Jurídicos Como Função do Direito Penal**. Org. e Trad. André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.
36. ROXIN, Claus. **La Reparación En El Sistema de Los Fines de La Pena**. Trad. Alberto Bovino e Fabricio Guariglia. In: Julio B. J. Maier. (Org.). **De Los Delitos Y De Las Víctimas**. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2001, p. 129-156.
37. ROXIN, Claus. **Política Criminal e Sistema Jurídico-Penal**. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
38. SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito Penal Econômico: Parte Geral**. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.
39. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38.ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
40. SILVA, Roberto de Abreu. **Sentença Condenatória e a Reparação de Danos: A Estratégia de Atuação da Vítima**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
41. SILVA, Willian. **Manual de Direito Processual Penal**. 1. ed. São Paulo: Scortecci, 2006.
42. TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
43. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 8ª ed. Salvador: Juspodivm, 2013.



**A B C**

Associação Brasileira  
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 4, 2020 ISSN 2594-4223

---

44. WHITE, Stephen K. **Razão, Justiça e**

**Modernidade:** A Obra Recente de Jürgen

Habermas. Tradução de Márcio Pugliesi. São

Paulo: Cone, 1995.

45. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI,

José Henrique. **Manual de Direito Penal**

**Brasileiro:** Parte Geral. 3ª ed. São Paulo:

Revista dos Tribunais, 2001.

## AS VÍTIMAS CANÔNICAS DE JACK O ESTRIPADOR: A VITIMOLOGIA

Francisco Geraldo Fernandes de Almeida<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Presidente e fundador da Associação Brasileira de Criminologia, Membro fundador do IBERCRIMA el Instituto Iberoamericano de Criminología (Espanha), Membro de honra e delegado para o Brasil do SOMEIC (Sociedad Mexicana de Ciencias del comportamiento), Membro associado e do conselho consultivo da APC – Associação Portuguesa de Criminologia, Master em Criminologia e Criminalística (CFEC, Master Próprio, Estúdio Criminal, Espanha), Doutor Honoris Causa em Psicanálise (Emill Brunner), Mestrando em Criminologia (UCES – Argentina), Graduando em Investigação Forense e Perícia Criminal, Especialista em Investigação Criminal e Psicologia Forense – Faculdade Unyleya, Pós-graduando em Criminologia, Especialista em Psicologia Jurídica (UCAM), Especialista em Psicanálise (AMSP – Mexico), Especialista em Psicanálise (Unice), Especialista em Docência do Ensino Superior (Instituto Cultus), Formação livre em Psicanálise (IAMPST), Formação livre em Psicanálise (IMEP), Psicologia (Unicatolica) Interrompido (Cursou 6 Semestres), Graduação em Recursos Humanos (UVA- Ceará), Formação em Hipnose, Editor da Revista Olhar Criminológico.

**Resumo:** Este estudo objetivou verificar quais motivos influencia a análise dos fatos (crimes e vítimas) em comparativo e como pode auxiliar a esclarecer a verdadeira identidade de Jack o estripador na pesquisa bibliográfica. Bem como analisar os livros sobre Jack, o Estripador, apresentar que a identidade de Jack o estripador continuará sendo um grande mistério, avaliar a vitimologia Psicanalítica. Para tanto foi utilizado o método pesquisa bibliográfica, a partir da análise dos conteúdos apresentados foi possível perceber a importância em estudar o caso Jack, o Estripador para conhecer melhor seu modo de agir, suas vítimas e como sua identidade será um eterno mistério.

**Palavras-chave:** JACK, VÍTIMAS, ASSASSINO, VITIMOLOGIA, PSICANÁLISE.

### I. INTRODUÇÃO

Jack o estripador é a maior incógnita policial dos últimos tempos, sempre somos bombardeados com informações sobre a identidade do assassino, mas será que um dia iremos conhecê-lo de alguma forma? O que podemos dizer é que houve várias vítimas e crimes sem soluções. Trouxemos neste trabalho a história intrigante das vítimas consideradas canônicas.

Portanto, buscou-se reunir dados e informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: quais motivos influenciam a análise de todos os fatos e livros em comparativo entre as vítimas podem esclarecer a verdadeira identidade de Jack o estripador? Analisemos os fatos.

A pesquisa assume como pesquisa



bibliográfica, sendo exploratória, por sua vez, proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele através de principalmente do levantamento bibliográfico. Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2008).

## II. DESENVOLVIMENTO

As vítimas de Jack, O Estripador eram prostitutas, o estudo do perfil das vítimas talvez lograsse algum êxito, mas devido a falta desta ciência que na época estava em fase gestacional, não houve uma preocupação real para este aspecto. O termo vitimologia, etimologicamente, deriva do latim, victima, ae, e da raiz grega, logos, significando "estudo da vítima" e constitui a terceira perna do tripé criminológico: autor, criminoso (sujeito ativo) e vítima (sujeito passivo) (LORICCHIO, 2003, p. 78)

Como bem nos assegura (SCHMIDT, 2008) pode se dizer que uma das muitas causas do fracasso policial apontada pelo Daily Telegraph como falta de imaginação. Nesse contexto fica claro que uma série de assassinatos como aquela era um pretexto ideal para experimentar técnicas novas de investigação criminal. O mais importante, contudo é constatar que os pioneiros da impressão digital estavam tentando promover suas descobertas havia mais de uma década; não é exagero afirmar que o dr. Henry Faulds tentou despertar o interesse da Scotland Yard na técnica em 1886, sem sucesso.



**Figura 1** - Sepultura de Mary Ann Nichols.

Fonte: (RYDER e JOHNNO, 2017, p. 2)

### De acordo com (SCHMIDT, 2008, p. 28):

(...) A primeira vítima desse assassino foi Mary Ann Nichols, ou Polly Nichols, como a chamavam. Morta no mês que Martha Tabram, Polly, aos quarenta e dois anos, teria sido a primeira das cinco "vítimas canônicas" assim denominadas por figurarem como as únicas do estripador.

De acordo com a citação acima Polly além de não ser tão jovem, era baixinha (1,57 m) tinha cinco dentes frontais a menos, apesar de tudo naquele dia sentia-se muito atraente. Em 31 de agosto de 1888 foi expulsa do albergue por volta das 1h40. Uma amiga Ellen Holland encontra-se com Polly na esquina da avenida Whitechapel com rua Osborn, conversaram por uns oito minutos e se despediram. Ellen nunca mais tornou a vê-la com vida. Polly foi encontrada 750 metros do ponto onde encontrara sua amiga, na Buck's Row. Foi degolada e também eviscerada, seu abdômen estava retalhado.

Segundo Roland (2010) Annie Chapman tornou-se a segunda vítima do estripador, considerada canônica. "Dark Annie" Chapman era uma mulher de baixa estatura, corpulenta e que vivera a maior parte da vida nas ruas de East End. Na madrugada de 8 de setembro 1888, não tinha dinheiro para o pagamento do aluguel da

cama, na Dorset Street, 35 e foi expulsa. Saiu pela madrugada buscando clientes, que entre 5:30 e 6h da manhã o freguês era seu assassino, ela se tornou vítima de Jack, o Estripador.



**Figura 2** - Memorial de Annie Chapman no cemitério da cidade de Londres (JONES, 2018, p. 2)

Segundo (EDWARDS, 2015, p. 64) Annie Chapman nasceu Eliza Smith, em Paddington, Londres em 1841. Como as três mulheres assassinadas (e muitas das desafortunadas), o autor deixa claro que Annie tinha família e ainda assim foi parar no miserável distrito de Spitalfields, onde acabou encontrando seu fim.

Segundo Carnac (2016), livro que é um suposto diário onde Jack, o Estripador descreve seus crimes, porém James Carnac confessa durante o livro quem foram no total de seis vítimas, diferente da investigação, conforme explicado acima. Quem quer que seja Jack, o estripador nunca devemos esquecer de suas vítimas, sempre devemos lembrar que o caso Jack, o estripador foi real, mulheres inocentes foram assassinadas de forma brutal e seus ascendentes e descendentes (que ainda estão entre nós) não viram a justiça ser feita.

**De acordo com (SPIERING, 1982, p. 67)**

Falou-se, no inquérito de Annie Chapman, de uma proposta delirante de lhe fotografarem de os olhos esbugalhados, de modo a ver se a retina moribunda apresentaria qualquer imagem do monstro cruel que a matou e mutilou. Talvez tivesse sido melhor escutar, com ouvidos imaginativos, àqueles lábios inchados e desafortunados, pois, sem muita fantasia.

O autor deixa claro na citação acima que o foco das investigações sobre os assassinatos em whitechapel estavam perdidos diante do frenesi que demarcou o cenário do mar de sangue que estava por vir. Acreditando em técnicas mirabolantes, como por exemplo: fotografar os olhos da vítima para ver a imagem do assassino. Spiering (1982)

Segundo Edwards (2015) Elizabeth Stride foi a terceira vítima considerada canônica do Estripador, em geral conhecida como ("Liz Comprida"), embora não se saiba o motivo do apelido, ela não era considerada alta.

Como bem nos assegura Moore e Campell (2014), Elizabeth Stride sofria de doenças venéreas no momento de sua morte. O tratamento para suas doenças sexualmente transmissíveis feito em sua paróquia Natal Gothenburg, na Suécia, foi assunto para diversas teorias.

Como bem nos assegura Roland (2010) Elizabeth Stride foi uma das vítimas do evento duplo em 30 de Setembro de 1888, não sofreu as mutilações que Jack, o Estripador infligiu em outras vítimas e foi morta com um único golpe na garganta.

**De acordo com (ROLAND, 2010, p. 56):**

O Elizabeth Stride era esbelta e bonita, uma perceptiva mais atraente do que as desleixadas prostitutas com as quais compartilhava o local

próprio da profissão. Ela se esforçava para ser mais apresentável para os clientes colocando uma rosa vermelha em seu longo casaco preto forrado de pele.

Como bem nos assegura Spiering (1982) Dr. Barnardo que fundou uma casa para abrigar pessoas sem lar, conhecido como " Pais dos filhos de ninguém" visitou um hospedaria vagabunda na Rua Flower-and-Dean, N°32, lá percebeu os olhares aterrorizadas diante do perigo que a cercavam, lá conheceu Elizabeth Stride que pronunciou a seguinte frase: Ninguém liga para o que acontece conosco, ela se queixara a ele, e finalizou: Quem sabe a próxima não vai ser uma de nós?



**Figura 3** - Sepultura de Elizabeth Stride, East London Cemitério

Fonte: (RYDER e JOHNNO, 2017, p. 10)

Conforme Cullen (1965)) Liz Stride tinha um lenço de seda amarrado no pescoço com tecido da borda inferior, pois a faca cortara exatamente naquele ponto. O autor deixa claro que uma hemorragia fatal foi provocada, a traqueia e a carótida esquerda foram cortadas. O estripador como habitualmente fazia não tivera tempo necessário para mutilar o corpo, tudo indica que fora interrompido na sua atividade. Assim Liz Stride fez sua última viagem até o necrotério.

**De acordo com (ROLAND, 2010, p. 63):**

Catharine Eddowes, de 46 anos, ainda não estava completamente sóbria quando a porta de sua cela foi aberta às 00h55 e ela foi conduzida pelo guarda até a porta da delegacia de Bishopsgate. Ela passara uma hora cantando baixinho pra si mesma e foi considerada suficientemente sóbria, para ser liberada."sou capaz de me cuidar sozinha agora" ela assegurou ao policial Hutt, o oficial do dia, ao se dirigir cambaleante para a saída da delegacia.

Como bem nos assegura Schmidt (2008) Catharine Eddowes talvez seja a única das vítimas de Jack, o Estripador que mantinha um relacionamento estável com Jonh Kelly. Em 28 de setembro ao chegar em asilo de pobres e seu companheiro foi dormir em um albergue pois só tinham dinheiro para pagar uma cama e por insistência de Eddowes. Ao chegar no asilo de pobres, em um diálogo com o zelador, Eddowes profere a seguinte frase: - Mas voltei para faturar a recompensa oferecida pela captura do assassino de Whitechapel, acho que o conheço.

De acordo com Carnac (2016) Catharine Eddowes, foi assassinada dia 30 de setembro de 1888, na Mitre Square, corpo encontrado à 1:45 da manhã. Exatamente 45 minutos depois do corpo de Elizabeth Stride. Considerada a quarta vítima canônica do assassino.



**Figura 4** - Catherine Eddowes Sepultura (Até 2003)

Fonte: (RYDER e JOHNNO, 2017, p. 2)



**As condições que Eddowes fora encontrada de acordo com (ROLAND, 2010, p. 66):**

Os intestinos foram retirados em grande extensão e colocados sobre o ombro direito, evidentemente impregnados de algum material feculoso uma parte de cerca 60 centímetros estava destacada do corpo e colocada entre o corpo e o braço esquerdo, aparentemente para um determinado propósito. O lóbulo e a aurícula da orelha direita estavam cortados de maneira oblíqua, Não há traços de relação recente.



**Figura 5 - Catherine Eddowes Sepultura (Após 2003)**

Fonte: (RYDER e JOHNNO, 2017, p. 2)

De acordo com Schmidt (2008) Nessa época aconteceu fatos importantes, ocorreu a famosa escrita de giz que dizia " Os judeus são os homens que não serão culpados a toa" a palavra Judeu foi escrita da forma errada que causa até hoje teorias conspiratórias, porem o resto do avental ensanguentado de Eddowes foi encontrado bem em frente a escrita, proposital e para despistar a atenção talvez. O contexto histórico aponta que para não ocorrer uma falsa acusação e hostilidade aos judeus foi apagada a escrita perdendo assim o

fato e criando-se especulações desnecessárias.

**De acordo com (EDWARDS, 2015, p. 109):**

No dia seguinte aos dois assassinatos, um cartão-postal, de novo assinado como "Jack, o Estripador", chegou à Central News: - Eu não estava brincando, caro e velho chefe, quando lhe dei a dica, você vai ouvir falar do trabalho do insolente Jacky amanhã, evento duplo dessa vez, a número um guinchou um pouco, não consegui terminar logo de cara. Não tive tempo de tirar as orelhas para a polícia, obrigado por não divulgar a carta anterior até que eu entrasse em ação de novo. Jack o Estripador.



**Figura 6 - A carta "Saucy Jacky"**

Fonte: (RYDER e JOHNNO, 2017, p. 5)

Como bem nos assegura Edwards (2015) a carta foi escrita pelo mesmo autor da carta "caro chefe" que não tinha sido publicada conforme mencionando na carta e foi esta que levou as autoridades a publicação das mesmas, e foi pela primeira que o publicou leu e ouviu o nome Jack, o Estripador.



De acordo com Ryder e Johnno (2017) Em 16 de outubro, George Lusk, presidente do Comitê de Vigilância Whitechapel, recebeu uma caixa de papelão de três polegadas no correio. Dentro de metade havia um rim humano preservado em vinho, juntamente com a seguinte carta. Os relatórios médicos realizados pelo Dr. Openshaw descobriram que o rim era muito parecido com o removido de Catherine Eddowes, embora suas descobertas não fossem conclusivas de qualquer maneira. A carta diz o seguinte:

Do inferno. Sr. Lusk, Senhor, envio-lhe a metade de um rim. Peguei de uma mulher e preservei para você, a outra parte eu fritei e comi, estava muito bom. Posso enviar-lhe a faca com sangue que o retirou, só se você tiver um tempo mais longo ,assinado; Pegue-me quando puder Senhor Lusk (RYDER e JOHNNO, 2017, p. 5)

From hell  
Mr Lusk  
Sir I send you half the  
kidney I took from one woman  
preserved it for you to see  
flesh and all it was very nice I  
may send you the bloody knife that  
took it out if you only write a what  
longer.  
Signed Catch me when  
you can  
Mister Lusk -

**Figura 7 - Carta do Inferno**

Fonte: (RYDER e JOHNNO, 2017, p. 5)

**De acordo com (CULLEN, 1965, p. 155):**

Marie Jeannette Kelly não era parecida com outras prostitutas do East End de Londres. Elas eram velhas e feias. Era jovem e bonita...não precisava como as outras andar pelas ruas para ter hospedagem e comida. Assim começa a descrição romântica a da última vítima do Estripador, feita por Leonard Matters, um jornalista australiano, eleito uma vez deputado pelo Partido Trabalhista.

Conforme citado acima por Cullen (1965):Mary Jane Kelly, conhecida também como Mary escura e que era linda, olhos azuis, cabelos até a cintura e com uma certa robustez, era implacável. Segundo Barnett, Mary morria de pavor de Jack, o Estripador. "Eu costumava comprar jornais e ler para ela a descrição dos crimes do Estripador, disse ele. Esse terror era compartilhado por todas as prostitutas de Dorset Street, Ela parecia uma espécie de rainha frente as outras. Uma das vítimas, Annie Chapman foi assassinada a 200 metros da casa de Mary.

Conforme Edwards (2015) Mary nasceu em Limerrick, na Irlanda e se mudou com a família para Carmarthenshire, em Gales. Aos 16 casou com mineiro de carvão de nome Davies que faleceu em um acidente nas minas, mudou-se para Cardiff e sob influencia de uma prima envolveu-se com a prostituição. Por volta de 1884 Mary se estabeleceu em East End. Em 1886 saiu de uma residencial da senhora Carthy, passou a conviver com pelo dois homens; um deles era Joseph Barnett, 29 e acabou alugando o quarto 13, no Miller's Court em 1888, local onde seria terrivelmente assassinada em 9 de novembro de 1888. O mais terrível dos assassinatos de Jack, o Estripador.



**Figura 8** - Sepultura de Marie Jeannette Kelly - Cemitério Católico Romano de São Patrício  
Fonte: (RYDER e JOHNNNO, 2017, p. 10)

Como bem nos assegura Schmidt (2008) Por volta de 00h30, Mary Jane cantava uma de suas musicas favoritas, que é A Violet from Mother's Grave, uma canção irlandesa, que a tradução significa: Uma violeta no túmulo da mãe. Já eram mais de 02h00 quando George Hutchinson um conhecido encontrou e ainda trocou algumas palavras com Mary Jane e possivelmente a viu encontra-se com Jack, o Estripador.

**De acordo com (SCHMIDT, 2008, p. 87):**

Foi quando um homem, vindo de Aldgate, tocou-a no ombro e disse-lhe algo, que Hutchinson não pôde ouvir. O dois riram. - Tudo bem, -ela falou, ao que homem respondeu: - Você vai ficar bem com o que eu lhe disse. Ele então pôs o braço ao redor dos ombros dela.

Tendo como base Schmidt (2008) Às 10h45 o proprietário Jonh McCarthy do quarto que Mary alugara pediu ao seu empregado um indiano chamado Bowyer para cobrar o aluguel de dois meses, foi ao numero 13 que bateu mas obteve resposta, olhando pelo vidro quebrado de uma das janelas e se deparou com a cena mais aterradora de sua vida.

**De acordo com (SPIERING, 1982, p. 153):**

Em questão de minutos chegava o Inspetor Frederick Abberline(...). Tinha muita intimidade

com o crime e criminosos, pois fora, durante muitos anos, detetive Inspetor da divisão de Whitechapel. Deu ordens para que o pátio fosse fechado. Ninguém poderia entrar ou sair sem sua permissão, e, além disso, proibiu a qualquer um a entrada no quarto nº13.

Conforme nos explica Schmidt (2008)Dr. Thomas Bond, um ilustre cirurgião policial da Divisão A, foi chamado no assassinato de Mary Kelly para realizar um relatório do estado em que foi encontrado o corpo, que estava totalmente destruído, desmembramentos, o coração não foi encontrado, toda a superfície do abdômen e as coxas foram removidas e a cavidade abdominal esvaziada de suas vísceras. Os seios foram cortados, os braços mutilados, demonstrado assim que o assassino entrou em uma espécie de colapso ou tivera tempo necessário para fazer que tinha vontade nas vitimas anteriores.



**Figura 9** - Fotografias mortuárias das vitimas canônicas: Mary Ann Nichols 31 agosto 1888, Annie Chapman 8 set. 1888, Elizabeth Stride 30 set. 1888, Catherine Eddowes 30 set. 1888, Mary Jane Kelly 9 nov. 1888. FONTE: (RYDER e JOHNNNO, 2017, p. 2)

É preciso ressaltar que, houve varias vitimas mulheres de 1889 até 1891, no mesmo perfil das



canônicas, que até os dias atuais geram dúvidas se foram ou não vítimas do Estripador. Como bem nos assegura Schmidt (2008) Mary Kelly foi a última das canônicas, e Jack, o Estripador desapareceu sem deixar vestígios porém seu legado de selvageria, deixou um exemplo macabro para imitadores. Chegava ao fim o chamado Outono de terror.

### III. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da presente monografia possibilitou uma análise detalhada no mundo que cerca as teorias sobre o Jack, o Estripador. Uma reflexão de como não tornar um assassino em mito, também foi trabalhado o conhecimento das vítimas e de suspeitos conforme a bibliografia encontrada, além de livros adquiridos ao longo de dois anos, o trabalho possibilitou utilizar o conhecimento adquirido durante o curso como por exemplo a psicopatologia.

Dada à importância do tema, torna-se necessário aprofundarmos bem mais, mesmo que não cheguem à identidade, pois esta seria uma história que jamais deveria repetir-se, mas o que vemos é a crescente taxa de feminicídio no mundo, dando-nos notícias que o mundo gerou assassinos bem piores que o suposto Jack, o Estripador. E que ele hoje é um mito do mal apenas.

A pesquisa bibliográfica foi concluída, conforme explicado nos parágrafos anteriores e que mais alunos e estudiosos sobre o caso, pesquise bem mais do que foi apresentado aqui, pois o meu intuito não era divulgar a identidade de Jack, o Estripador, sei que muitos aspiram por isso, porém bem diferente disso levamos a reflexão que não

adianta tentar esclarecer algo que diante da violência e barbárie que nos cerca torna-se pequeno. Os únicos que o mundo deve uma explicação são os descendentes das vítimas, eles merecem um esclarecimento sobre quem assassinou seus antepassados e somente eles. E é para: Mary Ann Nichols, Annie Chapman, Elizabeth Stride, Catherine Eddowes e Mary Jane Kelly que dedico este trabalho.

### REFERÊNCIAS

1. CARNAC, J. **Eu sou Jack, o estripador**. 1ª. ed. São Paulo: SEOMAN, 2016
2. CULLEN, T. A. **JACK O estripador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1965.
3. EDWARDS, R. **DESVENDANDO JACK, O ESTRIPADOR**. 1ª. ed. São Paulo: SEOMAN, 2015.
4. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
5. JONES, R. <https://www.jack-the-ripper-tour.com>. **Jack The Ripper Tour**, 2018. Disponível em: <<https://www.jack-the-ripper-tour.com/generalnews/rip-annie-chapman/>>. Acesso em: 23 Janeiro 2018.
6. LORICCHIO, J. D. **Vítima nunca mais**. 1ª Edição. ed. São Paulo: Mundo Maior Editora, 2003.
7. MOORE, A.; CAMPBELL, E. **DO INFERNO**. São Paulo: Veneta, 2014.
8. ROLAND, P. **OS CRIMES DE JACK, O ESTRIPADOR**. SÃO PAULO: MADRAS, 2010.



**A B C**

Associação Brasileira  
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 4, 2020 ISSN 2594-4223

9. RYDER, S. P.; JOHNNO.

<http://www.casebook.org/intro.html>. **Casebook**

**Jack The ripper**, 2017. Disponível em:

<[http://www.casebook.org/ripper\\_letters/](http://www.casebook.org/ripper_letters/)>.

Acesso em: 17 dez. 2017.

10. SCHMIDT, P. **JACK O ESTRIPADOR, a verdadeira história 120 anos depois**. 1ª

Edição. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

11. SPIERING, F. **A TRAGÉDIA DO PRÍNCIPE DE GALES, JACK O ESTRIPADOR**. Rio de

Janeiro: Francisco Alves, 1982.





**A B C**

Associação Brasileira  
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 4, 2020 ISSN 2594-4223

---

## **ANEXO A**

### **CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO**

O(s) autor(es) do presente trabalho se compromete(m) a cumprir as seguintes normas:

- 1) Todos os autores relacionados acima participaram do trabalho e responsabilizam-se publicamente por ele.
- 2) Todos os autores revisaram a forma final do trabalho e o aprovam para publicação na revista OC.
- 3) Este trabalho, ou outro substancialmente semelhante em conteúdo, não foi publicado, nem está sendo submetido a outro periódico ou foi publicado como parte de livro.
- 4) O(s) autor(es) concordam em ceder os direitos autorais do artigo à revista OC (OLHAR CRIMINOLOGICO) e a reprodução total ou parcial do mesmo em outras publicações.

**Ao enviar o artigo via e-mail, o(s) autor(es) concorda(m) com este anexo A.**



## **ANEXO B**

### **CONCESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS**

Esta autorização, e ao enviar o artigo via e-mail, o(s) autor(es) concordam com este anexo B. E por ser(em) titular(es) da propriedade literária do mesmo e em condições de autorizar(em) a edição de seu trabalho, concede(m) à revista OC – Conselho Editorial permissão para comercializar, editar e publicar o citado artigo impresso em papel ou online na Internet, na “OC”, em número e volume ainda a serem definidos pelo Conselho Editorial da revista OC. Essa concessão não terá caráter de ônus algum para o Conselho Editorial da revista OC, ou seja, não será necessário o pagamento em espécie alguma pela utilização do referido material, tendo o mesmo o caráter de colaboração. O(s) Autor(es) compromete(m)-se a assegurar o uso e gozo da obra à revista OC – Conselho Editorial, que poderá explorá-la com exclusividade nas edições que fizer e compromete(m)-se também a não autorizar(em) terceiros a transcreverem ou traduzirem parte ou totalidade da obra sem expressa autorização do Conselho Editorial da revista OC, cabendo ao infrator as penas da legislação em vigor.

O Autor tem ciência de que:

1. A publicação desta obra poderá ser recusada caso o Corpo Editorial da OC, responsável pela seleção dos artigos, não ache conveniente sua publicação, seja qual for o motivo, sendo que este cancelamento não acarretará responsabilidade de espécie alguma e nem a qualquer título por parte do Conselho Editorial da Revista OC;
2. Os Editores, juntamente com o Conselho Editorial reservam-se o direito de modificar o texto, quando necessário, sem prejudicar seu conteúdo, com o objetivo de uniformizar a apresentação.

**Ao enviar o artigo via e-mail, o(s) autor(es) concorda(m) com este anexo B.**



**A B C**

Associação Brasileira  
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 4, 2020 ISSN 2594-4223

---

## **ANEXO C**

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGO**

Autorizo a publicação do artigo enviado, comprometendo-me a não publicá-lo em outro veículo, caso seja aceito.

**Ao enviar o artigo via e-mail, o(s) autor(es) concorda(m) com este anexo C e os A e B.**



## ANEXO D

### MODELO DO FORMATO DO ARTIGO DA REVISTA ELETRÔNICA

Primeiro A. Autor<sup>1</sup>, Segundo B. Autor<sup>2</sup> e Terceiro C. Autor<sup>2\*</sup>

<sup>1</sup>Departamento de Exatas, Faculdades Integradas Regionais de Avaré, Fundação Regional Educacional de Avaré, Avaré, São Paulo, Brasil; <sup>2</sup>Faculdade de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, São Paulo, Brasil;

\*E-mail: nonono@hotmail.com

**Resumo** – Este modelo descreve como preparar o manuscrito. Use este modelo se você estiver usando o Microsoft Word 6.0 ou posterior, ou usá-lo como um guia se sua versão do Word for mais velho. O manuscrito deve usar fonte Times New Roman e 11 do tamanho da fonte. O resumo deve ser em negrito, não ultrapassar 200 palavras e o tamanho da fonte deve ser 10. Todos os símbolos e as abreviaturas devem ser definidos. O resumo sintetiza os principais aspectos do estudo ou das hipóteses investigadas, o delineamento experimental, os métodos utilizados e os achados importantes. Usar uma síntese das conclusões.

**Palavras-chave** – usar três palavras chaves em ordem alfabética e separadas por vírgulas. Não use palavras do título.

**Abstract** – This model describes how to prepare the manuscript. Use this template if you are using Microsoft Word 6.0 or later or use it as a guide if your version of Word is older than 6.0. Manuscript should use Times New Roman font and 11 font size.

The abstract should not be more than 200 words and should contain no references. All symbols and abbreviations in the paper should be defined. The abstract summarizes the major aspects of the complete paper beginning with the purpose of the study or the hypotheses investigated, the experimental design and methods used and the most important findings. Include key results or trends and then summarize the conclusions and implications of the paper.

**Key-Words** – use three key words in alphabetical order and separated by commas. Use words not included in the title.

#### I. INTRODUÇÃO

Na introdução, a razão para o estudo, a área de investigação, objetivo(s) e/ou hipótese (hipóteses). Faça a cópia e salve este modelo. Para referenciar citações indiretamente no texto, usar números entre colchetes [1]. Para citar referências diretamente, utilizar o sobrenome do primeiro autor seguido do



número de referência entre colchetes (exemplo, Marinho [2]). Dois autores (exemplo, Mateus & Oliveira [3]) e mais de dois autores (exemplo, Ferreira et al. [4]) devem colocar em seguida o número de referência entre colchetes se for citar as referências diretamente. Os trabalhos não podem ter mais que 20 páginas incluindo figuras, tabelas e referências.

## II. MATERIAIS E MÉTODOS

Nessa etapa deverá explicar como o estudo foi realizado e como os dados foram realizados. Deverá constar o método de análise estatística.

## III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deverão ser apresentados nesta secção e deverão ser discutidos com embasamento científico.

As tabelas devem ser enumeradas usando números (por exemplo, Tabela 1 e Tabela 2) em ordem a que eles são referenciados. Use o tamanho da fonte Times New Roman de número 10 no título da tabela e número 9 na escrita da tabela (Ver o exemplo da Tabela 1).

Se usar figuras, elas devem ser posicionadas tão próximo quanto possível do local onde elas são referenciadas no corpo do texto. As figuras devem ser enumeradas (por exemplo, Figura 1 e Figura 2) na ordem em que são referidas no corpo do texto (ver o exemplo da Figura 1). Use o tamanho da fonte Times New Roman de número 10 no nome da figura e centralizado. As figuras são fotos,

gráficos, histogramas e outros.

Tabela 1. Média e desvio padrão de pH de dois tipos de cortes de carne de frango. Análise estatística ( $p < 0.05$ ).

Tipos de corte	<i>n</i>	Média ± desvio padrão
Coxa/sobrecoxa	121	6.34 ± 0.24 b <sup>1</sup>
Filé de frango	67	5.96 ± 0.27 a
<b>Total</b>	188	-

<sup>1</sup> *Teste de Tukey* ( $p < 0.0001$ )



Figura 1. Carne bovina.

## IV. CONCLUSÃO

Na conclusão deverá citar as implicações mais importantes dos resultados e as aplicações potenciais dos resultados identificados. Não use na conclusão um resumo da discussão ou uma cópia do resumo.

## V. AGRADECIMENTOS



Assistência de órgãos de financiamento, mentores ou suporte técnico é geralmente reconhecido nesta parte do manuscrito. Será utilizado um tamanho de fonte 10 em agradecimentos.

## REFERÊNCIAS

As referências devem ser organizadas numericamente, por ordem de citação.

As referências devem ser apresentadas no seguinte formato:

### *Artigo:*

1. Hayes, J. E., Stepanyan, V., Allen, P., O'Grady, M. N., Brien, N. M. & Kerry, J. P. (2009). The effect of lutein, sesamol, ellagic acid and olive leaf extract on lipid oxidation and oxymyoglobin oxidation in bovine and porcine muscle model systems. *Meat Science* 83: 201-208.

### *Livro:*

2. Swatland, H. J. (2000). *Meat cuts and muscle foods*. Nottingham: Nottingham University Press.

### *Procedimentos:*

3. Muguruma, M., Tsuruoka, K., Fujino, H., Kawahara, S., Yamauchi, K., Matsumura, S. & Soeda, T. (1999). Gel strength enhancement of sausages by treating with microbial transglutaminase. In *Proceedings 45<sup>th</sup> International Congress of Meat Science and Technology* (pp. 138-139), 1-6 August 1999, Yokohama, Japan.

### *Capítulo de livro:*

4. Faustman, C. & K.-W. Wang. (2000). Potential mechanisms by which Vitamin E improves oxidative stability of myoglobin. In E. Decker, C. Faustman, & C. J. Lopez-Bote, *Antioxidants in muscle foods* (pp 135-152). New York: John Wiley & Sons, Inc.

### *Referências de Web:*

O endereço URL completo deve ser administrado juntamente com outras informações, tais como: autor, data de publicação, referência da publicação de origem, referências da Web, etc. Podem ser listados separadamente após a lista de referências sob um título diferente ou incluído na lista de referência.

## **EDITAL**

# **PROCESSO SELETIVO PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS PARA PUBLICAÇÃO NA SEGUNDA EDIÇÃO DA REVISTA OLHAR CRIMINOLÓGICO**

O presidente da Associação Brasileira de Criminologia, no uso de suas atribuições normativas, torna público o edital da Revista OLHAR CRIMINOLOGICO, outrossim, regulamenta a submissão, a apresentação e o julgamento dos artigos científico da seguinte maneira:

Art. 1º Compete a Comissão Executiva e Revisão Editorial da Revista OLHAR CRIMINOLÓGICO a decisão final quanto a publicação.

Art. 2º - O manuscrito deve ser escrito em português ou espanhol, bem como encaminhado por meio eletrônico ([presidente@abcriminologia.com.br](mailto:presidente@abcriminologia.com.br)).

Art. 3º - Os artigos devem ter relevância com a proposta da Associação Brasileira de Criminologia, qualidade científica e adequação às normas interna, bem como ser inéditos no Brasil e não poder ser submetido à avaliação simultânea em outro periódico.

Art. 4º - O artigo pode ser escrito por mais de um autor.

Art. 5º - Os artigos serão avaliados por dois pareceristas anônimos da Comissão Executiva, que por sua vez terão o prazo de dez dias para aceitar, rejeitar ou recomendar reformulações.

§1º - Em caso de discordância entre os pareceristas, o trabalho será encaminhado a um terceiro parecerista que observará o mesmo prazo.

§2º Nos casos de recomendações, será oportunizado ao(s) autor(es) justificção e/ou realização de modificações, devendo para tanto, devolver o trabalho reformulado no prazo máximo de cinco dias.

Art. 6º - Das Disposições gerais:

I - No caso de fraude comprovada, o artigo será excluído automaticamente;

II - A publicação será eletrônica;

III - Os trabalhos submetidos para a publicação, quando não aceitos, ficarão à disposição do(s) autor(es);

IV - O Currículos Lattes do(s) autor(es) poderá ser usado como forma desempate na classificação dos artigos;

V - O ato de inscrição gerará a presunção absoluta de que o(s) autor(es) conhece e que adere às normas, tais como se acham estabelecidas no presente ato;

VI - O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores e a simples remessa do original para apreciação da Comissão Executiva, implica em autorização para a sua publicação;

VII - Os casos omissos serão decididos, conjuntamente, pela Comissão Executiva;

Art.7º O envio de artigos pode ser feito a qualquer momento, o autor é ciente que esta publicação é semestral.

Quixadá/CE, 20 de julho de 2020.

FRANCISCO GERALDO FERNANDES DE ALMEIDA

Presidente ABCriminologia

presidente@abcriminologia.com.br



